

# REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Dossiê “Os Institutos Históricos  
e Geográficos no Brasil e suas  
Revistas”

Nº 43 | 2013

## **CONSELHO EDITORIAL**

Magno Francisco de Jesus Santos	(IHGSE/FPD) – Editor
Amâncio Cardoso dos Santos Neto	(IHGSE/IFS)
Ane Luíse Silva Mecnas Santos	(IHGSE/UNISINOS)
Antônio Carlos dos Santos	(IHGSE/UFS)
Antônio Fernando de Araújo Sá	(IHGSE/PROHIS-UFS)
Antônio Lindvaldo Souza	(IHGSE/PROHIS-UFS)
Beatriz Góis Dantas	(IHGSE)
Giliard da Silva Prado	(IHGSE/UnB)
Josefa Eliana Souza	(IHGSE/NPGED-UFS)
Lourival Santana Santos	(IHGSE/PROHIS-UFS)
Neuza Maria Góis Ribeiro	(IHGSE/UFS)
Terezinha Alves Oliva	(IHGSE/IPHAN)
Vera Lúcia Alves França	(IHGSE/NPGEO-UFS)

## **CONSELHO CONSULTIVO**

Carla Mary S. Oliveira	(UFPB)
Durval Muniz Albuquerque Júnior	(UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck	(UNISINOS)
Jaime de Almeida	(UnB)
João Eurípedes Franklin Leal	(UNIRIO)
José Ibarê da Costa Dantas	(UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado	(UFMG)
Lília Moritz Schwarcz	(USP)
Luis Alberto Romero	(Universidad San Martín, Argentina)
Luísa Tombini Wittmann	(UDESC)
Mara Regina do Nascimento	(UFU)
Maria Emília Porto	(UFRN)
Mary Del Priore	(UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu	(UFF)
Mauro Passos	(PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera Garcia	(UFG)
Peter Burke	(Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves	(UFPB)
Roger Chartier	(Collège de France)
Rosângela Patriota Ramos	(UFU)

# REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

**F**undado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

© 2013 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adilma Menezes

Imagem da Capa

Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Tiragem

400 exemplares

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/ Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. – Vol. 1, n. 1 (1913) –. – Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1913-

1. História de Sergipe. 2. Geografia de Sergipe.

CDU 91+94(813.7) (05)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - [http://www.sumarios.org/revista.asp?id\\_revista=805&idarea=5](http://www.sumarios.org/revista.asp?id_revista=805&idarea=5)



# **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE**

Rua Itabaianinha, 41  
Aracaju - Sergipe, 49010-190  
Fundado em 06 de agosto de 1912

## **PRESIDENTES HONORÁRIOS**

Marcelo Déda Chagas  
Governador do Estado de Sergipe

Maria Angélica Guimarães Marinho  
Presidente de Assembleia Legislativa  
do Estado de Sergipe

Cláudio Dinart Déda Chagas  
Presidente do Tribunal de Justiça do  
Estado de Sergipe

## **DIRETORIA**

### **TRIÊNIO 2012/2014**

Presidente:  
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

1º Vice-Presidente:  
José Ibarê Costa Dantas

2º Vice-Presidente:  
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Secretário-Geral:  
José Rivadálvio Lima

1º Secretário:  
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

2ª Secretária:  
Lenalda Andrade Santos

Oradora:  
Terezinha Alves de Oliva

1º Tesoureiro:  
Saumíneo da Silva Nascimento

2º Tesoureiro:  
Claudefranklin Monteiro Santos

Diretora do Museu e da Pinacoteca:  
Ane Luíse Silva Mecnas Santos

Diretor da Biblioteca e do Arquivo:  
João Paulo Gama Oliveira

Editor da Revista:  
Magno Francisco de Jesus Santos

## COMISSÕES PERMANENTES

### HISTÓRIA

Amâncio Cardoso dos Santos Neto  
Beatriz Góis Dantas  
Josefa Eliana Souza

### GEOGRAFIA

Lourival Santana Santos  
Neuza Maria Góis Ribeiro  
Vera Lúcia Alves França

### ADMISSÃO DE SÓCIOS

Antônio Carlos dos Santos  
Ednalva Freire Caetano  
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

### DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

José Thiago da Silva Filho  
Magno Francisco de Jesus Santos  
Sayonara Rodrigues do Nascimento

### ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA

Adailton dos Santos Andrade  
Petronio Andrade Gomes  
Wanderlei de Oliveira Menezes

### FINANÇAS E PATRIMÔNIO

Ancelmo de Oliveira  
Eduardo Antônio Seabra  
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

### SÓCIOS HONORÁRIOS

Jackson da Silva Lima  
João Oliva Alves  
Josué Modesto dos Passos Subrinho

## SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antônio Carlos Valadares  
Edvaldo Nogueira Filho  
Francisco Guimarães Rollemberg  
Gilton Feitosa Conceição  
Itamar Freitas de Oliveira  
João Alves Filho  
João Fontes de Faria  
João Gomes Cardoso Barreto  
José Carlos Mesquita Teixeira  
José Eduardo de Barros Dutra  
José de Oliveira Júnior  
Luiz Eduardo de Magalhães  
Marcelo Déda Chagas  
Maria do Carmo Nascimento Alves  
Verônica Maria Meneses Nunes

## SÓCIOS EFETIVOS

Adailton dos Santos Andrade  
Afonso Barbosa de Souza  
Agláé D'Ávila Fontes  
Amâncio Cardoso dos Santos Neto  
Ana Conceição Sobral de Carvalho  
Ana Maria Fonseca Medina  
Ancelmo de Oliveira  
Ane Luise Silva Mecenas Santos  
Anita Rocha Paixão Sotero  
Antônio Carlos dos Santos  
Antônio Fernando de Araujo Sá  
Antônio Francisco de Jesus  
Antônio Lindvaldo Sousa  
Antônio Porfírio de Matos Neto  
Antônio Samarone de Santana  
Arionaldo Moura Santos  
Beatriz Góis Dantas  
Claudefranklin Monteiro Santos

Cleiber Vieira Silva	Josefa Eliana Souza
Cristina de Almeida Valença	Juvenal Francisco da Rocha Neto
Darcílio Melo Costa	Lauro Cruz dos Santos
Djaldino Mota Moreno	Lenalda Andrade Santos
Domingos Pascoal de Melo	Lourival Santana Santos
Ednalva Freire Caetano	Lúcio Antonio Prado Dias
Eduardo Antonio Seabra	Luiz Alberto dos Santos
Eugenia Andrade Vieira da Silva	Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Eva Maria Siqueira Alves	Luiz Vieira Lima
Evande dos Santos	Magno Francisco de Jesus Santos
Fábio Costa Figueirôa	Manoel Alves de Souza
Fernanda Cordeiro de Almeida	Marcelo da Silva Ribeiro
Fernando José Ferreira Aguiar	Márcio Carvalho da Silva
Francisco José Alves dos Santos	Marcos Antonio Almeida Santos
Gerson Vilas Boas	Maria da Glória Santana de Almeida
Gilberto Francisco Santos	Maria Lígia Madureira Pina
Giliard da Silva Prado	Maria Neide Sobral da Silva
Hélio José Porto	Marlene Alves Calumby
Igor Leonardo Moraes Albuquerque	Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Ilma Mendes Fontes	Murilo Melins
Janaína Cardoso de Mello	Neuza Maria Góis Ribeiro
Jean Marcel D'Ávila Fontes de Alencar	Nilton Pedro da Silva
João Francisco dos Santos	Petrônio Andrade Gomes
João Helio de Almeida	Ricardo de Oliveira Lacerda
João Paulo Gama Oliveira	Rômulo de Oliveira Silva
José Alberto Pereira Barreto	Ruy Belém de Araujo
José Anderson do Nascimento	Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
José Antônio Santos	Saumíneo da Silva Nascimento
José de Oliveira Brito Filho	Sayonara Rodrigues do Nascimento
José Francisco da Rocha	Suely Cristina Silva Souza
José Hamilton Maciel Silva	Tadeu Cunha Rebouças
José Hamilton Maciel Silva Filho	Tereza Cristina Cerqueira da Graça
José Ibarê Costa Dantas	Terezinha Alves de Oliva
José Lima Santana	Valeria Maria Santana de Oliveira
José Maria do Nascimento	Vera Lúcia Alves França
José Rivadálvio Lima	Vilder Santos
José Thiago da Silva Filho	Wagner da Silva Ribeiro
José Vieira da Cruz	Walderfrankly Rolim de Almeida Santos
José Wilson Moura Santos	Wanderlei de Oliveira Menezes

**FUNCIÓNÁRIOS/  
PRESTADORES DE SERVIÇO**

Aline do Nascimento Teixeira

Aline Santos Cruz

Ângela Nickaulis Corrêa Silva

José Carlos de Jesus

Maria Fernanda dos Santos

Rilnah Prado Menezes

Nayara Santos de Jesus

**ESTAGIÁRIOS**

Éder Wesley dos Santos

Joelma Dias Matias

Marcus Vinícius Gomes da Fonseca

Mirte Lopes Oliveira

Pablo Renan Silva Campos

Rulles Rodrigues Roseno



## SUMÁRIO

Apresentação	11
DOSSIÊ “OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS NO BRASIL E SUAS REVISTAS”	
- Clio em terras cariocas e fluminenses: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e sua Revista <i>Paulo Knauss e Roberto Schmidt Almeida</i>	21
- A Revista Centenária da Casa de Sergipe <i>Ibarê Dantas</i>	45
- A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em defesa do extremo Norte do Brasil <i>Iza Vanessa Pedroso de Freitas Guimarães</i>	63
- Natureza e Expansão Econômica nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo <i>Marcelo Lapuente Mahl</i>	81
- A Casa das Alagoas e as “cousas do passado” <i>Magno Francisco de Jesus Santos</i>	95
- Divulgando o passado rio-grandense: o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e sua revista <i>Luciana Fernandes Boeira</i>	117
- Ensino de História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: os pareceres do Sodalício <i>Aaron Sena Cerqueira Reis</i>	139

ARTIGOS

- A escrita da História das instituições educacionais em Sergipe 159  
*João Paulo Gama Oliveira*
- O internato e o ensino secundário público em Sergipe no século XIX 179  
*Joaquim Tavares da Conceição*
- Encontros pedagógicos: Joaquim Menezes Vieira e Tobias Rabelo Leite (1875-1890) 201  
*Verônica dos Reis Mariano Souza; Josineide Siqueira de Santana*
- Um homem e uma causa: Augusto Leite e a criança sergipana 215  
*Solyane Silveira Lima*
- Manoel Bomfim: um singular representante da história do pensamento educacional brasileiro 223  
*Claudefranklin Monteiro Santos*
- O movimento escolanovista no ensino primário sergipano: nuances entre grupos escolares e escolas isoladas 247  
*Márcia dos Santos Bomfim*
- Construindo laços de solidariedade: o compadrio de homens e mulheres escravos na Vila de Lagarto de 1850-1888 261  
*Joceneide Cunha*
- A Revista Agrícola e o visionário Theodoro do Nascimento: “homem de letras e distinto cientista” 277  
*Fabricia de Oliveira Santos*
- Eronides Ferreira de Carvalho: breve introito da formação médica e a atuação profissional em Sergipe 301  
*Silvânia Santana Costa; Auro de Jesus Rodrigues; Rogério Freire Graça*
- A cidadela dos malafogados: história e memória aracajuanas no tempo da Guerra Submarina (1942-1945) 319  
*Luiz Antônio Pinto Cruz; Lina Maria Brandão de Aras*
- Desproporção da rede: da escala nacional ao subsistema urbano de Aracaju 341  
*Márcia Maria Santos Santiago*

RESENHA

- Guerra de Canudos: georreferenciando trilhas 361  
*José Thiago da Silva Filho*

## OS INSTITUTOS HISTÓRICOS NO BRASIL E SUAS REVISTAS

### Apresentação

O ano era 1838. O lugar, a corte do Império do Brasil. Em uma pequena sala do Museu Nacional era criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “grêmio dedicado às letras históricas”.<sup>1</sup> A partir desse momento o país passava a contar com um espaço destinado a reunir e guardar o acervo documental, assim como a escrever sobre a história pátria. Um dos principais instrumentos utilizados na exaltação da nova nação foi Revista do IHGB, criada em 1839.

Pode-se dizer que a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tornou-se o principal instrumento de difusão da leitura oficial a respeito do passado do Brasil, produzindo culturas políticas e forjando uma nação. Nas laudas da revista o passado colonial foi revisitado, evidenciando os pilares de uma sociedade e tecendo um modelo de escrita da história. De acordo com Janaína Losada, “a escrita da história – ancorada no culto à nação e no contínuo movimento de nomear, descrever, provar – deixa ver em seu desejo de recordação, a circulação das ideias de seu tempo”.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 101.

<sup>2</sup> LOSADA, Janaína Zito. Discursos de natureza: a produção da história oitocentista no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Patrimônio e Memória*. Vol. 7, nº 1. Assis, 2011, p. 119.

Esse modelo de escrita não ficou restrito ao IHGB. Nas inúmeras instituições congêneres, fundadas ao longo da segunda metade do século XIX e da primeira metade do XX, o passado do Brasil foi interpretado dentro dessa visão tida como romântica e patriótica, por meio de instituições “imbuídas de uma missão e tarefa de perpetuar as tradições do torrão”<sup>3</sup> local. Assim, antes da consolidação do ensino universitário no país, os institutos históricos assumiram a hegemonia da escrita da história nacional e regional. Foram espaços voltados para a modernização do Brasil.<sup>4</sup> Para Lília Schwarcs,

O instituto expressava dessa maneira sua posição de debate que se tratava em outros círculos intelectuais da época, tendo como modelo uma história católica, patriótica, permeável a um discurso evolucionista e muito vinculada à política oficial.<sup>5</sup>

Durante muitos anos os institutos históricos e geográficos no Brasil foram responsáveis pela disseminação da pesquisa histórica no país, substituindo em parte a inexistente pesquisa histórica universitária. Inspirados pelo IHGB, os institutos regionais passaram a compartilhar a concepção do que era fazer história, principalmente no alvorecer da Primeira República. Para Ângela de Castro Gomes, “a concepção de história e o tipo de narrativa histórica que estariam sendo elaborados no período, portanto, decorriam, em parte, das novas exigências políticas desse novo regime”.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> BORRALHO, José Henrique de Paula. Instituto de História e Geografia do Maranhão (IGHM): patrimônio, memória e história como princípios de perpetuação da imagem de um Maranhão grandioso. *Patrimônio e Memória*. Vol. 7, nº 1. Assis, 2011, p. 20.

<sup>4</sup> LEOTTI, Odegar. Bicentenário de Cuiabá: rememoração e invenção do passado. O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho: a invenção da modernidade em Mato Grosso e sua inserção no projeto de reconstrução da nação e da nacionalidade – 1919 A 1969. *Patrimônio e Memória*. Vol. 7, nº 1. Assis, 2011, p. 80.

<sup>5</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 107.

<sup>6</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 24.

Esse foi o caso do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, fundado no dia 6 de agosto de 1912, que para o sócio-fundador Prado Sampaio importava para “inconcusso documento de florescência intellectual sergipana, e nos fica a assignalar o momento em que nossa intelligencia se julgou apta a collaborar no grande problema da correllação existencial entre a natureza e o homem”.<sup>7</sup> Então, a partir desse momento os intelectuais sergipanos possuíam um espaço para reunião, debates, apresentações de trabalhos científicos e de construção da memória regional. Além disso, é importante destacar que, “a exemplo de seus coirmãos, passou a desempenhar um papel dos mais destacados na acanhada vida cultural do Estado”.<sup>8</sup>

A Casa de Sergipe foi criada no intuito de congregar a inteligência local e de se tornar uma guardiã da memória sergipana. O Sodalício apresentava o propósito de arrefecer a necessidade de migração das “mentes pensantes”, assim como retirar o estado do atraso em que se via, levando-se em consideração que em 1912, “no contexto do Nordeste, apenas Maranhão, Piauí e Sergipe ainda não dispunham de instituições congêneres”.<sup>9</sup> Com o instituto, nascia a oportunidade de se venerar o passado nacional com cores locais, como bem explicitou Moreira Guimarães, Sergipe estava “cheio de ações gloriosas na sua história”.

As glórias do passado sergipano foram registradas e divulgadas em um espaço específico, que se tornaria no século XX o principal periódico de História em terras sergipanas. Trata-se da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, publicada pela primeira vez nos idos de 1913. A Revista do IHGSE ao longo dessa centúria passou por diferentes situações, de entusiasmo, de crises, de grandes intervalos na publicação e de uma constante assimilação de novos atores da inteligência local.

---

<sup>7</sup> SAMPAIO, Prado. Palavras de Início. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe*. Nº 1. Aracaju, 1913, p. 24

<sup>8</sup> DANTAS, Ibarê. Apresentação. In: FREITAS, Itamar. *A Escrita da História na Casa de Sergipe (1913-1999)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2002, p. 6.

<sup>9</sup> DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe (1912-2012)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2012, p. 24.

Desse modo, “o IHGS auxiliou até mesmo na criação de ‘concorrentes’ da sua própria Revista”.<sup>10</sup>

Nos cem anos de sua existência, a Revista do IHGSE tornou-se um dos espaços privilegiados na difusão do conhecimento a respeito das questões geográficas, sociológicas, antropológicas, educacionais e, principalmente, históricas de Sergipe. Diferentemente do que ocorreu na maioria das instituições congêneres, o IHGSE passou a aglutinar pesquisadores ligados às universidades do estado e seu periódico constituiu um dos mais relevantes instrumentos na difusão dos resultados das novas pesquisas acadêmicas.

Um indício do diálogo frutífero são os últimos resultados das avaliações do Qualis/Capes, em que a Revista do IHGSE apresenta a melhor avaliação nas áreas de História e Interdisciplinar entre os periódicos sergipanos<sup>11</sup>. No ano do centenário dessa importante revista as expectativas são ainda mais animadoras, tendo em vista a recente indexação no Latindex e a inclusão de novos nomes para integrar o Conselho Consultivo, incluindo renomados pesquisadores de universidades europeias e americanas, como Roger Chartier, Peter Burke e Luis Alberto Romero.

É nesse ensejo de celebração que lançamos o número 43 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, com o dossiê “Os institutos históricos no Brasil e suas revistas”. A ideia de composição desse dossiê foi gestada em 2012, no seio das comemorações do centenário do IHGSE. A diretora da Pinacoteca Jordão de Oliveira, Ane Luíse Silva Mecnas Santos, tinha proposto que a edição comemorativa da primeira centúria da revista tratasse de sua própria trajetória. A proposta ganhou consistência quando o professor da Universidade Federal Fluminense e presidente do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, Paulo Knauss propôs um dossiê que abordasse os institutos e suas revistas. Assim, encontrava-se definida a temática do dossiê da edição do centenário.

<sup>10</sup> FREITAS, Itamar. *A Escrita da História na Casa de Sergipe (1913-1999)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002, p. 17.

<sup>11</sup> A Revista do IHGSE obteve o estrato B3 em História, assim como outros três periódicos sergipanos, a saber: Canindé, Eptic e Ponta de Lança.

O momento de discussão sobre as revistas dos institutos históricos e geográficos no Brasil é oportuno. Primeiramente por abrir espaço para debater a construção da historiografia brasileira em um panorama amplo, diversificado e que foque as experiências historiográficas de regiões distintas, fugindo das interpretações centralizadas no eixo Rio-São Paulo. Segundo por entender os institutos como espaços privilegiados na consolidação de modelos historiográficos e na construção de culturas políticas, com importantes leituras a respeito do passado nacional e regional. Por fim, a principal importância da temática desse dossiê se deve ao fato de discutir uma vertente da historiografia nacional pouco analisada. Apesar da existência de obras clássicas da historiografia brasileira,<sup>12</sup> ainda são escassas as tentativas de sistematização a respeito das experiências estaduais.<sup>13</sup>

Outro ponto que evidencia o reconhecimento da Revista do IHGSE é o quantitativo de textos que recebemos para a composição desse novo número. Ao todo foram 30 artigos recebidos, sendo a grande maioria fruto de investigações realizadas em programas de pós-graduação. Além da evidente qualidade dos textos, os mesmos foram produzidos por pesquisadores vinculados a 14 instituições de 7 estados de todas as regiões do país. Certamente esse é sinal da nova fase do periódico, que passa a assimilar as contribuições a respeito das questões nacionais sem deixar de evidenciar a experiência local.

Os sete artigos que compõem o dossiê foram expostos seguindo a ordem cronológica regressiva. O primeiro, de autoria de Paulo Knauss, versa sobre a trajetória histórica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, com ênfase para as atividades editoriais e para as publicações, evidenciando as transformações no perfil dos escritos, que

---

<sup>12</sup> Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. GUIMARAES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos. Vol. 1, nº 1. Rio de Janeiro, 1988, p. 5-27.

<sup>13</sup> Uma primeira tentativa ocorreu na Revista Patrimônio e Memória da UNESP, com o dossiê a respeito dos institutos históricos e geográficos, que discutiu os institutos do Maranhão, Paraíba, Bahia, São Paulo e Mato Grosso, além do próprio IHGB.

deixaram de ser breves notas de pesquisa para se tornarem textos de debate historiográfico e de pesquisas sistemáticas.

O segundo texto foi produzido por Ibarê Dantas e analisa a trajetória da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em uma discussão que insere a produção intelectual do periódico no contexto histórico da instituição e do estado, evidenciando as contribuições da referida revista para a cultura sergipana. A terceira contribuição foi produzida por Iza Guimarães e discute a contribuição do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em defesa do extremo Norte do Brasil. Pautada nos textos publicado na revista, a autora entende o papel da instituição como órgão catalisador de uma história amazônica.

O quarto artigo é tem como autor Marcelo Mahl, que discorre a respeito da busca dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo das primeiras décadas do século XX na construção de uma visão ufanista do passado e que destacasse os feitos paulistas na história nacional. O quinto texto, produzido por Magno Santos discorre sobre a trajetória da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, evidenciando as aproximações e distanciamentos em relação a escrita da história alagoana de âmbito acadêmico.

A sexta contribuição do dossiê foi escrita por Luciana Boeira e analisa a experiência do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, considerada uma instituição pioneira nas províncias do Império do Brasil e que levou a redefinição do projeto de escrita da história nacional. Concluindo o dossiê temos o texto de Aaron Reis, que analisa os pareceres publicados na Revista do IHGB na segunda metade do século XIX. O autor tenta entender a concepção de ensino de História e o Sodalício como espaço de fermentação intelectual.

Abrindo a sessão de artigos livres temos a contribuição de João Paulo Gama, que analisa a historiografia educacional sergipana sobre instituições educacionais por meio das dissertações defendidas no mestrado em Educação da UFS. O autor evidencia a contribuição de tais dissertações na apresentação de novos objetos de análise, assim como a aproximação das obras com o influxo teórico-metodológico da historiografia educacional internacional. Joaquim Conceição analisa os



internatos do ensino secundário em Sergipe oitocentista, evidenciando as principais experiências e as tentativas de centralização e descentralização dessas escolas na capital e nas principais cidades da província.

Verônica Souza e Josineide Santana realizam uma análise comparativa das trajetórias de Tobias Rabelo Leite e Joaquim de Menezes Vieira, no tocante à metodologia de ensino em colégios do Rio de Janeiro do século XIX. Solyane Lima problematiza a trajetória de Augusto Leite, evidenciando as preocupações acerca da infância sergipana, assim como as tensões do intelectual no campo educacional.

Claudefranklin Monteiro analisa o pensamento educacional de Manoel Bomfim, evidenciando não somente as contribuições historiográficas do autor, mas também elucidando as querelas que o mesmo enfrentou em defesa de suas ideias. Márcia Bomfim discorre sobre o movimento escolanovista no ensino primário sergipano, pondo em evidência o confronto entre os modelos institucionais das escolas isoladas e dos grupos escolares. A autora ainda destaca as práticas escolares e o civismo na cultura escolar.

Pautada em livros de batismos da Freguesia Nossa Senhora da Piedade, Joceneide Cunha analisa as relações de compadrio em Sergipe oitocentista, com ênfase para as famílias escravas da vila de Lagarto. Já Fabrícia Santos situa a trajetória do médico e lavrado Theodoro do Nascimento por meio da publicação da Revista Agrícola no início do século XX. Silvânia Costa, Auro Rodrigues e Rogério Graça analisam a trajetória do médico Eronides de Carvalho destacando as suas ações no combate as epidemias em Sergipe nos primeiros decênios do século XX.

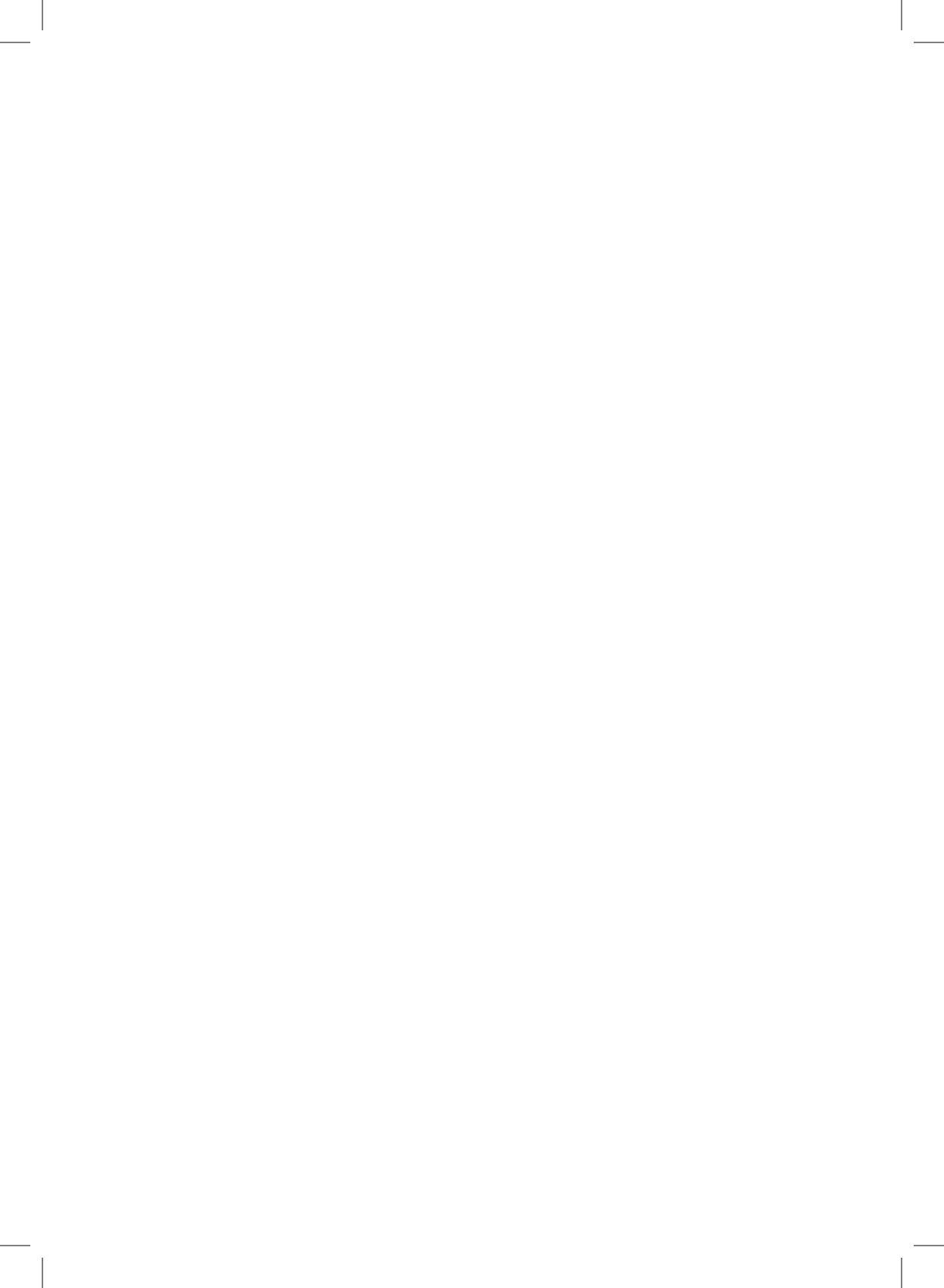
Luiz Antonio Cruz e Lina Aras debatem as memórias aracajuanas no tempo da Segunda Guerra Mundial, confrontando as fontes orais com jornais e documentação judiciária. Márcia Santiago provoca uma discussão sobre o descompasso entre a rede urbana no Brasil junto ao subsistema de Aracaju.

Por fim, temos a resenha de autoria de José Thiago Silva Filho sobre a Guerra de Canudos, resultante do projeto “Cenários e caminhos históricos”.

Magno Francisco de Jesus Santos  
Editor da Revista do IHGSE



Dossiê  
Os institutos históricos  
e Geográficos no Brasil  
e suas Revistas



CLIO EM TERRAS  
CARIOCAS E  
FLUMINENSES: o  
Instituto Histórico e  
Geográfico do Rio de  
Janeiro e sua Revista

Paulo Knauss\*  
Roberto Schmidt de Almeida\*\*

CLIO IN THE LAND OF CARIOCAS  
AND FLUMINENSES: The Instituto  
Histórico e Geográfico do Rio de  
Janeiro and its journal

RESUMO

O tema deste texto é a história do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) por meio de sua atividade editorial e publicações. Inicialmente, o estudo apresenta a primeira época da história do IHGRJ, quando que havia um programa editorial sem a publicação de uma revista. Num segundo momento, caracteriza-se o período em que a revista foi criada e se tornou a principal atividade editorial do IHGRJ. Finalmente, apresenta-se um quadro geral de assuntos da revista e de tendências que podem ser identificadas. A conclusão aponta para o fato de que a revista foi um espaço de textos de opinião e notas de pesquisa curtas, para se tornar um veículo do debate historiográfico e da pesquisa sistemática de fontes.

**Palavras-chave:** Historiografia; História editorial; Rio de Janeiro (estado e cidade)

ABSTRACT

The issue of this paper is the history of the Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) through its publishing activities and publications. Initially, the study shows the first period of the history of the IHGRJ, when there was a publishing program without a journal. In a second moment, the study present a characterization of the period when the journal was created e became the principal publishing activity of the IHGRJ. Finally, a general panel of the issues treated in the journal and the tendencies that can be identified are presented. The conclusion points out that the journal was a space for short position papers and research notes, to become a vehicle of the historiographical debate and systematical research of sources.

**Keywords:** Historiography; History of Publishing; Rio de Janeiro (state and city)

\* Doutor em História, Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Diretor-Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, sócio do IHGB e presidente do IHGRJ.

\*\* Doutor em Geografia, Geógrafo do IBGE, Primeiro Secretário do IHGRJ.

Seguindo a inspiração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, a história de institutos congêneres estaduais e municipais pelo país é marcada por uma produção editorial variada em que a criação de revistas se destaca. Tal como a *Revista do IHGB*, as revistas dos institutos congêneres tendem a divulgar não apenas a produção intelectual em torno de estudos e pesquisas, mas igualmente registrar a vida social da instituição acadêmica. De um modo geral, o programa editorial dos institutos históricos do Brasil são uma fonte valiosa para investigar os rumos da produção historiográfica ao longo dos tempos.

Nesse sentido, a história do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), fundado no ano de 1957, também pode ser tratada a partir da análise da sua produção editorial. Esta premissa conduz a caracterizar o conjunto de publicações promovidas pelo IHGRJ ao longo das suas décadas de existência e situar o lugar que assumiu na história institucional a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, ou simplesmente *Revista do IHGRJ*. Além disso, a análise da revista permite retratar a produção historiográfica que demarca a vida intelectual do instituto. Trata-se, portanto, de definir a entidade acadêmica pela sua condição de editor, relacionando a história editorial com a história institucional.

De modo geral, evidencia-se que o Instituto constituiu uma linha editorial clara na década de 1960, baseada na publicação de discursos e conferências com a característica de ensaios de pesquisa envolvidos no movimento social de debate sobre os rumos políticos da cidade do Rio de Janeiro. Na década seguinte, constata-se que o Instituto do Rio de Janeiro não conseguiu promover um programa editorial. Certamente, esse quadro se relaciona com o desafio da falta de sede depois do incêndio da Igreja do Rosário, centro de organização do instituto. Mas não se pode deixar de levar em conta o fato de que a história estadual ganharia novos rumos com o fim do estado da Guanabara e a criação do novo estado do Rio de Janeiro, mudando o quadro político local. A renovação da vida social do Instituto ocorreu a partir do seu estabelecimento em espaço cedido pelo IHGB, sendo acompanhada de um novo perfil do quadro social. Essa nova fase da instituição foi marcada,

então, pela criação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, criada em 1988.

## ANTES DA REVISTA

A história do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) se confunde com a história recente da cidade e do estado do Rio de Janeiro. A fundação da entidade acadêmica dedicada ao estudo da história e geografia ocorreu no então Distrito Federal no dia 6 de dezembro de 1957, na antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos. A criação do Instituto Histórico carioca aconteceu, portanto, a menos de três anos antes da transferência da capital federal para Brasília, mas quando a decisão política já havia sido anunciada. Este fato originou uma experiência única na história do Brasil de criação de uma cidade-estado, integrando o a cidade do Rio de Janeiro de modo inusitado na federação brasileira ao se transformar a antiga capital federal no novo estado da Guanabara. Essa conjuntura colocou a cidade do Rio de Janeiro em questão, mobilizando a sociedade para rever seu papel no cenário nacional.<sup>1</sup>

Não há dúvida de que a questão da capital concentrou o debate e o pensamento sobre os destinos da cidade do Rio de Janeiro, o que reuniu personalidades do mundo intelectual carioca em torno da criação do Instituto Histórico dedicado à história e geografia da cidade. Isso fez com que nos seus primeiros anos a entidade tenha se denominado Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro. Nove anos depois de sua criação em 1966, no entanto, passou a se denominar Instituto Histórico e Geográfico do Estado da Guanabara, caracterizando-se não mais como um instituto de história municipal, mas de história estadual.

Naquela época, como aponta Laurent Vidal, nas páginas da imprensa carioca se acompanha como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio

---

<sup>1</sup> MOTTA, Marly da Silva. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.; e da mesma autora, *Saudade da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

se constituiu em um dos pilares do Movimento Popular Pró-Organização do Estado da Guanabara.<sup>2</sup> Assim, no contexto de debate sobre o destino da cidade do Rio de Janeiro após a transferência da capital para Brasília, o grupo de sócios do Instituto carioca se posicionou contra a opção da fusão da cidade com o antigo estado do Rio de Janeiro. Assumiram, então, a defesa incondicional da transformação do antigo Distrito Federal em cidade-estado. O engajamento do instituto histórico carioca nesse processo conduziu a entidade a assumir uma posição de liderança de movimento social, mobilizando a população em torno de uma causa de sentido político. O estudo da cidade caracterizava-se, portanto, como instrumento do posicionamento no quadro político da cidade.

A interrogação sobre a capitalidade da cidade se expressou na primeira iniciativa de maior repercussão do instituto que foi a realização em 1958 do curso *D. João VI no Rio de Janeiro*.<sup>3</sup> O curso foi dedicado ao momento histórico em que a centralidade política da cidade se afirmou, sublinhando a longa tradição do papel de centro político e de governo do Rio de Janeiro. É claro que o tema do curso podia se justificar por uma efeméride, pois o ano de 1958 marcava 150 anos da chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Porém, não há como negar a relação da celebração da efeméride que motivava a iniciativa do curso com o contexto vivido pela cidade naquela conjuntura, relacionando dois contextos de instalação e transferência de uma capital e em que o Rio de Janeiro ocupava posição decisiva.

Dois anos depois, no momento da mudança da capital em 1960, conforme noticiou o jornal *O Globo*, o Instituto junto com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, convocou a população para uma missa pedindo a benção divina para o novo estado da Guanabara na data de transferência da capital, em

<sup>2</sup> VIDAL, Laurent. *As lágrimas do Rio: o último dia de uma capital*, 20 de abril de 1960. São Paulo: Martins Fontes, 2013. p. 141.

<sup>3</sup> WINZ, Antonio Pimentel. Ligeiras notas memorativas. *Revista do IHGRJ*, n. 1, p. 9-16, 1987.



21 de abril de 1960, às 10 horas.<sup>4</sup> O Primeiro Secretário do Instituto, Ariosto Berna, nas páginas da imprensa, registrou a informação histórica de que a Igreja do Rosário, onde seria celebrada a cerimônia religiosa foi a primeira a ser visitada por d. João em 1808, no contexto da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, acrescentando que o regente lusitano “se ajoelhou e rezou pelos destinos de Portugal e do Brasil”. Ao final comentava ainda que o Senado da Câmara municipal funcionou nos fundos da igreja.<sup>5</sup> Assim, a Igreja que abrigava a sede do Instituto local e que serviu de lugar da benção do novo estado se caracterizava como espaço marcante da história e do processo de construção do sentido de capital do Rio de Janeiro. A história não permitia apagar a memória da capitalidade da cidade.

A primeira iniciativa do Instituto carioca – o curso temático – pode ser caracterizada como de tipo acadêmica, considerando o foco no estudo e na pesquisa histórica sobre a cidade, centrando-se no campo do conhecimento. A segunda iniciativa, porém, é evidentemente uma iniciativa de mobilização coletiva, que conformava o esforço de participação do instituto no processo social e a tomada de posição pública.

O grupo de fundadores Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro se compunha na maioria de jornalistas e professores de diferentes áreas de conhecimento, incluindo músicos e militares, além de um médico.<sup>6</sup> De diferentes modos, todos eram personalidades da vida social da cidade, seja por seu envolvimento com a política, seja por posição em instituições sociais influentes, ou conhecidos por seus trabalhos de pesquisa histórica. Na sua maioria eram autores de estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro, ainda que não exclusivamente. A marca dos estudos publicados pelos autores não era o foco localista

---

<sup>4</sup> VIDAL, L. op. cit. p.142.

<sup>5</sup> Idem. p. 142.

<sup>6</sup> Os fundadores do IHGRJ são: Afonso Várzea, Antônio Carneiro Leão, Ariosto Berna, Augusto Maurício Queiros Ferreira, Douglas Sydney Amora Levier, Eduardo Tourinho, Henrique Foreis Domingues (Almirante), João Batista de Matos, Manuel Paulo Teles Filho, (Paulo Filho), Mário da Veiga Cabral, Nelson Costa, Odorico Pires Pinto, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt e Silvio Salema.

ou bairrista. Vários escreveram textos de referência sobre a história do Brasil, sendo certamente, entre os membros do Instituto carioca, Pedro Calmon, na altura reitor da Universidade do Brasil, o autor de livros de maior circulação e de obra historiográfica mais notória. Mas havia ainda os que se dedicaram à literatura e à crítica literária e de arte. Outros eram profissionais ligados à entidade acadêmica e distinguiam-se pela sua trajetória de destaque na cena pública, como, por exemplo, Renato de Almeida Guilhobel (1892-1975), o primeiro presidente da entidade acadêmica carioca. Almirante de esquadra, ministro da Marinha do Brasil de 1951 a 1954, Guilhobel se tornou conhecido como autor de cartas geográficas de Angra dos Reis à Ribeira e Terras do Sanatório de Nova Friburgo, conjugando sua vida intelectual com a vida política. O almirante se reformou um ano antes de assumir a presidência do instituto, quando deixou suas funções militares. O instituto representava a possibilidade de concentrar-se na vida intelectual, contudo sem deixar por completo a presença na cena pública.

O envolvimento do Instituto com o movimento de reflexão sobre a história local da cidade do Rio de Janeiro e do estado da Guanabara levou a entidade a uma participação ativa da instituição nas comemorações do 4º centenário da cidade do Rio de Janeiro em 1965.<sup>7</sup> O movimento celebrativo foi muito amplo e com muitas iniciativas que entrelaçaram a sociedade civil e o governo estadual. Nessa altura, em 1962, sob a presidência do jornalista Paulo Filho, editor do *Correio da Manhã*, um dos jornais mais influentes na cidade na política nacional da época, o Instituto liderou a iniciativa de instalar a Comissão Executiva para promover a estátua de São Sebastião, padroeiro da cidade. O monumento foi inaugurado no ano festivo de 1965, na praça do Russel, no bairro da Glória, marcando a paisagem da cidade até os dias atuais.<sup>8</sup> O

---

<sup>7</sup> Sobre as realizações do Instituto do Rio de Janeiro, veja-se WINZ, Antonio Pimentel. Ligeiras notas memorativas. *Revista do IHGRJ*, n. 1, p. 9-16, 1987.

<sup>8</sup> Para uma história da promoção da imagem urbana de São Sebastião, veja-se: <http://saosebastiao.rj.blogspot.com.br/2011/03/monumento-altar-sao-sebastiao.html>. Consultado em: 16 de março de 2013.

local de instalação da estátua do padroeiro tinha sentido simbólico muito forte, pois se situava na área da última batalha de conquista da Guanabara, ocorrida no ano de 1567, ocasião em que São Sebastião teria aparecido liderando a vitória militar das tropas lusitanas, resultando na primeira aparição de um santo na América. Nesta batalha, o fundador da cidade, Estácio de Sá foi flechado para morrer tempos depois, associando sua imagem de jovem guerreiro morto por flechas em clara associação com o mártir guerreiro católico da Antiguidade.<sup>9</sup> Fica evidente que o Instituto operava com competência os fatos históricos para mobilizar a atenção da sociedade urbana para a história do Rio de Janeiro.

Ao lado da promoção da imagem do santo padroeiro, na mesma época, o Instituto se engajou, igualmente, na promoção da imagem de Padre José de Anchieta, como Apóstolo do Brasil. Desse modo, contribuiu para revigorar a campanha de canonização do jesuíta histórico integrando o Grupo Nacional de Trabalho em Prol da Canonização, para projetar a mobilização em todo o país. Nesse sentido, foi encaminhada mensagem ao Papa Paulo VI, intermediada por D. Jaime Câmara, cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro; foi publicado em 12 de junho de 1963 no Diário da Assembléia Legislativa da Guanabara requerimento apresentado pelo Instituto; e, além disso, iniciou-se movimento para erguer estátua de autoria de Benevenuto Berna dedicada à memória de José de Anchieta.<sup>10</sup> Novamente, o que se constata é o engajamento do corpo social do Instituto carioca em que os vínculos do estudo da história com o processo de construção da memória social se entrelaçavam para tomar partido, neste caso, a favor do movimento de beatificação do padre Anchieta.<sup>11</sup> Não há dúvida, por estes exemplos, que a defesa

<sup>9</sup> A história da aparição de São Sebastião liderando as tropas portuguesas é registrada na crônica de Frei Vicente do Salvador de 1710. KNAUSS DE MENDONÇA, Paulo. *Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1991. (Biblioteca Carioca).

<sup>10</sup> PAULO FILHO, M. *A canonização do venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: IHGCRJ, 1964.

<sup>11</sup> WINZ, A. P. op. cit. A promoção de Padre Anchieta como herói de referência para a história do Rio de Janeiro teve ampla promoção. Além da publicação da biografia publicada -

de uma história da cidade de um ponto de vista católico se afirmou no seio da instituição acadêmica carioca.

Além disso, na época do 4º centenário da cidade do Rio de Janeiro, outros sócios do Instituto se dedicaram a publicar livros sobre a história da cidade. Participaram assim do grande movimento editorial que marcou o instante celebrativo da época, o que demonstra que, ao mesmo tempo, que o quadro social do Instituto se dedicava ao movimento social não deixava de manter seu foco na promoção do estudo e da pesquisa sobre a história da cidade, evitando perder sua identidade acadêmica. Uma ação conduzia a outra. Nesse quadro, destaca-se, por exemplo, o livro *O Rio através dos séculos: a história da cidade em seu IV Centenário*, de autoria de Nelson Costa.<sup>12</sup>

Pode-se dizer que este foi o contexto de maior notoriedade pública do Instituto carioca, pois sua marca servia para distinguir os nomes de seu quadro social. Um bom exemplo é o caso da publicação do livro de Augusto Maurício, *Algo do meu velho Rio*, publicado em 1966 pela Livraria Brasileira Editora, na Coleção Vieira Fazenda, sob a direção de Maciel Pinheiro.<sup>13</sup> A coleção se tornou um dos selos editoriais mais prestigiados das comemorações do centenário da cidade que ainda hoje marcam a bibliografia da cidade, caracterizando seus títulos como clássicos da historiografia urbana. Neste caso, a inscrição do nome do autor Augusto Maurício veio acompanhada do registro “do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro”, demarcando sua vinculação institucional e chancelando sua posição intelectual. É preciso

---

VIOTTI, Helio Abranches. *Anchieta, o apóstolo do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1966. – houve ainda a produção de um documentário pelo jornalista e político local Amaral Netto, estudado em BONA, Natália Muller. O Repórter da História: Anchieta e o IV Centenário do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. v.1, n. 2, dez. 2009. Disponível em: [http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.O%20Rep%C3%B3rter%20da%20Hist%C3%B3ria.%20Anchieta%20e%20o%20IV%20Centen%C3%A1rio%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.O%20Rep%C3%B3rter%20da%20Hist%C3%B3ria.%20Anchieta%20e%20o%20IV%20Centen%C3%A1rio%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf). Consultado em: 16 de março de 2013.

<sup>12</sup> COSTA, Nelson. *O Rio através dos séculos: a história da cidade em seu IV centenário*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

<sup>13</sup> MAURÍCIO, Augusto. *Algo do meu velho Rio*. Rio de Janeiro: Livr. Editora Brasileira, 1966. (Col. Vieira Fazenda – VII)

acrescentar que Augusto Maurício já era um conhecido e consagrado autor da história da cidade ao menos desde 1947, quando lançou o livro *Templos históricos do Rio de Janeiro*, até hoje uma obra de referência valiosa. Considerado sua notoriedade, em princípio, não havia motivo para o autor ser distinguido por qualquer vinculação institucional. Isto pode ser considerado um sinal do prestígio da instituição e que o engajamento social do Instituto carioca serviu também para a promoção dos estudos e pesquisas desenvolvidos no seio do quadro social da agremiação acadêmica do Rio de Janeiro.

No ano seguinte às comemorações do 4º centenário da cidade, o almirante Guilhobel retornou ao posto de presidente do Instituto, conduzindo a reforma do estatuto que mudou o nome da entidade para Instituto Histórico e Geográfico do Estado da Guanabara. Desse modo, o Instituto assumia definitivamente sua marca estadual e guanabarina, onde antes vigia o foco municipal e a identidade carioca. O presidente em novo mandato se encarregou também de mobilizar os sócios para promover novo curso, retomando o modelo de ação de sua primeira gestão. Dessa vez, porém, o curso foi dedicado à *Influência Francesa no Rio de Janeiro*, sob a coordenação do sócio Odorico Pires Pinto, apontando certamente para a importância cultural da cidade. Pode-se supor que esta posição estava em sintonia com uma vertente do discurso político da época que buscava sugerir que a perda da sede do poder político não tiraria o papel central que a cidade do Rio de Janeiro tinha no cenário nacional, especialmente como centro de repercussão de idéias e de criação artística, definindo-se como capital cultural do país.<sup>14</sup>

Nessa altura, o Instituto Histórico Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro, ou do Estado da Guanabara, não contava com uma revista no seu programa de publicações. O Instituto publicava discursos e conferências em formato de folhetos, denominados de plaquetas, que marcavam

---

<sup>14</sup> Uma consideração sobre esse discurso político de época se pode encontrar em MOTTA, Marly da Silva. *Rio, cidade-capital*. Op. cit.

uma ocasião ou posicionamento.<sup>15</sup> Essa é a característica da publicação do discurso proferido pelo general professor Jonas Correia, em nome do Instituto por ocasião da abertura do *Congresso de História do Brasil no século XVIII*, comemorativo do bicentenário da transferência da sede de governo do Estado do Brasil de Salvador (Bahia) para a cidade do Rio de Janeiro (Guanabara), promovido pelo IHGB no ano de 1963.<sup>16</sup> Na mesma linha, em 1964, é lançado *Milagres da natureza, flores do Brasil* de Ariosto Berna para celebrar a inauguração do Palácio das Flores no Centro da cidade do Rio de Janeiro.<sup>17</sup> O texto se distingue por apresentar subsídios para a história da floricultura no Rio de Janeiro. O mesmo padrão é seguido no caso da plaqueta *A canonização do venerável Padre Anchieta*, de autoria do presidente da entidade, M. Paulo Filho, publicada também em 1964. Este último exemplo traz ainda a inscrição na capa de “Divulgação Histórica”, evidenciando a característica de ampla difusão da publicação.<sup>18</sup> E muito evidente que esta linha de publicação marcou a gestão de M. Paulo Filho na presidência do Instituto nos anos de 1960.

Em ata da sessão extraordinária de 16 de dezembro de 1966, já na época da nova presidência do almirante Guilhobel, consta a decisão de encarregar o sócio Odorico Pires Pinto de apresentar um projeto de “Revista do Instituto” à Fundação Calouste Gulbenkian. Na ata da reunião seguinte de 1º de março de 1967, anota-se, porém, que a questão só seria tratada após o retorno de Odorico Pires Pinto de uma viagem à Europa. Registrou-se ainda a manifestação do Marechal João Baptista de Mattos que “a pior dificuldade reside na falta de verba e o alto custo da impres-

<sup>15</sup> “[...] Os termos opúsculo e plaqueta são empregados principalmente quando se atribui a seu conteúdo de importância artística, científica ou literária”. Cf., CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Córdélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

<sup>16</sup> CORREIA, Jonas. *Discurso*. Rio de Janeiro: IHGCRJ, 1963.

<sup>17</sup> BERNA, Ariosto. *Milagres da natureza, as flores do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGCRJ, /1964/.

<sup>18</sup> PAULO FILHO, M. *A canonização do venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: IHGCRJ, 1964.

são.<sup>19</sup> O fato é que o retorno de Odorico Pires Pinto é registrado na ata seguinte, dando conta da reunião que ocorreu sob condições inusitadas.

Em março de 1967, um grande incêndio atingiu gravemente o prédio da Igreja do Rosário na rua Uruguaiana, atingindo não só a edificação, mas o vasto e rico acervo da irmandade dos tempos coloniais. Do Instituto Histórico da Guanabara, consta ter se salvado apenas o 2º Livro de Atas do Instituto, pois estava com o Segundo Secretário Antonio Pimentel Winz, conservador do Museu Histórico Nacional.<sup>20</sup> Daí em diante o Instituto foi abrigado em vários espaços e de diferentes instituições, o que afetou sua identidade de origem.

*Mesmo assim, o esforço de resistência do grupo de sócios da agremiação acadêmica manteve a instituição viva, sob a liderança do presidente Guilhobel. Em reunião de 14 de dezembro de 1967 foi aprovada a proposta de criação do cargo de Diretor da Revista, que seria ocupado pela primeira vez pelo sócio general Francisco de Azevedo Pondé por eleição realizada na reunião seguinte de 28 de dezembro de 1967, conforme consta em ata.<sup>21</sup> João do Prado Maia, depois Paulo Berger seriam eleitos nos anos seguintes para o mesmo posto. Isso não significou, porém, que a revista tenha sido viabilizada, ainda que mantida viva como projeto, pois na reunião de 12 de março de 1970, anotou-se a idéia de que a revista deveria ser trimestral.*

De todo modo, apesar da situação da sede, o Instituto da Guanabara conseguiu se integrar ao programa das celebrações do sesqui-centenário da Independência do Brasil em 1972, promovendo o curso *O Rio de Janeiro e a Independência*.<sup>22</sup> A ocasião novamente servia de pretexto para afirmar o papel central que a cidade do Rio de Janeiro teve na história do Brasil como centro político do processo de afirmação do estado nacional. Contudo, nas condições adversas enfrentadas pela

---

<sup>19</sup> Livro de atas do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, 1963-1983. v. 1. p. 63. (Arquivo IHGRJ)

<sup>20</sup> WINZ, A. P. op. cit.

<sup>21</sup> Livro de atas...op. cit. p. 80.

<sup>22</sup> Idem.

falta da sede, não há indicações de que um programa de publicações do Instituto tenha se estruturado.

Após o incêndio da Igreja do Rosário, o Instituto se abrigou na Sociedade Brasileira de Geografia (de 1967 a 1969); no escritório do secretário-geral Odorico Pires Pinto, na rua Evaristo da Veiga, 35 / 1807 (de 1969 a 1970); no salão do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que funcionava no 4º. Andar do Palácio Monroe, antigo Senado Federal (1970 e 1971); no Grêmio Cívico Floriano Peixoto, situado na rua Senhor dos Passos n. 83/85 10º andar (de 1972 a 1976). 23 Nesse contexto, inicia-se, em 1975, a presidência do general Francisco de Paula e Azevedo Pondé, autor de *A Defesa Militar do Porto e da Cidade do Rio de Janeiro em Quatro Séculos* (1957) e *O Gás na Iluminação e na Calefação da Cidade do Rio de Janeiro* (1971). A liderança do general se estenderia até o fim da década de 1980, deixando um legado que permitiu a reconstrução da entidade acadêmica.

Não há como deixar de notar, porém, que durante quase três décadas o comando da instituição se manteve na mão de militares reformados e que isso ocorreu no contexto de vigência do regime militar no país. Nesse novo contexto histórico, em que o debate público foi restringido e a participação da sociedade reprimida, a visibilidade social dos estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro ou do estado Guanabara parece ter se esmaecido, pois foi o engajamento social do Instituto e de seu quadro social durante os primeiros anos de construção do estado da Guanabara que conferiu ampla inserção social aos estudos da história do Rio de Janeiro.

## LUGAR SOCIAL DA REVISTA

A partir de 1975, a identidade do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro foi novamente desafiada pelas mudanças da política

---

<sup>23</sup> PONDÉ, Francisco de Paula Azevedo. Apresentação. *Revista do IHGRJ*, n. 1, p. 7-8, 1987.



regional. Novos tempos se iniciaram com a fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, consumada em 15 de março de 1975 e criando o novo estado do Rio de Janeiro, tendo a cidade do Rio de Janeiro como capital da nova unidade federativa. Este fato representou um movimento contrário à própria origem do Instituto e uma reversão da sua marca. Assim, o Instituto criado em 1957 e que se engajara na construção da Guanabara, terminou sendo conduzido à nova mudança estatutária que alterou o objeto de estudo da agremiação acadêmica que, uma vez mais, terminou mudando de nome. A entidade passou a ser denominada Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro alargando seu objeto de estudo, ultrapassando as fronteiras do estudo da cidade do Rio de Janeiro para acrescentar os temas da história fluminense.

O Instituto do Rio de Janeiro reconfigurado a partir de 1975 inseriu-se numa rede de entidade congêneres municipais fluminenses que já existiam com vida social e publicações próprias. O Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), por exemplo, existia desde 1938 e publicava a Revista do IHP, assim como o Instituto Histórico de Niterói existia desde 1973.<sup>24</sup> Não se pode esquecer ainda de fazer referência a iniciativa anterior de criação de um instituto histórico estadual fluminense, fundado na cidade de Niterói, antiga capital fluminense, em 1909, tendo Quintino Bocaiúva como presidente honorário. <sup>25</sup> A antiga entidade, porém, desapareceu, deixando espaço para a transformação do Instituto da Guanabara em Instituto fluminense.

---

<sup>24</sup> É preciso indicar que ao longo da década de 1970 e 1980 se assistiu a criação de ao menos 12 novas entidades municipais congêneres dedicados ao estudo da história e geografia, e que foram reunidas nos Colóquios de Institutos Históricos do Estado do Rio de Janeiro realizados em 2000 e 2012. Várias destas entidades produziram publicações periódicas. Entre elas podemos citar: *Jornal do Instituto Histórico de Niterói*, *Cadernos do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói*; *Revista do Instituto Histórico da Parahyba do Sul*; *Revista Pilares da História*, do Instituto Histórico de Duque de Caxias; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras*, entre outras. Nem todas as iniciativas editoriais tiveram regularidade ou continuidade.

<sup>25</sup> WEHRS, Carlos. Instituto Histórico e Geográfico Fluminense – sua fundação. *Revista do IHGRJ*, p. 106-109, ano 1994/1995.

Este processo de transformação institucional não parece ter sido resolvido imediatamente. A dificuldade de definir o foco de estudo da entidade parece ter perdurado, dividindo-se entre a história da cidade e do novo estado, entre a identidade carioca ligada à nova capital estadual e a identidade fluminense associada ao interior do estado. Nos novos estatutos de 1994, essa dupla interrogação foi assumida plenamente, alterando a denominação da entidade para Instituto Histórico e Geográfico do Estado e da Cidade do Rio de Janeiro, ou simplesmente, de acordo como estatuto, Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, com a sigla IHGRJ. O Instituto assumiu, portanto, uma feição única entre as entidades acadêmicas de história do país e que mantém até hoje, sendo ao mesmo tempo dedicada ao estudo da história estadual e da capital do estado, caracterizando-se como instituto estadual e municipal ao mesmo tempo.

As consequências da falta de sede apropriada e da questão social da criação do novo estado do Rio de Janeiro conduziram a história do Instituto a um novo tempo.

A nova etapa da vida do Instituto se iniciou junto com o mandato de presidente do general Francisco de Paula e Azevedo Pondé, quando no fim de 1976 o sócio fundador Pedro Calmon e presidente do IHGB autorizou que as reuniões da instituição estadual se realizassem nas instalações da instituição nacional. Esta situação terminou sendo formalizada por meio de um convênio firmado em 1988 com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), presidido à época por Américo Jacobina Lacombe, encontrando uma solução para a sede do Instituto.<sup>26</sup> Assim, durante a presidência de Francisco de Paula e Azevedo Pondé, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro passou a ter sede numa sala do 12º andar da sede do IHGB, cedida para sede do IHGERJ, além de fazer uso das suas instalações para a realização de reuniões e solenidades.

Nesta nova época da vida institucional, definiu-se também a rotina da instituição estadual. Fixou-se, então, a segunda quinta-feira do mês

---

<sup>26</sup> IPANEMA, Cybelle de. *Do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*. Revista do IHGRJ, p.241-245, 2000.

para a realização das sessões de estudos e pesquisas e ficou estabelecida sua organização, prevendo leitura da ata da sessão anterior, das efemérides regionais, apresentação de comunicações, debate, anúncios e convites para a próxima sessão. O rito seguia a mesma prática do IHGB. Além disso, o local regular das sessões de estudo e pesquisa passou a ser a sala CEPHAS do IHGB, mesmo local em que se realizavam as sessões de mesmo tipo da instituição nacional. Aos poucos, portanto, constata-se que certo mimetismo foi contagiando a prática da entidade estadual.

Nesse ambiente, deu-se a criação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, lançada em 10 de dezembro de 1987 por ocasião da sessão magna alusiva ao trigésimo aniversário da fundação do Instituto.<sup>27</sup> A direção coube à comissão composta por Egon Wolff, Geraldo de Menezes e Herculano Gomes Mathias. Não há como negar que nos 30 anos da entidade a iniciativa da revista refundava a ação editorial do Instituto, tornando-se uma linha mestra da vida institucional. Por outro lado, é muito clara a sua inspiração no modelo da *Revista do IHGB*, inclusive pelo seu formato, integrando artigos que na maioria resultavam das comunicações realizadas nas sessões de estudos e pesquisa mensais, estabelecendo espaço para a publicação de ensaios dos sócios da entidade, além de reunir documentos institucionais como discursos de posse, relatórios de atividades anuais e lista de nomes do quadro social.<sup>28</sup> A grande diferença entre a *Revista do IHGB* e a *Revista do IHGRJ* sempre foi a periodicidade: enquanto o periódico nacional era quadrimestral, a revista do Rio de Janeiro, no seus primeiros anos, era bienal. Por outro lado, nos primeiros tempos a *Revista do IHGRJ* não continha os textos institucionais à moda do IHGB, o que só foi incorporando ao longo dos anos.

O primeiro número da *Revista do IHGRJ*, correspondente ao ano de 1987, foi caracterizado como número especial pelos 30 anos da entidade acadêmica do Rio de Janeiro. A revista representava, as-

<sup>27</sup> Ata de 10 de dezembro de 1987.

<sup>28</sup> Os só apareceriam na revista a partir do terceiro número, correspondente aos anos de 1994/1995.

sim, uma novidade na vida da instituição, mas ao mesmo tempo não deixava de se instalar na continuidade da história do Instituto, fazendo referência à sua origem no ano de 1957. Por outro lado, chama atenção o fato de que a revista não ganhou o nome completo e oficial do Instituto à época, suprimindo a referência ao Estado. Assim, no topo da capa branca aparecia com destaque o nome do periódico e no meio entre faixas horizontais, além da marca do Instituto vinha o seu nome completo fazendo referência ao estado. Nesse sentido, ainda que apresentada como programa de continuidade dos primeiros tempos da entidade, a revista ao ser criada também expressava o dilema entre a identidade estadual e municipal do Instituto que era próprio dos novos tempos posteriores à fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro de 1975 e que custava a ser superado, como se constata. Por outro lado, o nome da revista também anunciava os novos tempos da vida institucional, como que aguardando a mudança estatutária que consagraria a mudança do nome do Instituto. Nos números seguintes, a referência ao nome da entidade desapareceria, ficando entre as faixas horizontais apenas o brasão da entidade no centro da capa.

Em termos de direção editorial, nos primeiros tempos, a revista não tinha um editor nomeado. No segundo número, do ano do biênio de 1990/1991, é que depois dos nomes da diretoria aparecem indicadas as comissões permanentes e seus membros, incluindo a Comissão de Redação da Revista ou Anuário, composta: Geraldo de Menezes, jurista que acumulava a função com a de Secretário-Geral da instituição; Herculano Gomes Mathias, conservador do Museu Histórico Nacional; e Vicente Tapajós, professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A cada novo número, a composição da comissão se renovaria a partir de então.

No tempo da presidência de Antonio Pimentel Winz, conservador do Museu Histórico Nacional e que presidiu o IHGRJ de 1993 a 1999, a revista passa a contar com uma dupla de editores: entre 1996 e 2001 - Miridan Britto Knox Falci, professora de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que acumulava inicialmente a função com o posto de Primeira Secretária da instituição, e Carlos Wehrs, médico e

historiador, membro do Conselho Fiscal; entre 2002 e 2006 - Miridan Brito Knox Falci divide a função com Therezinha de Moraes Sarmiento, museóloga, professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Ao lado dos editores, estabeleceu-se ainda um Conselho Editorial, composto por quatro sócios, que se renovou ao longo tempo das sucessivas edições, combinando-se com a Comissão de Redação da Revista e/ou Anuário que continuou existindo conforme os estatutos e renovada a cada nova eleição de diretoria. Esta nova direção, a partir de 1998, inaugurou a fase anual da revista, mudando assim sua periodicidade regular.

Esta estrutura de direção da revista por uma dupla de editores teve a continuidade garantida pela nova presidência de Cybelle de Ipanema, no cargo de 2000 a 2011. Foi apenas no número de 2007 que Miridan Brito Knox Falci assume sozinha a função de editora da revista. Cabe observar que a editora da *Revista do IHGRJ*, como sócia do IHGB, acumulou durante algum tempo a função com a de editora da *Revista do IHGB*, o que aproxima as iniciativas editoriais da entidade nacional e estadual. Rogéria de Ipanema, professora da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, assumiu como editora dos números dos anos de 2010 e 2011 e inovou na organização criando dossiês temáticos, promovendo a mudança de capa, além de junto com a presidente Cybelle de Ipanema, obter o apoio da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro para viabilizar a publicação da revista.

Em relação aos autores, evidencia-se uma aproximação do Instituto com as esferas universitárias, especialmente com pesquisadores ligados a programas de pós-graduação. Esse movimento da revista certamente expressa a tendência de renovação do quadro social dos IHGRJ que passa a ter uma presença cada vez maior de professores titulados pelas universidades e uma menor presença de historiadores e pesquisadores independentes. Essa tendência também caracteriza um aumento médio de páginas dos artigos publicados, apoiados em maior número de fontes de época.

Finalmente, o caráter acadêmico e profissional da revista se afirma no ano de 2000 com a obtenção do registro bibliográfico ISSN que

identifica periódicos e, em seguida, com a inclusão da *Revista do IHGRJ* no sistema de qualificação de periódicos Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação.<sup>29</sup>

## POR DENTRO DA REVISTA

Com base na análise do índice da *Revista do IHGRJ*, publicado em 2007 e que cobre os números publicados entre os anos de 1987 a 2006, e na realização de levantamento temático dos números posteriores até 2012, é possível caracterizar os assuntos e temas tratados na *Revista do IHGRJ*. Uma possível abordagem geral do se que encontra nas páginas da revista, em aproximadamente 500 textos, permite caracterizar 7 grupos de assuntos gerais que cobrem a maioria dos temas publicados: Estudos sobre a cidade e o estado (24%); Instituições (22%); Personagens da história (18%); Biografias de associados (16%); Estrutura espacial (8%); e Bibliografias e genealogias (4%) – havendo ainda um conjunto diversificado em que se incluem os documentos institucionais como os relatórios anuais de atividades. Há assim um quadro abrangente dos objetos de estudo que se constituíram como foco de pesquisa e sua presença proporcional no conjunto no seio do IHGRJ ao longo dos anos de existência da sua revista.

O maior conjunto de textos da *Revista do IHGRJ* é reunido na categoria de *Estudos sobre a Cidade e o Estado*, representando perto de um quarto dos textos publicados. Trata-se de extenso conjunto que cobre ao menos 20 temas cariocas e fluminenses: Planejamento Urbano, Transportes, Favelas, Colonização, Relações Exteriores e Diplomacia, Economia, Referências Históricas, Ocupação do Território, Gastronomia, Estatísticas e Geografia, Gêneros Musicais, Inquisição, Saúde e Epidemias, Geologia e assuntos correlatos, Vegetação, Agricultura e Pecuária, Criminalidade e Astronomia e Grupos Étnicos e

---

<sup>29</sup> FALCI, Miridan Britto. A Revista do IHGRJ – trajetória e reflexões. *Revista do IHGRJ*, p.27-33, ano 13, n. 13, 2004.

Religiosos. Este conjunto é, sem dúvida, o cerne dos trabalhos da *Revista do IHGRJ* e que dá identidade a linha editorial e que se alinha a natureza da instituição a que pertence e representa.

Neste universo de textos publicados na revista, incluem-se análises específicas sobre temas relevantes concernentes à cidade ou ao estado. Em torno dos estudos sobre a cidade e o estado, reúnem-se os textos que tratam os principais planos de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, analisam os sistemas de transportes, rodoviário e ferroviário (principalmente), os processos de colonização ocorridos no estado e a ocupação espacial do território, enfatizando, sobretudo, o processo de organização de sesmarias e de ordenação territorial, a ordenação dos processos econômicos ao longo do tempo (extrativismo, agricultura, indústria e serviços), as relações diplomáticas, nem sempre tranqüilas, entre parceiros internacionais do Brasil, análises ambientais em diferentes escalas, que desvendam reservas naturais do estado e orientam políticas de exploração, textos que tratam dos aspectos estatísticos (demográficos e econômicos), trabalhos que examinam as disfunções econômicas e sociais, geradoras de problemas de ocupação do solo e distribuição da renda (favelas, criminalidade), estudos que tratam dos aspectos culturais de nossa sociedade (indo dos estudos sobre a Inquisição, à posição da mulher na sociedade, até as questões concernentes à evolução dos gêneros musicais, passando pelos textos que acompanham a preservação de nossos ativos científicos e culturais, materiais e imateriais).

O segundo conjunto que predomina na *Revista do IHGRJ*, quase em igual proporção, representando cerca de um quinto do total de textos publicados, reúne estudos classificados no grupo *Instituições* e enfocam principalmente a criação e o trabalho desenvolvidos pelos Institutos Históricos e Geográficos, bem como Academias de História municipais do estado do Rio de Janeiro, além de em várias ocasiões descrever e historiar o papel do IHGRJ e / ou suas relações com o IHGB. Outras instituições também foram objeto de estudos, principalmente as relacionadas com o mundo das religiões. Ainda que a ênfase recaia sobre a Igreja católica (as principais igrejas e as organizações que estruturam a Cúria, como as Irmandades e seus conventos), outros grupos religio-

so também são abordados, como os judeus e os de origem africana. Também nesse grupo se colocam os artigos que trataram das instituições governamentais, tais como estabelecimentos militares (fortes, quartéis e belonaves) e de suas ações históricas, que aconteceram no território da cidade ou do estado, além de outras instituições e corporações públicas de estado (bombeiros, colégios, hospitais, universidades, segurança pública etc.). A imprensa escrita foi igualmente uma instituição social que gerou muitos artigos, especialmente na análise de antigos periódicos que fizeram sucesso, tanto na capital, quanto nas cidades do interior. Do mesmo modo, as associações filantrópicas, como o Rotary Club, foram tratadas em alguns artigos, com o pretexto de serem homenageadas por alguns sócios do instituto.

Nas páginas da *Revista do IHGRJ*, encontra-se ainda como assunto recorrente o estudo sobre *Personagens da história*, que, normalmente, homenageiam pessoas que desempenharam papel relevante na história e na geografia da cidade e / ou do estado. Este conjunto representa o terceiro maior conjunto de textos publicados na revista. Trata-se de personagens, cujas atuações foram decisivas e carregaram marca pessoal, por meio de escritos, realizações em diversos campos de ação, que podem ser reunidos em categorias sócio-profissionais, como: advogados, juizes, arquitetos e urbanistas, historiadores, geógrafos, cartógrafos, arquivistas, engenheiros, educadores, antropólogos, arqueólogos, físicos, químicos, astrônomos, militares, industriais, produtores rurais (que no caso do Rio de Janeiro são representados pela aristocracia do Vale do Rio Paraíba do Sul Fluminense), políticos e gestores públicos, bem como lideranças comunitárias. Incluem-se ainda homenagens a personagens de classes populares, como escravos e trabalhadores, que tiveram papel relevante no movimento popular carioca e fluminense, ou que concorreram para o desenvolvimento de ação cultural. O caso emblemático é o de Tia Ciata e sua liderança nos primórdios do samba carioca. Finalmente, destaca-se um grande grupo que também deu relevância à história cultural do Rio de Janeiro: pintores, escultores, desenhistas e cartunistas, músicos, fotógrafos e atores. Esses artistas marcaram presença nos textos que tratam a história de manifestações culturais no estado.



Relacionado a este conjunto em termos temático e quantitativo, constitui-se o grupo de textos sobre *Biografias de associados*, que se caracteriza principalmente por reunir os discursos que os novos sócios fazem dedicados aos patronos de suas respectivas cadeiras e aos sócios titulares que estão substituindo, ou por falecimento, ou por promoção para condição de benemérito. Aqui também estão as saudações que um sócio (titular ou benemérito) faz ao novo membro no dia da posse. É um conjunto de textos bem interessante para a prosopografia da comunidade de pesquisadores da cidade e do estado do Rio de Janeiro.

Alguns textos da revista tematizam a *Estrutura espacial*, enfatizando a geografia de ações individuais ou coletivas, de governo ou empresariais, de grupos econômicos, culturais, étnicos ou religiosos. Os exemplos de estudos sobre a escravidão no Vale do Paraíba, de colônias japonesas em Santa Cruz (bairro carioca) e Itaguaí (município), de alemães em Niterói e negros e judeus na Praça Onze, a Pedra do Sal, na área portuária da cidade do Rio de Janeiro, são apenas algumas amostras dessa abordagem. Além disso, análises que explicam ações governamentais em locais específicos, com no caso das obras do prefeito Pereira Passos na área central da cidade do Rio de Janeiro, a estruturação espacial dos bairros portuários e textos que discorrem sobre cidades fluminenses, principalmente as do Vale do Rio Paraíba do Sul, e do litoral sul do estado estão nesse conjunto temático.

Na *Revista do IHGRJ* surge ainda um pequeno conjunto de textos de apoio e referência para a pesquisa que se caracteriza pela organização de *Bibliografias e genealogias* que serve à orientação inicial para pesquisas. Os exemplos de repertórios de bibliografia geral sobre o estado do Rio de Janeiro, sobre os municípios fluminenses em termos específicos e o estudo sobre a genealogia dos prefeitos cariocas são os mais relevantes nessas matérias.

Diante deste quadro da produção da *Revista do IHGRJ* ao longo de seus 25 anos de existência, é possível concluir que em suas páginas se constitui um acervo científico e cultural valioso que retrata épocas e tendências dos estudos cariocas e fluminenses, além de registrar uma massa crítica acumulada de conhecimento sobre a cidade e o estado do Rio de Janeiro, capaz de oferecer material de interesse para pesquisa-

dores e estudantes. Destaca-se o fato de que realmente a linha editorial é claramente demarcada pelo foco nos temas cariocas e fluminenses, definindo a marca da revista e do IHGRJ.

De um modo geral, observa-se que, em seus primeiros números, a revista era, sobretudo, um espaço para textos de opinião e de notas ou notícias de pesquisa, que se expressavam em textos mais curtos. Um bom exemplo disso é o texto de Frieda Wolf, conhecida pesquisadora da história dos judeus no Brasil e no Rio de Janeiro e sócia do IHGB, que no número de 1987 publicou artigo de apenas duas páginas sobre a poluição na cidade do Rio de Janeiro chamando atenção para o fato de se tratar de um problema histórico ao fazer referência a uma postura da Câmara municipal do início do século XIX sobre o controle de curtumes, abordando assim questão distante de seu campo de investigação.<sup>30</sup>

Por outro lado, observa-se que depois de 1997, com a constituição de uma direção editorial mais firme, baseada na nomeação de editores e conselho editorial, a revista se caracterizou por artigos mais densos em termos de diálogo historiográfico e com base em levantamento sistemático de fontes. Ao longo do tempo, este tipo de trabalho é que se afirma nas páginas da revista, fazendo desaparecer ensaios de opinião. Mesmo os ensaios motivados por homenagens ou efemérides, passam a se sustentar em bases de pesquisa mais consistentes. Ao lado disso, a revista passa a publicar resenhas, expressão da intenção de discutir a bibliografia especializada mais recente. Há uma evidente aproximação dos procedimentos de pesquisa e escrita difundidos pelo padrão universitário e afirmado no Brasil por meio da pós-graduação. Não sem razão, observa-se igualmente que o perfil dos autores se caracteriza cada vez mais pela inserção profissional no meio universitário.

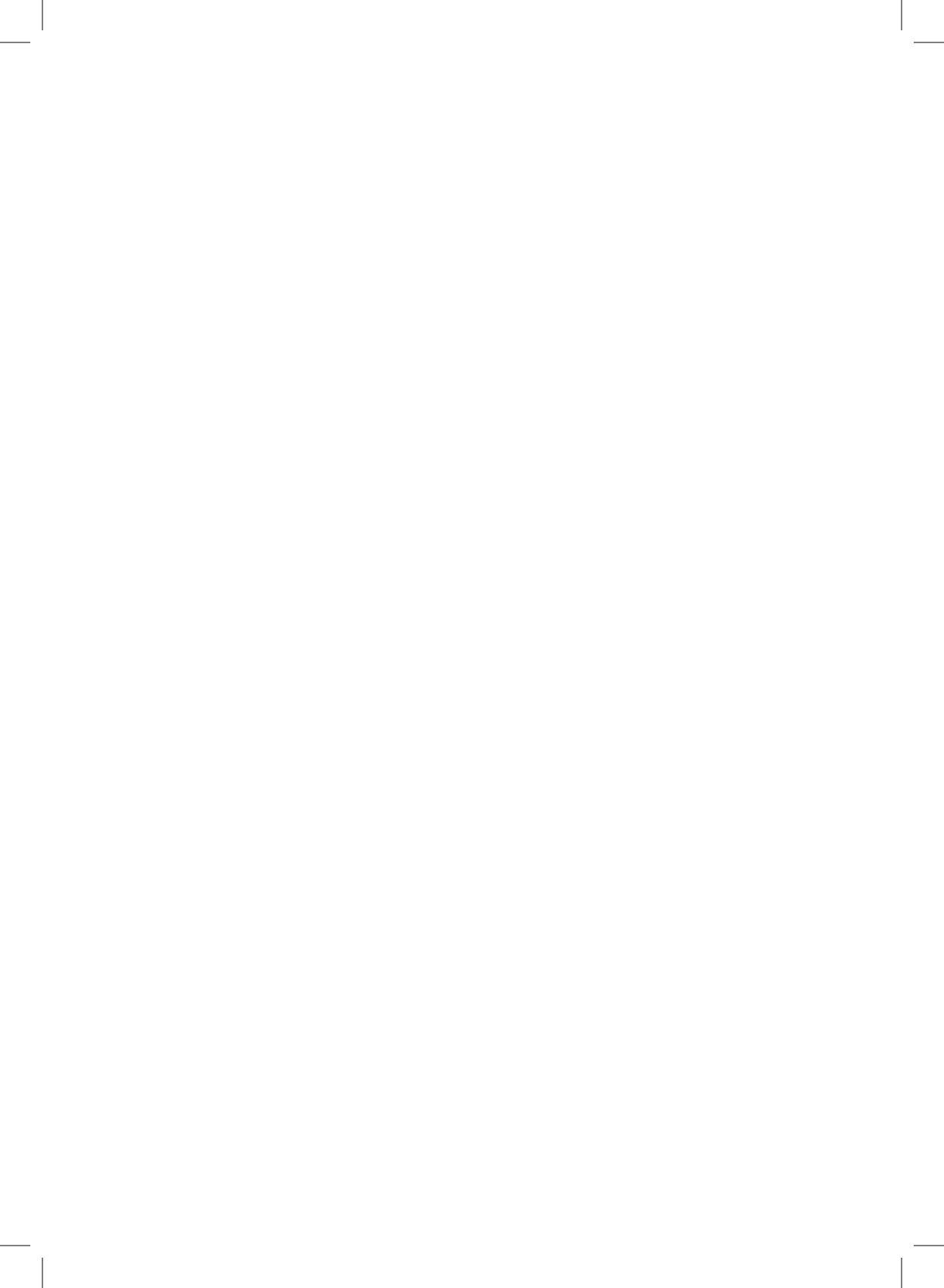
Nesse sentido, acompanha-se nas páginas da *Revista do IHGRJ* como a instituição foi deixando seu perfil engajado em temas da atualidade e de mobilização da sociedade para assumir um perfil mais estritamente acadêmico, constituindo-se em pólo de concentração do

---

<sup>30</sup> WOLFF, Frieda. Poluição. *Revista do IHGRJ*, n. 1, p.102-103, ano 1987.

interesse pelo estudo e pesquisa da história e da geografia carioca e fluminense. A história da Revista do IHGRJ, criada num momento de transformação da entidade acadêmica de estudos de história e geografia fluminense, expressa o movimento de renovação da instituição e de constituição de um novo perfil que a afasta da tomada de posição engajada sobre questões da sociedade, para se afirmar em espaço de debate especializado e de diálogo entre pares dedicado ao estudo e à pesquisa sobre a cidade e o estado do Rio de Janeiro.

Artigo recebido em 31 de março de 2013. Aprovado em 20 de abril de 2013.



A REVISTA  
CENTENÁRIA DA  
CASA DE SERGIPE  
(1913-2013)

THE MAGAZINE  
CENTENNIAL HOUSE  
SERGIPE  
(1913-2013)

Ibarê Dantas\*

RESUMO

Este trabalho analisa a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) no ensejo das comemorações de seu centenário. Criado em 1913, no ano seguinte à fundação do IHGSE, o periódico atravessou momentos diferenciados, constituindo fases sequenciais com características específicas. Este escrito destaca o contexto em que os artigos foram produzidos e publicados, a regularidade e as descontinuidades, os autores e as tendências, as dificuldades encontradas e as realizações. Ao final, esboçaremos uma breve avaliação do significado das suas contribuições ao acervo cultural de Sergipe.

**Palavras-Chave:** Cultura, Intelectuais, Periódico, Sergipe.

ABSTRACT

This paper *analyzes* the Sergipe's Historical and Geographical Institute ("IHGSE") Journal on the occasion of its centenary celebrations. Created in 1913, one year after the foundation of the Institute, the Journal went through different moments, representing sequential phases with specific characteristics. This writing highlights the context in which the articles were produced and published, the regularities and discontinuities, authors and trends, difficulties and achievements. Finally, it intends to outline a brief assessment of the significance of their contributions to the cultural heritage of Sergipe.

**Keywords:** Culture, Intellectuals, Journal, Sergipe.

\* José Ibarê Costa Dantas é historiador com formação em Ciência Política, Doutor Honoris Causa pela UFS. Presidiu o IHGSE de 19.12.2003 a 19.01.2010. E-mail: jibare@infonet.com.br.

## INTRODUÇÃO

Desde quando o IHGSE foi fundado em 1912, com o apoio de magistrados e professores, a publicação de uma revista esteve no horizonte de seus fundadores. Inspirados no exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos congêneres estaduais, a ideia de lançar um periódico destinado a enriquecer e cultivar as tradições culturais do Estado aparecia como um dos objetivos mais almejados.

Os discípulos de Tobias Barreto e Sílvio Romero que residiam em Sergipe, impregnados do cientificismo da época, acreditavam na importância do debate e na divulgação do saber como forma de contribuir para o esclarecimento da sociedade. E tal era o entusiasmo que, formalizada a instituição com seu quadro de diretores e associados, a criação da Revista foi anunciada como projeto de publicação trimestral e, em 1913, começaria a circular. A ambição de editar quatro números anuais de fato nunca se concretizou. Mas, apesar das dificuldades conjunturais, algumas das quais relativamente duradouras, o periódico resistiu. Sofreu ausências prolongadas, entretanto nunca foi abandonado e, ao celebrar seu centenário, aparece como o mais longo do Estado.

Ao lembrar aqui sua trajetória, por vezes dificultosa, destacamos os momentos históricos em que o material foi divulgado, os textos produzidos, os principais atores envolvidos e a sua importância para o cenário cultural de Sergipe. Para tanto, tomamos por base algumas obras, especialmente o livro de Itamar Freitas que estudou sistematicamente a Revista no período de 1913-1999,<sup>1</sup> e uma memória que publicamos em 2012 por ocasião das celebrações do centenário da *Casa de Sergipe*,<sup>2</sup> como carinhosamente é chamado.

---

<sup>1</sup> FREITAS, Itamar. *A Escrita na "Casa de Sergipe"*. São Cristóvão: EDUFS - F. Oviêdo Teixeira, 2002. O mesmo autor produziu sua dissertação de mestrado com texto mais vasto e de maior importância: *A Casa de Sergipe. Historiografia e Identidade na Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe*. 2000. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Ibarê Dantas. *História da Casa de Sergipe: Os 100 anos do IHGSE 1912-2012*. São Cristóvão, Ed. UFS; Aracaju: IHGSE, 2012, 491 p.

Em torno dessas leituras, a análise da Revista do IHGSE, por ocasião de seu centenário, revela, ao menos, quatro fases de sua produção e circulação: a primeira, de 1913 a 1929; a segunda de 1939 a 1965; a terceira fase de 1976 a 2002 e, a última fase, de 2005-2012.

### PRIMEIRA FASE (1913-1929)

Denominamos de primeira fase o período de 16 anos que se iniciou com o lançamento do número um da Revista e prosseguiu até o número 14 em 1929. Foi no tempo da Primeira República, quando a intelectualidade local concentrava-se nos profissionais das áreas de direito e medicina, em geral formados na mentalidade cientificista, influenciados pelo monismo mecanicista de Haeckel, pelo evolucionismo de Spencer e pela antropogeografia de Ratzel.<sup>3</sup>

A ideia de publicar trimestralmente uma Revista constou no § 4º do artigo 1º dos Estatutos aprovados em 27.08.1912 e sua instituição praticamente aconteceu quando o sócio fundador Prado Sampaio, com certa modéstia anunciou: “Esta Revista que lhe é um dos órgãos, não terá o brilho do espelho de Arquimedes, não refletirá luz ao longe; mas lhe será o refletor de suas labutas e canseiras, de seus desalentos ou conquistas.”<sup>4</sup>

No ano seguinte a esse anúncio, apareceu o primeiro número, revelando os documentos básicos da organização do Sodalício e dois trabalhos de cunho histórico. Apesar da ambição de editar um periódico trimestral, a realidade impediu a concretização desse projeto. Os diretores conseguiram publicar apenas por quatro anos dois números.<sup>5</sup> Nos demais

<sup>3</sup> Itamar Freitas. *Ob. Cit.*, p. 66.

<sup>4</sup> O escrito que anunciou foi datado de 21.09.1912. RIHGSE, n.1. 1913, p. 25.

<sup>5</sup> Os quatro anos foram em 1913, 1914, 1916 e em 1929. A numeração dessa fase é um tanto complicada. Fala em ano, fascículo, volume e, às vezes, em trimestre sem regularidade nos critérios. Exemplos: o n. 02, 1913, aparece como correspondente ao 2º, 3º e 4º trimestres; n. 03, 1914, Fascículo (F) I Vol. II; n. 4, 1914, ano 2, F. II e Vol. II; n. 05, 1916, F. III e IV. Vol. II; n. 6, 1916, F. I a IV, Vol. III; n. 7, 1917 (sem indicação de F. ou Vol); n. 8, 1919, Ano IV, Vol. IV; n. 09, 1920, Ano V, Vol. V; n. 10, 1925, Ano VI a X, F. 2; n. 11, 1926, Anos VI e X; n. 12, 1927, Anos XI e XII, Vol. VII; n. 13, 1929, Ano XIII, Vol. VIII; n. 14, 1929, ano XIV, Vol. IX.

anos dessa fase, quando muito apareceu uma Revista por ano, deixando de circular em sete anos.<sup>6</sup> Mesmo assim, em termos de frequência, essa primeira fase revelou-se mais exitosa do que as duas subsequentes.

Nos primeiros nove anos de existência do IHGSE, dois desembargadores sucessivamente presidiram o Sodalício, contaram com o apoio dos presidentes do Estado da época e imprimiram uma rotina de funcionamento em certa medida profícua, da qual a Revista foi o fruto mais duradouro,<sup>7</sup> com tiragem média de trezentos exemplares dos números um até o oito. A menor produção tudo indica que fora o número nove com 200 unidades.<sup>8</sup>

Uma das maiores limitações desse período foi a carência de sede própria, levando o Instituto a mudar de local de tempos em tempos, motivo pelo qual a diretoria eleita em 1927 decidiu concentrar todas as energias na campanha pela construção de sua casa exclusiva, deixando a edição da Revista para quando houvesse estabilidade.

Não obstante esses problemas, os 14 números publicados nessa fase divulgaram um conjunto de matérias relacionadas ao Sodalício, tais como estatuto, atas das reuniões da diretoria, participantes das comissões permanentes, listagem de membros da diretoria, relação dos sócios honorários, beneméritos, efetivos e correspondentes, discursos, palestras etc. Entretanto, mais importante foi a reprodução de documentos históricos e artigos sobre a realidade sergipana.

Lembremo-nos que, na época, o Estado era desprovido de curso superior. Os periódicos que apareciam, além de sua duração efêmera, eram em geral de poucas páginas, voltados para questões literárias, salvo a *Revista Agrícola* e a *Forense* que circularam alguns anos na primeira década. Havia, portanto, uma grande carência na área de ciências humanas, e os intelectuais que se interessavam pelo passado de Sergipe dispunham apenas de jornais para suas publicações ligeiras.

<sup>6</sup> Deixou de circular em 1915, 1918, 1921, 1922, 1924, 1928.

<sup>7</sup> Ver Ibarê Dantas. *História da Casa de Sergipe: Os 100 anos do IHGSE 1912-2012*. São Cristóvão, Ed. UFS; Aracaju: IHGSE, 2012, p. 49-106.

<sup>8</sup> Itamar Freitas. *Ob. cit.*, 2002. p. 23.



A Revista do IHGSE significou então um grande estímulo para os escritores desse tempo que encontraram nesse veículo uma oportunidade para expor suas reflexões de conformidade com as finalidades da instituição de

(...) publicar os documentos, memórias e crônicas relativas às datas históricas, à distribuição geográfica, às curiosidades arqueológicas, ao folclore, à etnografia e línguas dos indígenas a tudo que possa concorrer para a História do Brasil e especialmente de Sergipe.<sup>9</sup>

Percebendo que para escrever a História era necessário conhecer as fontes, uma das principais preocupações dos organizadores da Revista foi a divulgação de documentos básicos. Por exemplo, as Atas do Conselho do Governo da Província, que tratavam das atividades legislativas do período 1824-32, informando sobre “a criação de vilas e freguesias, abastecimento, segurança, eleições, receita e despesa, limites entre Sergipe e Bahia,”<sup>10</sup> terras indígenas, tentativas de revoltas dos escravos, ensino, migrações, conflitos entre lavradores e agricultores, entre outros assuntos, passaram a ser publicadas. Além disso, havia os artigos informativos e/ou substanciais.

A emancipação política de Sergipe recebeu número especial por ocasião do primeiro centenário, quando, além de textos sobre o tema, foi transcrito o Decreto assinado por D. João VI, tornando a capitania de Sergipe d’El-Rey independente da capitania da Bahia. Ademais, publicou-se a relação dos governantes de Sergipe desde os tempos de província. O número 8 foi dedicado à *Memória sobre o poder legislativo em Sergipe (1824-1889)* (sic) de autoria de Lima Júnior, que também publicou trabalhos atinentes à história de dois municípios e, especifica-

<sup>9</sup> Estatutos do IHGSE, artigo 1º Parágrafo 1º RIHGSE, n.1. 1913. No Parágrafo 2º trata exclusivamente da finalidade de escrever biografias daqueles com serviços prestados a Sergipe.

<sup>10</sup> Itamar Freitas. *Ob. cit.*, 2002. p. 32.

mente, sobre a Revolução de Santo Amaro (n. 5), que até hoje continua como a grande referência historiográfica sobre o assunto.<sup>11</sup>

Dentro do variado elenco de temas tratados, lembramos o *Glosário Etimológico dos nomes da língua tupy na Geografia do Estado de Sergipe* (n. 5) do erudito sergipano Armindo Guaraná.<sup>12</sup> Sobre os indígenas, procurou-se também, por meio de palestra, despertar o público para o tema. Entretanto, nessa primeira fase, não encontramos análises específicas sobre o negro nem referências nos Estatutos.

Na área da geografia, aparecem estudos analisando o território, o relevo, a vegetação, a hidrografia, enfim, as características do espaço do Estado. Os estudos biográficos ocuparam muitas páginas do órgão do IHGSE, objetivando interpretar formas de pensamento e estabelecer referências exemplares com finalidade educativa. De um lado, houve os trabalhos sobre as obras de intelectuais sergipanos, como Sílvio Romero, Tobias Barreto, João Ribeiro. De outro, apareceram as histórias de vida de vultos históricos, de artistas, políticos e/ou profissionais liberais destacados.

Para Itamar Freitas, as biografias,

estavam em concordância com o caráter comemorativo da instituição e os critérios estabelecidos para a escolha dos retratados nas outras atividades memorialísticas (bustos, pinturas): estadistas, políticos literatos, sábios e artistas.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> Francisco Antonio de Carvalho Lima Júnior nasceu na cidade de Itabaiana (1856-1929) e revelou-se um dos maiores historiadores do seu tempo. Deixou ampla produção historiográfica. Sobre Lima Jr., ver José Wilson Moura Santos. *A Historiografia de Francisco de Carvalho Lima Júnior: Introdução e Antologia*. Monografia de Graduação. São Cristóvão, UFS, 2002. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*, Rio de Janeiro, Pongetti & Cia., 1925.

<sup>12</sup> Manuel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924) nasceu em São Cristóvão e bacharelou-se em Direito em Recife. Foi promotor, juiz e desembargador. Pesquisador dedicado, foi assíduo colaborador da Revista nessa fase. Deixou *Catálogo informativo sobre os jornais de Sergipe do período 1832 a 1908 e o engenhoso Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano* publicado em 1925, quando já havia falecido.

<sup>13</sup> Itamar Freitas. *Ob. cit.*, 2002. p. 45.

Certos movimentos cívicos também mereceram publicação, como foi o caso da *Liga Sergipana contra o Analfabetismo* (n. 8). Entretanto, o tema que despertou mais debate foi a questão dos limites com a Bahia. Como havia queixas dos sergipanos, principalmente a partir das primeiras décadas do século XIX, ainda em 1913 foi provocada a discussão e, ao longo dos anos, os debates internos foram enriquecidos pelos ensaios divulgados pela Revista.

Embora o historiador Felisbello Freire e seu mano Laudelino Freire, tenham publicado suas Histórias de Sergipe em 1891 e 1898, respectivamente, havia a percepção de que ambas careciam de complementação. A primeira chegava até meados do século XIX e a segunda, embora avançasse mais no tempo, tinha caráter didático voltado para os estudantes do primeiro grau.

Sem menosprezar esses precedentes, a intelectualidade do Instituto parecia perceber que era necessário alargar o campo de estudo, disponibilizando para o público documentos relevantes e textos interpretativos, entre os quais os *Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe*<sup>14</sup>(1860) (n. 6), considerado por alguns como a primeira tentativa de esboço da história local. Foram divulgadas também reflexões teóricas como o artigo sobre concepção de História. Apareceram também estudos interpretativos engenhosos entre os quais *Etno-Psicologia e geografia social sergipana* (n. 6), escrito por Prado Sampaio Leite, um dos mais assíduos colaboradores, encarregado da edição da Revista até meados dos anos vinte.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Antonio José da Silva Travassos, Comendador (1832-1872). Proprietário rural, dedicou-se ao foro e foi tabelião do judicial. Homem dinâmico e audacioso, participou de vários embates políticos e deixou memórias sobre a história de Sergipe. Cf. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*, Rio de Janeiro, Pongetti & Cia., 1925.

<sup>15</sup> Joaquim do Prado Sampaio Leite (1865-1932). Nascido em Aracaju, bacharel em Direito em Recife, foi promotor público, juiz de Direito em Sergipe, professor de Literatura, Lógica e Psicologia e Direito Público no Atheneu Sergipense. Ver Jackson da Silva Lima. *Os Estudos Filosóficos em Sergipe*, Aracaju, Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, p. 78.

Outros colaboradores assíduos e destacados foram: Manuel dos Passos de O. Teles<sup>16</sup>, Costa Filho<sup>17</sup>, Moreira Guimarães,<sup>18</sup> Elias Montalvão<sup>19</sup> e Caldas Barreto<sup>20</sup>. Epifânio Dória (1884-1976)<sup>21</sup> também colaborou com alguns artigos, com a seleção de documentos copiados da Biblioteca Pública, da qual ele era diretor, e como responsável pela Revista a partir de 1926.

No conjunto, essas colaborações foram de grande importância para o movimento intelectual sergipano com amplos efeitos reprodutivos. Afinal, revelavam descobertas e representações que começavam a ser construídas a partir dos documentos e da elaboração das memórias específicas sobre acontecimentos e personagens. À medida que esse acervo era publicado, nas páginas da Revista, estimulava-se o debate, a busca por novas investigações e a ampliação do conhecimento sobre a História estadual.

---

<sup>16</sup> Manuel dos Passos de Oliveira Teles (1859-1935) natural da vila do Socorro em 1859, formou-se em Direito por Recife em 1885. Foi promotor e juiz. Dedicou-se ao ensino a produzir poesias, contos, novelas, ensaios e uma peça de teatro. Era um dos intelectuais sergipanos mais produtivos nas primeiras décadas do século XX. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. *Ob. cit.*, p. 216-218 e Jackson da Silva Lima. *História da Literatura Sergipana*, Aracaju, Fundesc, 1986, vol.2, p. 475.

<sup>17</sup> Luiz José da Costa Filho (1886-1948) nasceu na cidade de Propriá. Dedicou-se ao jornalismo, cursou Direito da Bahia e deixou vasta produção. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*, Rio de Janeiro, Pongetti & Cia., 1925, p.

<sup>18</sup> Antonio Maria Moreira Guimarães (1868-1940) nasceu em Laranjeiras a 11 de junho de 1868. Esteve na Escola Militar da Praia Vermelha e a deixou por motivo de saúde. Dedicou-se ao magistério, formou-se em Direito em 1902.

<sup>19</sup> Dr. Elias Rosário Montalvão (1873-1935). Natural de Campos, hoje Tobias Barreto, fez os preparatórios em Aracaju, empregou-se no comércio, na Fazenda Pública e trabalhou na Delegacia de Aracaju. Formou-se em Odontologia na Bahia, mas se dedicou, sobretudo, à administração pública e aos estudos de História de Sergipe. Cf. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. *Ob. cit.*, 1925, p. 68. Ver também Leila Angélica Moraes de Andrade. “Para formação do bom sergipano”: Um estudo do livro didático *Meu Sergipe*, de Elias Montalvão (1916). *Cadernos da UFS – História da Educação*. São Cristóvão, v. 5, n.1, p. 91-103, 2003.

<sup>20</sup> Desembargador Manoel Caldas Barreto Neto (1871-1928) nasceu em Aracaju, em 1871, formou-se em direito pela Faculdade de Recife em 1892. Foi juiz municipal, juiz de direito, desembargador de 1912-1925, presidente do IHGSE nos períodos de 1916-21 e 1923-25. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*, Rio de Janeiro, Pongetti & Cia., 1925, p. 204.

<sup>21</sup> Sobre Epifânio Dória, ver Ibarê Dantas. *Ob. cit.* 2012.

## SEGUNDA FASE (1939-1965)

Da primeira para a segunda fase da Revista, houve um grande hiato. Quando os recursos federais para construção da sede pareciam assegurados, eclodiu a Revolução de 1930 e as negociações foram retomadas de forma lenta e problemática, absorvendo todas as energias da diretoria. Em 1933, as obras foram iniciadas e, dois anos depois, quando o esqueleto do prédio estava erguido, faleceu Nobre de Lacerda, presidente do IHGSE e um dos responsáveis pelo ordenamento das despesas do empreendimento. Epifânio Dória, o tesoureiro, ocupado como secretário do interventor, somente em 1937 pôde reativar a Instituição. Convocou os sócios e foi escolhido presidente. As obras foram então retomadas, a nova sede foi inaugurada em 1939 e, nesse mesmo ano, o Instituto celebrou o centenário de nascimento de Tobias Barreto com uma semana de preleções. Os textos dessas palestras foram transcritos no número 15 da Revista, que reapareceu após um intervalo de dez anos. Inaugurava-se a nova fase que haveria de perdurar por 26 anos. Durante esse tempo, foram editados 13 números, escritos por novo corpo de escritores, pois boa parte dos fundadores faleceu no final dos anos vinte ou no decorrer da década de trinta. Uma das exceções foi Epifânio Dória, que, depois de presidir a instituição no período 1937-1939, foi cognominado de Secretário Perpétuo e, de fato, ficou até os anos sessenta como o grande gerente do Sodalício, responsável por quase tudo, inclusive pela publicação da Revista.<sup>22</sup>

A essa altura, as visões do mundo haviam se transformado. O mecanicismo do paradigma newtoniano fora superado pela teoria da relatividade que, por sua vez, seria complementada pela física quântica e pelo princípio do indeterminismo. O pensamento católico fortaleceu-se com movimento de renovação, defendendo os direitos do ser humano. A filosofia existencialista expandiu-se expressando as perplexidades diante das tragédias provocadas pela Segunda Grande Guerra.

---

<sup>22</sup> Cf. Epifânio Dória. *RIHGSE*, n. 21, 1955, p. 3-4.

Não obstante o clima pesado do período da guerra, a democratização da sociedade brasileira a partir de 1945 animou as pessoas. O IHGSE, com prédio novo e imponente, vivia um grande momento de atividades. Nos anos cinquenta, em seu auditório aconteceram espetáculos memoráveis, principalmente de música, promovidos pela recém-criada Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS). Nesse meio tempo, a compra de mobiliário e algumas obras de ampliação limitaram as disponibilidades para publicação. Um pouco mais tarde, já nos anos sessenta, a inflação elevada e duas instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que encareceram o preço do papel, agravavam a situação e serviam de motivos para explicar as falhas na periodicidade.

Enquanto isso, vários outros periódicos de pequena dimensão haviam aparecido como a Revista da Academia Sergipana de Letras (1931) e a da Associação Sergipana de Imprensa (1949). Entretanto, quase todas revelavam-se efêmeras ou mais espaçadas do que a do IHGSE. De porte semelhante e, por vezes, mais encorpada, surgiu a Revista de Aracaju (1943) ligada à prefeitura da capital. Com facilidade de recursos para publicação, enriqueceu o meio intelectual, embora sua periodicidade tenderia a ser mais inconstante do que a da Casa de Sergipe.

Quanto aos novos redatores, também deixaram marcas importantes. Padre Aurélio de Vasconcelos Almeida (1911-1999), apesar de viver no interior de São Paulo, pesquisava o passado de seu Estado e enviou dois trabalhos de grande mérito, um sobre *Representação da Província de Sergipe D'el Rei no Parlamento Nacional (1823-1889)* (n. 20) e outro sobre a *Vida do primeiro apóstolo de Sergipe (Pe. Gaspar Lourenço)* (n. 21). José Calazans (1915–2001)<sup>23</sup> escreveu artigos meritórios e tornou-se o historiador mais reconhecido. Mas, em 1947, migrou para Salvador, deixando uma lacuna sentida. *Ve*z por outra, mandava uma contribuição e proferiu a palestra mais importante nas comemorações do jubileu do IHGSE intitulada *O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX* (n. 26).

---

<sup>23</sup> Jairo Carvalho do Nascimento. *José Calasans: A História Reconstruída*. 2004. Dissertação. Mestrado em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Felte Bezerra (1908-1990),<sup>24</sup> figura muito atuante, honrou o pequeno quadro dos intelectuais sergipanos e enriqueceu a Revista com suas contribuições na área da geografia. Entretanto, transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1960 e fez falta. Em Sergipe permaneceram outros colaboradores, entre os quais João Dantas Martins dos Reis, que alimentou o periódico com seus textos sequenciais sobre as instituições jurídicas do Estado. Se as biografias haviam ocupado antes vasto papel, nesse novo período ampliaram-se em grande parte sob a lavra de Epifânio Dória, abnegado investigador do passado sergipano. A discussão sobre a Revolta de 1906 provocou depoimentos bastante informativos sobre esse movimento político liderado por Fausto Cardoso. Continuaram também a aparecer artigos interessantes sobre os municípios.

Mas, exceto essas criações acima assinaladas, em boa parte foi uma produção descritiva e impressionista, por vezes superficial, própria de amadores sem sólida formação, indicando carência de pesquisadores na área da História.

No início dos anos sessenta, as dificuldades do IHGSE se acentuaram. Epifânio Dória, envelhecido, com problemas de visão e audição teve atuação diminuída. Os fundos de manutenção se tornaram mais escassos, a intervenção militar tornou os ambientes suspeitos e, depois de 1965, a Revista deixou de circular temporariamente. Com o afastamento desse operoso administrador, custou a aparecer um presidente que enfrentasse os desafios de reativar o funcionamento do Instituto e fazer circular seu órgão de comunicação.

### TERCEIRA FASE (1976-2002)

Quando o IHGSE atravessava um momento difícil, a professora Maria Thétis Nunes aceitou os apelos dos colegas de magistério para assumir a presidência da instituição e, em 1972, tomou posse. Seis anos

<sup>24</sup> Ver Beatriz Góis Dantas e Verônica M. M. Nunes (orgs). *Destinatário: Felte Bezerra. Cartas a um antropólogo Sergipano (1947-1959 e 1973-1985)*. São Cristóvão-SE, Editora da UFS, 2009.

depois, reapareceu a Revista em nova fase com o número 27 de 136 páginas. A citada mestra permaneceu à frente do Sodalício até 2003, num período de grandes transformações no Brasil e no mundo. Basta lembrar as mudanças nas relações internacionais com o fim da Guerra Fria e a derrocada de quase todos os regimes totalitários sob a denominação de Ditadura do Proletariado. No Brasil, transitamos do Estado Autoritário (1964-1984) para um regime democrático em contínua fase de construção. Vivenciamos um período de grande crescimento econômico e hiperinflação, corroendo salários e provocando turbulências financeiras até conquistarmos a estabilidade econômica em 1994, a partir da implantação do Plano Real.

Todo esse processo reproduziu-se em Sergipe através dos vários governos que se sucederam. As associações culturais proliferaram. Foram criados novos mecanismos institucionais para captação de recursos e, durante esse tempo, o Instituto editou sete números, quase todos expressando nas apresentações algumas dificuldades<sup>25</sup> No conjunto, foi o período de menor produção e circulação.<sup>26</sup>

Apesar disso, houve avanço em alguns aspectos. Diante a instalação da Universidade Federal de Sergipe, em 1968, paulatinamente apareceu um novo grupo de estudiosos de História. Sendo a presidente Thétis Nunes do corpo docente da recém-criada instituição de ensino superior, conseguiu a colaboração de vários professores universitários, alguns jovens, outros com nome firmado na intelectualidade sergipana. Dos antigos articulistas da fase anterior, raros persistiram. Não obstante a presença de profissionais de fora da Universidade, a grande maioria do corpo

---

<sup>25</sup> Praticamente todos os números foram editados por atos de beneficência. O n. 27 deveu-se ao governador José Rolembert Leite e a bancada de parlamentares federais. O n. 28 a José Carlos Teixeira através de sua gráfica em Brasília. O n. 29 ao Banese. O n. 30 à Fundação Augusto Franco. O 31 à Secretaria de Cultura do governo João Alves. Não encontramos referências sobre o patrocínio do n. 32. O 33 deveu-se ao empenho de José Carlos Teixeira, Secretário de Cultura do terceiro governo de João Alves. Cf. *RIHGSE*, n. 27-33.

<sup>26</sup> Os números 27 e 29 aparecem coordenados pela Profa. Maria Nele dos Santos, os n. 30 e 31 pelo Prof. Luiz Fernando R. Soutelo e os n. 32 e 33 pelo Prof. Pedrinho dos Santos. Não há registro de coordenador no n. 28.



de redatores dispunha de formação acadêmica e estava envolvido em pesquisa sistemática. O resultado foi um conjunto de artigos substanciais, alguns dos quais revelando rigor metodológico e esforço investigativo.

Alguns temas costumeiros, como estudos sobre os municípios, continuaram. A partir do n. 31 surgiu uma seção de páginas de saudades com pequenos artigos em homenagem a sócios falecidos no período, mas por vezes sem registrar data de nascimento e de morte.

O número 30, de 1989, foi dedicado ao estudo da obra do pensador sergipano Tobias Barreto, por ocasião do centenário de seu falecimento. Como observamos em outra obra,

enquanto em 1939, quando se comemorava o centenário do seu nascimento, os discursos tiveram um tom apologético, permeados de retórica de efeito laudatório, cinquenta anos depois, os textos divulgados foram mais analíticos, dotados de avaliação crítica sobre aspectos de sua obra.<sup>27</sup>

Outra mudança, entre os dois últimos períodos foi a ampliação das temáticas. Sem abandonar antigas matérias como biografia e eventos políticos, surgiram artigos sobre a economia no século XIX, o negro no sistema de escravidão, epidemia de cólera, movimento operário, índios, dentre outros.

Entre os autores de destaque pelo volume associado com a qualidade dos textos, nesse período lembramos a historiadora Maria Thétis Nunes (1923–2009), com seus trabalhos no campo da História e da biografia; a antropóloga Beatriz Góis Dantas (1941-), que publicou três artigos sobre aldeias indígenas em Sergipe, além do texto sobre *Autos e Danças Folclóricas*; o antropólogo Luiz Mott (1946-), professor aposentado da UFBA, que tratou da História de Sergipe nos séculos XVIII e XIX com trabalhos originais; o pensador José Silvério Leite Fontes (1925-2005), um dos principais responsáveis pela formação teórica

---

<sup>27</sup> Ibarê Dantas . *Ob. cit.*, 2012, p. 434.

dos acadêmicos de História da UFS, divulgou textos sobre metodologia histórica, pensamento filosófico e cidades e vilas de Sergipe.

Apesar de haverem colaborado com menos assiduidade, merecem ser lembradas também as contribuições dos professores Maria da Glória Santana de Almeida, sobre a economia do século XIX; Josué Modesto dos Passos Subrinho, enfocando o tráfico de escravos e Diana Maria Diniz, analisando a cultura do algodão; Terezinha Oliva sobre a Revolta de Fausto Cardoso. Participante desse grupo, também colaboramos com artigos sobre as tendências eleitorais em Sergipe, sobre greves operárias e com a montagem do índice geral da Revista, este com a ajuda de Itamar Freitas. Enfim, não obstante a irregularidade da publicação, essa fase proporcionou um enriquecimento significativo à historiografia sergipana.

#### QUARTA FASE (2005-2012)

Nesse pequeno período de oito anos, pode-se dizer que o IHGSE viveu um ciclo virtuoso. Um dos indicadores dessa condição foi o lançamento anual da Revista na data do aniversário da Instituição.<sup>28</sup> No conjunto, saíram nove exemplares. Atingia assim uma regularidade jamais alcançada pelo Sodalício. Com os recursos da computação, a apresentação gráfica foi aperfeiçoada: capa colorida, com brasão do Instituto, aprimorado por desenho do artista plástico Bené Santana. Ademais, apareceu mais encorpada, variando entre 277 a 463 páginas, com número inédito de colaboradores e com trabalhos abordando temas teórico-metodológicos diferentes.

Esse novo padrão explica-se em grande parte pelo novo momento histórico. O Instituto atravessava um momento de amplas reformas de sua estrutura física, reorganização do acervo e modernização de suas ações, inclusive digitalização de parte de sua hemeroteca. Nesse tempo, os cursos de ciências humanas estavam em pleno funcionamento,

---

<sup>28</sup> Em 2009 foram editados dois números, um dos quais saiu depois da data do aniversário.

entre os quais pelo menos três superiores de História, formando vários pesquisadores e ampliando a massa crítica estadual.<sup>29</sup>

A Universidade Federal de Sergipe vivia uma fase de expansão até então desconhecida em nosso Estado. O número de alunos de graduação triplicou e o de pós-graduação multiplicou-se por mais de cinco. Concorria também para ampliar o potencial de colaboradores e de leitores a aproximação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) com a Associação Nacional de História – Núcleo Sergipe (ANPUH-SE), nascendo daí uma parceria que, com a cooperação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e de outras instituições, resultou na organização do I Congresso Sergipano de História, ocorrido de 08 a 10 de outubro de 2008. O evento contou com a participação de professores, estudantes de vários estados da federação, desde o Nordeste ao Sudeste, inclusive delegação do Rio de Janeiro, totalizando 513 inscritos. Palestras, mesas redondas, 12 minicursos temáticos e 226 comunicações, muitas das quais pleiteariam publicação na Revista do IHGSE.

Era uma situação bem diferenciada daquela dos anos cinquenta e sessenta, quando havia certa carência de trabalhos de bom nível. Além disso, a facilidade de editar nunca pareceu tão real. A Secretaria de Cultura do Estado publicou o n. 34, dedicada à comemoração do sesquicentenário de Aracaju. Por esse tempo, foi firmado um convênio entre o IHGSE e a UFS, que assegurou a edição do n. 35 até o n. 41, permitindo os lançamentos no dia seis de agosto de cada ano. O n. 34 foi uma edição comemorativa do sesquicentenário de Aracaju, o n. 35 teve como tema principal o centenário da Revolta Fausto Cardoso, o n. 39 saiu em homenagem à Professora Maria Thetis Nunes em face do seu passamento.<sup>30</sup> Os números 36 e 37 trouxeram artigos com assuntos mais variados. As edições dos números 40, 41 e 42 obedeceram à

---

<sup>29</sup> Os cursos situavam-se na Universidade Federal de Sergipe (UFS), na Universidade Tiradentes (UNIT) e nas Faculdade José Augusto Vieira (FJAV).

<sup>30</sup> Os responsáveis pela edição da revista n. 34 foram: Antônio Carlos dos Santos, José Mário dos Santos Resende e Samuel Barros de Medeiros Albuquerque. Este último coordenou os n. 35 a 39, Giliard da Silva Prado, os n. 40 e 41, e Magno Francisco de Jesus Santos, o n. 42.

orientação temática na forma de dossiê. O n. 40 dedicou-se a estudos sobre Sergipe nos programas de História do Brasil em História no Brasil, o n. 41 concentrou-se na historiografia educacional sergipana e o último foi dedicado aos intelectuais da Casa de Sergipe. Pode-se dizer então que a Revista do IHGSE reafirmava seu perfil de órgão plural acolhedor da produção intelectual de várias tendências que estudam a realidade sergipana, acatando a contribuição de novos autores e de consagrados historiadores, alguns dos quais haviam colaborado na fase anterior.

Em 2008, a divulgação ampliou-se, na medida em que toda a coleção foi digitalizada, facultando as edições em CD, inclusive as mais antigas, consideradas obras raríssimas. As publicações mais recentes passaram a ser disponibilizadas tanto em suporte de papel quanto em CD. Em face disso, a tiragem impressa diminuiu. Enquanto os números 34 e 35 circularam em 700 unidades, os demais baixaram para 300 (n. 36), e 350 (n. 37). Depois, a tiragem estabilizou-se em 400 exemplares (n. 38, n. 39 e n. 40). Quando a forma digital despertou mais interesse, as edições em papel reduziram-se para 200 unidades.

Apesar das edições comemorativas, no conjunto registrou-se grande diversificação temática e de autores. Os artigos biográficos revelaram-se em geral mais circunstanciados. Com a predominância da história cultural, multiplicaram-se os textos sobre educação, festas religiosas, mulher, escravo, genealogia, sindicalismo, modernização da capital, com maior número colaboradores, tornando mais difícil estabelecer destaques.

Paulatinamente, a Revista adequou-se às diretrizes da Capes. O número 37 apresentou algumas inovações formais. Pela primeira vez, apareceu menção ao editor e à comissão editorial. Em 2010, “o novo editor, Giliard da Silva Prado, reformulou o Conselho Editorial e formou um Conselho Consultivo, constituído por professores consagrados de oito instituições de ensino superior do Brasil.”<sup>31</sup>

Com regularização da periodicidade, a expansão temática e autoral na publicação de textos e a adequação aos parâmetros da Capes,

---

<sup>31</sup> Samuel Barros de Medeiros Albuquerque. Apresentação. Aracaju, *RIHGSE*, n. 42, 2012, p. 19

a Revista do IHGSE obteve avaliação positiva pelo Programa Qualis/Capes, com o estrato B3 em 2011. Dois anos depois, ou seja, em 2013, quando celebrava seu centenário, a qualificação persistia. Era um reconhecimento pelo nível atingido.

Durante esse tempo, numerosos periódicos passaram a circular em Sergipe. Como a UFS encontrou dificuldade em produzir uma Revista única exclusiva da instituição, promoveu o projeto dos cadernos específicos de cada área. Dentro dessa orientação, Direito, Educação, Geografia, Pedagogia, do Estudante e tantos outros que enriqueceram muito a produção. Entretanto, ficou sempre o espaço para o periódico do IHGSE, cada vez mais prestigiado e reconhecido.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do percurso centenário, a Revista do IHGSE, apesar das dificuldades em vários momentos, desempenhou um papel dos mais relevantes na divulgação do saber. Durante esse tempo, sofreu as repercussões das mudanças políticas institucionais, econômicas, sociais e culturais, mas persistiu orientada pelos postulados estatutários e, de conformidade com as realidades do seu tempo, buscou melhorar sua apresentação gráfica e seu conteúdo.

Embora em vários momentos dependesse do Estado para promover suas edições, em grande parte de seu percurso a Revista cultivou a autonomia e funcionou como uma agência de ilustração, proporcionando enorme contribuição à cultura local. Dentro desse processo, as parcerias com a UFS, a partir dos anos setenta, revelaram-se salutares tanto pela colaboração dos professores quanto pelas publicações da própria Revista. Com esses suportes, o IHGSE construiu um acervo de produção intelectual extraordinário, com as qualidades de entidade sem fins lucrativos e sem as amarras da burocracia.

A primeira fase (1913-1929) foi das mais fecundas, quando intelectuais impregnados pela mentalidade cientificista, passaram a explicar os fatos a partir de causas naturais e/ou científicas, concorrendo para difundir entre os sergipanos uma certa visão secularizada e crítica da sociedade.

Num segundo período da Revista, abrangendo os anos quarenta até meados dos sessenta, continuaram os trabalhos na área de Geografia e, sobretudo, de História, a maioria dos quais com narrativas descritivas, mas valiosas, tratando de acontecimentos, instituições e da gente sergipana.

Na terceira fase, especialmente a partir de 1978, quando o referido periódico voltou a circular, até 2002, o elenco de estudos apresentou feição mais analítica. Foi o período em que os professores da recém-criada universidade começaram a colaborar com metodologias e objetos de estudo mais explicitados, tornando os trabalhos menos espontâneos e por vezes mais refinados.

A partir de 2004, essa diversidade de objetos de estudo acentuou-se. A Revista passou a circular com periodicidade regular. Os congressos animaram os professores e estudantes que buscaram divulgar seus artigos de vários temas, sob a predominância da História cultural e da História social.

Voltada para o estudo da realidade estadual, a Revista revelou Sergipe cada vez mais, abrindo o leque temático dentro da área das ciências humanas com predominância para a História. Neste sentido, debateu a questão dos limites com a Bahia. Divulgou as histórias de vários municípios, mostrou os feitos dos sergipanos em numerosas biografias e deixou marcos fundamentais para estudos posteriores. Analisou sua rica cultura popular e os indígenas, num longo esforço para desvelar a História, envolvendo os traços culturais da sociedade, buscando fundamentar o conceito de sergipanidade.

Enfim, ao longo dos primeiros cem anos de existência, a Revista da Casa de Sergipe proporcionou uma contribuição inestimável aos estudos sobre a história, a cultura e a política no Estado. Ultrapassou as adversidades, empenhou-se em acompanhar as demandas dos novos tempos, incorporou modernas tecnologias e ampliou seu campo de ação, contribuindo para a construção da identidade sergipana.

A REVISTA DO  
INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DO  
PARÁ EM DEFESA DO  
EXTREMO NORTE DO  
BRASIL\*

THE JOURNAL OF HISTORICAL  
AND GEOGRAPHICAL  
INSTITUTE OF PARA IN  
DEFENSE OF THE EXTREME  
NORTHERN OF BRAZIL

Iza Vanesa Pedroso de Freitas Guimarães\*

RESUMO

Este artigo aborda a trajetória da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) no século XX e visa compreender as continuidades e descontinuidades na história do periódico da Associação. Trata-se de um trabalho de pesquisa histórica, cujas principais fontes analisadas correspondem aos volumes e fascículos da própria Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (RIHGP) publicados no período de 1917 a 1970.

**Palavras-Chave:** Amazônia, Intelectuais, Política.

ABSTRACT

This article discusses the history of the Journal of the Historical and Geographical Institute of Para (IHGP) in the twentieth century and aims to understand the continuities and discontinuities in the history of the journal of the Association. It is a work of historical research, whose main sources analyzed correspond to the volumes and issues of the journal itself the Historical and Geographical Institute of Para (RIHGP) published between 1917 to 1970.

**Palavras-Chave:** Amazonia, Intellectuals, Politic.

\* Texto adaptado de minha dissertação de Mestrado Acadêmico defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação do professor Dr. Aldrin Moura de Figueiredo. Tal pesquisa foi desenvolvida com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

\*\* Professora Assistente I da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

## APRESENTAÇÃO

O IHGP foi criado em comemoração ao Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil no dia três de maio de 1900, juntamente com a Academia Paraense de Letras e a Liga Humanitária do Estado do Pará. A fundação do IHGP deu-se sob a égide do governo estadual de José Paes de Carvalho<sup>1</sup> que havia incluído no programa de comemoração do Centenário Brasileiro a criação do “Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Pará” como foi primeiramente chamado.<sup>2</sup>

Poucos anos depois, a maioria dos sócios do IHGP dispersou-se, priorizando outras atividades que não as vinculadas ao Instituto. A dispersão de seus membros fez essa Associação praticamente desaparecer. Porém, a comemoração do Tricentenário da Fundação de Belém que ocorreu em 1916, estimulou a reinstalação do IHGP, que contou com o apoio do governador do Estado, Lauro Nina Sodré e Silva.<sup>3</sup> Fundado por ocasião da comemoração do Centenário Brasileiro e refundado em comemoração ao Centenário da Revolução Pernambucana, o IHGP tornou-se uma instituição científico-cultural bastante atuante no Pará, principalmente, no contexto da Revolução de 1930 e do Governo Revolucionário.

---

<sup>1</sup> José Paes de Carvalho (1850-1943) era médico e político. Tomou posse como governador do Estado do Pará em primeiro de fevereiro de 1897, permanecendo no governo até 11 de fevereiro de 1901 quando assumiu seu sucessor, Augusto Montenegro. Foi o primeiro presidente do Clube Republicano. (Cf. ROCQUE, Carlos. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: Distribel, 2001, p. 85).

<sup>2</sup> Cf. HISTÓRIA: INSTITUTO PASSOU POR VÁRIAS FASES. *Diário do Pará*. Belém, 6 de agosto de 2003. Caderno Cidades F-2, p.6.

<sup>3</sup> Lauro Sodré nasceu em 1858 e morreu em 1944. Depois de sua formação militar, seguiu carreira política e tornou-se um importante estadista. Após a proclamação da República, foi oficial do gabinete de Benjamim Constant e eleito para a Assembléia Nacional Constituinte, contribuiu com a redação da Carta Republicana. Foi o primeiro governador constitucional do Pará, empossado em 24 de junho de 1891. Também foi eleito senador da República, cargo que ocupou em legislaturas sucessivas. Foi candidato à Presidência da República, e voltou a governar pela segunda vez o Pará em 1912 até 1917. Autor de “Crenças e Opiniões” e “Palavras e Actos”, também colaborava em jornais da época. (CD-ROM. *Catálogo de Obras Raras*. Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, vol. I, 2001).



Em 1900, em analogia à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criada em 1839, publicou-se o primeiro número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). Em seguida, apenas mais dois números foram publicados. Suspendeu-se a sua publicação até 1917; no mesmo ano de sua refundação, os sócios do IHGP retomaram a edição de sua Revista e esse periódico voltou a ser publicado.

Apesar da publicação da Revista do IHGP ser voltada principalmente às necessidades locais (tiragem, páginas, etc.), os sócios do IHGP aspiravam por um alcance mais amplo para esse periódico. Eles desejavam que a publicação da Revista do IHGP atendesse aos círculos intelectuais nacionais e internacionais, a fim de que esse periódico fosse uma referência tanto para a intelectualidade brasileira quanto para os intelectuais estrangeiros.

A finalidade da Revista do IHGP era tornar a Associação uma entidade com amplo respaldo nacional e internacional, como afirma Aláudio de Oliveira Melo, que foi orador do IHGP: "... pela tarefa empreendida em prol da difusão da história e geografia amazônicas, (o IHGP) é entidade conhecida em todo o Brasil e no exterior, mantendo intercâmbio cultural com as instituições congêneres".<sup>4</sup>

A apresentação da Revista do IHGP cabia à comissão de redação que tinha como tarefa revisar e selecionar os trabalhos a serem publicados, escolhendo as temáticas sobre as quais tais trabalhos deveriam tratar, além da escolha dos nomes a serem biografados e das obras raras que deveriam ser republicadas e/ou resenhadas. Trabalhos em várias áreas de interesse e formação constavam nas páginas desse periódico, como também atas de importantes sessões, relatórios de atividades realizadas pelo Instituto, relatórios de governo, alocações e conferências proferidas pelos seus sócios, homenagens cívicas aos grandes homens da história pátria e da história do Pará e da Amazônia, transcrições de documentos históricos.

---

<sup>4</sup> MELO, Aláudio de O. Recordando uma instituição cultural. *RIHGP*. vol. XIII. Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1952/1965, p. 27.

## RIHGP: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES

Nos primeiros dois anos após a refundação do IHGP, sua Revista foi publicada consecutivamente, isto é, em 1917 e 1918. Posteriormente, sua publicação passou a corresponder a biênios: em 1920, publicava-se o número da Revista do IHGP correspondente ao biênio de 1919/1920; em 1922, o número de 1921/1922.

Não ocorreu como deveria a publicação do biênio de 1923/1924. A Revista do IHGP voltou a ser publicada em 1926 e depois ocorreu um novo intervalo, mas dessa vez de quatro anos (1927-1930), ou melhor, correspondendo tal intervalo a dois biênios. Quanto a esse intervalo, a comissão de redação<sup>5</sup> explicou-o, eximindo o Instituto de qualquer responsabilidade sobre tal interrupção. Notificou em 1931, por meio da própria Revista do IHGP que:

Motivos evidentemente alheios e superiores a sua vontade obrigaram o Instituto a interromper a publicação da Revista que, ora, volve a circular no seu volume VI, correspondente aos anos IX a XIII, relativo ao primeiro semestre do corrente ano de 1931.<sup>6</sup>

A comissão de redação da Revista do IHGP salientou que essa interrupção deu-se em função dos limitados recursos materiais de que o IHGP dispunha para publicar os exemplares. Em 1931, através do Decreto nº 259, como solução para esse problema de ordem material: “O governo revolucionário do Pará” na pessoa do Interventor Federal, Joaquim Cardoso de Magalhães Barata (1888-1959), “reconhecendo a utilidade (pública) do Instituto Histórico, ampara e favorece essa associação científica”<sup>7</sup>. Através

<sup>5</sup> A comissão de redação nesse período era formada pelo diretor de redação: Dr. Luiz Barreiros e pelos redatores: Jorge Hurley, Paulo Eleutherio, Abguar Bastos e João Penna de Carvalho.

<sup>6</sup> A Revista. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), vol. VI, 1931, p. 11.

<sup>7</sup> Decreto nº 259 – de 31 de março de 1931A. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), vol. VI, 1931, p. V.

do decreto citado, Magalhães Barata obrigava as prefeituras municipais do Estado do Pará a canalizar recursos para a manutenção do IHGP, principalmente no tocante à publicação de sua Revista:

O capitão Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do Governo provisório da República, usando de suas atribuições [...]

Decreta:

Art. 1º - As Prefeituras Municipais do Estado do Pará deverão concorrer, mensalmente, para a manutenção do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e publicação regular de sua revista semestral...<sup>8</sup>

Desse modo, no volume de 1931, era transcrito integralmente o Decreto nº 259 que estimulou a publicação semestral da Revista do IHGP. A iniciativa do Interventor federal, Magalhães Barata, era elogiada nas páginas da Revista pelos sócios do Instituto em gratidão pela assistência que o interventor prestava à associação:

A sua regular publicação semestral a que, dora em diante, obedecerá, - apraz nos deixar assinalado, - deveu-a ao decisivo apoio que ao Instituto houve por bem dispensar o capitão Joaquim de Magalhães Barata, honrado Interventor Federal, pela forma concretizada no decreto n. 259 de 31 de março ultimo.<sup>9</sup>

Com o apoio de Magalhães Barata, pela primeira vez, a Revista do IHGP foi publicada consecutivamente no período de quatro anos (1931-1934), visto que essa era uma das principais finalidades do IHGP reconhecida pelos seus sócios, dada à importância do periódico:

Que não tem falhado a sua missão [do IHGP], dil-o o período de labor com que, desde então, vai edificando os seus anais.

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. VI/VII.

<sup>9</sup> A Revista. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) vol. VI, 1931, p. 11.

E não falhará, assim o ajudem, os que podem e devem fazel-o dentro de sua obra de perseverança e de fé, por meio da qual não desaparecerão, de todo, das tradições e dos antigos costumes regionais, os traços que, do tempo e do espírito da época podem ser coligidos e conservados, para recordar, com desperta emoção nacional, a vida característica da população do extremo norte do Brasil.<sup>10</sup>

Em 1935, a publicação da Revista não ocorreu. É claro que a comissão de redação não emitiu nenhum juízo acerca desse fato. Mas em 1936, para a tranquilidade dos sócios do Instituto, a Revista do Instituto voltou a ser publicada, em seu volume X dedicado à comemoração do Centenário da Cabanagem. Tal temática atravessou todos os trabalhos publicados nesse volume, tornando-se o fio condutor da produção do IHGP no ano de 1936. Os sócios do IHGP, ao contrário do que se propuseram a fazer, comemoraram, em verdade, a derrocada do movimento cabano, enaltecendo a figura do General Andréa, o maior inimigo da revolução.

No ano de 1937, não houve a publicação. A Revista voltou à circulação apenas em 1938 quando foi publicada integralmente a obra de Henrique Jorge Hurley<sup>11</sup>, *Noções de História do Brasil e do Pará*, com o subtítulo: “De acordo com o programa de ensino primário do estado do Pará, em comemoração ao tricentenário da partida de Cameté, a 28 de outubro de 1637, da expedição de Pedro Teixeira, à conquista da Alta Amazônia para o Brasil”. Esse volume XI foi o último publicado na década de 1930 e o último também em um período de um pouco

---

<sup>10</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>11</sup> Historiador e magistrado, Henrique Jorge Hurley depois de cumprir sua carreira militar de 1898 a 1907, foi juiz substituto da Comarca de Baião e Marapanim/PA. Tornou-se promotor público de Curuçá, Macapá e Vizeu/PA, foi também juiz de Direito da Comarca de Afuá e Breves/PA e por último desembargador do Tribunal do Estado do Pará em 1934. Foi também membro da Academia Paraense de Letras e sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de São Paulo. Dentre suas obras: *A Cabanagem*, *Traços Cabanos*, e *História do Brasil e do Pará* são as principais. Faleceu em 1956. (Cf. ROCQUE, Carlos. Depoimentos para a História Política do Pará. Belém: Mitograph, 1981, p. 865).

mais de uma década, pois a Revista apenas voltou a circular no ano de 1951, com o seu volume correspondente aos anos de 1939 - 1951:

Por doze longos anos, desde 1938, não circula a REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ.

E bem de ver que, na execução do nosso programa, não seria lícito, deixar de cumprir imperativo estatutário e uma das principais finalidades do Instituto.

Circunstâncias superiores, a isso nos contrangeram, com pesar para o nosso empenho de divulgar o que se torna essencial ao conhecimento da História e das tradições paraenses.<sup>12</sup>

Após o ano de 1951, a Revista do IHGP enfrentou mais um corte em sua publicação: o mais longo de toda sua trajetória, pois a publicação do volume XIII ocorreu apenas em 1965. Assim como os “motivos alheios e superiores” que levaram à interrupção na publicação da Revista do IHGP entre 1926 e 1931; as “circunstâncias superiores” que provocaram o intervalo entre 1938 e 1951; entre 1951 e 1965, “circunstâncias imperiosas” provocariam um novo corte na trajetória da Revista.

Mais uma vez a justificativa da comissão de redação<sup>13</sup> foi apresentada de forma superficial: “Tendo sido interrompida durante o período de 14 anos, por circunstâncias imperiosas, a publicação desta Revista, volta a circulação”<sup>14</sup>. Depois de 1965, houve um intervalo de dois anos, sendo publicado um novo número da Revista em 1968. O volume de 1970 seria o derradeiro dessa fase da história do IHGP, vale ressaltar que o volume foi editado correspondendo ao biênio de 1969/1970.

No início, a Revista do IHGP foi impressa nas Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado); depois passou a ser

<sup>12</sup> Nosso Reaparecimento. *RIHGP*. Belém: Oficinas Graficas da Revista da Veterinária, vol. XII, 1939/1951, sp.

<sup>13</sup> A comissão de redação nesse período era composta por: Georgenor de Souza Franco, Jarbas Gonçalves Passarinho, José Marcos dos Santos e Aláudio de Oliveira Melo.

<sup>14</sup> Nosso Reaparecimento. *RIHGP*. Belém: Imprensa Universitária do Pará, vol. XIII, 1952/1965, sp.

impressa nas Oficinas Gráficas do Instituto Dom Macedo Costa (Escola Profissional do Estado). Em seguida, voltou a ser impressa no Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado); e, em sua última fase, foi impressa nas Oficinas Gráficas da Revista da Veterinária e na Imprensa Universitária do Pará vinculada à Universidade Federal do Pará (UFPA).

## DESCONTINUIDADES: ENTRE FAZER HISTÓRIA E FAZER POLÍTICA

Quanto às suspensões na publicação da RIHGP, precisamos entender que os poucos recursos de que a Associação dispunha para a publicação da Revista contribuíram significativamente para que em vários momentos fosse suspensa a sua publicação. No início da década de 20, a saída para manter a publicação da RIHGP foi editá-la em biênios para reduzir os gastos. Porém, mesmo mantendo a publicação em biênios, o IHGP não conseguiu publicá-la com regularidade.

Outra saída fazia-se necessária. Portanto, os sócios do IHGP reforçaram a relação entre a Associação e o Estado, para que este confiasse ao IHGP alguma ajuda financeira no sentido de viabilizar a publicação da RIHGP. Essa solução parece ter dado certo, pois nos primeiros quatro anos do governo de Magalhães Barata, quando o Instituto passou a receber regularmente incentivos das prefeituras dos municípios paraenses, a RIHGP foi publicada ininterruptamente. Porém, o atrelamento do IHGP ao Estado resolveu o problema da carência de recursos materiais, mas gerou um problema político no tocante à transição de governos<sup>15</sup>. As interrupções na publicação da RIHGP coincidem com os períodos de resistência aos governos vigentes e de tran-

---

<sup>15</sup> Na proclamação da República em 1889 e com o conseqüente exílio de D. Pedro II, os membros do IHGB temeram perder os incentivos que o Imperador destinava à instituição, o que poderia relegá-la ao esquecimento, concorrendo inclusive para o seu desaparecimento. Então, “À vista das perspectivas não definidas para o IHGB diante do exílio de Pedro II e, por conseguinte, da perda das garantias asseguradas pelo Estado imperial à instituição, o pensamento da associação, reconhecendo a realidade da República, assimilará o novo regime como portador de uma ordenação capaz de comprometer a continuidade da associação”. COELHO, Geraldo Mártires. *História e ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: Ed. Universitária UFPA, 1981, p. 36.

sições políticas no Estado do Pará, atentando para a falta de esclarecimento que cercava a justificativa da comissão de redação da RIHGP.

Em 1924, ocorreu a primeira interrupção desde a refundação do Instituto. Na esfera nacional, o presidente Arthur Bernardes, em 1924, enfrentou a sublevação de um movimento militar liderado por Isidoro Dias Lopes em São Paulo. No Estado do Pará, era governador Antônio Emiliano de Souza Castro (1875-1951), cujo governo foi considerado por Carlos Rocque (2001): “Dos mais impopulares de toda a História do Pará”<sup>16</sup> devido à crise econômica e política que o Pará enfrentava em sua diligência.<sup>17</sup>

Em Manaus, um grupo de militares liderado por Magalhães Barata tomou o governo de assalto. O movimento expandiu-se para o Baixo Amazonas, conquistando Óbidos e Santarém. Em Belém, o 26º Batalhão de Caçadores fora destacado pelo governo estadual para conter o movimento no Baixo e Médio Amazonas, o que gerou grande resistência por parte desse grupo de militares, desencadeando a conhecida Revolta de 1924. No governo estadual, depois da repressão ao levante de 1924 no Baixo e Médio Amazonas, o Pará experimentou relativa estabilidade, porém na Intendência de Belém, de 1923 a 1929, essa estabilidade não ocorreu<sup>18</sup>. Além de que,

<sup>16</sup> ROCQUE, Carlos. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: DistribeL, 2001, p. 147.

<sup>17</sup> O governo no Pará enfrentava dívidas exorbitantes, baixa arrecadação e a total aniquilação de créditos externos, tudo isso levando ao atraso no pagamento dos vencimentos do funcionalismo público e à necessidade de corte de gastos através da demissão em massa dos funcionários que serviam ao Estado.

<sup>18</sup> Com a morte de Cipriano José dos Santos em 1923, Abel Chermont assumiu a Intendência temporariamente. No mesmo ano, foi então nomeado para o cargo José Olinto Barroso Rebelo que permaneceu no cargo até 1925. Depois foi a vez de Waldomiro Rodrigues dos Santos, nomeado pelo novo governador Dionísio Ausier Bentes. Rodrigues dos Santos foi intendente até 1926, afastado por problemas de saúde, sucedendo-o Antônio Crespo de Castro, que após a confirmação da morte de Rodrigues dos Santos, foi empossado pelo governador na época. José Maria Camisão foi o sucessor de Crespo de Castro e ficou na Intendência até 1929. Nesse mesmo ano, o novo governador, Eurico Vale, nomeou Antônio Faciola para administrar Belém. Depois da Revolução de 1930, uma Junta Provisória assumiu o governo do Pará e nomeou para a Intendência, primeiro, Ismael de Castro e depois José da Gama Malcher, ambos ocupando a Intendência apenas por dias. Com a nomeação de Magalhães Barata para a Interventoria Federal, assumiu o padre Leandro Pinheiro já como prefeito de Belém, pois o Interventor extinguiu o cargo de intendente e criou o cargo de prefeito, ambos com as mesmas atribuições. ROCQUE, Carlos. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: DistribeL, 2001, *passim*.

com a derradeira crise da borracha em 1925, os intelectuais passaram a ver a história do Pará em uma perspectiva de crise, de decadência.

Na década de 1930, ocorreram quatro interrupções na publicação da RIHGP: em 1930, 1935, 1937 e em 1939. O clima de instabilidade provocado pela agitação do movimento de 1930 e em seguida pela vitória da Revolução de 1930 no Pará pode ter contribuído para a não-publicação da Revista, visto que muitos dos sócios do IHGP faziam parte desse movimento<sup>19</sup>. Em 1935, com o agravamento da crise política no Pará provocada pelas disputas entre a oposição ao governo de Magalhães Barata e os seus defensores, houve o afastamento do referido Interventor Federal e protetor do Instituto, havendo a conturbada transição ao governo de José da Gama Malcher<sup>20</sup>.

Desse modo, a publicação da RIHGP não ocorreu nesse ano de 1935. Em 1937, com o golpe de Estado, o Estado Novo foi decretado por Getúlio Vargas, mais uma vez a publicação da Revista não ocorreu. No ano de 1939, o governo de Gama Malcher começou a enfrentar pesadas críticas, apesar de sua manutenção no governo até 1943.

Nos anos 40, a concepção de história passou por uma reformulação que já vinha amadurecendo desde o final da década de 1930. A divulgação do pensamento dos *Annales*, fundado em 1929 com a criação de sua Revista, contribuiu decisivamente para essa mudança. Até 1939, os seus fundadores, Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre, construíram uma obra comum. Após a morte de Marc Bloch em 1944, já sob a direção de Lucien Febvre, os *Annales* conquistaram um grande reconhecimento e uma ampla aceitação nos círculos intelectuais europeus<sup>21</sup>. A contestação à velha concepção de história moldada segundo o pensamento positivista ou romântico ganha força nesse período.

---

<sup>19</sup> Abelardo Condurú, Abel e Guilherme Chermont, Abguar Bastos, Ismaelino de Castro, Leandro Pinheiro, José da Gama Malcher, Paulo Eleutherio, entre outros.

<sup>20</sup> Nesse período, ocorreram rupturas com o governo de Magalhães Barata por parte de sócios do IHGP como Abguar Bastos e Paulo Eleutherio.

<sup>21</sup> “De fato, em 1945, não há mais hostilidade; toda a juventude da Universidade corre para a história dos”. BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 24.



Como o Brasil aproxima-se muito do contexto intelectual e cultural francês<sup>22</sup>, também aqui se fez sentir essa crise, principalmente no interior das instituições culturais que destinavam à história, um lugar privilegiado no corpo de suas atividades. A concepção de história defendida pelo IHGP era a mesma do IHGB, isto é, uma concepção pautada em um forte apelo pedagógico que orientasse os jovens ao patriotismo, exaltando a figura dos antepassados, isto é, como afirma Francisco Iglésias (2000), a história como “mestra da vida que se cultua”<sup>23</sup>, portanto:

... ao Instituto Histórico, evocando o passado e fixando o presente, compete encaminhar criteriosamente a mocidade e o povo no estudo do civismo, [...], incentivando, pela emulação e pelo exemplo, a mocidade ao culto dos nossos heróis e mártires, cuja abnegação fortalece as novas gerações.<sup>24</sup>

Desse modo, a dissolução da velha ideia de monumentalidade provocou forte impacto ao IHGP. Essa crise coincidiu também com uma outra crise, a de ordem financeira. Sem grandes incentivos por parte do Estado, os sócios enfrentaram muitas dificuldades para manter o Instituto em funcionamento, acabando por interromper suas atividades por um longo período.

Na segunda metade do século XX, o IHGP continuou sem receber auxílios suficientes do Estado para manter o seu periódico e suas atividades, visto que durante trinta anos (1940-1960), a Associação publicou apenas quatro números de sua Revista, o que corresponde à proporção de um volume para quase oito anos de atividades.

Defendemos, portanto, que a aproximação entre o Instituto e o Estado determinou a própria trajetória não somente da RIHGP, mas também

<sup>22</sup> Essa proximidade é constatada desde o início do século XX, quando analisamos o período ao denominamos de *Belle Époque*; o próprio IHGB foi idealizado no *Institut Historique de Paris*.

<sup>23</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG IPEA, 2000, p. 62.

<sup>24</sup> Decreto n° 259 – de 31 de março de 1931A. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), vol. VI, 1931, p. V/VI.

da própria Associação. Acreditamos que as interrupções na publicação da RIHGP estão relacionadas à falta de recursos para a manutenção do Instituto. Mas, acreditamos também que tais interrupções mantêm-se diretamente ligadas à dinâmica das relações estabelecidas entre o Instituto e o Estado, ora devido à forte presença do Estado no interior da Associação, como na década de 1930; ora pela total ausência do Estado no sentido de concorrer à assistência do Instituto, como nas décadas seguintes.

Dos anos 40 até os anos 60, um aspecto novo parece agravar a decadência da Associação e conseqüentemente concorre para extinção da RIHGP: o fortalecimento de novas abordagens históricas, trazendo à baila novas fontes e problemáticas; ou seja, novas formas de tratamento dos fatos e personagens históricos acabam contribuindo para que poucos números da RIHGP fossem publicados, acabando por encerrar a trajetória da Revista do IHGP. A partir da década de 70, o IHGP é totalmente abandonado por parte dos governos e dos seus próprios sócios. Nas décadas subsequentes, a Associação perde completamente o lugar que tinha no cenário político e intelectual do Estado do Pará.

### POR UMA IDENTIDADE INTELECTUAL NA AMAZÔNIA

Como podemos constatar, a trajetória da RIHGP foi bastante fragmentada desde a sua criação em 1900 até 1970. Isso sugere as dificuldades que a própria Associação enfrentou para manter suas atividades sociais e para manter o único periódico que editava e publicava vinculado à Instituição. Apesar da publicação esparsa nesse período, a RIHGP foi sem dúvida o veículo de maior importância para os membros da Associação. Através das suas páginas, os intelectuais do IHGP documentavam as diferentes formas como percebiam a realidade que os cercava e como as representavam dentro do campo científico,<sup>25</sup> que

---

<sup>25</sup> Entende-se como campo “*literário, artístico, jurídico ou científico* [...] o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência”. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 20. (grifo no original).

segundo Pierre Bourdieu (2004) é um campo “... de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”.<sup>26</sup>

As representações da realidade que os sócios do IHGP articularam dentro do campo científico, em verdade, implicavam em suas pretensões de fazer da Amazônia, um locus de produção científica<sup>27</sup>, com interesses que se organizam dentro do campo intelectual e político.

O que interessava aos sócios do IHGP era a consolidação de pressupostos científicos que contemplassem as especificidades da região amazônica. Nesse sentido, a RIHGP tornou possível senão o nascimento, mas pelo menos a difusão da ciência “amazônica”, isto é, a difusão de uma ciência produzida pelos intelectuais da Amazônia, com base em um conhecimento acerca da região e construído a partir das experiências culturais vivenciadas nessa “porção do território pátrio”. Os sócios do IHGP reivindicavam o reconhecimento do Instituto como um órgão representativo da região e não somente do Estado do Pará.

De acordo com essa reivindicação, a RIHGP foi considerada pelos sócios do Instituto uma arma poderosa para fazer dessa Associação, uma entidade que perseguia a “verdade histórica” de seu tempo: “... nossa REVISTA, [é um] órgão necessário à colaboração que devemos ao conhecimento dos fastos regionais, como contribuição do Pará à Historiografia Brasileira”.<sup>28</sup>

A Revista do IHGP significava para os intelectuais, além da consolidação do conhecimento científico acerca da e na Amazônia, significava também a consolidação dos traços típicos do Instituto; a concretização do papel desempenhado pela Associação frente aos círculos acadêmicos e à sociedade da época:

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 22/23.

<sup>27</sup> Para lembrar novamente Pierre Bourdieu (2004): “Todas as produções culturais, a filosofia, a história, a ciência, a arte, a literatura etc., são objetos de análises com pretensões científicas”. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 19.

<sup>28</sup> Nosso Reaparecimento. *RIHGP*. Belém: Oficinas Graficas da Revista da Veterinária, vol. XII, 1939/1951, sp.

... o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, [...] [é uma] associação de homens de letras que se dedicam aos estudos históricos, especialmente do registro e pesquisas dos fatos da Amazônia [...] que [...] muito pode concorrer ainda, em prol e *benefício* das novas gerações que, em suas selecionadas produções e deduções históricas, encontrarão os melhores ensinamentos cívicos, morais e patrióticos.<sup>29</sup>

Como reivindicavam uma representatividade intelectual para o Instituto para além dos limites locais, os seus membros esforçaram-se por construir uma identidade intelectual para a Associação pautada em um discurso declaradamente regionalista:

A intelectualidade amazônica age, neste momento, sob o impulso do patriotismo, para comemorar a data centenária da Revolução pernambucana, que nos trouxe as alvoradas da Independência e da República, fundando nesta capital o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (RIHGP, 1917, p. 3, grifo nosso).<sup>30</sup>

Ao se sentirem os verdadeiros protagonistas na conquista do “progresso intelectual” do Estado do Pará e da Amazônia, os membros do IHGP desejavam fazer da Associação uma alavanca de projeção política e intelectual na sociedade letrada da época. Para esses intelectuais, embora participando de outras associações culturais, como a Academia Paraense de Letras, havia a preocupação deles em elevar o IHGP a um *status* de aceitação social diferenciado, construindo uma identidade intelectual para a Associação baseada em atributos e valores culturais e políticos.

29 Decreto n° 259 – de 31 de março de 1931A. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), vol. VI, 1931, p. V.

30 MOURA, Ignacio. Alocução pronunciada pelo Dr. Ignacio Moura na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a 6 de março de 1917, no teatro da paz. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), fasc. I. 1917, p. 3.

Os sócios do IHGP elegeram como a principal finalidade da Associação realizar “o registro honesto da história passada, presente e futura, cabendo-lhe acompanhar, anotando todos os fatos importantes ocorridos no Brasil, no exterior e particularmente na Amazônia”<sup>31</sup>. Desse modo, realizava-se no IHGP a sua conformação com a lógica dos IHGs espalhados pelo Brasil, visto caber a eles a função de legitimar suas especificidades regionais, garantindo certa hegemonia cultural como assegurou Lilia Moritz Schwarcz (2005).<sup>32</sup>

Enquanto para os sócios do IHGP, a Amazônia, em sua totalidade, é o grande foco das investigações históricas, para os sócios do IGHA<sup>33</sup>, é o Estado do Amazonas que ocupa o centro dessas investigações, visto que a Amazônia não aparece em sua finalidade:

No parágrafo 2º, do artigo 1º de seus Estatutos, a finalidade do IGHA está enumerada: “o escudo, a discussão, investigação, desenvolvimento e vulgarização da Geografia, da História e das ciências a elas conexas, nos seus diferentes ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações concernentes ao Brasil e especialmente ao Estado do Amazonas”.<sup>34</sup>

O IHGP, pela sua natureza e finalidade, para os seus sócios implicou em uma Instituição representativamente regional, enquanto o IGHA não

<sup>31</sup> Decreto nº 259 – de 31 de março de 1931A. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), vol. VI, 1931, p. V.

<sup>32</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os institutos históricos e geográficos: “Guardiões da história oficial”. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>33</sup> “Fundado a 25 de março de 1917, em Manaus. Sua sessão de instalação solene deu-se no prédio da antiga Câmara Municipal da capital amazonense (...). Na ocasião, a diretoria eleita foi a seguinte: Presidente: Bernardo Azevedo da Silva Ramos; 1º Secretário: Agnello Bittencourt; 2º Secretário: Coronel Henrique Rubin; Orador: Vivaldo Palma Lima (relator do 1º Estatuto); Tesoureiro: coronel Antônio Clemente Bittencourt; Relator da 1ª Comissão do Corpo Administrativo: Manuel Miranda Simões”. ROCQUE, Carlos. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. Belém: AMEL- Amazônia Editôra Limitada, 1968, p. 896.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

passava de uma instituição apenas local. Como Instituição regional o primeiro estava incorporado “... às funções culturais do Estado, como órgão necessário a sua existência na formação histórica de nossa nacionalidade, neste longínquo trecho do território pátrio”<sup>35</sup>. O que isso significa? Significa que como intelectualidade amazônica ao mesmo tempo em que os sócios do IHGP desejavam capturar as peculiaridades da região amazônica, fortalecendo o discurso regionalista no domínio científico-cultural e político, esses intelectuais também estavam preocupados em colaborar no debate da intelectualidade brasileira, fornecendo uma explicação histórica para a nacionalidade brasileira.

Desde a fundação do IHGP em 1900, a composição dessa casa já refletia a intercessão entre a intelectualidade paraense e a política, quer no exercício de funções públicas ou no âmbito das associações político-partidárias. Dentre os membros-fundadores do Instituto tanto em 1900 quanto em 1917, encontravam-se importantes agentes públicos como Antônio José de Lemos, que foi intendente de Belém, presidiu a Câmara Municipal e foi também senador; Justo Chermont que foi governador do Estado em 1890; José Coelho da Gama e Abreu (Barão de Marajó), primeiro intendente de Belém eleito diretamente em 1891; Enéas Martins, governador do Estado que promulgou a nova Constituição do Estado em 1914; Lauro Sodré que ocupou o governo do Estado em 1917; além dos desembargadores Augusto Borborema e Napoleão Simões de Oliveira com expressa participação na política paraense.

Na década de 1930, outros nomes podem ser evocados nessa mesma condição como o de Abguar Bastos; Abelardo Condurú; Alcebiades Buarque; Adolpho Pereira Dourado; Antonio Souza Castro; Domingos e Adalberto Acatuassú Nunes; Ernesto Cruz; Eurico Valle; Frederico Villar; Fulgencio Simões; Jacob Cohen; Paulo Maranhão; Nilo Matos; Barroso Rebello; Leandro Pinheiro; Maroja Neto; Ismaelino de Castro; Avertano Rocha; Nogueira de Faria; Paulo Eleutherio; Arthur Porto; José da Gama Malcher; entre outros.

---

35 A Revista. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) vol. VI, 1931, p. 11.

A produção dos intelectuais do IHGP, quase em sua totalidade, estava vinculada à política. A natureza da produção dos sócios do IHGP na Revista da Associação pode ser definida como conferências, discursos, palestras e biografias, os demais trabalhos podem ser pensados como historiográficos. Na maioria dos trabalhos, predomina a política como temática: tratando de eventos de natureza política e/ou militar, vultos ligados à história política do Brasil, da Amazônia e do Pará, e arguições dos sócios sobre a situação política da época. A partir de 1931, a produção sobre história política cresceu na Revista do IHGP: em 1931, os trabalhos com viés político não chegaram a 50 % dos trabalhos publicados, mas em 1936, superam 80 % dos trabalhos publicados.

### ÚLTIMAS PALAVRAS

O século XX foi o século dos Institutos Históricos e Geográficos. O processo de construção de uma identidade nacional no século XX incluía também a definição das regiões como parte desse território nacional. Desse modo, a concepção de “território/nação” mesclou-se à de “território/região”. No interior dos IHGs, o registro da história nacional estava diretamente ligado ao registro da história regional e vice-versa.

A Revista do IHGP publicada de 1900 até 1970 apesar de refletir e acompanhar os rumos da política no Pará também cumpriu o papel de construir e fortalecer a identidade amazônica na produção científica da época. Nesse sentido, a Revista do Instituto foi o veículo fundamental que os sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Pará encontraram para divulgar como percebiam a realidade que os cercava e como a representavam dentro do campo científico. O Instituto foi o órgão catalisador de uma história amazônica que garantiu um *locus* de erudição inquestionável para a intelectualidade paraense e a RIHGP foi o instrumento para isso.





NATUREZA E  
EXPANSÃO ECONÔMICA  
NAS PÁGINAS DA  
REVISTA DO INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE SÃO  
PAULO\*

Marcelo Lapuente Mahl\*

NATURE AND ECONOMICAL  
EXPANSION ON THE PAGES  
OF THE MAGAZINE OF THE  
GEOGRAPHICAL AND HISTORICAL  
INSTITUTE IN THE STATE OF SÃO  
PAULO.

RESUMO

Em 1894, sob os auspícios das elites políticas regionais, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Neste espaço privilegiado de convivência e trânsito de grupos letrados na capital, seus associados buscaram construir, ao longo das primeiras décadas do século XX, uma visão ufanista do passado, destacando os feitos paulistas na história nacional. Nas páginas da revista do Instituto foram publicados, em meio a uma imensa variedade de temas abordados, textos que, analisados neste artigo, permitem compreender algumas das múltiplas formas de representação do mundo natural em circulação durante a Primeira República.

**Palavras Chave:** identidade paulista; mundo natural; expansão econômica.

ABSTRACT

In 1894, under the auspices of the regional political elitist groups, the Geographical and Historical Institute in the state of São Paulo was founded. At this privileged space of companionship and circulation of enlightened groups at the capital, its associates tried to build, throughout the first decades of the 20th century, a vainglorious sight of the past times, highlighting the deed in the national history. In the pages of the magazine of the Institute, texts which were published among a huge variety of issues approached, analyzed in this article allow us to understand some of the multiple forms of representation of the natural world in circulation during the period know as "First Republic".

**Keywords:** paulista identity; natural world; economical expansion

\* Versões preliminares deste trabalho foram apresentadas e debatidas durante o XXV Simpósio Nacional de História (ANPUH) e no XX Encontro Regional de História (ANPUH/SP).

\*\* Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail [mlmhistor@hotmail.com](mailto:mlmhistor@hotmail.com)

## I

Na atualidade, a questão ambiental tem se apresentado como um dos temas mais promissores para a reflexão das ciências humanas, com diversas pesquisas que se dedicam ao estudo das relações do homem com a natureza. Mais especificamente na História, é a *História Ambiental*, já amplamente estabelecida no Brasil, que elucida, dentre diversas possibilidades temáticas e teóricas, as transformações do meio ambiente que foram, de modo preponderante, impulsionadas pela ação humana<sup>1</sup>. A virada do século XIX, em especial, é um período que oferece indícios bastante promissores para a compreensão dessas transformações, devido à expansão agrícola que estimulou a colonização de amplas regiões do interior brasileiro, até então inexploradas.

Este é o caso do estado de São Paulo, que nas últimas décadas do século XIX viu uma imensa área no interior de seu território, indicada frequentemente nos mapas como *zona desconhecida*, ser incorporada à economia da então Província. Este processo foi impulsionado pelo desenvolvimento da cafeicultura, que criou as condições necessárias para a posse efetiva do território, estimulando o avanço de milhares de migrantes e imigrantes em direção às novas terras. Movimento diverso, tanto em relação aos sujeitos envolvidos, quanto à força motriz geradora, mas que, entre os anos de 1850 e 1950, inseriu todas as regiões paulistas na lógica da produção agrícola nacional<sup>2</sup>.

As mudanças impulsionadas pela cafeicultura foram alvo de reflexão nas páginas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,

---

<sup>1</sup> Para uma compreensão dos fundamentos teóricos da História Ambiental, e de seu desenvolvimento enquanto área do saber, consultar: PADUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: 2010, vol.24, n.68. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Ver também: DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: 1991, vol. 4, n. 8. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

<sup>2</sup> Sobre estas forças de colonização que modificaram o perfil sócio-econômico do estado de São Paulo, ver: MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.

que constituía-se como um valioso espaço de sociabilidade das elites econômicas e intelectuais. Os sócios do Instituto atentaram para a transformação pela qual passava o estado de São Paulo, em particular, e o Brasil como um todo. Homens de sua época, eles dialogaram ativamente com o darwinismo social e o cientificismo, evocando os sonhos modernizantes e modernizadores de uma sociedade em ampla transformação<sup>3</sup>. Analisar a produção intelectual veiculada nas revistas do IHGSP, entre os anos de 1894 e 1940, período de maior prestígio da agremiação, nos remete aos modos de percepção sobre o mundo natural, exatamente em um momento tão marcante, devido ao amplo processo de desbravamento das terras paulistas, na história das relações entre homem e natureza.

## II

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1894, seguiu o modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, erigido em 1839 e pioneiro dessas agremiações no Brasil. Como afirmou Manoel Luís Salgado Guimarães, o IHGB tinha como objetivo construir, por meio das ciências (principalmente da História e da Geografia), fatos que consolidassem uma determinada visão sobre a cultura e a sociedade brasileira, tendo como centro a corte Imperial, sediada no Rio de Janeiro<sup>4</sup>. Desviando o olhar para São Paulo, o IHGSP tinha como meta também a construção de uma identidade nacional, porém destacando especialmente os feitos paulistas, projetando em um passado idealizado, e muitas vezes mítico, uma suposta liderança do estado de São Paulo

<sup>3</sup> Sobre o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ver: FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002. As mudanças sociais e culturais resultantes da expansão econômica no interior paulista foram estudadas por: CAMPOS, Raquel Discini. *Mulheres e crianças na imprensa paulista: educação e história*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

<sup>4</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, 1988.

em relação ao Brasil<sup>5</sup>. Já no texto de apresentação da 1ª Revista do Instituto, publicada no ano de 1895, revela-se o apelo ao regionalismo jactante que marcou grande parte de sua produção: “A História de São Paulo é a própria história do Brasil”<sup>6</sup>.

A exaltação da história de S. Paulo é o centro dos trabalhos publicados nas revistas do IHGSP, e os responsáveis por essa elaboração eram, em sua maioria, membros da elite econômica do estado. Em seu conjunto eles exerciam, de forma preponderante, posições de liderança na hierarquia governamental, tanto em nível estadual quanto federal<sup>7</sup>. Além disso, aliavam suas carreiras políticas à projetos intelectuais, com um tipo de produção discursiva que permeava o campo da Literatura e da Ciência<sup>8</sup>. Com estilos variados e muitas vezes de difícil classificação, os trabalhos publicados no período compreendido entre os anos de 1894 e 1940 formam um grupo de textos ricos em ecletismo e variações espontâneas sobre as ciências da época, resultado da falta de formação acadêmica específica de grande parte dos literatos do final do século XIX<sup>9</sup>.

Esse grupo de letrados, partícipes do espaço de sociabilidade inaugurado pelo IHGSP, observou as transformações econômicas, políticas e

<sup>5</sup> A respeito dos diversos projetos de nação durante a chamada República Velha, consultar: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, CNPQ, 1990. Em relação ao papel dos Institutos Históricos na construção de identidades regionais, ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

<sup>6</sup> A História de São Paulo é... In: *Revista do IHGSP*, volume I: São Paulo, 1895.

<sup>7</sup> Para maiores informações sobre o perfil sócio-econômico dos agregados do IHGSP, e suas relações com o poder, consultar: MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica – o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista (Unesp). Assis, 2001.

<sup>8</sup> Exemplo dessa dupla ambição pode ser observado na figura de Washington Luis que, além de sua carreira política, tendo exercido, entre outros cargos, o de presidente da república entre os anos de 1926 e 1930, manteve também uma ativa vida intelectual, escrevendo e editando vários estudos voltados principalmente às temáticas paulistas. Sobre esse percurso político-literário, ver: FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina de. *O Tradicionalista Moderno. Washington Luis: Política, espetáculo e Letras Históricas*. In: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (orgs). *Letras e identidades – São Paulo no século XX: capital e interior*. São Paulo: Annablume, 2008.

<sup>9</sup> FERREIRA, op. cit.

sociais que ocorriam de forma vertiginosa tanto na capital quanto no interior paulista. Nestas regiões, em especial, a cafeicultura impulsionou as forças que abriram novos caminhos pelos assim chamados *sertões*, erigindo cidades, convertendo zonas até então desconhecidas em áreas de efervescência agrícola, além de sedimentar as condições necessárias para a diversificação produtiva e comercial, principalmente a partir da década de 1920<sup>10</sup>.

No contexto do desenvolvimento agrícola nacional, o estado de São Paulo se distinguia. Sustentada principalmente por seu complexo cafeeiro, a economia paulista se destacava não somente pelo constante crescimento populacional, mas também pelo franco desenvolvimento industrial da capital, que exigia matérias primas em cada vez maior quantidade<sup>11</sup>. Tais demandas ofereceram significativos estímulos à produção rural no interior. Novas necessidades que se traduziram em números bastante expressivos, revelando a força e a importância das atividades agrárias do Estado. No final da década de 30, por exemplo, o estado de São Paulo possuía o segundo maior efetivo de gado bovino no Brasil, com 3.484,614 cabeças; a maior malha viária brasileira, que se estendia por 48.059 quilômetros; o maior número de veículos a motor, com um total de 76.894 veículos, sendo 29.745 para carga; a maior área agrícola ocupada, totalizando 4.502,282 *ha*, e a segunda maior população brasileira, com 7.305, 407 habitantes<sup>12</sup>.

Os pioneiros que formaram essa onda populacional tinham uma origem diversificada. Não foram, portanto, somente paulistas que compunham

<sup>10</sup> A expansão agrícola, nas primeiras décadas do século XX, foi um fenômeno bastante amplo, com o desenvolvimento em todo o país de atividades rurais, impulsionadas, entre outros fatores, pela crescente demanda internacional, que ocorreu a partir da Primeira Guerra Mundial, e também pelo aumento populacional brasileiro. Da variada bibliografia disponível sobre o tema, consultar: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Brasília: UNB, 1963; PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

<sup>11</sup> Para uma reflexão sobre a formação do parque industrial paulista, ver: DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. Trad. Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

<sup>12</sup> Dados coletados em: Anuário Estatístico do IBGE. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1908; Anuário Estatístico do IBGE. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1938; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatística do século XX*. In: IBGE. Base de dados disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso entre janeiro e fevereiro de 2013; Anuário Estatístico de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1924.

essa força produtiva; mas também mineiros, nordestinos, estes oriundos principalmente dos estados da Bahia e Ceará, além da uma variada mão-de-obra imigrante, onde se destacaram italianos e espanhóis<sup>13</sup>. Desse modo, enormes contingentes de trabalhadores se lançaram em busca de oportunidades nas novas terras, entrando em contato diário com um meio natural desconhecido, compreendido imediatamente como uma barreira que precisava ser transposta, para a realização dos sonhos de desenvolvimento, riqueza e modernidade que marcaram o início do século XX.

Entretanto, a proeminência das idéias que enalteciam o avanço pioneiro e o domínio da natureza pelo homem, como formas de expressão máxima do progresso, não impediram a formação de uma oposição às formas como esse processo transcorria. Frente à conquista do mundo natural pelo homem, surgiram contradiscursos que seguiam um caminho oposto ao usual, destacando não as glórias da expansão sobre o sertão, mas sim as conseqüências destrutivas dessa ação sobre a natureza. Também a violência e o desprezo que fundamentaram os contatos entre homens e animais, nessas décadas de desbravamento do território, não ficaram imunes às críticas de muitos observadores daquele momento da história de São Paulo.

A melhor compreensão desses discursos, que apontavam para as contradições do progresso econômico e de suas conseqüências ecológicas, contribui para elucidar a diversidade de imagens construídas pelo homem sobre a natureza, que se transformava rapidamente na medida em que as populações se espalhavam por todo o território paulista. Nesse sentido, dois exemplos – um primeiro, contra a destruição das florestas e, em seguida, uma crítica à caça indiscriminada praticada no Brasil - podem ser apontados como elucidativos da presença desses múltiplos olhares sobre o mundo natural.

---

<sup>13</sup> Um retrato da multiplicidade étnica que chegou, no começo do século XX, ao interior paulista, resultante da expansão cafeeira, pode ser encontrado em: ALMEIDA, Antonio Tavares. *Oeste Paulista – a experiência etnográfica e cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Alba, 1943. Um outro estudo fundamental sobre o assunto é o trabalho de: BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro – aspectos políticos*. São Paulo: Edusp, 2005.

## III

Por mais estranho que possa parecer, a falta de madeira no Brasil é relatada como um problema desde pelo menos o século XVIII, quando a coroa portuguesa já tentava controlar a devastação por meio de leis e decretos régios que, na maioria das vezes, eram simplesmente ignorados<sup>14</sup>. No estado de São Paulo, apesar da economia canavieira setecentista também ter exercido uma pressão importante sobre as matas, foi o desenvolvimento da cafeicultura que impulsionou a grande destruição das florestas, tanto nas áreas próximas à capital quanto no interior. A falta de combustível e de madeira tornou-se um problema amplamente discutido desde as décadas finais do século XIX, e deu origem a posicionamentos bastante ostensivos contra a destruição das áreas intocadas que ainda resistiam, sempre ameaçadas pelo rápido avanço econômico<sup>15</sup>.

A pressão que a economia cafeeira exerceu sobre os recursos florestais foi direta, uma vez que a cobertura vegetal resultante das queimadas foi o adubo principal que alimentou os milhões de pés de café que, cada vez mais, se espalhavam por todo o estado como uma *onda verde*, segundo expressão imortalizada por Monteiro Lobato. Por outro lado, o desenvolvimento populacional e urbano consequente ao surto cafeeiro aumentou a demanda pelos recursos da floresta, principalmente madeira para a carpintaria e marcenaria, além de lenha para combustível. Também a implantação e o constante crescimento da malha ferroviária paulista trouxeram a necessidade de milhares de dormentes, além de grande parte das locomotivas serem alimentadas com carvão vegetal, ou mesmo diretamente com madeira. O resultado principal de tantas transformações para o mundo natural - a devastação das florestas - não

<sup>14</sup> Sobre a devastação das florestas nacionais, ver: DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid. Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 2000; ver também: PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

<sup>15</sup> DEAN, op. cit.

passou despercebido aos olhos de determinados setores das camadas médias urbanas. Vários textos publicados em jornais e revistas apontam para a formação de uma oposição à rápida destruição desses recursos e principalmente do seu principal algoz: o fogo, base fundamental da produção agrícola cafeeira<sup>16</sup>.

Essa atenção às conseqüências da intervenção humana no meio ambiente evidencia-se já em 1913, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no estudo do sócio Antonio Raposo de Almeida. Em seu texto, o autor registrou, com bastante pesar, a destruição florestal em curso na região de Campos do Jordão, que teria desencadeado importantes desequilíbrios na biota local. Afirma ainda, com certo saudosismo, que conheceu “os Campos sem uma cobra, sem ervas venenosas, sem carrapatos, sem qualquer insecto, e nas águas sem qualquer vida animal”<sup>17</sup>. Entretanto, a mudança da realidade ecológica da cidade que, no final do século XIX, era um dos destinos mais requisitados pelos amantes dos poderes curativos das estações hidrominerais, já havia se dado. No relato de Almeida “hoje, com a devastação e a queima das matas ao redor, e a destruição dos pinheirais e diminuição de suas ubérrimas exalações, essas excellentes circunstâncias diminuiram muito”<sup>18</sup>. Alguns anos mais tarde, também na revista do Instituto paulista, o historiador Pedro Dias de Campos chamou a atenção das autoridades estaduais para a situação de degradação ambiental do morro do Jaraguá, nas circunvizinhanças da cidade de São Paulo. Criticando principalmente os proprietários, Campos elaborou uma eloqüente defesa da mata que outrora existiu no local, opondo-a ao panorama de desflorestamento observado naquelas encostas.

<sup>16</sup> Sobre a veiculação, na imprensa do interior paulista, de textos apontando para a crescente degradação ambiental, ver: MAHL, Marcelo Lapuente. *Ecologias em terra paulista (1894-1950): as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista: Assis, 2007.

<sup>17</sup> ALMEIDA, Antonio Raposo de. Os campos do Jordão na história e na Lenda. In: *Revista do IHGSP*, v. XVIII, 1913. p. 221.

<sup>18</sup> ALMEIDA, *Ibidem*.



Há apenas dez anos que a inextricável floresta virgem, foi, pouco a pouco, criminosamente arrasada, sendo as primorosas essências florestaes, reduzidas ao negro carvão, combustível preferido nas lareiras improvisadas da extranja aventureira. As árvores formosas, cujas ramagens em comas ondulantes e floridas perfumavam o ambiente – davam a visão de um cômodo coberto de verde tapete. Essa beleza natural já não existe. A ganância pelo lucro, reduzido a misterioso pico e suas encostas, em um monte desnudo, pardacento e triste. A alegre e verdejante elevação, despida agora do seu ornamento natural, faz lembrar um amontoado de escombros reunidos naquele ponto.

Quem o avistar hoje, negrejando entre a sua auréola de nuvens brancas, acreditará tratar-se de um monte rochoso, onde nunca existiu a vida vegetal. Há apenas um descenso que elle a esse estado foi reduzido, pela mão impiedosa de proprietários interesseiros<sup>19</sup>.

Além da condenação à destruição florestal, como o trecho supracitado, vale ressaltar outro exemplo de crítica ambiental na esfera intelectual paulista, ligado agora aos debates relacionados à proteção dos animais. Discurso que encontrou um terreno fértil para o seu desenvolvimento, principalmente a partir do final do século XIX, quando começam a se fortalecer movimentos organizados e com força para exigir mudanças na Europa e nos Estados Unidos. É desse período que remontam várias das primeiras leis aprovadas com o objetivo de proteger áreas ricas em diversidade ambiental. Em especial, nas colônias inglesas na África, onde se aprovou o primeiro acordo ambiental do mundo, em 1900, assinado por países que, em sua maioria, estavam envolvidos na corrida neocolonial no continente<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> CAMPOS, Pedro Dias de. As minas de ouro do Jaraguá. In: *Revista do IHGSP*, v. XXVII, 1929. p. 61.

<sup>20</sup> MACCORMICH, John. *Rumo ao Paraíso – a história do Movimento Ambientalista*. Trad. Marco Antonio da rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1992.

Um dos movimentos precursores de proteção aos animais foi liderado pelos ornitólogos. Desde 1868, vários desses especialistas já tentavam iniciar ações em defesa das aves, afirmando a importância delas na manutenção das florestas e no controle das pragas. Em 1902, por exemplo, uma convenção de proteção aos pássaros foi assinada por 12 países europeus, fortalecendo outros movimentos do mesmo gênero por toda a Europa<sup>21</sup>. E foi justamente um apaixonado e estudioso das aves, o zoólogo alemão Hermann Von Ihering, que publicou um dos primeiros e mais efetivos discursos de proteção dos animais produzidos no interior dessa rede de cientistas e intelectuais que circulavam ao redor do IHGSP. Formado em medicina e ciências naturais, Ihering chegou ao Brasil para fazer parte da Comissão Geográfica e Geológica do Estado, até assumir, em 1894, a direção do recém fundado Museu Paulista<sup>22</sup>.

Sua permanência no Brasil foi marcada por dois aspectos. Primeiramente, pelo rigor científico e pelo prestígio que o pesquisador conseguiu imprimir ao Museu Paulista e sua revista. Entretanto, sua história em terras nacionais também ficou conhecida pela controversa gerada por um artigo publicado na própria revista do Museu, em 1908. Neste texto, Ihering defendeu uma ação enérgica contra os povos *kaingangs*, que naquele momento demonstravam uma obstinada resistência ao processo de expansão econômica rumo ao interior, que avançava vertiginosamente sobre terras indígenas<sup>23</sup>. Tais afirmações acabaram desencadeando um debate que extrapolou os meios acadêmicos, o que enfraqueceu sua posição no cenário intelectual paulista, levando-o a abandonar o cargo de diretor do museu em 1916, em meio a críticas que chegaram a acusações pessoais de má conduta administrativa.

Um traço interessante que se observa, durante o período de atividade intelectual de Ihering no Brasil, é o contraste entre suas posições

---

<sup>21</sup> MACCORMICH, *Ibidem*.

<sup>22</sup> Sobre a fundação do Museu Paulista e a atuação de Hermann Von Ihering na Instituição, ver: LOPES, Margaret Maria. *O Brasil descobre a Pesquisa Científica – os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>23</sup> GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, Edusp, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1989.

pouco humanitárias em relação aos índios kaingangs, de um lado, e, de outro, o zelo com que defendia o mundo natural no geral, e os pássaros, em particular; contradição esta que deve ser entendida, também, a partir da lógica das teorias raciais e de sua influência sobre a intelectualidade no final do século XIX. Não obstante, nos trabalhos publicados nas revistas do Museu Paulista e do IHGSP, Ihering demonstrou uma compreensão bastante apurada sobre as relações ecológicas e a necessidade de preservação da natureza.

Em 1900, o diretor do Museu Paulista defendeu veementemente a urgência de se criar novas leis de proteção às aves, além da necessidade de aumentar a fiscalização sobre a caça no estado de S. Paulo. Destacando a importância dos pássaros para o equilíbrio natural, principalmente no que se refere à diminuição das pragas e à polinização das plantas, Von Ihering culpou as “constantes queimadas dos campos [...] e as derrubadas das mattas e capoeiras”<sup>24</sup> como responsáveis pela diminuição no número desses animais, situação já perceptível aos olhos do cientista. Além disso, o lucro dos caçadores não justificaria o estrago “está provado assim, que esta caça insignificante, se não der prejuízo, não poderá dar lucro”<sup>25</sup>, e a própria moda européia, que “desde que [...] deu preferência às aves, as casas de confecção e modas consomem quantidade colossal de plumagens”<sup>26</sup>, contribuíram, segundo o autor, de modo significativo para a perseguição às aves. Continuando a reforçar seus argumentos, após apresentar os exemplos de leis ambientais adotadas na Europa e nos Estados Unidos, Ihering recomenda como única forma capaz de diminuir a ação desenfreada e criminosa “uma medida radical, usada em circunstancias análogas nos países europeus – a supressão da caça por certo numero de annos”<sup>27</sup>.

<sup>24</sup> IHERING, Hermann . Necessidade de uma lei federal de caça e protecção das aves. In: *Revista do Museu Paulista*, v. V, 1900. p. 242.

<sup>25</sup> IHERING, *ibidem*. p. 243

<sup>26</sup> IHERING, *ibidem*, p. 246

<sup>27</sup> IHERING, *ibidem*, p. 260

Alguns anos mais tarde, em um artigo intitulado “Protecção ás Aves”, Von Ihering voltou ao tema. Mantendo o teor crítico, colocava-se novamente contrário à destruição ambiental, culpando principalmente a “ganância do homem” que “já causou estragos immensos, extinguindo numerosas espécies de animaes e plantas, e entre elas muitas de valor econômico”<sup>28</sup>. Este trecho em especial mostra a sua propensão à defesa de uma exploração racional do meio ambiente, que poderia, se bem administrada, oferecer riquezas imensas ao país. Como afirmou em 1900, a protecção da natureza era uma questão de patriotismo, pois o objetivo final era o engrandecimento econômico do Brasil.

Procurei quanto possível de excluir considerações estheticas e sentimentaes, salientando apenas as consequências fataes da desenfreiada destruição da vida animal para o clima e a producção, mas não posso deixar de pronunciar a opinião, que só a brutalidade e a estupidez podem ficar indifferentes perante a insensata devastaçãõ da rica natureza do paiz. O amor do solo com as suas producções vegetaes e animaes é um dos fundamentos mais sólidos do sincero patriotismo<sup>29</sup>.

A visão sobre o mundo natural propagada por Hermann Von Ihering, assim como a crítica à destruição das florestas feita pelos agremiados Antonio Raposo de Almeida e Pedro Dias de Campos, demonstram o quanto o tema do meio ambiente já estava inserido nas questões discutidas entre as elites intelectuais que formavam o quadro associativo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. O estudo de suas idéias permite uma compreensão mais abrangente dos esforços

<sup>28</sup> IHERING, Hermann Von. *Protecção ás aves*. In: Revista do Museu Paulista, v. IX, 1910. p. 316.

<sup>29</sup> IHERING, 1900. *op. cit.*, p. 258. Cabe anotar que esta relação entre natureza e patriotismo já aparecia nos discursos de muitos intelectuais desde o século XIX. Sobre as relações entre natureza e nacionalismo, ver: PADUA, *op. cit.*; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Protecção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

de superação de uma visão predatória da natureza, materializada no dilema desenvolvimento *versus* meio ambiente, muito antes da década de 1980, período de maior expansão e popularização dessa temática no país. Além disso, àqueles discursos de proteção à natureza, existentes na primeira metade do século XX, ajudam a compreender de que modo os movimentos ambientalistas modernos atualizaram antigas lutas, dialogando, inadvertidamente, com um conjunto de propostas que foram relevantes no passado, mas que, em sua maioria, permanecem esquecidas no tempo.

Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2013. Aprovado em 13 de maio de 2013.



# A CASA DAS ALAGOAS E AS “COUSAS DO PASSADO”

# THE “HOUSE OF ALAGOAS” AND THINGS OF THE PAST

Magno Francisco de Jesus Santos\*

## RESUMO

O presente artigo tem como foco a produção intelectual da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, criada nos idos de 1872. O propósito desse estudo é problematizar os diferentes projetos políticos de construção de identidade a partir da análise das temáticas discutidas no principal periódico sobre o passado alagoano, ou seja, pautado nas discussões acerca da cultura política tentarei discutir como os intelectuais vinculados à “Casa das Alagoas” fizeram as leituras do passado alagoano e como difundiram os seus projetos de futuro.

**Palavras-chave:** Escrita da história, intelectuais, revista, Instituto Histórico, Alagoas.

## ABSTRACT

This article focuses on the intellectual production of the Journal of the Historical and Geographical Institute of Alagoas, created back in 1872. The purpose of this study is to discuss the different political projects of identity construction from the analysis of the main themes discussed in the journal about the past Alagoas, ie, based on the discussions about the political culture will try to discuss how intellectuals linked to the “Casa das Alagoas” did the readings of the past and how alagoano broadcast their future projects.

**Keywords:** Writing History, intellectuals, magazine, Historical Institute, Alagoas.

\* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação de Martha Campos Abreu. Bolsista Capes. Email: magnohistoria@gmail.com

No dia dois de dezembro de 1869 foi criado o Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas, sob a batuta do então presidente da província alagoana, José Bento da Cunha de Figueiredo Júnior.<sup>1</sup> O propósito da novel instituição seria a de “congregar a intelectualidade nascente para pensar o futuro de Alagoas através do conhecimento de seu passado, resgatando tradições e fomentando pesquisas históricas, geográficas e antropológicas”.<sup>2</sup> Nesse sentido, a principal instituição de pesquisa alagoana do século XIX surgiu a partir da ação do poder público, fazendo com que a “Casa das Alagoas”<sup>3</sup> se tornasse o espaço privilegiado do pensamento acerca da construção da identidade alagoana, conhecendo e venerando o passado, como também projetando o futuro.<sup>4</sup> Essa preocupação foi registrada no editorial do primeiro número da Revista, publicado em 1872:

Principia hoje o Instituto a exhibir os documentos que firmaram sua utilidade e lhe dão justa benevolência ao público. Atenta a necessidade de chamar-lhes a vida, as cousas do passado entre-gues ora as dúvidas da indiferença.<sup>5</sup>

De acordo com a sentença acima, a instituição deveria ser o foco irradiador da produção do conhecimento sobre a sociedade local, assim como também deveria destacar os aspectos da nacionalidade, dos heróis do Império.

<sup>1</sup> ALTAVILA, Jayme Lustosa de (Org.). *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: dados históricos*. Maceió: IHGAL, 2008

<sup>2</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. A Casa das Alagoas. In: TENÓRIO, Douglas Apratto; DANTAS, Cármem Lúcia. *A Casa das Alagoas: o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 6

<sup>3</sup> Forma pela qual o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas é conhecido pelos seus sócios. Trata-se de prática recorrente codenominar os institutos históricos de “Casa”, acrescido do nome da localidade onde está situado. Cf. DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe. 1912/2012*. São Cristóvão-SE: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012, p. 17.

<sup>4</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. *A Casa das Alagoas*, p. 11.

<sup>5</sup> REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO DE ALAGOAS. Editorial. *Revista do Instituto Archeologico e Geógraphico de Alagoas*. Vol. 1, nº 1. Maceió, 1872, p. 1.



Isso implicaria na busca pelas “cousas do passado”, ou seja, na mobilização de intelectuais para inibir a indiferença reinante a respeito dos períodos pretéritos. É importante ressaltar que apesar de ser uma das menores províncias do Império do Brasil, Alagoas passou a ter o quarto instituto histórico do país, sendo antecedido apenas pela Corte e pelas províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e de Pernambuco.<sup>6</sup> No campo das instituições culturais, Alagoas estava entre as províncias de vanguarda no país.

Nesse sentido, a “Casa das Alagoas” surgiu como uma ação da política cultural provincial que visava contribuir para a construção de uma versão alternativa do passado regional, ou seja, um contraponto a escrita da história realizada pelo Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco,<sup>7</sup> fundado em 1862 com o intuito “de comprovar a relevância da história pernambucana nos destinos do país”.<sup>8</sup> Os inúmeros intelectuais que passaram pelo instituto alagoano se preocuparam na interpretação do passado, buscando vestígios que evidenciassem a peculiaridade, as diferenças em relação às províncias vizinhas. Havia a necessidade de se criar outra leitura acerca do passado histórico alagoano, destoante da interpretação construída pelos intelectuais pernambucanos. Para Anfilóbio Jayme de Altavila Mello existia a exigência de que:

A história de nossa província, mais do que a de outras, precisa ser projetada no cenário nacional, em compensação ao nosso pequeno território e ao desnível de nossas forças econômicas, em confronto com os Estados maiores e mais poderosos.<sup>9</sup>

<sup>6</sup> Em 1839 foi criado no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1860 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (Rio Grande do Sul), o primeiro Sodalício provincial do Império. Dois anos depois, em 1862 foi criado o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Sobre essas questões pode ser consultada: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>7</sup> O território que hoje forma o Estado de Alagoas integrava a capitania de Pernambuco até o ano de 1817, ano em que Dom João VI decretou a emancipação política das Alagoas.

<sup>8</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*, p. 118.

<sup>9</sup> ALTAVILA MELLO, Anfilóbio Jayme de. *História da Civilização das Alagoas*. 7ª Ed. Maceió: EDUFAL, 1978, p. 7.

Pautado nas palavras de Dirceu Lindoso, posso dizer que os sócios do Sodalício usaram do “ofício do arqueólogo para criar o que todo mundo via, mas não queria criar: a cultura alagoana”.<sup>10</sup> Todavia, essa política cultural nem sempre seguiu a mesma perspectiva e os consortes nem sempre compartilharam dos mesmos projetos de futuro. Em diferentes momentos, o Instituto das Alagoas foi repensado, redefinido, propiciando transformações substanciais na produção e difusão do conhecimento acerca do passado alagoano.

Por esse ângulo, a criação do então Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas<sup>11</sup> pode ser entendida sob a perspectiva da cultura política, criando “uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa”.<sup>12</sup> Nesse artigo tenho como foco a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas,<sup>13</sup> criada em 1872 e que ao longo dos últimos decênios do século XIX e todo o século XX tornou-se um dos principais instrumentos usados pela intelectualidade alagoana no processo de construção da identidade local pautada na leitura da trajetória “dos grandes homens da terra” e de interpretação da história local e revisão da trajetória nacional. Nas laudas do periódico,

---

<sup>10</sup> LINDOSO, Dirceu. *Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana*. Maceió: EDUFAL, 2005, p. 12.

<sup>11</sup> A Casa das Alagoas entre 1869 e 2012 teve três denominações diferentes. Da criação até 1932 foi denominado de Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano. A partir dessa data passou a ser Instituto Histórico de Alagoas, até 1972, ano do centenário da instituição e quando passou a ser definitivamente denominado de Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Confira em: ROCHA, José Maria Tenório. Em torno de uma bibliografia analítica de Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. In: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. *Bibliografia analítica (1872-2009)*. 2ª Ed. Maceió: Imprensa Oficial, 2010, p. 16. Essas mudanças de nomenclatura também ocorreram com a revista, todavia, nesse estudo, passarei a utilizar o termo usado no tempo presente, por se tratar do mesmo periódico.

<sup>12</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 351.

<sup>13</sup> O meu primeiro contato com a Historiografia Alagoana foi em decorrência da seleção de professor efetivo da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, para a disciplina História de Alagoas. Foi a partir de tais leituras que surgiram algumas inquietações a respeito da produção historiográfica alagoana, algumas das quais tento responder nesse artigo. Agradeço a Ibarê Dantas e Samuel Albuquerque pela leitura crítica e sugestões.

pensadores alagoanos se preocuparam em reafirmar a cultura política atinente a época, redefinindo a leitura do passado, criando novas interpretações acerca da experiência local, fortalecendo projetos de futuro. Nesse caso, a minha exposição tem como foco uma revista de 140 anos que passou por significativas transformações tanto no aspecto físico, como no seu conteúdo.<sup>14</sup>

Desse modo, analisei as temáticas que foram discutidas na Revista do IHGAL no período entre 1872 e 2012,<sup>15</sup> buscando destacar os principais intérpretes do passado alagoano e as temáticas que mais apareceram nas páginas do principal periódico de história do estado. Essa análise foi acompanhada de um contraponto com a produção da história alagoana publicada em outros suportes, especialmente livros, como forma de evidenciar até que ponto a escrita da história na Casa das Alagoas se aproximava ou se distanciava dos embates historiográficos *outsider* e acadêmicos. Esse confronto entre as obras produzidas em diferentes espaços da pesquisa histórica é importante, pois torna possível apreender as possíveis apropriações que intelectuais associados a instituições distintas realizam acerca do passado.

A trajetória da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas é marcada por uma série de transformações e interrupções na produção de novas edições, como decorrências dos inúmeros momentos de dificuldades pelos quais a Casa das Alagoas passou. Em diferentes números da Revista do Instituto os editores evidenciam, em tom de lástima, os embaraços que impediam a publicação ininterrupta do periódico.

---

<sup>14</sup> Na análise da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas não considerei os relatórios de atividades, nem os trabalhos de edição de fontes. Assim, detive-me apenas nos artigos, palestras, conferências, textos de homenagens, necrológios e discursos em suas diferentes perspectivas (posse, morte, datas cívicas, efemérides do Sodalício e inaugurações).

<sup>15</sup> Os exemplares analisados são os que constituem o acervo da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Agradeço ao Diretor da Biblioteca e do Arquivo, João Paulo Gama, assim como a Maria Fernanda dos Santos e aos estagiários, Aline, Éder e Nayara pelo auxílio na pesquisa. O número 48 da Revista do IHGAL foi disponibilizado por Fabiana Mariano, que doou o exemplar. Da mesma forma, sou grato a Ane Luíse Silva Mecenaz Santos pela sugestão e estímulo a produção desse texto.

Testemunho desses esclarecimentos é o editorial do primeiro número do terceiro volume, publicado em 1901, após uma interrupção de 13 anos.

Após um longo intervalo de mais de três lustres, reaparece a Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano. (...) O motivo único a trazer como resultado a lamentável força de interrupção da Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano foi a insuficiência dos recursos pecuniários disponíveis: de todo o esforço, toda a soma de boa vontade, toda dedicação se manifestaram impotentes de encontro a tão difícil tarefa escolhida.<sup>16</sup>

Essas dificuldades apresentadas pelos editores em 1901 permaneceram ao longo de todo o século XX, fazendo com que em diferentes momentos cessassem a publicação do periódico ou que as novas edições passassem a representar lapsos de tempo maiores, acoplando textos de dois a três anos. Nesse sentido, busquei periodizar a revista respeitando a tendência proposta pelas principais análises acerca da Revista do IHGAL,<sup>17</sup> ou seja, resolvi estabelecer uma periodização da mesma em três fases e tendo como marcos as duas grandes interpelações que ocorreram entre 1888 e 1901; 1953 e 1968.

A primeira fase da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas corresponde ao período oitocentista, nos últimos decênios do Segundo Reinado. Nessa época, no Império do Brasil só existiam três institutos e neles eram escritos as principais versões da história pátria. No caso do instituto alagoano, D. Adelmo Machado atribui a fundação a um episódio que ocorreu dez anos antes, com a visita do Imperador D. Pedro II por Maceió em dezembro de 1859. Nas palavras do bispo, “uma das recomendações constantes de D. Pedro II nas visitas às capitais

<sup>16</sup> REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLÓGICO E GEOGRÁFICO ALAGOANO. Editorial. *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano*. Vol. 3, nº 1, Maceió, 1901, p. 1.

<sup>17</sup> ROCHA, José Maria Tenório. Em torno de uma bibliografia analítica de Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. In: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. *Bibliografia analítica (1872-2009)*. 2ª Ed. Maceió: Imprensa Oficial, 2010.

das Províncias, era a de que, logo que fosse possível, se fundasse um Instituto Arqueológico e Geográfico.”<sup>18</sup>

Sendo recomendação imperial ou não, o instituto alagoano foi fundado oficialmente no Palácio Provincial no dia 2 de dezembro de 1869, data do natalício de D. Pedro II, o que já evidenciava sua afinidade com as questões do Estado imperial. É interessante perceber como a cultura política hegemônica estava presente nas ações da instituição. Os estatutos aprovados no dia 18 de fevereiro de 1870 evidenciam finalidades que estavam em plena sintonia com a construção de uma nacionalidade. Eram os fins da Casa das Alagoas:

- 1º Colligir, trasladar, verificar e publicar os documentos e tradições históricas da província;
- 2º Descrever os monumentos antigos e esforçar-se para conservá-los;
- 3º Examinar e assignar os vestígios existentes em lugares notáveis, promovendo a collocação de monumentos e inscrições que perpetuem a lembrança de factos ali acontecidos;
- 4º Obter e conservar photographias e desenhos de monumentos que possam ter qualquer valor histórico;
- 5º Estudar a geographia da província, procurando accumular e classificando mesmo os dados fundamentaes de uma estatística;
- 6º Auxiliar pelos meios a seu alcance as publicações litterarias;
- 7º Procurar crear um museo de productos naturaes e artísticos afim de que se tornem conhecidos a riqueza e adiantamento da província.<sup>19</sup>

Percebe-se que uma das preocupações centrais da instituição na primeira fase é atinente à memória do Brasil e, especialmente, da Província de Alagoas. Das sete finalidades, quatro estavam associadas

<sup>18</sup> MACHADO, D. Adelmo. O nosso Instituto Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Vol. 30. Maceió, 1973, p. 11.

<sup>19</sup> REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLÓGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO. Fins. *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano*. Vol. 1, nº 1, Maceió, 1872, p. 1.

ao projeto de compleição de acervos com documentos e objetos que remetessem ao passado, enquanto os outros três eram atribuições voltadas para difusão do conhecimento acerca desse passado. A proposta do estatuto foi seguida pelos intelectuais que ficaram responsáveis pela Revista do Instituto,<sup>20</sup> criada em 1872. Prova disso é que os primeiros números publicados eram quase que exclusivamente constituídos por transcrições de documentos e descrição da geografia provincial.

Além dos inúmeros documentos transcritos, as laudas da revista apresentavam a preocupação em descortinar o passado alagoano, especificamente as origens da colonização nos seus três eixos irradiadores: Porto Calvo, Santa Maria Madalena da Lagoa Sul (Atual Marechal Deodoro) e Penedo.<sup>21</sup> Os artigos sobre história priorizaram o enfoque sobre essas cidades, isoladamente, com narrativas próximas ao modelo corográfico,<sup>22</sup> que vigorou em todo o país na época, destacando a origem, os monumentos e a presença holandesa nos idos do século XVII. Da mesma forma, destacaram-se os textos com descrições das igrejas mais antigas das Alagoas, entre as quais as matrizes de Maceió, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte, Capela e o Convento franciscano Nossa Senhora dos Anjos em Penedo. Geralmente, foram textos que destacavam mais o período de construção e os párocos responsáveis pela edificação do que o estilo artístico, mas já evidenciavam uma preocupação em preservar os símbolos do passado.

Outra característica relevante sobre a produção de textos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas no oitocentos é a ausência de uma sofisticação teórica e cientificista, fato contraditório se levarmos em consideração a produção do IHGB e a escrita da História no século XIX. No período que ficou conhecido como “século

<sup>20</sup> Nessa primeira fase a Revista apresentava um modelo semelhante aos folhetins, com média de 30 laudas por número.

<sup>21</sup> BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. 3ª Ed. Arapiraca-AL: EDUAL, 2004.

<sup>22</sup> SANTOS, Vera Maria dos. *A geografia e seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX*. São Cristóvão, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, UFS, 2004.

da história”, “o discurso historiográfico ganha foros de cientificidade”,<sup>23</sup> mas a produção alagoana não inseriu um diálogo muito profícuo com os teóricos europeus. A atenção maior estava na descrição, na análise com cunho informativo, seguindo a tendência dos estudos pioneiros na província. Nesse sentido, o diálogo dos autores da revista ocorre com maior frequência com os intelectuais que inauguraram os estudos acerca de Alagoas, principalmente Thomaz Espíndola.<sup>24</sup>

Também desperta atenção o quantitativo de artigos que se debruçaram sobre a descrição dos rios que cortam a província, cumprindo com outra finalidade do estatuto de 1870. A civilização do açúcar tornou-se objeto dos estudos primeiramente pelos seus rios, evidenciando os benefícios para a economia, com a fundação de engenhos às margens de rios com a circulação de mercadorias. Em estudo clássico da historiografia alagoana, Manuel Diegues Júnior afirmou que “da história da gente alagoana, se pode generalizar, como do passado carioca, que é a história de uma gente quase anfíbia”.<sup>25</sup> Certamente essa foi uma prerrogativa destacada pelos intelectuais da Casa das Alagoas, que tornaram os temas de cunho geográficos o terceiro mais estudado.<sup>26</sup> Seguindo também pelo viés geográfico, ressaltaram os estudos acerca das descrições topográficas, legitimando e dando sequência ao legado criado por Antônio Moura na primeira metade do século XIX.<sup>27</sup>

<sup>23</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Nº 1. Rio de Janeiro, 1988, p. 5.

<sup>24</sup> ESPÍNDOLA, Thomaz Bomfim. *Geografia alagoana: descrição física, política e histórica da província das Alagoas*. 2ª Ed. Maceió: Catavento, 2001.

<sup>25</sup> DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *O Banguê das Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 3ª Ed. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 9.

<sup>26</sup> As temáticas mais estudadas na primeira fase foram, em ordem decrescente: história de Alagoas, 11 artigos; Corografia, 11; Geografia, 8; Genealogia, 7; Arte, 5; Linguística, 4 e Toponímia, 3.

<sup>27</sup> MOURA, Antônio Joaquim. *Opúsculo da descrição geográfica e topográfica, física, política e histórica do que unicamente respeita a província das Alagoas no Império do Brasil por um brasileiro*. 2ª Ed. Maceió: EDUFAL, 2001.

Todavia, nesse processo de escrita a respeito do passado alagoano no período imperial ainda houve uma temática que se destacou. Trata-se dos estudos de cunho biográfico, gênero de escrita que predominou nos dois períodos subsequentes da Revista do Instituto. Nessa primeira fase, os textos apresentaram diferentes tendências, predominando as genealogias das famílias tradicionais de Alagoas, como os Arroxelas, Marinho Falcão, Galvão Fonseca, Cristóvão Lins e Mendes. Muitos desses textos foram produzidos por pesquisadores da própria família, evidenciando a preocupação em se constituir uma leitura do passado da província atrelada aos interesses do tempo presente. Geralmente se tratavam de textos curtos, com média de duas laudas, apresentando dados básicos e sem problematização do contexto ou enunciação de fontes, reforçando a tese da inabilidade teórica. No entender de Osvaldo Maciel, na produção historiográfica alagoana do “período Imperial, há uma série de crônicas e narrativas com forte viés administrativo e informativo.”<sup>28</sup> Isso evidencia que a produção intelectual publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas estava em sintonia com os livros publicados pelos pioneiros da pesquisa histórica alagoana e distante dos ditames científicistas do IHGB e até mesmo da Faculdade de Direito de Recife.

Mas afinal, quais foram os principais intérpretes do passado alagoano no século XIX? A primeira fase da revista foi a que contou com a menor participação de articulistas. Ao todo, apenas 22 autores publicaram seus textos nos 18 números que foram impressos na época. Um número extremamente baixo e que revela uma considerada concentração de produção entre cinco autores que se destacaram com um grande quantitativo de artigos.

O primeiro deles é José Próspero Jeovah da Silva Caratá, que nos três primeiros números da revista apresentou textos sobre a cidade de Penedo, inaugurando os estudos acerca do povoamento alagoano.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> MACIEL, Osvaldo. O lugar do curso de História da UFAL no desenvolvimento recente da historiografia alagoana. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p. 73-74.

<sup>29</sup> CAROATÁ, José Próspero Jeovah da Silva. *Chronica do Penedo. Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano*. Vol. 1, nº 1, Maceió, 1872, p. 2-7.



Apesar de sua importante contribuição intelectual, Carotá publicou apenas três artigos, pois mudou-se para o Rio de Janeiro onde veio a falecer no dia 28 de abril de 1890. O autor que mais publicou nessa fase foi João Francisco Dias Cabral, com 19 artigos. Ele introduziu os estudos acerca de Santa Luzia do Norte, Maceió e principalmente, Santa Maria Madalena da Lagoa Sul, primeira capital alagoana.<sup>30</sup> Além disso, publicou textos que discutiram os achados arqueológicos da província, evidenciando a preocupação com o entendimento das origens da civilização brasileira. Outra temática que foi debatida pelo pesquisador foi a Guerra de Palmares, consideradas até hoje uma das temáticas centrais da historiografia local. Todavia, a obra que teve maior repercussão foi o texto publicado acerca da Revolução de 1817, constituindo-se como uma das primeiras tentativas de sistematizar a compreensão acerca da emancipação política de Alagoas.<sup>31</sup>

O segundo autor que mais publicou no século XIX foi Olympio de Arroxelas Galvão, com 14 textos. A maior parte de seus artigos versou sobre as efemérides alagoanas, já na segunda fase da revista, fato que fez com que alguns textos fossem reeditados nas fases subsequentes no intuito de celebrar a memória alagoana. Outra temática muito debatida pelo autor foi a História de Porto Calvo, cidade localizada ao norte do estado e que tem sua trajetória marcada pela forte presença dos invasores holandeses na primeira metade do século XVI.

Já Pedro Paulino da Fonseca, com seus nove artigos publicados nas duas primeiras fases da revista é o terceiro intelectual com maior concentração de textos. A sua temática central foi a genealogia de famílias da província, mas um de seus textos mais ilustrativos trata da religiosidade na primeira capital de Alagoas, podendo ser considerado um dos estu-

---

<sup>30</sup> Santa Maria Madalena da Lagoa Sul, posteriormente passaria a ser denominada de Cidade das Alagoas e no período republicano de Marechal Deodoro, foi capital da província de Alagoas entre 1817 e 1839, quando a sede administrativa provincial foi transferida para Maceió. Cf. ALTAVILA MELO, Jayme. *História da Civilização das Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1978, p. 67.

<sup>31</sup> CABRAL, João Francisco Dias. A Revolução de 1817. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*. Vol. 2, nº 17, Maceió, 1883, p. 215-232.

dos pioneiros sobre a temática em terras alagoanas. Mesmo possuindo bem menos textos publicados que os três anteriores, Manoel Claudino de Arroxela Jayme destacou-se com a produção quatro artigos, sendo metade deles a respeito da igreja Matriz Nossa Senhora dos Prazeres.

A segunda fase da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas é a mais longa e, certamente, a mais profícua na interpretação das “cousas do passado”. Trata-se de um reaparecimento marcado por uma reformulação de finalidades, de reconstrução de alianças, de explicitações de novas culturas políticas. A revista que nasceu monarquista se tornava portadora da boa-nova republicana, defendendo a construção de um conhecimento histórico local, da federação, no intuito de evidenciar as diferentes experiências da República brasileira.

Tratava-se do momento em que se consolidara a reinvenção da memória dos estados nas primeiras décadas da experiência republicana e de redefinição dos projetos políticos. Para Ângela de Castro Gomes, a modernização do Brasil estava inserido no discurso da cientificidade, pois, “o Brasil não seria moderno, não se tornaria um país civilizado, sem o auxílio da ciência, o novo e fundamental instrumento para qualquer tipo de progresso da humanidade.”<sup>32</sup> Foi nesse contexto maculado por expectativas de reinvenção do país e construção da nação, que a Revista do IHGAL retornou.

Nessa fase o Sodalício passou a congregiar novos intelectuais, muitos dos quais se consagraram como os principais intérpretes do passado alagoano, como João Craveiro Costa, Moreno Brandão e Anfilóbio Jayme de Altavila Melo. A presença desses e de outros pesquisadores provocou uma mudança significativa no perfil dos textos publicados na Revista do IHGAL, trazendo à tona novas temáticas acerca da experiência histórica regional. Isso pode ser observado na lista do Quadro I:

---

<sup>32</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 22.

**Quadro I<sup>33</sup>** - Áreas temáticas dos artigos publicados na Revista do IHGAL (1872-2012)

Área	1872-1888	1901-1953	1968-2012	Total
Biografia	3	137	262	402
História de Alagoas	11	43	78	132
Corografia	11	17	4	32
Geografia	8	11	9	28
IHGAL	1	6	20	27
Folclore	-	17	2	19
Arte/arquitetura	5	4	9	18
História Universal	1	14	2	17
Antropologia	-	5	12	17
Genealogia	7	2	7	16
História do Brasil	-	8	6	14
Lista de administradores públicos	3	8	3	14
Arqueologia	2	8	1	11
Efemérides	-	9	1	10
Linguística/Filologia	4	5	-	9
Educação	-	1	5	6
Botânica	-	-	5	5
Toponímia	3	-	1	4
Teologia/Filosofia	-	3	1	4
Teoria da História	-	1	3	4
Literatura	-	-	4	4
Relações Internacionais	-	2	1	3
Direito	1	1	1	3
Numismática	2	-	-	2
Paleontologia	-	1	-	1
Mineralogia	-	1	-	1
Psicologia	-	1	-	1

<sup>33</sup> Quadro elaborado pelo autor. Os dados foram coletados nas revistas que compõem ao cervo o IHGSE. Segui a classificação de artigos proposta pela CAPES, incluindo algumas especificidades da área de História no intuito de evidenciar os modelos de escrita a respeito do passado no IHGAL.

Os dados do Quadro I evidenciam que na segunda e terceira fase da Revista do IHGAL houve uma ampliação substancial das temáticas, repercutindo nas novas atribuições dos intelectuais do Instituto, que não seriam mais responsáveis apenas “por delinear a civilidade e salvar o pilar documental do Estado.”<sup>34</sup> O primeiro ponto que chama atenção é o aumento vertiginoso de trabalhos de cunho biográfico, evidenciando uma política de construção da memória da inteligência e autoridades políticas locais. Com a emergência da República, os membros do IHGAL passaram a produzir textos que expressavam a notabilidade dos homens da terra, muitos dos quais responsáveis pela condução dos destinos do Brasil. Um indício dessa assertiva são os inúmeros textos produzidos acerca dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Apesar de haver um aumento gradativo das biografias na Revista do IHGAL, não é perceptível uma mudança epistemológica na produção dos mesmos, que quase sempre se caracterizavam por serem curtos (2 a 4 laudas), de caráter biobibliográfico e de recorte cronológico. As mudanças metodológicas da escrita biográfica que ocorreram ao longo do século XX não repercutiram na produção publicada no principal periódico alagoano. Na maior parte dos casos, as biografias estavam atreladas aos interesses de elogios recíprocos ou de afirmação das origens republicanas da população, tendo como mito de origem a figura de Calabar.

Outra temática que teve um aumento significativo na segunda fase da revista foi a História de Alagoas. A presença de historiadores que se tornariam clássicos na historiografia alagoana contribui decisivamente para esse acréscimo. Mais importante do que a quantidade de textos, foram os temas abordados, pois acabaram por delinear os enfoques centrais de estudo sobre o passado local, expressando a preocupação em legitimar a ideia de que Alagoas era possuidora de uma trajetória história própria, peculiar. Assim, emergem como temas a colonização

---

<sup>34</sup> CAETANO, Antônio Filipe Pereira. “Existe uma Alagoas Colonial?”: notas preliminares sobre os conceitos de uma Conquista Ultramarina. *Crítica Histórica*. Ano I, nº 1. Maceió, 2010, p. 13.

alagoana,<sup>35</sup> o quilombo de Palmares,<sup>36</sup> a emancipação política, a mudança da capital e a proclamação da República em Alagoas. Contudo, a predominância de estudos recai sobre a Revolução Pernambucana de 1817 e a emancipação política, com inúmeras revisões e polêmicas.

As corografias, que na primeira fase liderava como principal temática, perderam espaço ao longo da segunda fase, com um aumento total, mas com redução percentual. Os principais textos tratavam das cidades de Penedo e Maceió, sendo que esta era apresentada como elucidação das origens da vida urbana local.

Contudo, a principal novidade temática que apareceu nas laudas da Revista do IHGAL na sua segunda fase foram os textos sobre o folclore, assunto em que Alagoas possui alguns dos mais importantes pensadores do Brasil. Ao todo, foram 17 artigos publicados sobre a cultura popular alagoana e quase todos produzidos por membros da conhecida “Escola Folclórica de Viçosa”.<sup>37</sup> Certamente esses textos foram os que tiveram melhor repercussão, pois apresentavam um modelo interpretativo próximo ao que era produzido na época, com forte preocupação em busca das origens e registros das práticas culturais populares. Desse modo, os segmentos populares se tornaram objeto de estudo no principal periódico alagoano.

No tocante à preocupação teórico-metodológica, é importante ressaltar que essa nova fase da historiografia do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, apesar de “incorporar linhas gerais mais amplas de entendimento dos fenômenos históricos”, não promoveu uma “distinção substancial em relação ao primeiro momento”.<sup>38</sup> Desse modo, os textos

---

<sup>35</sup> Ver em: LINDOSO, Dirceu. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Catavento, 2000.

<sup>36</sup> Sobre a historiografia de Palmares pode ser lida: FREITAS, Décio. *República de Palmares: pesquisa e comentários históricos do século XVII*. Maceió: EDUFAL, 2004.

<sup>37</sup> Trata-se do grupo de intelectuais da cidade de Viçosa que se tornaram conhecidos por seus estudos acerca do folclore. Entre seus membros destacaram-se: Théo Brandão, José Aloísio Vilela, José Pimentel e José Maria Melo.

<sup>38</sup> MACIEL, Osvaldo. O lugar do curso de História da UFAL no desenvolvimento recente da historiografia alagoana. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 74.

produzidos nessa época permaneciam com um caráter “eminente informativo e apologético”.<sup>39</sup> A partir de tais considerações, posso afirmar que metodologicamente a produção intelectual não rompeu com os paradigmas oitocentistas, mas sim reforçou o seu caráter descritivo e laudatório. Para Francisco José Alves, “os institutos históricos e as academias estaduais de letras eram eruditos provincianos”, ou seja, eram espaços de manutenção do “ideal positivista da objetividade do fato histórico”.<sup>40</sup>

Em relação aos autores, a segunda fase apresentou novos nomes da pesquisa histórica alagoana.<sup>41</sup> Trato da pesquisa histórica pela evidente sobreposição desse campo em relação às demais, fato que levou a mudança de nome da instituição.<sup>42</sup> O autor que mais contribuiu com a Revista do IHGAL foi Abelardo Duarte, com o total de 38 artigos publicados, sendo 13 na segunda fase da revista. Entre 1940 e 1984 em praticamente todos os números da revista havia uma contribuição do historiador. Entre suas principais temáticas históricas estavam a restauração alagoana do jugo holandês e a emancipação política de Alagoas.

Tratando de uma ampla miscelânea temática, Orlando Araújo publicou 20 artigos, tratando principalmente da História do Brasil com forte teor patriótico, próprio da época. Também são de sua autoria as biografias de Floriano Peixoto e Ana Lins, evidenciando uma preocupação em demonstrar a trajetória de personagens diretamente ligados aos marcos da História de Alagoas e do Brasil republicano.

<sup>39</sup> MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. *O Homo Inimicus*: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 43.

<sup>40</sup> ALVES, Francisco José. *A Rede dos Conceitos*: uma releitura da historiografia de Felisbello Freire. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010, p. 59.

<sup>41</sup> Os autores que mais publicaram na segunda fase da Revista do IHGAL foram: Abelardo Duarte, 38 textos (13 na segunda fase e 25 na terceira); Orlando Araújo, 20, Francisco Izidoro Costa, 16; Francisco de Paula Leite e Oiticica, 16; João Craveiro Costa, 13; Moreno Brandão, 12; Anfilóbio Jayme de Altavila Melo, 12; Manoel Diegues Júnior, 7 e Théo Brandão, 6.

<sup>42</sup> Mesmo somando o quantitativo de pesquisas sobre Geografia e Arqueologia ainda prevalece uma grande discrepância da pesquisa de cunho histórico (Biografia, História de Alagoas, Universal e do Brasil, Numismática e Genealogia). Essa realidade se aproxima das observações de Lília Schwarcz a respeito do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, quando a mesma afirma que a arqueologia seria “matéria que versava sobre as antiguidades”. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*, p. 119.

Essa fase da produção do pensamento histórico na Casa das Alagoas evidencia uma forte proximidade com o que era publicado fora da instituição, levando-se em consideração que os principais nomes da inteligência alagoana estavam inseridos no Sodalício e que os mesmos foram responsáveis por grande parte dos textos difundidos na revista. Essa realidade permaneceu inalterada ao longo de toda a segunda fase. Até mesmo a fundação da Faculdade de Filosofia de Alagoas em 1952 não contribuiu para alteração desse quadro, levando-se em conta que o seu corpo docente foi constituído pelos membros daquele que permanecia como o maior centro de pesquisa histórica do estado, o Instituto Histórico.

Essa relação de proximidade do IHGAL com outras instituições científicas se consolidou ao longo da terceira fase da revista. A intelectualidade da Casa das Alagoas, muitos dos quais próximos a setores da Igreja Católica e da elite açucareira, passou a ocupar lugar de destaque na formação dos primeiros cursos de ciências humanas no estado. Para Ana Luíza Araújo Porto:

A ligação umbilical ao Instituto Histórico também é um indício forte do quanto a marca do curso era tratar com um saber que se devia buscar somente nos livros e se apresentava como algo fechado e pronto e que não carecia de reelaboração e, muito menos, de questionamento, o que vem a diferir profundamente da historiografia contemporânea, que percebe o saber histórico como algo que necessita de constante reelaboração, à medida que novas fontes são descobertas e outros problemas vêm à tona em função dos mesmos objetos. Assim, o curso de História da FAFI – hoje no seio da Universidade Federal de Alagoas - é criado, na década de 1950, fortemente vinculado a um padrão de conhecimento assumido pela camada senhorial das Alagoas e que é oriundo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado.<sup>43</sup>

<sup>43</sup> PORTO, Ana Luíza Araújo. O curso de História na Universidade Federal de Alagoas: dos primórdios à sua Consolidação (1952-1979). *Crítica Histórica*. Ano 1, nº 1. Maceió, 2010, p. 73.

Mesmo expressando uma preocupação maior com o porvir do que com o contexto histórico em que emergiram tais cursos de graduação,<sup>44</sup> a autora expressa que a escrita da história alagoana estava restrita aos membros do Sodalício. Aliás, ao que tudo indica, a formação do curso de graduação em História permaneceu distante do campo investigativo, atentando-se mais para a formação docente desarticulada totalmente da pesquisa histórica. Mesmo assim, foram nesses cursos que se formaria a nova geração de historiadores que passaria a substituir os antigos professores da Universidade Federal de Alagoas e, muitos do quais, também ingressaram no Instituto Histórico e Geográfico.

A terceira fase da Revista do IHGAL evidencia uma concentração de textos com caráter comemorativo, como homenagens, necrológios, recepções e, especialmente, as celebrações em torno do centenário do IHGAL e de sua revista. Nesse sentido, houve um aumento significativo de publicações que tinham como foco o próprio Sodalício, com discussões breves a respeito da trajetória histórica, presidentes, revista, arquivo e museu. Essas efemérides fizeram com que o IHGAL se tornasse a terceira temática mais debatida na terceira fase da Revista, ficando a frente de áreas consolidadas na pesquisa alagoana, como a Geografia e principalmente o folclore, que praticamente desapareceu da revista com a morte da geração anterior de folcloristas. A redução da escrita a respeito do folclore ocorreu justamente no momento em que havia uma forte política cultural do governo militar em estimular os estudos da cultura popular, incluindo os famigerados encontros culturais. Isso evidencia que a Escola de Viçosa não deixou discípulos a altura dos mestres do folclore alagoano.

Também como resultante do novo perfil da revista, ocorreu um novo aumento de textos sobre as biografias, mais do que nunca de

---

<sup>44</sup> Ao longo de todo o artigo Ana Porto realiza um breve perfil comparativo sobre o pensar a história entre os intelectuais alagoanos dos anos 50 e 60 com a historiografia estadual do século XXI, levando a alguns momentos incorrer em anacronismos. A mesma deixou de evidenciar que o atraso na elaboração da pesquisa histórica alagoana na época se dava em relação ao que ocorria em outros estados, até mesmo quando se tratava de institutos históricos.



caráter genérico e apologético. As biografias correspondem a 50% dos artigos publicados na Revista do IHGAL e considerando apenas a terceira fase essa porcentagem chega a 59,9%. Além disso, também ficou visível o retorno dos estudos sobre genealogia, evidenciando a preocupação em enaltecer determinados personagens e famílias da sociedade local. A primeira vista, as alterações no perfil de escrita parecem configurar um momento de crise do periódico, possivelmente causado pelo afastamento dos pesquisadores do Instituto ou a concentração da pesquisa nas universidades do estado.

No entanto, ao observar a trajetória de alguns dos sócios do Instituto que publicaram na revista, essa hipótese não se mostra plausível, pois a Casa das Alagoas permaneceu aglutinando professores tanto da Universidade Federal de Alagoas,<sup>45</sup> como do Centro de Formação de Professores de Penedo<sup>46</sup> e do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC).<sup>47</sup> Além disso, muitos desses professores possuíam formação em cursos de pós-graduação em importantes programas de pós-graduação, principalmente do de História da UFPE. Osvaldo Maciel tenta responder essa questão a nível estadual enfatizando o fato dos cursos superiores em História do estado de Alagoas apresentarem, grosso modo, “um acento pedagógico reprodutor e um compromisso político de viés conservador, aliado a uma baixa produtividade de pesquisas.”<sup>48</sup>

No caso do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas penso que essa argumentação não se faz satisfatória, ao menos parcialmente, pois o que se percebe é uma redução percentual de textos que versam sobre a história local. É preciso salientar que a partir dos anos 70 do século XX foi sintomático o processo de perda de legitimidade dos institutos históricos no Brasil, que a cada momento passavam a serem tidos como

<sup>45</sup> É o caso de Moacir Medeiros de Sant’Ana, Dirceu Lindoso, Douglas Apratto Tenório e Luiz Sávio de Almeida.

<sup>46</sup> Ernani Otacílio Meró.

<sup>47</sup> Isabel Loureiro de Albuquerque e Álvaro Queiroz.

<sup>48</sup> MACIEL, Osvaldo. O lugar do curso de História da UFAL no desenvolvimento recente da historiografia alagoana. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p. 73.

espaços do passado, conservadores e desprovidos da galgada crítica acadêmica. Os historiadores alagoanos são unânimes em atribuir essa característica ao IHGAL, esquecendo-se muitas vezes que o que foi escrito sobre a História de Alagoas até então teve como autores intelectuais ligados ao próprio instituto.

Acredito que a redução proporcional das investigações acerca da história local foi alavancada pela perda de espaço do próprio periódico como instrumento de circulação cultural, ou seja, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas permanece aglutinando intelectuais como sócios, mas a sua revista não consegue atrair esses novos sócios para divulgarem os resultados de suas pesquisas. A repercussão desse episódio é o afastamento gradativo entre as pesquisas divulgadas na Revista do IHGAL, com perfil similar ao que era apresentado nas fases anteriores,<sup>49</sup> e a nova historiografia alagoana, emergente com a elucidação dos parâmetros da pesquisa histórica vigente.<sup>50</sup>

Apesar de tais dificuldades, a Revista do IHGAL permaneceu como um espaço importante na difusão da História de Alagoas. Prova disso foi o aumento geral de textos que versavam sobre essa temática, que prevaleceu como o segundo grande foco dos artigos. Nesses artigos, ganharam destaque instituições religiosas, hospitalares e educacionais, além da abolição do trabalho escravo e da participação de soldados alagoanos na Segunda Guerra Mundial. Ao que tudo indica, após uma consolidação da identidade alagoana, o foco passou da cultura política institucional para a contribuição de conterrâneos para a história pátria.

---

<sup>49</sup> Existem alguns trabalhos publicados na revista que elucidam novas tendências da historiografia contemporânea brasileira, entre as quais a história comparada. Cf. DANTAS, José Ibarê Costa. Alagoas e Sergipe: diferenças e semelhanças. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Vol. 46. Maceió, 2004, p. 133-144.

<sup>50</sup> Entre as novas pesquisas, além do já citado Fernando Medeiros, podem ser elencadas as seguintes obras: TENÓRIO, Douglas Apratto. *Capitalismo e ferrovia no Brasil: as ferrovias em Alagoas*. Maceió: Edufal, 1995. TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão*. Maceió: Edufal, 1995. VERÇOSA, Élcio de Gusmão (org.). *Caminhos da Educação em Alagoas: da colônia aos tempos atuais*. Maceió: Catavento, 2001. VERÇOSA, Élcio de Gusmão. *Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias*. Maceió: Edufal, 1997.

Dois novos campos de estudos se mostram emergentes na Revista do IHGAL. O primeiro é a Antropologia, com a contribuição de textos acerca das populações indígenas de Alagoas, especialmente o povo Xucuru. O segundo é a Educação com foco na área de estudo das instituições escolares, evidenciando uma consonância das publicações com a produção acadêmica. Todavia, a guinada dessas novas áreas de estudo no periódico ainda parece ser tímida e um tanto incerta.

Entre os autores, a terceira fase da Revista do IHGAL apresenta uma descentralização na produção,<sup>51</sup> o que evidencia que a revista tornou-se mais democrática. Prova disso é que a partir dos anos 70 começaram a aparecer, ainda de forma tímida, os primeiros textos produzidos por mulheres.<sup>52</sup> Luiz Medeiros Neto, autor que mais publicou, analisou uma variada gama de temas da história local, como os pilares da formação da sociedade alagoana, com a emancipação política em 1817 ou os textos a respeito de instituições como a Santa Casa de Misericórdia de Maceió e a Faculdade de Direito de Alagoas. José Lages Filho centrou-se na discussão sobre o próprio IHGAL e sua relação com a sociedade alagoana.

Por fim, temos o Moacir Medeiros de Sant'Ana e o penedense Ernani Otacílio Meró. O primeiro, professor do Departamento de História da UFAL, produziu importantes colaborações sobre a imprensa alagoana e sobre a trajetória de Calabar. O segundo, com importantes trabalhos acerca da História da Arte, destacou principalmente o patrimônio edificado de sua terra natal, considerada a terra do barroco das Alagoas.

Como se pode perceber, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas tornou-se ao longo desses 140 anos o principal espaço de produção e difusão do conhecimento a respeito do passado local. Apesar das mudanças no suporte material e da ampliação do leque de discussões difundidas em suas laudas, é perceptível a existência de uma

---

<sup>51</sup> Os autores que mais publicaram nessa fase foram: Luiz Medeiros Neto, com 21 artigos; José Lages Filho, com 17; Medeiros de Sant'Ana, 17; Ernani Otacílio Meró, 12; Jayme Lustosa Altavila, 10; Guiomar Castro, Fernando Pontes e Hélio Vasconcelos com 9 textos.

<sup>52</sup> A maior parte das contribuições das intelectuais da Casa das Alagoas refere-se a textos biográficos, muitas vezes resultantes da saudação aos novos sócios.

continuidade do modelo teórico-metodológico de seus textos. Criado para registrar as “cousas do passado”, o periódico tornou-se espaço privilegiado da construção de uma memória oficial, de uma narrativa histórica condizente com os projetos políticos de cada época, indo da busca pelas origens da formação social de uma província no Império do Brasil, à procura pela legitimação de personalidades do meio intelectual e político. Além disso, a revista também contribuiu para a formação do ideal republicano, evidenciando a experiência do estado no seio do federalismo, criando heróis para cada momento histórico (como é o caso do controverso Calabar e dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto), reinventando mitos fundadores do estado e da nação.

Foi nas laudas da Revista do IHGAL que se forjaram identidades, que se delinearão os marcos da narrativa histórica estadual. Nas mesmas páginas, as faces de heróis se tornaram visíveis, com descrições de bustos e pinturas. Inventou-se um povo. Juntando antiguidades, registrando memórias dispersas, superando momentos de crises e altercando-se em culturas políticas conflitantes, a Revista do IHGAL revitalizou e se reinventou.

DIVULGANDO  
O PASSADO  
RIO-GRANDENSE:  
O Instituto Histórico e  
Geográfico da Província  
de São Pedro e sua Revista

Luciana Fernandes Boeira\*

SPREADING THE  
RIOGRANDENSE PAST:  
the Instituto Histórico e  
Geográfico da Província de São  
Pedro and its magazine

RESUMO

Publicada desde 1839, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) foi, durante o século XIX, o mais importante órgão propagador de uma visão oficial da história da nação. Em 1860, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) e de sua revista, a divulgação do passado nacional passou a contar com novos colaboradores, dispostos a tomar para si a tarefa de promover a história da parte meridional do Brasil. Este trabalho tem por objetivo apresentar o periódico sulino e narrar como, a partir da emergência de um Instituto regional no país, o IHGB teve de adaptar-se a fim de lidar com a existência de congêneres locais, sendo obrigado a rever certos aspectos de seu projeto centralizador da história nacional.

**Palavras-chave:** IHGB, IHGPSP, história nacional.

ABSTRACT

Published since 1839, the *Journal of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) was, during the nineteenth century, the most important organ propagator of an official view of the history of the nation. In 1860, with the creation of the Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) and its magazine, the publication of the national past, now has new employees willing to take upon itself the task of promoting the history of the southern part of Brazil. This paper aims to present the southern journal and narrate how, from the emergence of a regional institute in the country, the IHGB had to adapt in order to deal with the existence of local counterparts, being forced to revise certain aspects of its centralizing project of national history.

**Keywords:** IHGB, IHGPSP, national history.

\* Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Bolsista do Programa REUNI de Assistência ao Ensino/CAPES. Mestre em História (UFRGS). E-mail: l.boeira@uol.com.br

## 1. A TAREFA CENTRALIZADORA DO IHGB NA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE NACIONAL

Fundado na sede do Império do Brasil, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se formou por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN).<sup>1</sup> Como parte da elite política imperial ligada à geração da Independência (e, portanto, profundamente vinculada à monarquia), o grupo de letrados oriundo da SAIN, sob a liderança do Cônego Januário da Cunha Barbosa e do militar Raymundo José da Cunha Mattos, encarnou o prestigioso papel de historiadores e se delegou a tarefa de fundar uma associação capaz de escrever uma história oficial para a nação brasileira em formação, atendendo, assim, ao projeto de construção da história nacional desejado pelo Estado.

Em conformidade com o movimento de edificação das histórias nacionais que ocorria em um século XIX marcado pela presença da história como umas das ciências fundamentais do espírito, o IHGB passou a trabalhar intensamente na trama de um perfil para o país que o divulgasse como um espaço de civilização nos trópicos.<sup>2</sup> Como modelo inspirador para a agremiação, figurava o Institut Historique de Paris (IHP), associação letrada fundada na capital francesa em 1834,

---

<sup>1</sup> A SAIN foi idealizada no ano de 1816 pelo negociante baiano Inácio Alvez Pinto, com vistas a fomentar o desenvolvimento da indústria nos primeiros tempos de reinado português em terras brasileiras. Julgada precipitada para a época, a SAIN sairia do papel somente entre os anos de 1824 e 1825, já sob o reinado de D. Pedro I. Considerada polêmica mesmo depois de sua criação, foi caracterizada por muitos como supérflua, mas acabou vencendo seus primeiros percalços e se consolidou como uma instituição de prestígio aos olhos do Estado Imperial, de quem recebia recursos financeiros para se manter atuante. Em uma época em que, segundo José Luiz Werneck da Silva, a palavra *indústria* correspondia às forças produtivas do Estado, a associação tinha por meta a promoção de tais atividades dentro do país, dando ênfase especial à agricultura. SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1874 até 1877*. Niterói: UFF, 1976. (Mestrado em História).

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27.

poucos anos antes do próprio IHGB, e que divulgava suas ideias a partir da impressão de um periódico intitulado *Journal de l'Institut Historique de Paris*, posteriormente chamado *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique de Paris*. A aproximação entre as duas instituições seria notável, como destaca Manoel Salgado Guimarães:

Não se deve desprezar o fato de que, para os fundadores do IHGB, a repercussão de seu trabalho por meio de uma instituição com sede em Paris significava legitimá-lo. Por sua vez, o IHP, enraizado na crença da função civilizadora da cultura francesa, surgia como modelo para a fundação do IHGB.<sup>3</sup>

O autor lembra que a fundação do IHP tinha relação direta com a eclosão do movimento romântico na Europa.<sup>4</sup> Naquele período, ocorria a exaltação dos ideais de liberdade e nacionalidade herdadas da França pós-revolucionária e que se caracterizava pelo desenvolvimento de um pensamento liberal em um mundo marcado pela acentuação da consciência histórica.<sup>5</sup>

No Brasil, a busca pelas raízes nacionais que dominava a cena das pesquisas históricas era reafirmada pela tentativa da elite letrada proveniente do IHGB em centralizar no Rio de Janeiro, sede maior da política monárquica, as informações coletadas nas mais diversas paragens do vasto país. Para Flora Süssekind, o objetivo era apresentar o Império como uma jovem, pitoresca e territorialmente coesa unidade

<sup>3</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, Edições Anpuh, 2011, p. 102.

<sup>4</sup> Idem, p. 103.

<sup>5</sup> Marcel Gauchet afirma que entre os anos de 1820 e 1830, a partir da experiência francesa, começou a se desenvolver a unificação do campo dos estudos históricos e se estabeleceram as bases intelectuais e sociais do *métier* do historiador. Nesse ínterim, a escrita da história passou a ser objeto de atenção e cuidado e a nação emergiu como o grande tema que poderia unificar a composição da narrativa histórica. GAUCHET, Marcel. *Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique*. Paris: Éditions du Seuil, 2002, p. 17.

nacional.<sup>6</sup> Ainda mais em um momento delicado do estabelecimento do Estado-nação brasileiro, que há anos vinha sofrendo com lutas provinciais questionadoras do poder central e que expunham uma preocupante realidade: a frágil coesão interna de uma imensa nação, sustentada pela escravidão e que enfrentava, além das ameaças de desintegração provenientes de seu interior, temores separatistas que vinham do exterior, principalmente da fronteira platina.<sup>7</sup>

Nesse sentido, o papel do IHGB era o de reforçar e sublinhar os esforços da elite dirigente nacional para encaminhar politicamente o Brasil. Assim, em seu programa e estatutos iniciais, o Instituto deixava clara sua intenção de se espalhar pelas diversas províncias do Império, expandindo suas luzes civilizadoras pelos quatro cantos do país. Proposta semelhante, lembra Manoel Salgado Guimarães, ao modelo francês que lhe serviu de inspiração:

Da mesma forma que as academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a cabo pelo Estado, sediado em Paris, do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao projeto de centralização

---

<sup>6</sup> Segundo Sússekind, por terem tido dificuldades em remontar com exatidão as raízes de onde teria emergido a nação brasileira, os historiadores responsáveis pela narração da formação da historiografia literária nacional acabaram por sugerir a si mesmos ou sua geração como àquela que verdadeiramente fundou a nacionalidade brasileira. Entre os anos de 1830 e 1840, a documentação acerca das “notícias do Brasil”, obtida por meio da publicação de mapas e de relatos de viagem, foi reunida, capacitando que se iniciasse a construção de uma prosa de ficção no país. Revistas literárias passaram, assim, a ser publicadas, oferecendo “lições de história” a seus leitores e servindo como veículos transmissores da afirmação da autonomia nacional. Em meados da segunda metade do século XIX, o narrador de ficção paulatinamente se converteu nas figuras do historiador e do cronista de costumes da história nacional. SÚSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 97-98.

<sup>7</sup> Sobre a conjuntura do Rio da Prata no século XIX e as alianças firmadas pelo Brasil no espaço platino, dando especial ênfase à sobrevivência do Rio Grande do Sul como província autônoma durante a Revolução Farroupilha, ver GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Doutorado em História).



do Estado e criando os suportes necessários para a construção da nação brasileira.<sup>8</sup>

Mantendo relações de proximidade e trocas intelectuais com associações letradas internacionais de grande expressão e que tinham interesses em comum aos seus (caso de sua já mencionada relação com o IHP ou, ainda, com a *Revue des Deux Mondes*, outro renomado veículo de promoção da história da França), o IHGB se manteve, até pelo menos o início da década de 1860, como a instuição de história mais poderosa do país, capaz de canalizar para a Corte do Rio de Janeiro as principais informações obtidas nas diferentes províncias do Brasil e ditando as regras de como se deveria gerir a história nacional. A *Revista do IHGB*, que passou a ser publicada em 1839, ano seguinte à fundação da associação, era seu principal instrumento de divulgação, de forma que fazer parte do seletivo grupo que letrados que compunha as comissões da *Revista* e publicava no periódico era motivo de grande prestígio social e político no Império.

Essa situação de primazia do IHGB sofreu alguma modificação somente a partir de 1860, quando um grupo composto por alguns dos mais influentes homens de letras rio-grandenses se reuniu na sala do Conselho Diretor da Instrução Pública Municipal de Porto Alegre, capital da belicosa Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, disposto a criar um Instituto Histórico e Geográfico regional aos moldes do IHGB, mas que fosse capaz de narrar aos patricios sulinos e, por extensão, à nação brasileira, sua própria versão dos fatos vivenciados na porção meridional do país. Estava-se fundando o primeiro congênere da associação nacional de que se tem notícia no Brasil.

A fim de sobreviver e, por conseguinte, se legitimar no fechado cenário das letras nacionais, uma das primeiras providências tomadas pela nova instituição foi a de apresentar suas intenções ao IHGB, ime-

---

<sup>8</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 8.

diatamente solicitando sua filiação ao órgão, tal qual consta no segundo artigo dos estatutos redigidos pelo IHGPSP.<sup>9</sup> Com o propósito de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes à história e topografia da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul; e à arqueologia, etnografia e língua de seus indígenas”, o IHGPSP tomava para si a tarefa de historiar “os nobres procederes de seus herois, os atos de seus homens de armas, os sucessos, os fatos políticos, civis e industriais que sobre o belo solo desta terra se haviam passado”.<sup>10</sup>

Por meio do pedido de filiação, o grupo formador do IHGPSP almejava garantir sua ligação ao Instituto nacional e, por conseguinte, se mostrava disposto a se enquadrar nos princípios unificadores pregados pela associação brasileira. Porém, os discursos publicados no periódico que o Instituto regional passou a imprimir, atestam que, embora a agremiação sulina estivesse de acordo com a promoção da história do país incentivada pelo IHGB, havia uma necessidade de contar, sob a ótica da província, os fatos ali passados. Conforme os rio-grandenses,

---

<sup>9</sup> Conforme os estatutos: “Artigo 2º. Procurará filiar-se ao Instituto Histórico do Brasil e por intermédio ou diretamente manter correspondência com as sociedades e academias estrangeiras para mais fácil desempenho dos fins a que se propõe”. “Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico da Província de S. Pedro. Capítulo I, artigo 2º”. *Revista do IHGPSP*, ano I, n. 1, agosto de 1860, p. 14. Na grande maioria das citações retiradas da *Revista do IHGPSP*, usarei as edições e paginação originais do periódico. Nos números em que os originais se perderam, trabalharei com a reedição fac-símile da *Revista do IHGPSP*, publicada a partir de 1945 pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)*. Os sete fascículos de textos referentes às publicações da *Revista do IHGPSP* foram reeditados na seguinte ordem: 1945 (referente ao ano I, n. 1 e 2, agosto e dezembro de 1860 da *Revista do IHGPSP*), 1946 (ano II, n. 1 e 2, março e outubro de 1861; ano III, n. 1, 1863), 1948 (ano III, n. 2, 1863) e 1982 (ano IV, 1863). O IHGRS foi fundado na cidade de Porto Alegre, em 1920 e sua revista é publicada até os dias atuais. É o terceiro Instituto Histórico a surgir no Rio Grande do Sul, já que houve uma primeira tentativa – malograda – de criação de um Instituto Histórico no Rio Grande em 1855, meia década antes do aparecimento do IHGPSP, em 1860. Sobre o assunto, ver COSTA, Renato. Os Três Institutos Históricos do Rio Grande do Sul. *Revista do IHGRS*. Porto Alegre, 1982, n. 123, p. 43.

<sup>10</sup> “Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico da Província de S. Pedro. Capítulo I, artigo 1º”. Idem, *ibidem*.

Não há perigos na acumulação das forças intelectuais de um povo como há nas administrativas de uma grande e vasta nação (...). Centralizar as forças intelectuais é apenas dar-lhes um foco que as irradie por toda a parte – e criar um ponto luminoso que esclareça tudo na razão da sua intensidade. Quando mesmo alguns espíritos tímidos vissem na nossa união com o Instituto Histórico Brasileiro alguma ideia perniciosa de centralização, basta a consideração que levamos escrita para assegurá-los, nem somos dos que sobre isto devêssemos dissimular coisa alguma.<sup>11</sup>

E foi justamente pelo temor de que esse propósito de narrar a história do Rio Grande defendido dentro do IHGPSP esbarrasse com seus objetivos de concentrar a história das diferentes partes do Império no IHGB, que a associação nacional se mostrou temerosa em conceder filiação à nova agremiação, adiando ao máximo a cedência ao pedido dos rio-grandenses. Somente em meados de junho de 1861, após inúmeros reforços à solicitação feita no início do ano de 1860, somadas a insistentes intervenções do literato rio-grandense radicado na Corte Antonio Álvares Pereira Coruja, sócio do IHGB e eleito sócio correspondente pelo IHGPSP, que o IHGB finalmente apreciaria positivamente o pedido de filiação do novo órgão sulino.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> *Revista do IHGPSP*, 1861, p. 25.

<sup>12</sup> Foi necessário que o IHGB promovesse uma reformulação estatutária para receber o IHGPSP como sociedade filiada. Embora presente em seus estatutos iniciais, parece claro que o IHGB jamais previu que a ideia de se ramificar pelas províncias do Império para coletar dados e informações que auxiliassem na composição de uma história geral do país pudesse partir da ação direta de alguma das províncias brasileiras. Para acompanhar o intrincado processo do pedido de filiação do IHGPSP junto ao IHGB, ver BOEIRA, Luciana Fernandes. *A César o que é de César: disputas na gestação da cultura histórica oitocentista. História: Debates e Tendências*. Passo Fundo: UPF Editora, v.12 (n. 1), jan./jun., 2012, pp. 111-125.

## 2. O IHGPSP E SUA REVISTA

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o estabelecimento do IHGPSP tentava ligar a história sul-rio-grandense à história da nação brasileira, servindo à ideia imperial de forjamento de uma identidade que unisse todos os membros da nação em formação. O grupo rio-grandense afirmava que “o patriotismo sempre foi o mais belo apanágio da gente rio-grandense”, embora um sentimento regionalista também fosse característica marcante da instituição, que previa ser o Rio Grande o “berço de uma geração vigorosa”, destinada a suceder as gerações passadas na defesa das fronteiras meridionais do Império.<sup>13</sup> Tais considerações permitem observar no grupo rio-grandense, através das publicações de sua revista, um grande empenho na promoção da figura do sul-rio-grandense como um valente herói a defender a unidade do Império e do território do Rio Grande do Sul.

Segundo consta na apresentação editorial do primeiro número da *Revista do IHGPSP*, a ideia de criar a associação estava ligada à percepção de uma necessidade que os letrados ligados à Província do Rio Grande sentiam em estudar a história, a geografia e a estatística da região.<sup>14</sup> Imbuídos da ideia de que era preciso mostrar ao país tudo que se passou em um passado que tomavam por valoroso e guerreiro e tido por eles como parte integrante da história geral do Império, os associados ao IHGPSP acreditavam que, para cumprir tal meta, era necessário salvar do esquecimento os supostos “atos bravos” que realizaram esses homens rio-grandenses. Havia, portanto, uma preocupação em demonstrar que o Rio Grande era parte constituinte da história nacional, tanto que os textos da *Revista do IHGPSP* afirmam peremptoriamente que, ao conhecer a história procedente do Rio Grande, “não haverá brasileiro que não a leia como uma narrativa geral do país”.<sup>15</sup>

Acompanhando uma visão de história também presente na *Re-*

<sup>13</sup> *Revista do IHGPSP*, ano I, n. 1, agosto de 1860, p. 3.

<sup>14</sup> *Revista do IHGPSP*, ano I, n. 1, agosto de 1860, pp. 4-5.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 3.

*vista do IHGB* de que ao passado caberia dar lições para instruir o presente e o futuro da nação, a *Revista do IHGPSP* apresentava textos igualmente impregnados pelos princípios da *historia magistra vitae*.<sup>16</sup> O grupo do Rio Grande afirmava ser a história “um monumento vivo das ações humanas, ou do progresso da inteligência da humanidade, que como uma salvaguarda a preserva dos erros e a conduz ao seu fim, à felicidade”.<sup>17</sup> Era uma clara alusão à história como sendo um modelo para a correção dos erros do passado e um exemplo a ser seguido no presente. Preservando a humanidade dos erros, a história conduziria os homens à felicidade por ser esta sua finalidade, já que ela é mestra da vida.<sup>18</sup>

Uma análise dos discursos que os membros da *Revista do IHGPSP* proferiam em sua tribuna durante as reuniões ordinárias do IHGPSP ou nas datas comemorativas da casa, bem como naquelas em que eram expostos os princípios pelos quais a entidade se guiava, permite afirmar que a finalidade da instituição era claramente marcada por intenções de cunho político e, portanto, muito mais precisa que simplesmente “coligir”, “metodizar” e “armazenar” documentos sobre o passado provincial com vistas a constituir as bases para a escrita da história rio-grandense. Isso porque, tal como no caso do IHGB, não é possível separar a escrita da história originária da instituição regional dos vínculos políticos de seus membros, muitos deles ligados ao Partido Liberal Progressista, facção que dominava a cena política rio-grandense da época e que tinha no presidente do Instituto regional, Manoel Marques de Souza, seu principal

<sup>16</sup> Cezar afirma que, nas investigações históricas do IHGB, a *historia magistra* era tomada como um princípio organizador a justificar e orientar as investigações históricas. CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos*. Maringá, n. 1, v. 8, 2004, p. 14.

<sup>17</sup> *Revista do IHGPSP*, ano I, n. 1, agosto de 1860, p. 4.

<sup>18</sup> Koselleck destaca que a *historia magistra vitae* teve sua formulação vinculada ao contexto da retórica ou oratória. Segundo ele, somente o orador seria capaz de conferir imortalidade às histórias instrutivas. Era a história que oferecia ao orador uma coleção de exemplos (“*plena exemplorum est historia*”), com os quais ele conseguiria instruir seus ouvintes. KOSELECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 43-44.

líder.<sup>19</sup> Fortalecido com o apoio da presidência da província, o Partido Liberal Progressista passou a comandar a política no Rio Grande até que, nos anos iniciais da década de 1860, o Partido Liberal (Radical ou Histórico) se rearticulou no Rio Grande do Sul e passou a disputar a liderança partidária provincial com os progressistas. Todavia, no preciso momento da criação do IHGPSP pelos liberais progressistas, a relação que mantinham com o governo provincial era por demais favorável, tanto que o presidente provincial Fernandes Leão fora convidado a se associar ao IHGPSP e passou a frequentar suas reuniões.

Como carro-chefe a divulgar as ideias dos liberais-progressistas, figurava a *Revista do IHGPSP*. Do periódico, se conhecem sete fascículos, escritos entre os anos de 1860 e 1863 e editados em Porto Alegre.<sup>20</sup> Naquilo que chamo, genericamente, de apresentação editorial da revista, e que compõe boa parte do primeiro número da publicação, são arroladas as metas, os conjuntos de membros e as comissões escolhidas

---

<sup>19</sup> Manoel Marques de Souza foi Barão e Conde de Porto Alegre. Herói militar e político renomado, era liberal originário do grupo político conhecido como Contra-Liga. De acordo com Helga Piccolo, “É nessa Contra-Liga que está, no Rio Grande do Sul, a origem do Partido Liberal Progressista que teve em Manoel Marques de Souza (...) um de seus líderes”. É importante salientar que a figura do Barão era bastante conhecida não só no Rio Grande, mas também no centro do país, pois era ele um militar de carreira respeitado na Corte pelos altos feitos obtidos em diversas ocasiões nas lutas ao lado do Império nas contendas fronteiriças e também durante a Guerra Civil Farroupilha (1835-1845). Sua figura era admirada como a do valente soldado fronteiriço e nada mais conveniente que colocá-lo à frente de uma instituição que desejava justamente defender essa posição heróica do Rio Grande perante a nação. Ainda, compunham o quadro de associados do IHGPSP figuras de destaque na política local, como o poeta José Antonio do Valle Caldre e Fião e os líderes liberais Dr. Ubatuba e Desembargador Oliveira Belo, esses últimos também sócios correspondentes do IHGB. PICCOLO, Helga. A Política Rio-Grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 103.

<sup>20</sup> A *Revista* era publicada em forma de folheto, com dimensões de 14,5 x 20,5 cm, onde deveriam contar pelo menos 12 folhas de impressão. No primeiro ano, porém, a tipografia encarregada de imprimir a *Revista*, provavelmente por uma questão de custos, o fazia em folhetos contendo 6 folhas de impressão (48 páginas). O Instituto deveria, pelo contrato celebrado, fornecer o papel para a impressão e para a capa, além de mandar brochar cada folheto. DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A Imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987, p. 55.

para compor o quadro social da instituição.<sup>21</sup> É, portanto, nesse texto introdutório da *Revista do IHGPSP*, aqui anteriormente mencionado e citado, que estavam a maioria das características que permeariam as atividades do grupo pelos próximos quatro anos de trabalho.<sup>22</sup>

Por fontes históricas, parece claro que o IHGPSP trabalhava com a noção de que estes seriam documentos oficiais escritos acerca da história do Rio Grande e que poderiam servir como base para se narrar e conhecer a história provincial. A etnografia, a etnologia, a estatística e a geografia física seriam importantes auxiliares para se entender a história rio-grandense e escrever a da nação, bem como a geografia política, que seria a ciência incumbida de estudar e entender a atualidade.<sup>23</sup> Todas

---

<sup>21</sup> Gérard Genette já diria que as entradas (*seuils*, no original francês) que os textos literários nos proporcionam têm a peculiaridade de conterem “tudo em si”, ou seja, por elas o(s) autor(es) de um texto dão a conhecer seu objeto, suas intenções. Assim, os prefácios, as apresentações ou as introduções, seja qual nome se escolha para denominar as entradas ou paratextos que compõem os textos literários, nos permitem ler pelas entrelinhas a carta de apresentação dos autores, de maneira que, através delas, conheçamos as intenções mais relevantes que a leitura de uma obra nos proporcionará. O texto introdutório da *Revista do IHGPSP* é pleno desses elementos. GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

<sup>22</sup> Para Genette, as obras literárias, ao menos desde a invenção do texto moderno, não se apresentam jamais como textos nus: elas têm em torno de si uma aparelhagem que as completam e as protegem impondo nisso um modo de emprego e uma interpretação conforme o desenho do autor. Essa aparelhagem, muitas vezes excessivamente visível para ser percebida, pode agir sem que seu destinatário saiba. E, entretanto, esses paratextos são frequentemente consideráveis para a economia do texto. É assim que Genette se indaga: como nós leríamos o *Ulisses* de Joyce se ele não se intitulasse *Ulisses*? Dessa forma, seu estudo paratextual é uma incitação para que se leve em conta mais de perto aquilo que rege nossas leituras por baixo de nossas mãos: o *paratexto*. Idem, *ibidem*.

<sup>23</sup> Bann afirma que uma investigação das relações da história com uma de suas irmãs, a medicina (as outras duas irmãs eram a teologia e o direito), ajuda-nos a apreciar o relacionamento da história profissionalizada com o meio político. O autor destaca que, assim como a medicina, a história também tinha suas ciências auxiliares. Por meio delas, o historiador estaria como que diagnosticando a doença do corpo político. E como a medicina, que almejava assimilar suas ciências auxiliares, a história tencionava compelir, a seu serviço, as demais “ciências sociais” em proliferação no século XIX. BANN, Stephen. A história e suas irmãs: direito, medicina e teologia. In: *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 32.

essas ciências ganharam espaço nos estudos realizados pelo Instituto, principalmente a geografia e estatística. Desse modo, a apresentação editorial da *Revista do IHGPSP*, em seu primeiro número, fez questão de explicitar, uma a uma, todas as causas que tornaram imprescindíveis esses conhecimentos.<sup>24</sup> A etnografia, ciência em ascensão no período, estava presente na publicação porque, segundo os sócios, “foi sentida”, pela agremiação, uma necessidade de contar às futuras gerações do Rio Grande a história dos povos sem escrita que, segundo se desejava mostrar, teriam dado origem ao cidadão nacional. Baseada nessa suposta “necessidade”, a *Revista do IHGPSP* se preocuparia, também, em divulgar estudos etnográficos, de forma a evitar que as gerações do porvir reclamassem ou fossem privadas de ter um conhecimento etnográfico mais apurado:

Além da historia da guerra, o espírito do homem teve o nascimento, devia remontar-se aos tempos de antes da conquista, e a considerar essas raças de homens numerosos, que viveram em sociedades mais ou menos bem organizadas, que habitaram nossas defesas, que foram delas lançados ou nela escravizados pela cobiça do conquistador. A Etnografia, o conhecimento das línguas que vão se perdendo, que vão escapando ao domínio dos filólogos e lexicógrafos, era um objeto de estudo bem digno e que nos reclamam nossos sucessores.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Nesse primeiro número, o periódico local já demonstrava de forma prática sua intenção de se ligar ao Governo Provincial, de quem desejava ganhar verbas e prestígio em troca de divulgação. O primeiro documento escolhido para ser apresentado no periódico foi um relatório intitulado “Governo da Província”, pelo Tenente-coronel José dos Santos Viegas, onde estavam listados os nomes de todos os cidadãos que estiveram à frente do governo do Rio Grande, desde 1737, época em que a região era uma comandância. A lista, bastante completa, arrola todos os nomes dos 28 presidentes e vice-presidentes da Província de São Pedro e finda justamente no nome do 28º encarregado, o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, sócio do IHGPSP. *Revista do IHGPSP*, ano I, n. 1, agosto de 1860, pp. 19-27.

<sup>25</sup> *Revista do IHGPSP*, ano I, n. 1, agosto de 1860, p. 4.



Mais que um estudo a ser reclamado pela posteridade, o uso da etnografia pelo IHGPSP tinha inspiração no programa de história adotado pelo seu modelo maior, o IHGB, que, durante todo o período monárquico, concentrou o debate em torno do saber etnográfico no país.<sup>26</sup>

A estatística, cujos estudos ocupariam bastantes páginas do periódico, era tida como um importante auxiliar da história no entendimento da vida econômica e, até mesmo, política do povo rio-grandense. Já a geografia, essa servia, como afirma Temístocles Cezar, para reafirmar a ideia de unificação do Império. Segundo o autor, apesar de ser, como no caso da história, um campo disciplinar em formação no século XIX, “a geografia desempenha um papel simultaneamente científico e político”.<sup>27</sup> Sobre a geografia, O IHGPSP assim escrevia:

E como conhecer a historia quando não se conhece o terreno sobre que se passaram os fatos, coisa que modifica sobremodo a apreciação e conhecimento deles? Dir-nos-ão, é verdade, que a geografia física será sempre, senão a mesma ao menos bem próxima; mas consinta-nos que façamos um reparo que não escapa a perspicácia de muitos, e é que os climas se modificam pelas mudanças que o tempo ou as mãos do homem operam sobre o solo, e profundamente alteram os pontos de vista, as posições estratégicas, ou a amenidade de uma comarca. A necessidade da geografia política não pode ser posta em dúvida, e menos ainda

<sup>26</sup> Em um estudo onde objetiva analisar como o saber etnográfico foi construído dentro do IHGB e qual a relação que esse saber manteve com o discurso histórico em formação no Brasil Imperial, Rodrigo Turin salienta que havia algumas questões a nortear os trabalhos do IHGB sobre a etnografia: a possibilidade ou não da catequização dos índios; qual o melhor método para levar a cabo essa catequização e, ainda, o debate em torno da hipótese de serem ou não os índios formas decaídas ou mesmo degeneradas de civilizações anteriores. TURIN, Rodrigo. A ‘Obscura História’ Indígena. O Discurso Etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 86-113.

<sup>27</sup> CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul, 2005, v. 11, n.1, jan./jun., pp. 79-99.

a necessidade de seu exame na atualidade, bem como do que era em algumas épocas passadas.<sup>28</sup>

Como no caso do IHGB, o Instituto regional concedeu ao saber geográfico uma importância considerável, embora o objetivo principal sempre tenha sido a divulgação da história, ficando a geografia caracterizada como sendo, à semelhança dos estudos de etnografia, da etnologia e da estatística, uma contribuição ou conhecimento acessório da história.

Com base nesses preceitos acerca da necessidade do conhecimento geográfico sobre o território é que a *Revista do IHGPSP* conferiu amplo espaço para a divulgação de relatórios de exploradores de rios, serras e sertões e para a publicação de documentação sobre aldeias, povoados, vilas e cidades.<sup>29</sup> No segundo número do periódico local, há cópias de atas de instalação de cidades e vilas na Província de São Pedro, como, por exemplo, os termos de declaração de elevação das vilas de Rio Pardo e Cachoeira à categoria de cidades, em 1846 e 1860, respectivamente. Também consta uma documentação comprovando a instalação de câmaras municipais em Caçapava (1834) e São Leopoldo (1846). A importância da publicação de tais documentos é imensa dentro do projeto a que se propunha a instituição regional: eram as provas necessárias tanto da legitimação e, por conseguinte, da consolidação do território rio-grandense como integrante do brasileiro, quanto da solidificação

---

<sup>28</sup> *Revista do IHGPSP*, ano I, n. 1, p. 4.

<sup>29</sup> Paula Soares, em discurso relativo à comemoração do primeiro ano de funcionamento do IHGPSP, assim se manifestava sobre a importância e conveniência dos trabalhos geográficos da casa: “Compartilhando eu a opinião daqueles que pensam que o exato conhecimento da geografia física de um país é de absoluta necessidade para a *vera apreciação de sua história*, e sabendo quanto são imperfeitos nossos mapas topográficos, nos quais, além de inúmeras lacunas se notam algumas incorreções, enderecei aos Srs. comissários uma circular pedindo-lhes informações sobre a nascente e direções dos rios da Província, ramificações das diferentes montanhas, e todas as particularidades topográficas de seus municípios. (...) Com a aquisição de tais dados *teremos feito um grande serviço à Província, pois com eles fácil nos será retificar as dúvidas que existem sobre muitos pontos de sua topografia, e legaremos a nossos vindouros mui importantes esclarecimentos que podem servir para a confecção de um mapa mais exato*”. *Revista do IHGPSP*, ano II, n. 1, vol. II, 1861, p. 12. Grifos meus.

do próprio território regional da Província de São Pedro, tantas vezes ameaçado pelas guerras de fronteira. Nesse sentido, se pode fazer uma aproximação dos usos que tiveram esses dados na *Revista do IHGPSP* e como eles foram ali arranjados com o que Demétrio Magnoli diz acerca da importância que tiveram os documentos cartográficos na constituição política do território brasileiro. Segundo ele,

Durante toda a segunda metade do século XVIII, enquanto a frente de apropriação se materializava na acelerada criação de povoações e nas concessões de forais e vilas, avançava a cartografia e os levantamentos econômicos das capitanias ocidentais. (...) Os documentos cartográficos funcionavam como instrumento de empreendimento de apropriação política dos territórios coloniais.<sup>30</sup>

Assim, da mesma forma que a cartografia servia para legitimar o território político do Brasil, colaborando para o projeto de construção da unidade espacial do país, a documentação coligida, armazenada e publicada no periódico local servia como prova de autenticidade do território rio-grandense numa região constantemente ameaçada pela confrontação militar com os espanhóis. Abertura de novos caminhos, valorização econômica da terra, relatos de elevação à condição de vila para antigas povoações ou freguesias e publicação de documentos oficiais que atestem tais empresas são, durante todo esse período, estratégias utilizadas para marcar a apropriação territorial. Nesse sentido, Magnoli lembra que o programa de unidade territorial nacional implicava a subordinação das oligarquias locais ao centralismo político.<sup>31</sup>

É neste volume, também, que temos a primeira parte de um total de cinco publicadas dos “Ensaio Estatísticos de São Pedro do Rio Grande

<sup>30</sup> MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca de seu território. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003, pp. 292-293.

<sup>31</sup> Idem, p. 295.

do Sul”, de autoria do antigo conselheiro provincial Antônio Manoel Corrêa Câmara.<sup>32</sup> Os ensaios, escritos em 1849, foram publicados na *Revista do IHGPSP* a partir do manuscrito original de Corrêa Câmara, oferecidos ao Instituto pelo capitão José Antonio Corrêa Câmara, embora já tivessem ganhado publicação anterior na imprensa local.<sup>33</sup> A importância da divulgação da obra de Câmara, que não chegou a se concluir nas páginas da *Revista do IHGPSP* pelo desaparecimento imprevisto da mesma, foi diversas vezes reiterada pelo Instituto, sendo já considerada rara em 1860. Em 1861, quando a criação de uma comissão de estatística no Instituto era sentida como urgente pelo secretário Paula Soares, o trabalho de Corrêa Câmara, que ele considerava, inclusive, como tendo sido mal aproveitado pela província, foi citado como o modelo a ser seguido nos trabalhos da instituição. Nas palavras de Paula Soares,

---

<sup>32</sup> Antônio Manoel Corrêa Câmara (1783-1848) era um ilustrado e foi, em sua época, um dos únicos rio-grandenses a cursar Direito em Coimbra. A Universidade de Coimbra era o reduto dos abastados que formavam a elite “intelectual” brasileira, pois a América Portuguesa, ao contrário da Espanhola, não possuía universidades próprias. Em 1820, Câmara, que era amigo de José Bonifácio, fora mandado pela província à futura capital imperial. Lá, o letrado escreveu *Correspondência Turca*, obra que alcançou grande sucesso entre os fluminenses. Aderiu à causa da Independência e recebeu de Bonifácio várias incumbências nos campos militar e da diplomacia, tendo viajado por diversos países da Europa e Américas. Em missão diplomática, esteve nos países platinos, dentre os quais o Paraguai. Durante a Revolução Farroupilha, Corrêa Câmara se identificaria com a causa farrapa, tornando-se embaixador farroupilha no Paraguai. Homem culto, Corrêa Câmara falava várias línguas e conhecia poesia clássica. Foi ele o responsável pela organização de uma Repartição de Estatística na Província de São Pedro, a pedido de Caxias, no ano de 1845. A partir desse trabalho é que Câmara deixaria seus *Ensaio Estatísticos*. Foi autor, além das obras acima mencionadas, de poesias, e de dois outros livros: *Resposta do Pontífice aos Carbonários e Manifesto da Praia Grande*. CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1732-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag, 2006.

<sup>33</sup> Os ensaios estatísticos de Corrêa Câmara foram publicados pela primeira vez em 1851, pelo jornal *O Mercantil*, popular órgão noticioso e comercial, fundado em Porto Alegre no ano de 1849. O periódico teve como redatores João Cândio Gomes, substituído, em 1861, por Félix da Cunha e Eudoro Berlink, que em 1864 assumiu a gerência da casa. DILLENBURG, Sérgio Roberto. op. cit., p. 16.

Se excetuarmos a parte que diz respeito a população, que, como é natural, se acha hoje aumentada, e a que trata dos limites da Província, os quais posteriormente não tido alterações; este trabalho, modelo de vasta erudição sobre tudo em ciências físicas, é um padrão de glória que tornará o nome de seu autor venerado, se por muitos outros títulos ele não houvesse já merecido o amor e o respeito de seus compatriotas.<sup>34</sup>

Nos ensaios estatísticos, Corrêa Câmara procura louvar a figura heroica do homem rio-grandense. Sua caracterização desse sul-rio-grandense corajoso e belicoso é o retrato mais representativo do tipo de cidadão patriótico que o IHGPSP desejava divulgar. Assim ele descreve o homem sulino:

Sóbrio, ativo, generoso, e bravo; amigo sincero, e inimigo não depreciável; firme como um rochedo, e de invencível constância na maior adversidade; entusiasta da glória, e para consegui-la anelando os combates; e correndo após o perigo com avidez insaciável, mas preferindo as mais rudes fadigas de vivíssimas operações militares a estação inativa dos cantonamentos, e a que resultadas nossas guarnições de paz; menos disposto ao serviço do infante, que ao do cavaleiro sem deixar de desempenhar qualquer deles, quando lhe é destinado; dispersando-se algumas vezes; e retirando-se mais por incapacidade do chefe, que por falta de ânimo, de um campo de batalha; sensível em extremo ao benefício, e perdoando poucas vezes um ultraje; inclinado ao belo sexo, cuja sociedade cultiva com urbanidade e delicadeza não vulgares, e que se fazem notáveis até nas classes menos bem educadas; sofrendo o frio, a fome, a sede, a calma intensa com resignação, e paciência admiráveis; geralmente talentoso, e apto para cultivar as ciências, em que muito teria aproveitado, se de mais tempo as leis e as ins-

---

<sup>34</sup> SOARES, Paula. "Trabalhos Geográficos". *Revista do IHGPSP*, ano II, n. 1, vol. II, 1861, p. 13.

tituições, que as fomentam, e mais felizes circunstâncias tivessem concorrido para ajudá-lo; bom pai, excelente marido, filho respeitoso, o cidadão rio-grandense foi talhado de molde para exercer as virtudes cívicas, e guerreiras que o fazem recomendável; e será indubitavelmente tão bom agricultor, e fabricante como tem sido solícito criador de gado: tudo deve esperar-se finalmente de um povo, que atravessando a cega, mal conduzida guerra civil do seu país; que a todo o momento provocado pelo exemplo para o charco imundo da brutalidade, imortalidade, impudor, e desenvoltura da asquerosa imprensa brasileira (*aliquanta exceptione concessa*) nem assim foi possível degradá-lo e corrompê-lo, conservando-se intacto seu gênio cavalheiroso, seus brios, modéstia, dignidade e honra.<sup>35</sup>

De acordo com Alexandre Lazzari, a publicação dos ensaios de Corrêa Câmara no periódico do velho Instituto era “uma forma de reavivar tanto a retórica da condição pouco civilizada da província como do ressentimento para com o restante do país”.<sup>36</sup> Eram, ainda, frequentes no periódico as queixas dos rio-grandenses quanto a pouca importância que o Império conferia à província. Lazzari chama atenção especialmente para o trabalho do Dr. Ubatuba e seu esforço em apresentar aos leitores longas séries documentais sobre a constituição do Rio Grande.<sup>37</sup> Em alguns deles, Ubatuba explicava ao leitor que as

<sup>35</sup> CÂMARA, Antonio Manoel Correa da. Ensaio estatístico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. *Revista do IHGPSP*, ano III, n. 1, vol. III, 1862. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 102, pp. 215-216.

<sup>36</sup> LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, p. 60. (Doutorado em História)

<sup>37</sup> O médico Manoel Pereira da Silva Ubatuba fazia parte da comissão de estatutos e redação da *Revista*. Foi, sem dúvida, o maior colaborador da publicação, tendo copiado ou mandado copiar e revisado pessoalmente em arquivos rio-grandenses inúmeros documentos para serem depositados no IHGPSP. Em pesquisa na *Revista do IHGB*, descobri, em uma lista de sócios falecidos publicada em 1877, o nome de Ubatuba como sócio da agremiação nacional (sócio falecido número 259), embora essa informação nunca tenha sido referida na *Revista do IHGPSP*. *Revista do IHGB*, Tomo XL, 1877, p. XV.

menções a reclamações de privações sofridas pela região meridional eram realizadas desde o século XVIII e início do século XIX.<sup>38</sup> É o caso, por exemplo, dos diversos documentos que ele publica no segundo número do segundo volume da Revista do IHGPSP, de outubro de 1861. Na página inicial do volume, a edição é aberta com uma observação de Ubatuba. Ele diz o seguinte:

A invasão de Ceballos tendo destruído o único Arquivo da Província que poderia ter reunido os documentos para a história dos primeiros tempos, torna necessário aproveitar bem os que existem, e que dão algumas luzes sobre os sucessos daquelas épocas. Assim é que me pareceram muito valiosos os que agora ofereço ao Instituto, e que desejo ver publicados, *não para encher o saco das queixas, mas para que nossos irmãos do Norte conheçam as provanças por que temos passado, os sofrimentos que nos tem torturado desde os primeiros tempos, e possa o patriotismo de seus representantes valer para suprir a desigualdade numérica de nossa representação*, que tão diminuta e enfraquecida pelas dissensões políticas, ou antes interesses de momento não pode conquistar no parlamento aquela influência que se faz mister, para promover o desenvolvimento desta bela parte do Império.<sup>39</sup>

A fala do liberal progressista só vem a reforçar a postura que seu partido e o IHGPSP apregoavam no início da década de 1860: o Rio Grande de São Pedro era uma vítima do governo imperial centralizador, que não conferia autonomia necessária à província, não lhe possibilitava ter um número significativo de representantes na Câmara dos Deputados e, assim a impedia de defender seus interesses econômicos junto à Corte. Além disso, nutria o Império um sentimento de ingratidão para com o povo rio-grandense, pois não reconhecia todo o trabalho que

<sup>38</sup> LAZZARI, Alexandre. op. cit., p. 60.

<sup>39</sup> UBATUBA, Manoel Pereira da Silva. Observação. *Revista do IHGPSP*, ano II, n. 2, vol. II, 1861, p. 2. Grifos meus.

os patrícios sulinos sempre tiveram para assegurar a ordem e defender as fronteiras meridionais do Brasil. Para os Liberais Progressistas, o permanente estado de beligerância prejudicou o desenvolvimento do Rio Grande e era necessário registrar isso no livro da história do país.<sup>40</sup>

### 3. O FIM DO IHGPSP E A REAFIRMAÇÃO DA LEGITIMIDADE DO IHGB

À frente do plano de escrita do “livro” da história do Brasil, como se sabe, estava o IHGB. A produção do conhecimento da história da nação era seu encargo principal dentro do grande projeto imperial de construção da unidade Brasil. Por outro lado, mostrar aos artífices de Estado nacional em formação que o Rio Grande era parte essencial em sua própria constituição enquanto unidade territorial era uma missão a que se delegava esse singular congêner regional sulino que foi o IHGPSP. Através da história, o Barão de Porto Alegre saudava seus companheiros de associação, homens de “imaginações patrióticas” e “corações robustos”, mas “sós e desajudados de todo favor e influência pública” e que acreditavam que sua missão era a de “conservar às gerações futuras os grandes feitos de nossos bens maiores”.<sup>41</sup>

O “grande serviço” que a associação regional se propôs a empreender e que compreendia o ajuntamento de dados históricos, para que eles não mais fossem apagados quando do desaparecimento dos “testemunhos oculares”<sup>42</sup> da história sulina, procurando nos arquivos

---

<sup>40</sup> Segundo Lazzari, “o sentimento de que a província nunca desfrutou o devido reconhecimento político no centro da nação podia ser devidamente justificado pela autoridade dos documentos históricos. Por meio deles o Dr. Ubatuba não oferecia nenhuma erudita narrativa historiográfica, mas transmitia com clareza sua mensagem. Muito mais do que reconhecimento do brilhantismo intelectual, estaria em jogo para os sócios a participação em um ato político representando tanto a fidelidade aos fundamentos do estado monárquico como o verdadeiro e não reconhecido papel da província na construção e defesa da nação”. LAZZARI, Alexandre. op. cit., pp. 60-61.

<sup>41</sup> PORTO ALEGRE, Barão de. “2ª Sessão Aniversária em 23 de fevereiro de 1862”. *Revista do IHGPSP*, ano III, n. 1, vol. III, 1862. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 102, p. 205.

<sup>42</sup> *Revista do IHGPSP*, ano I, n. 1, agosto de 1860, p. 5.



espalhados pelas terras do Rio Grande o que ainda existia e, a partir deles, dar-lhes “forma precisa para fazer parte do importante corpo da História”<sup>43</sup> causou grande desconforto no IHGB. Ter que lidar com a criação de uma filial local que era inerentemente ligada às questões políticas de uma província sempre queixosa e que agora desejava selecionar documentos para contar sua própria versão da história se mostrou problemático, até porque, desde os primórdios de sua atuação, o IHGB sempre deu atenção especial à história rio-grandense, de forma que abrir mão, ou no mínimo, dividir esse papel de divulgador da história sulina com um estabelecimento análogo, poderia parecer ameaçador para uma instituição possuidora de propósitos centralizadores tão claros quanto o IHGB.<sup>44</sup>

Assim, quando a *Revista do IHGPSP* chegou a seu fim em 1863, ano em que se tem notícia da circulação do último número do periódico, o IHGB reafirmaria prestígio e primazia como instituição a ditar o que se deveria escrever acerca da história do Rio Grande do Sul.

Acredita-se que a instituição sulina também encerraria suas atividades regulares naquele período. Dentro em pouco, teria início a Guerra das Províncias Unidas contra o Paraguai e é provável que esse conflito tenha tido grande influência para o desaparecimento do periódico.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>44</sup> Segundo Piccolo, “a Guerra dos Farrapos ficaria no imaginário da elite dirigente brasileira como uma possibilidade sempre presente de um novo levante no Rio Grande do Sul”. PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, p. 50.

<sup>45</sup> Armando Dias de Azevedo, sócio do IHGRS e neto do Capitão Antônio Dias da Costa, membro do IHGPSP, assim explica a extinção do velho Instituto: “A morte prematura de vários sócios, inclusive, em 1862, a do meu avô, e a Guerra do Paraguai fizeram com que a instituição se extinguisse”. Mais recentemente, Luís Alberto Cibils, também membro do IHGRS, apresenta a mesma opinião de Azevedo e de um colega de ambos, Florêncio Abreu. Diz ele: “Florêncio Abreu aponta a Guerra do Paraguai, com a invasão da Província, reclamando o concurso de todos na defesa da pátria, como causa precípua da extinção do Instituto, com a dispersão de seus membros”. AZEVEDO, Armando Dias de. O Jubileu de Ouro do Instituto Histórico. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 07 de agosto de 1970, s/p.; CIBILS, Luís Alberto. *Institutos Históricos e Geográficos Anteriores*. In: *Revista do IHGRS*, vol. 1, n. 135. Porto Alegre, 2000, p. 11.

Vários dos membros do IHGPSP eram políticos e militares e, portanto, pessoas envolvidas diretamente na guerra, caso de seu presidente, o Barão de Porto Alegre. Da mesma forma, foi no ano de 1863 que teve início a dissidência partidária dos liberais rio-grandenses “puros”, que levaria à criação do Partido Liberal (Radical) no Rio Grande de São Pedro, sob a batuta de Félix da Cunha. Esse novo partido recusou a estabilidade das instituições imperiais e se mostrava abertamente favorável à autonomia das elites locais, o que era um problema para o governo centralizado de D. Pedro II e sua administração nas províncias.<sup>46</sup> O apoio do Partido Liberal Progressista à Guerra contra o Paraguai foi o ápice da deflagração da crise do partido e sua dissolução. Diretamente ligado ao partido político, o IHGPSP igualmente pereceu e seus membros não mais encontraram forças para prosseguir em sua “missão” em nome da escrita da história da pequena pátria sulina. Um novo Instituto Histórico rio-grandense somente seria criado no século XX.

Artigo recebido em 12 de fevereiro de 2013.

Aprovado em 29 de abril de 2013.

---

<sup>46</sup> O Partido Liberal Histórico, reorganizado por Félix da Cunha, tinha entre seus membros mais destacados Gaspar Silveira Martins e Manuel Luís Osório. TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991, p. 29.

ENSINO DE HISTÓRIA  
NO INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO  
BRASILEIRO: os  
pareceres do  
Sodalício (1866-1876)

Aaron Sena Cerqueira Reis\*

HISTORY TEACHING IN THE  
*INSTITUTO HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO BRASILEIRO*: the  
judgment of the Sodality (1866-1876)

RESUMO

Este artigo é resultado da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe intitulada *Ensino de História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as ideias de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1876)*. Nele, pretendo compreender a ideia de ensino de História do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no período de 1866 a 1876 mediante análise de pareceres. Publicados na *Revista do IHGB*, os documentos revelaram o olhar de parte da agremiação acerca da questão investigada, além de contribuir para mostrar a importância do sodalício enquanto um espaço de fermentação intelectual e sociabilidade. **Palavras-chave:** Ensino de História. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Pareceres.

ABSTRACT

This article is a result of the dissertation defended in the Programa de Pós-Graduação em Educação of the Universidade Federal de Sergipe entitled *Ensino de História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as ideias de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1876)*. In it, I want to understand the idea of teaching history of the *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) in the period 1866-1876 by analyzing judgments. Published in the *Revista do IHGB*, the documents revealed the look of part of the association on the issue investigated, and contribute to show the importance of the sodality as a place of intellectual ferment and sociability.

**Keywords:** History Teaching. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Judgments.

\* Trabalho desenvolvido com auxílio de bolsa CAPES.

\*\* Mestre em Educação e Licenciado em História pela Universidade Federal de Sergipe.

## INTRODUÇÃO

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (R.IHGB) é um periódico cuja publicação apresenta-se de forma regular desde 1839, início de sua circulação. Conforme Rollie E. Poppino<sup>1</sup>, mesmo passando por mudanças na ordem da periodicidade (trimestral – semestral – anual – trimestral) e de nomenclatura, ela não fugiu ao seu objetivo de incentivar produções no âmbito das Ciências Humanas.

Este brasilianista, que foi responsável por um dos primeiros trabalhos de cunho interpretativo sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>2</sup>, indicou as contribuições feitas pelo grêmio ao estudo das Ciências Sociais e descreveu as tendências e a evolução dos escritos históricos no Brasil no período de 1839 a 1938. Para tanto, ele propôs uma classificação dos textos e documentos encontrados no jornal científico, inserindo-os em nove categorias textuais. Como resultado, a pesquisa mostrou que a *Revista do IHGB* foi pioneira no estímulo ao interesse pela História, Geografia e outras ciências correlatas, fixando, inclusive, os padrões intelectuais do país.

Ressaltando temas frequentes sobre a História do Brasil nas diversas seções do periódico, o texto de Poppino se restringiu ao tratamento da ciência histórica, não especificando questões acerca da História ensinada. Por esta razão, tomei o objeto que serviu de fonte ao pesquisador americano para tentar compreender este outro ângulo. Assim sendo, apropriei-me inicialmente das atas, entendendo-as como um espaço de representação formulado pelos sócios do Instituto, a fim de perceber a concepção do grêmio acerca do ensino e usos escolares de História.

Aparentemente silenciosas, as atas publicadas ao final de cada volume do periódico foram, paulatinamente, deixando sugestivos rastros.

---

<sup>1</sup> POPPINO, Rollie E. Um século da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IN: *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v.314, jan./mar. 1977, p.285-305.

<sup>2</sup> A pesquisa original, *A century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, foi publicada na *The Hispanic American Historical Review*, em 1953.

Tais vestígios, impressos por alguns membros da agremiação que, na representação que pretendiam construir deles mesmos nos documentos, deram a entender suas preocupações com a passagem do discurso histórico erudito para o saber escolar.

No rol dos personagens que atentaram a esta questão, as atas enunciaram Salvador Henrique de Albuquerque, responsável pelo *Resumo da História do Brasil* (1848), Antônio Álvares Pereira Coruja, autor das *Lições de História do Brasil* (1855), Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho, escritor do *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil* (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello, com as suas *Lições de história pátria* (1876). Objetivando a chancela do IHGB, estes escritores submeteram seus trabalhos à avaliação da “comissão de História”.

Através de uma equipe constituída anualmente nas sessões de eleição, a “comissão de História” possuía a função de analisar e fornecer pareceres sobre as obras recebidas. Se em princípio, este julgamento possuía apenas o objetivo de autorizá-las ou não, em seguida, passou também a ser utilizada como critério de seleção de novos integrantes por uma comissão específica<sup>3</sup>. Então, caso o trabalho recebesse boas críticas, um candidato a sócio também teria seu acesso garantido.

Dentre os intelectuais que submeteram trabalhos considerados – pelos próprios autores – como “didáticos”, dois queriam tão somente a autorização oficial, visto já serem membros do sodalício. Foi o caso de Albuquerque e Coruja que, mesmo assim, não tiveram os juízos recebidos por suas obras publicados. Já nos casos de Malheiro Filho e Brasiliense, aspirantes ao título de sócio, estes foram contemplados com a impressão dos pareceres sobre suas respectivas obras e aprovação para compor a sociedade científica.

---

<sup>3</sup> O periódico da instituição revela que durante os oitocentos houve, pelo menos, duas normas para o ingresso de membros. Uma menos criteriosa e mais aberta aos interesses do Instituto, divulgada em 1839 e; outra que, a partir de 1951, apresentava-se mais rigorosa, exigindo comprovação de “capacidade literária”.

Considerando que a opinião do Instituto acerca do *Índice cronológico* de Malheiro Filho foi construída a partir de controvérsias, cuja extensão da polêmica não caberia no presente texto, opto por analisar o pensamento da agremiação sobre as *Lições de história pátria* de Américo Brasiliense, obra originalmente publicada em 1876. A veiculação desses documentos no periódico denota a concepção, não só dos avaliados, mas também dos avaliadores acerca do ensino e dos usos escolares da História. Além disso, contribui para mostrar a *Revista do IHGB* como “um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”<sup>4</sup>.

#### PARECERES ADMISSIONAIS E DE OBRAS SUBMETIDAS AO IHGB: ESTRUTURA E CONTEÚDO

Antes de analisar o parecer crítico das *Lições de história pátria* e o parecer admissional de seu autor, Américo Brasiliense – documentos que, conforme o Estatuto do IHGB de 1851, eram exigidos para o ingresso de novos membros –, convém entender a estrutura e conteúdo das fontes que possuíam estas mesmas funções. Nesse sentido, realizo aqui uma escansão do *corpus* documental publicado de maneira mais organizada entre os anos de 1866 e 1871, quando a *Revista do IHGB* criou uma seção intitulada “Pareceres de comissões ou comissários especiais”.

Apesar dos julgamentos analisados neste artigo não terem sido localizados no recorte temporal citado, busquei decompor aqueles que ali estavam a fim de encontrar balizas que me permitissem categorizá-los. Nesse sentido, observei dois aspectos. Inicialmente, para depreender o valor da obra – *Lições de história pátria* – pela ótica dos avaliadores, atinei quanto à aparência formal da mesma, procedimento que me permitiu classificá-la como erudita ou didática. Em seguida, para entender como os pareceristas avaliaram o comprometimento do candidato em

---

<sup>4</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. IN: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.249.

relação aos ideais do IHGB, busquei determinar se o mesmo foi considerado historiador ou educador.

O procedimento de análise utilizado revelou que no período de 1866 a 1871 foram divulgados 33 julgamentos de novos sócios realizados pela “comissão de admissão”. Destes, apenas seis acompanharam as críticas dos avaliadores dos textos – evidenciando que, apesar da “rigidez” das normas para seleção de membros, proposta pelos Estatutos de 1851, tal regra nem sempre era seguida. Mesmo assim, busco descrever, neste ponto, os dois tipos de fontes: as primeiras produzidas pelo setor responsável pela admissão de novos candidatos e, a segunda, responsável pela avaliação do trabalho exigido como título.

Quanto à estrutura dos pareceres admissionais, estes eram curtos. Geralmente, apresentavam um só parágrafo, com aproximadamente 20 linhas. Alguns acompanhavam pequeno texto biográfico, intitulado “notícia”, onde também se apresentava algum comentário sobre a obra do candidato utilizada como requisito para admissão. Esta “notícia”, contudo, não ultrapassava duas páginas e se caracterizava por elogiar demasiadamente o candidato, procurando justificar a entrada dele por qualidades que, nem sempre – penso –, eram em prol das letras.

Os pareceres seguiam os mesmos protocolos, iniciando da seguinte forma: “A comissão de admissão de sócios, considerando a proposta de [*nome do sócio ou mais de um, se fosse o caso*], é de parecer que [*nome do candidato*] seja admitido na qualidade de sócio [*correspondente ou efetivo*], servindo de título de admissão a sua obra [*título da obra*]”. Ao final deste cabeçalho, bem como do texto biográfico apresentado em seguida, localizavam-se as datas tópica e cronológica, seguido da assinatura dos relatores. Observo ainda que, na ausência da “notícia”, aspectos biográficos poderiam surgir no próprio cabeçalho, seguindo após o título da obra.

Em parte dos casos, 15 dos 33 consultados, os candidatos não apresentaram trabalhos. As justificativas eram vagas e evidenciavam sempre o mesmo teor. Possuir “apreço”<sup>5</sup> ou ser “um exímio cultor das

<sup>5</sup> Parecer de admissão de Alexandre Magno de Castilho. In: *R.IHGB*, v.2, 1868, p. 397.

letras”<sup>6</sup>, exibir “um espírito investigador”<sup>7</sup>, mais ainda, demonstrar “exuberantes provas de sua ilustração e habilitações literárias”<sup>8</sup> eram algumas das qualidades atribuídas ao candidato que o eximiam da produção destinada à seleção. Desta forma, considerava-se o conjunto dos trabalhos realizados pelo novo membro – possuidor, portanto, de “nome já conhecido”<sup>9</sup> –, suficientes para o seu ingresso.

A outra parte dos pareceres de admissão, nos quais os candidatos apresentaram o texto-requisito – 18 casos –, apenas seis tiveram a crítica da “comissão de avaliação” específica anexada; onze receberam comentários imprecisos, que não explicavam de maneira contundente as habilidades do candidato e, finalmente, um não teve seu trabalho avaliado. O último caso ocorreu no parecer admissional recebido pelo general Wenceslão Paunero. Curiosamente, a comissão posicionou-se “abstendo por justos e ponderosos motivos de emitir juízo sobre o trabalho oferecido para título de admissão”<sup>10</sup>. Com o título *Memória sobre os limites entre a confederação Argentina e a república de Bolívia*, penso que, pelo menos uma das razões para que o trabalho não fosse alvo de julgamento esteja relacionada ao fato de que o IHGB defendia pontos de vista contrários à citada questão, o que poderia gerar conflitos internacionais, afinal de contas, uma das temáticas recorrentes no sodalício era o das fronteiras do Brasil.

Atentando-me aos comentários da “comissão de admissão” sobre o parecer das obras-requisitos, realizados pelas comissões de avaliação, enfatizo que os onze documentos não demonstraram críticas consistentes, talvez em virtude da falta de minúcia na análise dos textos. Eram olhares bastante superficiais e se destinavam a elogiar o autor e/ou seu trabalho. Destacava-se, por exemplo, que o candidato possuía “habilitações e amor ao trabalho”<sup>11</sup> e que a obra levantava “importantes

<sup>6</sup> Parecer de admissão de José de Luca. In: *R.IHGB*, v.2, 1868, p. 396.

<sup>7</sup> Parecer de admissão do padre Brasseur de Bourbourg. In: *R.IHGB*, v.2, 1868, p. 395.

<sup>8</sup> Parecer de admissão de José Rosendo Guterres. In: *R.IHGB*, v.2, 1869, p. 301.

<sup>9</sup> Parecer de admissão de Manoel Rouaud y Paz Soldan. In: *R.IHGB*, v.2, 1871, p. 381.

<sup>10</sup> Parecer de admissão de Wenceslão Paunero. In: *R.IHGB*, v.2, 1870, p. 407.

<sup>11</sup> Parecer de admissão do Cônego Manoel da Costa Honorato. In: *R.IHGB*, v.2, 1871, p. 380-381.



questões”<sup>12</sup>. No mesmo sentido, outras assertivas enfatizavam a utilidade do texto não por ser “simples narração, nem reprodução irrefletida”, mas pelo candidato conseguir superar sua ideia, originalmente expressa no título<sup>13</sup>. Assim, em casos positivos, concluía-se que a obra apresentada era “digna para servir de título de admissão”<sup>14</sup>.

Quanto aos pareceres das comissões de avaliação as obras submetidas, anexados ao parecer de admissão, estes não eram longos. Dispunham de, no máximo, três laudas. Em geral, iniciavam com o título “Parecer da comissão [*de história, geografia ou arqueologia*] sobre [*nome do estudo*] de autoria [*nome do candidato*]”. Embora haja seis certificados de admissão com os pareceres das obras anexos, existem apenas cinco pareceres. Isto porque a “comissão de História” julgou duas obras em um único documento.

A crítica que aborda a biografia apresentada como requisito por Olegário Herculano de Aquino e Castro, intitulada “Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel: Elogio histórico” não trata apenas deste estudo. O documento também tece considerações sobre o texto de Ladislao de Sousa Melo e Neto, intitulado “Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional”. Comentando genericamente os dois trabalhos e após discorrer sobre a pertinência dos temas propostos pelos autores, o avaliador ressalta que “os dois escritos revelam, pela elegância e facilidade do estilo e pureza da frase, que seus autores dispõem de conhecimento da língua e de grande hábito de escrever”<sup>15</sup>. Deste modo, fica evidente que a preocupação do censor permeava o campo da forma (ou seja, o emprego correto da escrita), mais que a do conteúdo dos escritos (a fidedignidade dos assuntos abordados pelo autor).

Os outros pareceres, mesmo apresentando-se mais cuidadosos, ao avaliar um texto por vez, apresentam a mesma estrutura. Produzidos pela

<sup>12</sup> Parecer de admissão de Henrique Ambaner Schutel. In: *R.IHGB*, 1868, v.2, p. 379-394.

<sup>13</sup> Parecer de admissão de José Maria da Silva Paranhos Junior. In: *R.IHGB*, v.2, 1867, p. 484-485.

<sup>14</sup> Parecer de admissão de Domingos de Santa Maria. In: *R.IHGB*, v.2, 1870, p. 405.

<sup>15</sup> *R.IHGB*, v.2, 1871, p.361.

“comissão de Geografia” estão o *Atlas do Império do Brasil*, de Cândido Mendes de Almeida; *Cenas de viagem*, de Alfredo d’Escragnoille Taunay e *Itinerário da Cruz Alta ao Campo Novo da província do Rio Grande do Sul*, de Henrique Ambaner Schutel<sup>16</sup>. A “comissão de Arqueologia e Etnografia” avaliou a *Descrição histórica das moedas romanas de S. M. El-Rei o Sr. D. Luiz I*, de Augusto Carlos Teixeira de Aragão, este, o maior dos pareceres, com três páginas.

Em geral, destacavam a trajetória profissional do avaliado (recurso que se repetia no parecer de admissão), realizando, em seguida, uma síntese da narrativa dos trabalhos. A conclusão seria pela utilidade ou não da obra. Nos casos apresentados, foram todos positivos aos respectivos autores. Para elucidar, os comentários destacavam não só o “valor histórico que encerra”, como a “agradável forma literária com que se acha elaborada”<sup>17</sup> a(s) obra(s). Nessas condições, indicava-se a suficiência do trabalho para admissão do candidato.

Comparado aos pareceres recebidos por Américo Brasiliense, os comentários críticos feitos aos textos acima citados apresentaram algumas diferenças. Apesar da proximidade estrutural – iniciando com um parágrafo explicativo acerca da obra e do autor que se vai julgar, bem como o parágrafo conclusivo, onde geralmente se apresentava o resultado –, a avaliação do conteúdo foi diferenciada. Enquanto os pareceres de avaliação dos trabalhos dos candidatos se restringiam à forma, já que a narrativa dos fatos era sempre elogiada, os pareceres de Brasiliense discorreram com mais ênfase sobre os conteúdos abordados. São as críticas recebidas por este sócio que analiso a seguir.

---

<sup>16</sup> Este não apresenta o título, visto que foi avaliado através de carta remetida à “comissão de Geografia”, por Guilherme Schuch Capanema.

<sup>17</sup> Parecer da comissão de Arqueologia e Etnografia acerca da obra – *Descrição histórica das moedas romanas*, pelo Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão. In: *R.IHGB*, v.2, 1871, p.362-364.

## PARECERES RECEBIDOS POR AMÉRICO BRASILIENSE

Ao contrário do lento processo de admissão enfrentado por Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho<sup>18</sup>, o de Américo Brasiliense de Almeida e Mello não se alongou muito. Provavelmente pelas boas relações estabelecidas por este novo agremiado com antigos sócios do Instituto. É o que se entrevê na proposta de sua candidatura<sup>19</sup>, assinada por quatro sócios – três membros a mais do que o necessário para tal formalidade<sup>20</sup>.

A obra que serviu de título para admissão foram as *Lições de história pátria*, ofertada ao IHGB por intermédio de Olegário Herculano de Aquino e Castro. Em pouco tempo, a “comissão de História” se pronunciava quanto ao trabalho de Brasiliense, cuja leitura do parecer se deu na última sessão ordinária de 1876<sup>21</sup>. Entretanto, iniciadas as reuniões do ano seguinte<sup>22</sup>, o citado documento foi aprovado e encaminhado para a “comissão de admissão”, que logo aprovou o seu ingresso<sup>23</sup>. Curiosamente, a avaliação das *Lições de história pátria* foi realizada pelo mesmo sócio que intercedeu à proposta admissional e à oferta da obra – Olegário Herculano, além de Cesar Augusto Marques –, o que me leva a crer não apenas no interesse por parte do autor, mas também da agremiação em tê-lo como representante.

Transcrito na ata de 24 de novembro de 1876<sup>24</sup>, o parecer da obra de Brasiliense apresentou-se como um elogio aos “esforços” de um “professor” por se “aventurar” num campo “árduo” e “pouco reconhe-

<sup>18</sup> Sobre este assunto, ver: REIS, Aaron Sena Cerqueira. *Ensino de História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as ideias de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1876)*. Orientador: Itamar Freitas. São Cristóvão, SE: UFS, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação).

<sup>19</sup> Ata da 10ª Sessão, em 29 de setembro de 1876. In: *R.IHGB*, v.2, 1876, p.428-435.

<sup>20</sup> Vide: IHGB. *Novos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia de Domingos Luiz dos Santos, 1862.

<sup>21</sup> Ata da 14ª sessão, em 24 de novembro de 1876. In: *R.IHGB*, v.2, 1876, p.451-459.

<sup>22</sup> Ata da 1ª Sessão ordinária, em 20 de abril de 1877. In: *R.IHGB*, v.2, 1877, p.409-421.

<sup>23</sup> Ata da 3ª Sessão, em 18 de maio de 1877. In: *R.IHGB*, v.2, 1877, p.429-439.

<sup>24</sup> *R.IHGB*, tomo 39, 1876, p.455-459.

cido” pelas autoridades governamentais. Inicialmente, os avaliadores pareceram querer justificar as razões pela qual a obra de Brasiliense mereceu respaldo. Deste modo, destacaram que a obra não era um “tratado”, muito embora, conforme indicação do próprio autor, o livro tivesse sido utilizado em situação didática.

Sendo assim, coube refletir sobre como o citado material não foi considerado um tratado, já que se constituía em uma exposição didática de assuntos relativos à História. Uma hipótese é a cautela apresentada pelos pareceristas a fim de evitar que as *Lições* recebessem o mesmo tratamento que outras obras do gênero: trabalhos engavetados ou esquecidos, visto se tratarem de matéria “resumida” da História.

Dito o que não era, os comentadores passam a discorrer sobre o que eram as *Lições*: “simples, e modesto na forma e no objeto, representa apenas o patriótico e louvável intuito da parte do autor de coadjuvar os esforços de um instrutor da mocidade no bom desempenho de sua nobre missão”<sup>25</sup>. A partir do excerto, deduzo que o caráter da obra é diminuído ao passo em que o do autor é enaltecido. Os adjetivos atribuídos a ambos são reveladores.

O texto não é um tratado, ou seja, não é um instrumento de pesquisa amplo, adequado para a consulta não só de estudantes, mas também de pesquisadores, ele é uma ferramenta “simples” e “modesta”. Por outro lado, o autor é um “instrutor da mocidade”, um “patriota”, adjetivos que no texto – acredito – poderiam facilmente ser substituídos por outro, altruísta. Sim, porque Brasiliense é caracterizado como um intelectual que abdica do ofício da pesquisa para se preocupar com a formação e o “bom desempenho” dos futuros brasileiros. Ele se priva do prestigiado ofício de historiador para se dedicar à formação da sua nação, motivo que leva os avaliadores a considerarem sua missão “nobre”. O tom elogioso continuará no restante do parecer.

Descrita a abordagem da obra, Castro e Marques explicam a estrutura das *Lições*, compostas pela compilação de 36 preleções realizadas

---

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p.455.

por Brasiliense em 1873 em um colégio particular, não especificado no texto. Contudo, tal explicação fica restrita a um pequeno parágrafo de três linhas. Novamente, os avaliadores se desviam da tarefa crítica para enfatizar a “intenção única do mestre [de] implantar no ânimo dos seus jovens alunos o amor pelo estudo das coisas pátrias, e despertar a atenção dos ouvintes para um assunto que tão de perto interessa à educação”<sup>26</sup>.

Apesar de “modesto”, o livro agora adquire uma virtude maior, pois “ensina sem fadiga e esclarece sem pretensão”<sup>27</sup>. Obviamente os pareceristas atribuem o mérito a Brasiliense, que discorre sobre assuntos de “transcendente importância” e se posiciona de modo imparcial, raro aos “observadores contemporâneos”, contribuindo com o estabelecimento da “verdade”.

Tomando a ideia de “verdade” como elo, Castro e Marques discutem sobre a concepção de História professada por eles. Isto porque a História é vista como “uma ciência social destinada a enriquecer o futuro com a experiência do passado”<sup>28</sup>, baseando-se no critério da “verdade”. Esta é, conforme os avaliadores, a grande dificuldade encontrada pelo historiador, que muitas vezes tende a filiar-se a determinado ponto de vista dos fatos. Para eles, um historiador deve ser “filósofo, observador e analista, que apreende os fatos, estuda-os e classifica-os, assinalando as relações que entre si guardam para deduzir, de coisas certas e princípios verdadeiros, efeitos legítimos e consequências necessárias”<sup>29</sup>.

Devido a esta “gravidade do encargo”, afirmam os pareceristas, há muitos escritores, mas poucos historiadores. E eles atribuem a raridade do surgimento dos “bons trabalhos históricos” não à falta de iniciativa ou criatividade dos pesquisadores, muito menos à falta de instrução. Segundo Castro e Marques, o alheamento aos trabalhos históricos ocorre “porque não há incentivo que anime, nem força que resguarde

---

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p.455.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p.456.

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*, p.456.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, p.456.

o cometimento daqueles que propõem-se a desenvolver a nossa ainda rudimentar literatura”<sup>30</sup>. Prova disso seria que “a literatura deste século tem perdido em profundidade o que tem ganhado em extensão”<sup>31</sup>.

Tal fenômeno de desprezo às letras não ocorria somente em virtude do desinteresse do Estado e dos partidos que “não consente[*iam*] os longos e severos estudos”<sup>32</sup>, os avaliadores também culpavam “todos quantos, podendo, não concorrem com a eficácia dos meios de que dispõem para o desenvolvimento moral da sociedade por meio da proteção às letras, favor ao estudo e apoio às vocações, que aí mangram à míngua de conforto e animação”<sup>33</sup>.

A constatação (ou construção) do estado da arte realizada por Castro e Marques em nada ajudava a situar o trabalho escrito por Brasiliense. Ao contrário, queria apenas, uma vez mais, atribuir importância ao autor e sua obra, valor que talvez nem tivesse perante o tribunal do IHGB, mas que necessário para não incorrer, como já dissemos mais acima, no esquecimento do estudo. Mesmo quando os pareceristas reconheceram não ser “muito”, ou seja, não ser uma obra que expunha elementos de profundidade teórica acerca da história pátria, outro fator que se apresentou favorável às *Lições* foi a positiva acolhida pela imprensa “ilustrada” do país. Dizendo de outro modo, mesmo que o Instituto não gostasse do trabalho, não seria de bom tom ir de encontro às avaliações feitas pela crítica dos intelectuais da imprensa.

Em seguida, num breve parágrafo com apenas quatro linhas, Castro e Marques discorrem superficialmente sobre os assuntos tratados no livro, explicando que percorrem o “largo espaço que vai das arrojadas viagens de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral até aos últimos e memoráveis sucessos da história dos nossos dias”<sup>34</sup>. Mais à frente, destacarão também os “subsídios valiosos” para a história dos tempos

---

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p.457.

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*, p.457.

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*, p.457.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, p.457.

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*, p.457.

coloniais e, mais ainda, as informações, os esclarecimentos e os documentos relativos à história contemporânea. Comentários que, isentos de crítica, não explicitam o porquê da importância dos temas abordados.

Conforme os avaliadores, Brasiliense expõe uma “cuidadosa investigação”, produzindo uma “exata apreciação dos caracteres”, elementos que revelam “invariável segurança e manifesta imparcialidade com que devem ser tratados os assuntos históricos”<sup>35</sup>. Mais que isso, afirmam que Brasiliense não quebra a “verdade histórica” nem quando defende de maneira “afavorada” as ideias liberais. Defendendo o autor das *Lições*, Castro e Marques indagam: “quem poderá condenar o escritor que pugna pelos interesses da humanidade, quando defende a santa causa da liberdade, que é também a causa da justiça?”<sup>36</sup>.

Sobre os assuntos de interesse à política do país, os avaliadores ressaltam mais uma vez o caráter objetivo do escritor que expõe “com franqueza e imparcialidade aos diferentes partidos os erros que cometeram e os excessos a que se entregaram”<sup>37</sup>. Penso que o cuidado na apresentação das qualidades profissionais que os pareceristas tiveram, contribuíram, sobremaneira, para que o IHGB aceitasse a proposta de Américo Brasiliense, “não só pelo valor histórico que encerra, como pelo fim a que se destina”<sup>38</sup>, como destacam, novamente, Castro e Marques.

Ao contrário de Malheiro Filho, candidato ao Grêmio cujo processo de admissão durou aproximadamente um ano (de 1850 a 1851), a submissão da obra de Brasiliense, ao contrário – e talvez por apresentar uma proposta bem definida –, foi rápida e bem aceita pelos julgadores da Academia. Nesse sentido, observo, agora, a trajetória deste intelectual, buscando depreender as circunstâncias que favoreceram o surgimento de seu trabalho, bem como aspectos da intencionalidade do autor.

---

<sup>35</sup> Idem, *ibidem*, p.458.

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, p.458.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, p.458.

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, p.459.

## ASPECTOS BIOGRÁFICOS DE UM EDUCADOR

Nascido a 8 de agosto de 1833, na cidade de São Paulo, Américo Brasiliense de Almeida e Mello teve sua trajetória marcada pela atuação jurídica, política e educacional. Após doutorar-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de São Paulo em 1860, ano em que defendeu sua tese, atuou como advogado. Foi eleito deputado das assembleias legislativas provincial e geral, além de vereador da Câmara Municipal de São Paulo e presidente das províncias da Paraíba e Rio de Janeiro. Em 1882 foi nomeado professor – “lente” – substituto da mesma Faculdade em que obteve o grau de doutor<sup>39</sup>.

A estas informações, Alfredo Nascimento, orador do IHGB na ocasião da sessão magna de 15 de dezembro de 1896, proferiu um discurso em homenagem póstuma, afirmando que como “um dos primeiros signatários do manifesto republicano de 1870”<sup>40</sup>, Brasiliense sempre militara em prol dessa causa nos diferentes cargos em que atuara. Assim, mesmo quando impedido de exercer a presidência provincial pela terceira vez, desta feita em Pernambuco, em virtude do indeferimento do partido liberal (a que era afiliado), Brasiliense colocou-se à frente do partido republicano, “cujos destinos com entusiasmo dirigia, enquanto da sua cátedra na Faculdade Jurídica de São Paulo, que conquistara em concurso, doutrinava com magistral proficiência a futura geração da sua pátria”<sup>41</sup>.

O advento da República, entendido por Nascimento como a “crise de 15 de novembro de 1889”, possibilitou “novos horizontes” à atividade de Brasiliense. Mesmo nomeado ministro plenipotenciário em Portugal, Ministro da Fazenda e diretor da Faculdade de São Paulo, o político não chegou a exercer nenhum desses cargos, posto que “os movimentos

---

<sup>39</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p.71-72. (v.7).

<sup>40</sup> NASCIMENTO, Alfredo. Elogio histórico dos sócios falecidos. IN: *R.IHGB*, v.59, parte 2, 1896, p.400.

<sup>41</sup> Idem, *Ibidem*, p.401.



políticos o levaram a dirigir o seu estado natal como governador”<sup>42</sup>. Finalmente, Brasiliense serviu como Ministro do Supremo Tribunal Federal, sendo nomeado para o cargo em 1894, pouco antes de seu falecimento, em 25 de março de 1896.

Se a trajetória do paulistano foi intensa no meio político, o mesmo não se pode dizer de sua atuação no IHGB, que, ao contrário do relator da “comissão de admissão” – Malheiro Filho –, favorável a sua entrada, se caracterizou pelo descompromisso em relação às atividades burocráticas do sodalício. Com esta assertiva não quero julgar as intenções do consócio, que, pelo observado até aqui, era decerto um homem público bastante ativo. Além disso, para o Instituto mais valia possuir o nome daquele personagem figurando o seu quadro social do que não tê-lo, mesmo que Brasiliense não participasse com uma frequência maior.

Deixando de enfatizar o lado político da vida de Américo Brasiliense, entrevejo outra faceta igualmente importante – pelo menos para esta pesquisa –, a de professor. Como disse, o paulistano havia sido “lente” na mesma Faculdade em que obtivera o grau de doutor, mas esta não havia sido a sua primeira experiência na área da educação. Antes de lecionar no ensino superior, Brasiliense já ensinava jovens do ensino básico. Isto é o que evidencia o parecer recebido pela obra *Lições de história pátria* transcrito acima.

Ao abrir este manual, seu editor, José Maria Lisboa, faz uma breve apresentação explicando “ao leitor” a origem da obra. Esta se constituiu das lições ensinadas pelo autor no Colégio de São João, instituição de iniciativa privada, localizado na cidade de Campinas/SP. Reconhecido como um “ilustre” intelectual do país, Américo Brasiliense foi convidado pelo proprietário, J. B. da Silveira Caldeira, no ano de 1873, para “cercar aquele estabelecimento de merecida nomeada, assente numa sólida educação”<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*, p.402.

<sup>43</sup> LISBOA, José Maria. Ao leitor. IN: BRASILIENSE, Américo. *Lições da História Pátria*. Publicadas por José Maria Lisboa. 2<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Tipografia da Província, 1877, s/p.

Suas preleções obtiveram grande sucesso, atraindo a atenção não só dos alunos, como também de “inúmeros cavalheiros que iam ouvir a palavra clara e erudita do ilustre doutor”<sup>44</sup>. Diante do prestígio alcançado, Lisboa sugeriu a edição das aulas no jornal “Gazeta de Campinas” e, posteriormente, em livro. Apesar da resistência do autor, as *Lições* vieram à tona, tornando-se um dos principais manuais adotados por algumas escolas, o que se comprova pelo lançamento da segunda edição – a que tenho acesso – um ano após a publicação original de 1876.

Conforme Circe Bittencourt<sup>45</sup>, dentre as três fases de produção da literatura escolar, a obra *Lições de história pátria* poderia ser enquadrada num segundo momento, o da introdução da disciplina de História do Brasil nos currículos oficiais escolares. Neste período, que abrangeu as décadas de 1850 a 1870, evidenciou-se um projeto nacionalista, em que a História escolar “teve como missão aliar-se ao ensino do civismo, encarregando-se da formação moral do cidadão”<sup>46</sup>.

Quanto ao seu autor, Américo Brasiliense compunha o raro painel dos professores que possuíam curso superior e, mais que isso, o dos “professores-autores”, ou seja, aqueles que tiveram uma significativa atuação na confecção de livros, contribuindo para “a expansão da produção didática a partir da segunda metade do século XIX”<sup>47</sup>. Ainda de acordo com Bittencourt, é possível afirmar que a prática de Brasiliense não diferiu do seletivo grupo de professores “especializados” – posso dizer – oitocentistas, cuja “organização de textos didáticos não ocorre[ra] [...] desvinculada da prática em sala de aula, como simples adaptações simplificadas dos textos eruditos”<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>45</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção História da Educação).

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, p.151.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*, p.181.

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*, p.182.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, pude observar que algumas das atividades burocráticas do IHGB – como a avaliação de trabalhos históricos – possibilitavam a produção de documentos capazes de evidenciar uma concepção de ensino de História, bem como de usos escolares de determinados livros, produzidos com o intuito didático. Entretanto, a inexistência de fontes que permitissem entrever a avaliação de todas as obras escolares apresentadas, especificamente as obras enunciadas na *Revista do IHGB*, levou-me a considerar apenas os pareceres daquelas que justificariam o ingresso de seus autores na Academia.

Mesmo possuindo um conjunto específico de normas, os procedimentos de acesso ao sodalício nem sempre seguiam as leis que os regiam. Apesar disso, este ritual favoreceu a veiculação de diversos pareceres sobre diferentes estudos de interesse da agremiação. Dentre eles, destaquei as avaliações realizadas sobre uma das obras consideradas como didática pelo seu autor. Assim, objetivando compreender as estrutura e o conteúdo dos pareceres, escandi o corpo documental produzido e destacado no periódico da instituição entre 1866 e 1871, a partir do qual pude sintetizar a forma das fontes analisadas.

Em relação à maioria dos pareceres sobre os trabalhos apresentados como requisito de ingresso, notei que o referente às *Lições de história pátria*, de Américo Brasiliense, coadunava em parte ao conjunto documental analisado. Nele busquei compreender os aspectos relativos ao caráter da obra (se erudita ou didática), bem como do seu autor (se historiador ou educador). Deste modo, embora atuasse como jurista, notei que Brasiliense teve a oportunidade de se relacionar com a instrução pública – na Faculdade de Direito de São Paulo – e particular – no Colégio São João – na qualidade de professor. Sua atuação, elogiada aos olhares do IHGB, rendeu-lhe considerações positivas que, sobretudo, evidenciaram a concepção de ensino de História compartilhada por alguns representantes oficiais do sodalício.

Portanto, para Olegário Herculano de Aquino e Castro e Cesar Augusto Marques, pareceristas das *Lições de Brasiliense*, ensino de

História era a prática que tinha como objetivo inculcar nos jovens um sentimento patriótico. No desenvolvimento desta atividade, considerada uma “nobre” missão, deveria o professor assumir-se como “patriota”. Nessa tarefa de difundir o patriotismo, o “instrutor da mocidade” era auxiliado pelo livro didático, ferramenta que se diferenciava de um “tratado” por não se caracterizar pelo esgotamento das temáticas abordadas pelo autor, mas que “ensinava” sem “cansar” e “esclarecia” sem possuir “pretensões”.

Sendo um “professor-autor”, Américo Brasiliense foi visto como exímio investigador, que conseguiu reproduzir “com exatidão” a História do Brasil de maneira didática. Como livro destinado a instruir, sua obra *Lições de história pátria* era um objeto “simples”, “modesto” e que buscava estabelecer a “verdade”, ou seja, era um suporte que definia os princípios básicos do ensino de História firmados pelos membros – os citados pareceristas – do IHGB. Tais princípios, segundo os representantes da academia, originavam-se de um modo específico de observar a História, reservada a “enriquecer o futuro com a experiência do passado”, ideia que considerava a referida ciência como “mestra da vida”.

Finalmente, deparei-me que a concepção de ensino de História professada por determinados integrantes do sodalício foi construída mediante opiniões alheias ao grêmio, já que, Castro e Marques respaldaram a obra e a prática de Brasiliense considerando não apenas a opinião de seus consócios, mas também a repercussão dos elementos por eles analisados – obra e prática do paulistano – na imprensa nacional.

Artigo recebido em 31 de março de 2013. Aprovado em 12 de maio de 2013.

## Artigos



# A ESCRITA DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS EM SERGIPE\*

## WRITING HISTORY OF EDUCATIONAL INSTITUTIONS IN SERGIPE

João Paulo Gama Oliveira\*\*

### RESUMO

As pesquisas sobre história das instituições educacionais têm um modo de ver a escola por dentro, o seu cotidiano, suas práticas, a formação que seus discentes ali receberam, entre outros elementos que mostram como esses aspectos aparentemente micros estão interligados com aspectos mais amplos da sociedade em determinada época. Em Sergipe tais estudos têm ganhado cada vez mais pesquisadores, e diante do volume de trabalhos no âmbito da História da Educação o presente artigo tem como objetivo

analisar as dissertações do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (NPGED/UFS) que tratam de alguma instituição educacional. A partir do estudo pode-se concluir que é inegável a contribuição do NPGED/UFS na escrita da História sergipana, assim como que os objetos de análise e os referenciais teóricos – metodológicos das dissertações analisadas seguem o influxo da Historiografia Educacional Brasileira e Internacional.

**Palavras-chave:** História das Instituições Educacionais. História da Educação. Historiografia Sergipana.

\* O presente trabalho constitui-se como um desdobramento do estudo intitulado “A Casa de Sergipe e a escrita da História da Educação Sergipana” apresentado nas comemorações do centenário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em agosto de 2012.

\*\* Doutorando em Educação pelo NPGED/UFS. Mestre em Educação e graduado em História pela UFS. Professor da Faculdade Atlântico e da SEED/SE. Membro do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem (DEHEA/DED/NPGED/UFS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Mulheres (GEPHIM/UFS).

## ABSTRACT

The research about history of educational institutions have a way of seeing the school inside, their daily life, their practices, training their students there received, among other elements that show how these seemingly micros aspects are intertwined with broader aspects of society on the given time. In Sergipe such studies have been gaining more and more researchers, and on the volume of work in the context of the History of Education the present article aims to analyze the

dissertations of Postgraduate in Education at the Universidade Federal de Sergipe (UFS/NPGED) that is about any educational institution. From this study it can be concluded that is undeniable the contribution of NPGED/UFS in writing the History of Sergipe, as well as the objects of analysis and theoretical referential methodological of dissertations have been following the influx of Brazilian and International Educational Historiography. **Keywords for this page:** History of Educational Institutions. History of Education. Sergipe Historiography.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as dissertações do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (NPGED/UFS) que tratam de alguma instituição educacional observando em tais trabalhos o objeto estudado, quais as fontes utilizadas, quais perguntas foram realizadas a tais documentos e quais os referenciais teóricos metodológicos utilizados para efetivação das análises.

Para classificar um estudo como de história das instituições educacionais observei o objetivo geral do trabalho, se ali consta alguma menção a um estudo de instituições educacionais, ponderei também se o pesquisador trata no resumo do texto de um estudo voltado para alguma ou algumas instituições educacionais e um terceiro requisito foi verificar as palavras-chave da dissertação. Se o estudo atendesse a pelo menos um dos critérios expostos foi considerado como um trabalho pertencente ao campo da história das instituições educacionais.

Assim, percorrendo o período de 1993, quando da criação do Núcleo, até março de 2012, localizei 106 dissertações na área histórico-educacional. Diante do volume de trabalhos, fiz um recorte nos estudos que tratam sobre a história das instituições educacionais por ser o de maior número dentro das pesquisas defendidas nessa área.



Nesse sentido, as pesquisas sobre instituições educacionais têm um modo de ver a escola por dentro, o seu cotidiano, suas práticas, a formação disciplinar que seus discentes ali receberam, o repertório de diferentes apropriações em cada sala de aula, em cada discente do mesmo conteúdo, das mesmas práticas e como esses aspectos aparentemente micros estão interligados com aspectos mais amplos daquela sociedade, em determinada época. Desta forma, é imprescindível que o historiador da instituição educacional articule o *lócus* analisado com uma rede maior na qual ela está inserida, conectando assim a parte com o todo, não de forma mecânica, mas de maneira que possa entender as singularidades e similitudes de determinada instituição com outras congêneres no Estado e no país. Segundo Justino Magalhães:

A história de uma instituição educativa não constitui uma abordagem descritiva ou justificativa de aplicação de uma determinada política educativa, como também se não confinar à relação da instituição com o seu meio envolvente. A construção desse objeto do conhecimento – a instituição educativa como totalidade em organização e desenvolvimento na sua internalidade e na sua relação ao exterior – opera-se através de um marco teórico interdisciplinar e de uma hermenêutica cruzada entre memórias, arquivos e museus no âmbito de uma progressão e de uma regressão investigativas – um percurso metodológico dedutivo/indutivo.<sup>1</sup>

O que afirma o pesquisador português pode servir como trilho para os que se aventuram nessa área do conhecimento, tendo o cuidado de não se limitar às paredes da instituição pesquisada sem dar-se conta do seu exterior. Para isso faz-se necessário um trabalho cuidadoso e perspicaz, além de estar munido de todos os elementos que possam auxiliá-lo a vislumbrar o passado em foco.

---

<sup>1</sup> MAGALHÃES, Justino. A História das instituições escolares em perspectiva. IN: GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). *História da Educação em Perspectiva*. Campinas/SP: Autores Associados, 2005. p. 102.

## A ESCRITA DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS NO NPGED/UFS

Conforme Berger,<sup>2</sup> o curso de Mestrado em Educação da UFS foi criado em 1993 e aprovado pela resolução nº 08/93/CONEP, atravessando vários problemas, contando com esforços dos seus professores para enfrentar uma série de obstáculos. O atual Núcleo de Pós Graduação em Educação da UFS conta com 272 dissertações defendidas. E mais recentemente com o início da primeira turma de doutorado em 2008, já tem nove teses aprovadas. Como dito anteriormente de toda essa produção, 106 dissertações e três teses são da área da História da Educação.

Concordo com Nascimento<sup>3</sup> que, sem sombra de dúvida, o NPGED/UFS é o principal *locus* da produção de História da Educação no Estado. A criação do Núcleo na década de 90 do século XX veio ampliar o número de trabalhos da área, tendo em vista que até a década de 1980 os estudos nesse campo do conhecimento ficavam mais restritos a iniciativas individuais, como os vários trabalhos de Maria Thétis Nunes. Já na aurora do século XXI, há mais de uma centena de dissertações defendidas no Núcleo relacionadas com o universo histórico educacional.

No tocante às dissertações defendidas no âmbito da história das instituições educacionais, há um total de 22 dissertações. Nesse sentido, tentei congregá-las em grupos menores, mesmo sabendo que alguns trabalhos estão dentro de mais de um grupo. Sendo assim, priorizei aqueles que aparecem com mais destaque na leitura. Desta forma localizei: seis trabalhos sobre instituições confessionais, dois dos quais versam sobre instituições confessionais não católicas: Vilas-Bôas (2000) e Anjos (2006); dois sobre instituições católicas voltadas para a infância pobre

---

<sup>2</sup> BERGER, Miguel André. O papel do Núcleo de Pós-Graduação em Educação na Formação do Pesquisador/Educador. IN: BERGER, Miguel André (org.). *A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade*. Maceió: EDUFAL, 2010. P. 37-52

<sup>3</sup> NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Os embates teóricos e a produção historiográfica educacional nos 15 anos do NPGED. In: BERGER, Miguel André (org.). *A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade*. Maceió: EDUFAL, 2010. p. 105-128.

feminina: Bonifácio (2011) e Santana (2011); e dois para a educação feminina da elite: Melo (2007) e Costa (2003).

Há também dois estudos sobre educação da infância, com Leal (2004) e Lima (2009). Já Mangureira (2003), Patrício (2004), Nery (2006), Bispo (2007) e Conceição (2007), de distintos ângulos analisam a infância e/ou juventude em instituições educacionais sergipanas. Sobre os grupos escolares temos as dissertações de Almeida (2009) e Santos (2009). Já o ensino superior foi objeto de quatro estudos: Barreto (2004), Conceição (2010), Oliveira (2011) e Carmo (2011), além do trabalho de Nunes (2008), que trata do Colégio de Aplicação vinculado a uma instituição de ensino superior. Malta (2010) é a única a tratar de uma instituição de ensino profissional, assim como Lima (2004), que, de forma singular, foca o ensino secundário, e Brito (2001), que analisa uma instituição de ensino normal.

Começando pelas instituições confessionais protestantes, o trabalho de Villas-Bôas<sup>4</sup> volta o olhar para a primeira escola protestante de Sergipe, a Escola Americana instalada em Laranjeiras. Suas principais fontes são os livros de atas da igreja, livro de tombos, livro de óbitos e livro de óbitos dos escravos, relatórios de presidente de província, do estado e da instrução pública, livro de atas da igreja e do Presbitério Bahia-Sergipe, além de jornais e fontes iconográficas e orais.

Ainda dentro da linha instituições educacionais protestantes o estudo de Anjos<sup>5</sup> trata do processo de implantação e consolidação do Educandário Americano Batista em Aracaju-SE. A autora investiga aspectos da gestão e da cultura escolar, como festas, premiações, formaturas, currículo, metodologia de ensino, avaliação, relações entre professores e alunos, Associação de Pais e Mestres, disciplinas e castigos, além de perfis biográficos e atuação de algumas missionárias na direção do colégio. Suas principais fontes foram documentos institucionais (atas, relatórios, livros

---

<sup>4</sup> VILAS-BÔAS, Ester Fraga. *Origens da Educação Protestante em Sergipe 1884-1913*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2000.

<sup>5</sup> ANJOS, Maria de Lourdes Porfírio Ramos Trindade dos. *A presença missionária norte-americana no Educandário Americano Batista*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2006.

de matrícula, entre outros), depoimentos de ex-alunos, ex-professores, ex-diretores e ex-funcionários; registros na imprensa e fotografias.

Dentro da categorização como instituições confessionais localizam-se também as católicas, entre elas as católicas femininas de elite, com os trabalhos de Costa e de Melo. O estudo de Costa<sup>6</sup> investiga a cultura escolar católica presente no Colégio Nossa Senhora de Lourdes no período de 1970 a 1974. O objetivo foi mostrar que até o fim das atividades na instituição o “Colégio das Freiras” prestou significativas contribuições para a elite sergipana. No tocante às fontes, a autora afirma: “A busca, no entanto, não renunciou ao uso das fontes tradicionais da pesquisa histórica: leis, relatórios de governos, decretos, portarias, regulamentos, jornais, correspondência oficial, relatórios de inspeção, livros de ata e outros documentos”.<sup>7</sup>

A pesquisadora utiliza as notícias publicadas nos Jornais: A Cruzada, A Ordem, Correio de Aracaju, Folha de Sergipe, Juventude, O Estado de Sergipe e Sergipe Jornal. No texto faz uso da imprensa para construir a história do colégio, observando-se a promoção que a instituição fez ao longo da sua trajetória. Nota-se o cuidado da pesquisadora com o uso de tais fontes, a título de exemplificação, o caso das constantes matérias relacionadas à qualificação do corpo docente. Contudo, a pesquisadora usa outras fontes, como as entrevistas, para mostrar que os professores não recebiam seus salários no período de férias; e mesmo o caso de uma professora que foi demitida sem explicação ao completar nove anos de serviços prestados à instituição tendo em vista que quando chegasse aos 10 anos de contrato de trabalho teria garantida a estabilidade contratual, segundo as leis trabalhistas da época.

Já o outro estudo que analisa a educação feminina católica da elite concerne ao trabalho de Melo, no qual se discute a educação

<sup>6</sup> COSTA, Rosimeire Marcedo. *Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2003.

<sup>7</sup> COSTA, Rosimeire Marcedo. *Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2003, p. 25-26.

feminina católica no Colégio Nossa Senhora das Graças, na cidade de Propriá-SE, a primeira unidade escolar exclusivamente feminina do interior do Estado. Com relação às fontes a autora faz uso da imprensa periódica, investigando o Jornal A Cruzada e Correio de Propriá, ambos vinculados à Igreja católica. De acordo com suas palavras “[...] A imprensa periódica serviu como um importante subsídio para descrever as festas, os eventos e também para medir o grau de importância que tinha o Colégio das Freiras de Propriá para a sociedade sergipana”.<sup>8</sup> E mais especificamente no trato com os jornais afirma: “Os jornais são muito importantes porque retratam a vida econômica, política-social da comunidade envolvida, possibilitando a releitura de acontecimentos e a oportunidade de entendê-los melhor”.<sup>9</sup>

Na mesma linha de instituições educacionais femininas católicas, mas da infância pobre, temos os estudos de Santana e Bonifácio. A primeira discute a educação feminina em duas instituições católicas, a saber: o Orfanato de São Cristóvão e a Escola da Imaculada Conceição, com o objetivo principal de investigar as práticas educativas dessas instituições. Suas fontes basilares foram livros de crônicas, livros de atas, livros de ponto diário, livro de matrícula e aparelhamento escolar, livro de atas de promoções finais, livro de balancete financeiro, livro de visitas, fotografias, jornais da Congregação, livros infantis, necrológicos e histórias de vida, periódicos e 16 entrevistas. Sobre as fontes, vale ressaltar a precisa introdução na qual escreve um subitem em que discute minuciosamente cada uma das fontes utilizadas na pesquisa e os acervos em que estão localizadas.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> MELO, Valéria Alves. *As filhas da Imaculada Conceição: um estudo sobre Educação católica (1915-1970)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2007, p. 22.

<sup>9</sup> MELO, Valéria Alves. *As filhas da Imaculada Conceição: um estudo sobre Educação católica (1915-1970)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2007, p. 22.

<sup>10</sup> SANTANA, Josineide Siqueira de. *Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

Na mesma linha de investigação e sob a mesma orientação, Bonifácio,<sup>11</sup> além de analisar as práticas educativas, aprofunda-se também nas práticas festivas e religiosas do Oratório Festivo São João Bosco no período de 1914 a 1952. Entre as suas principais fontes estão relatórios, cartas oficiais, livros de crônicas, livros de matrículas, livros de discurso, livro de contas, livro de jornais, cadernos, folhetos de cartas, carta-programa das atividades festivas e religiosas, objetos pessoais da fundadora e os recursos de suas práticas educativas e dois álbuns. Todas estas fontes foram localizadas na própria instituição de pesquisa, além de outros documentos, inclusive entrevistas e outros acervos como o do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Sobre instituições educacionais que focaram a história da infância localizou-se o texto de Leal,<sup>12</sup> que trabalha anacronicamente com o termo educação pré-escolar em Sergipe, com foco na implementação do primeiro Jardim de Infância de Sergipe, fundado em 1932, a partir do empenho de normalistas recém-formadas na época. O objetivo principal foi analisar a criação e consolidação do Jardim de Infância inserido na casa da criança de Sergipe durante a primeira década da sua atuação, ou seja, de 1932 a 1942. Com relação às fontes, o Diário Oficial do Estado de Sergipe foi uma fonte relevante durante todo o processo da pesquisa, pois nele foram localizados artigos, notas, decretos e regulamentos que constituem parte da história da instituição.

Ainda sobre a história da infância, Lima<sup>13</sup> investiga a criação e consolidação da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite.

<sup>11</sup> BONIFÁCIO, Nadja Santos. *Acolher, evangelizar e educar: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para a educação feminina em Aracaju (1914-1952)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

<sup>12</sup> LEAL, Rita de Cássia Dias. *O primeiro jardim de infância de Sergipe: contribuição ao estudo da Educação Infantil (1932-1942)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2004.

<sup>13</sup> LIMA, Solyane Silveira. *Uma maneira de proteger e educar: A Casa Maternal "Amélia Leite" (1947-1970)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2009.

Utiliza-se, entre outras fontes, do livro de atas da instituição, ofícios, estatuto, fontes iconográficas, jornais e entrevistas semiestruturadas.

Já sobre a história da infância pobre, temos os estudos de Patrício, Nery, Bispo e Conceição. Patrício<sup>14</sup> foca a escola de Aprendizes e Artífices criada em 1910, a qual tinha o objetivo de preparar os filhos dos pobres para adentrar no mercado urbano que precisava de profissionais como marceneiros, sapateiros, entre outros. Já Nery investigou o processo de implementação, os objetivos e as práticas educativas do Patronato Agrícola de Sergipe, criado em 1924, posteriormente transformado em Aprendizado Agrícola Federal, no ano de 1934, década correspondente ao marco temporal da sua pesquisa. O seu maior manancial de fontes foi localizado no Arquivo Público de Sergipe. “Entretanto, foram de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa o IHGSE e a Biblioteca Pública Epifânio Dória, principalmente com o seu acervo de impressos [...]”.<sup>15</sup> É vasto o uso da imprensa ao longo do texto, inclusive para descortinar uma série de elementos da vida daquela instituição, contrapondo as notícias sobre o mesmo acontecimento em diferentes impressos.

Bispo estuda a Cidade de Menores Getúlio Vargas com o objetivo de compreender a história da infância pobre em Sergipe. A autora situa a instituição de assistência ao menor abandonado e delinquente no projeto nacional de assistência ao menor, como também localiza ali as influências do discurso higienista. Dentre os documentos mais utilizados, destaca-se a imprensa, “uma vez que permitiu verificar os discursos produzidos pelo Estado, educadores, juizes, assistentes sociais, médicos e pela própria sociedade”.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> PATRÍCIO, Solange. *Educando para o trabalho: a escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe (1911-1930)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2004.

<sup>15</sup> NERY, Marco Arlindo Amorim. *A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: O Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2006, p. 4.

<sup>16</sup> BISPO, Alessandra Barbosa. *A Educação da Infância pobre em Sergipe: a cidade de menores Getúlio Vargas (1942-1974)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2007, p. 16.

Fazendo uso do conceito de “pedagogia do internar”, Conceição<sup>17</sup> toma como objeto o internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE, no período de 1934 a 1967. Chama atenção os critérios utilizados para a escolha dos jornais por ele pesquisados, por serem os mais duradouros e registrarem uma diversidade das correntes ideológicas do período. Assim, analisa vários artigos em jornais, como a Gazeta de Sergipe, A Cruzada, Correio de Aracaju, Sergipe Jornal e ainda o Correio da Bahia. É importante explicitar que o estudo de Conceição trata não só da educação da infância, mas também de jovens.

A dissertação de Manguiera<sup>18</sup> objetivou reconstituir a história do Colégio Tobias Barreto no período de 1909 a 1946, para compreender o alcance do projeto militarista na educação sergipana. Os jornais foram a base para entender a trajetória do colégio desde a sua fundação em Estância/SE, a transferência para Aracaju e vida da escola na capital sergipana. Além dos jornais, o autor faz uso de fontes diversas, como textos memorialísticos, fotografias, relatórios, termos de vistas, ofícios, estatutos, entre outros.

Já sobre Grupos Escolares têm-se os estudos de Almeida e Santos. Almeida<sup>19</sup> analisa os grupos escolares Manoel Luiz, João Fernandes de Brito e Gumercindo Bessa, utilizando fontes, como termos de visita, boletins de inspeção, atas das reuniões pedagógicas, jornais, legislação e entrevistas para responder a questões como: quais as discussões que permeavam nas reuniões pedagógicas dos grupos pesquisados e se a inspeção escolar era uma maneira de verificar os trabalhos dos (as) professores (as) e de orientá-los (as).

---

<sup>17</sup> CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A Pedagogia do internar: uma abordagem das práticas culturais do Internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2007.

<sup>18</sup> MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. *Colégio Tobias Barreto: escola ou quartel? (1909-1946)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2003.

<sup>19</sup> ALMEIDA, Anne Emílie Souza de. *A difusão do ideário escolanovista em grupos escolares sergipanos (1934-1960)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2009.



Santos<sup>20</sup> objetivou compreender os discursos dos grupos escolares criados em Sergipe entre 1911 e 1926, analisar o estilo arquitetônico dos grupos escolares, compreender as construções do grupo como representantes do ideal republicano, entendê-los como lugar de memória e analisar a relação entre o edifício e a cidade. As fontes utilizadas por esse autor são: relatórios, mensagens de presidentes de Sergipe, jornais e principalmente fotografias e cartões postais referentes aos prédios escolares. Destaca-se o uso das fontes do Arquivo Público Estadual de Sergipe, como também os jornais no IHGSE e na Biblioteca Epifânio Dória.

O jornal O Estado de Sergipe serviu no início do século XX como veículo da imprensa oficial do estado e divulgava dados oficiais como prestação de contas, legislação, atos e inaugurações de obras públicas. Assim, antes de serem copiladas, as leis, decretos e regulamentos do estado de Sergipe eram divulgadas na imprensa.<sup>21</sup>

O mencionado autor, entre outros aqui investigados, não só utiliza o que está no jornal para narrar a história de determinada instituição, mas também procura discutir sobre a fonte que utiliza e analisá-la, como nos ensinou Ginzburg. De fato, os trabalhos de História da Educação produzidos no NPGED/UFS precisam não somente discutir a fonte como um local de informações relevantes, mas também problematizá-las.

Dentre os estudos de instituições educacionais do ensino superior, localizei os trabalhos de Barreto, Conceição, Oliveira, Carmo e aqui elenco também o estudo de Nunes, que trata do Colégio de Aplicação vinculado à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS).

<sup>20</sup> SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2009.

<sup>21</sup> SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2009, p. 145.

Barreto analisa o Seminário Sagrado Coração de Jesus, que seria a primeira instituição de ensino superior do Estado, desde a sua criação em 1913 até 1948, como um instrumento a serviço da renovação da Igreja e do seu trabalho pastoral. Sobre as fontes a pesquisadora assevera: “[...] tentei buscar pistas que pudessem me subsidiar na interpretação de um passado vivido, datado e localizado”.<sup>22</sup> E continua: “Tais documentos foram tratados não apenas como fonte de informação historiográfica, mas também como objeto de investigação que me ajudaram a perceber usos e práticas dos atores sociais diretamente envolvidos na constituição de uma cultura escolar”.<sup>23</sup>

O estudo de Conceição<sup>24</sup> trata da trajetória do ensino superior de Química em Sergipe, evidenciando a formação e legitimação da Química no Estado. Com um recorte temporal de quase vinte anos, a autora percorre desde o legado do Instituto de Química Industrial até a integração jurídica da Escola de Química à UFS. Faz uso de fontes como: leis, decretos, regulamentos, mensagens e discursos governamentais, atas, relatórios, termos de colação de grau, livro de registro de diploma, de ponto, diários, entre outros livros, fotografias, jornais e depoimentos orais.

A trajetória histórica da Faculdade de Educação da UFS, desde a sua criação em 1967 até a colação de grau da primeira turma em 1971, é realizada por Oliveira.<sup>25</sup> A pesquisadora trata da formação de professores no ensino superior na FCFS, seu desmembramento e

<sup>22</sup> BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2004, p. 16.

<sup>23</sup> BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2004, p. 16.

<sup>24</sup> CONCEIÇÃO, Claudileuza Oliveira da. *Escola de Química de Sergipe: o processo de formação de um campo profissional (1948-1967)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2010.

<sup>25</sup> OLIVEIRA, Nayara Alves de. *A Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe (1967-1971): Origens e Contribuições*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

incorporação à UFS, a organização departamental, o surgimento do curso de Pedagogia, e encerra seu estudo com o uso das memórias de ex-discentes para contar a história proposta.

A pesquisadora Carmo<sup>26</sup> investigou a demanda por biólogos no Estado de Sergipe quando da criação do curso de Ciências Biológicas da UFS, bem como as escolhas curriculares que contribuíram para a formação das identidades dos formandos do citado curso. A pesquisa procura aportar desde os passos iniciais para o início das atividades do curso até as acomodações na cidade universitária no início da década de 80 do século XX. A autora baseia-se em uma série de documentos, principalmente aqueles obtidos nos arquivos acadêmicos e os depoimentos.

Nunes<sup>27</sup> analisa a atuação do Ginásio de Aplicação da FCFS no período de 1959 a 1968, no tocante à função de estágio e experimentação. Ao longo do texto, a autora tenta historicizar os ensinamentos secundário e superior brasileiro e sergipano até a criação da FCFS, focando na cultura material escolar dessa instituição. Utiliza-se de livros de atas, cadernetas, revistas, jornais, registros de notas, entrevistas e fotografias.

Com relação às instituições de ensino profissional, temos o único trabalho de Malta.<sup>28</sup> Sua dissertação objetivou investigar a trajetória do Instituto Coelho e Campos, visando perceber qual a importância da instituição para a organização do ensino profissionalizante em Sergipe. Destaque para a quantidade de fontes localizadas pela autora que fez com que ela organizasse uma tipologia documental apresentada e analisada no texto, sendo que ali não só mostra a fonte, mas também como ela foi explorada.

---

<sup>26</sup> CARMO, Kátia de Araújo. *Uma história do curso de Ciências Biológicas na Universidade Federal de Sergipe: Para quê? O quê? Para quem? Como? (1969-1983)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

<sup>27</sup> NUNES, Martha Suzana Cabral. *O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2008.

<sup>28</sup> MALTA, Marina Oliveira. *O Ensino Profissionalizante em Sergipe: contribuição do Instituto Profissional 'Coelho e Campos' (1922-1944)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2010.

No tocante a instituições de ensino secundário, a dissertação de Lima<sup>29</sup> trata do processo de organização do secundário de Sergipe por meio do estudo do Liceu Sergipense no período de 1847 a 1855. Ao longo de todo o texto percebem-se o uso e a devida citação das fontes, como também uma busca pelo diálogo com o referencial teórico escolhido.

Por fim, com relação ao ensino normal, há o trabalho de Brito,<sup>30</sup> que se propõe a analisar a difusão e concretização das ideias propugnadas pela Escola Nova no Instituto de Educação Rui Barbosa, no período de 1930 a 1957. Para isso, a autora fez uso de documentos oficiais (leis, decretos, portarias, regulamentos, atas, relatórios, etc. e da fonte oral (20 entrevistas). O Diário oficial do Estado de Sergipe foi a fonte na qual a pesquisadora localizou o maior número de informações. Brito não especifica o arquivo que consultou os seguintes jornais: A Cruzada de Aracaju, Sergipe Jornal, Gazeta Socialista e o Diário Oficial do Estado de Sergipe.

Diante do exposto, a análise da história das instituições educacionais escrita nas dissertações do NPGED/UFS coaduna com o que diz Gatti Júnior<sup>31</sup> acerca dos pesquisadores estrangeiros e brasileiros que têm seguido um roteiro semelhante em que se investiga o processo de criação e desenvolvimento das instituições educativas, a configuração e as mudanças na arquitetura escolar, os processos de conservação e mudança do perfil docente e dos alunos e as formas de configuração e transformação do saber vinculado nessas instituições de ensino, entre outros.

Perante a análise das dissertações pode-se fazer algumas considerações gerais. No tocante ao recorte temporal das pesquisas há somente

---

<sup>29</sup> LIMA, Aristela Arestides. *Instrução da mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário da Província de Sergipe (1874-1855)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2005.

<sup>30</sup> BRITO, Luzia Cristina Pereira. *Ecossistema da Modernidade Pedagógica na Escola Normal Rui Barbosa (1930-1957)*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2001.

<sup>31</sup> GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. IN: GATTI JÚNIOR, Décio e ARAUJO, José Carlos Souza (Orgs). In: *Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação). p. 3-24.

um estudo do século XIX e um que trata da passagem do século XIX para o XX. Os demais estudos focam o século XX, sobressaindo as análises que perpassam os meados desse século.

A respeito dos referenciais teórico-metodológicos das dissertações que tratam da história das instituições educacionais, sublinho os pesquisadores que, segundo os autores das dissertações em foco, são utilizados. É preciso deixar claro que existem algumas dissertações que não mencionam determinados pesquisadores quando se reportam aos seus referenciais teóricos. Contudo, trabalham com eles no decorrer da dissertação. Estes referenciais não entraram na presente lista; ou ainda aqueles que somente os anunciam, mas não dialogam com os pesquisadores no decorrer do texto; estes estão na lista. Todavia, fazem-se necessárias outras investigações para explicitar melhor tais percalços, que não são o foco do presente trabalho.

Por ora, pontuei somente os autores que apareceram em dois ou mais trabalhos, como também os estrangeiros. Cabe destacar que autores brasileiros como Luciano Mendes de Faria Filho, Rosa Fátima de Souza, entre outros, aparecem em alguns textos. Segue o quadro com os principais:

**Quadro I:** Autores Mencionados dentro dos Referenciais Teórico–Metodológicos das Dissertações que Tratam da História das Instituições Educacionais do Npged/UFS

Autores	Quantidade de dissertações que mencionam
Carlo Ginzburg	03
Dominique Julia	10
Jacques Le Goff	08
Michel de Certeau	02
Michel Foucault	05
Norbert Elias	07
Pierre Bourdieu	12
Roger Chartier	14
Viñao Frago	03

Fonte: Quadro elaborado a partir das dissertações do NPGED/UFS

A presente análise não incidiu sobre os usos desses referenciais ao longo das dissertações, mas cabe destacar a presença de Roger Chartier e principalmente os seus conceitos de “apropriação” e “representação”, como também as referências a Pierre Bourdieu, do qual destacam-se entre outros conceitos o de “campo” e o de “capital”, principalmente simbólico. Os usos de Dominique Julia no tocante à “cultura escolar” também chama atenção, além do trabalho com Jacques Le Goff para fazer referência aos “documentos”, e com Norbert Elias discutindo o “processo civilizador”.

Com relação à análise das fontes, localizamos as mesmas citações de autores como Jacques Le Goff ao falar de documento ao longo das introduções de algumas das dissertações aqui analisadas. Contudo, muitas vezes as preleções do autor são esquecidas daí por diante e não se vislumbram os ensinamentos do historiador francês diluído nas páginas dos textos.

Em uma análise datada do início do século XXI acerca da Historiografia Educacional Sergipana, Nascimento afirma:

Quanto ao conjunto de fontes utilizados, somente os vestígios mais importantes têm seu uso identificado. Em muitos trabalhos fontes relacionadas ao final do texto não aparecem uma única vez na sua construção, enquanto outras não listadas aparecem algumas vezes. Dentre as fontes mais recorrentes, os jornais aparecem como documento de maior utilização por esse tipo de trabalho. A estes os autores conferem um caráter de imparcialidade e apresentam os seu testemunho como a legítima e exclusiva opinião da sociedade, uma espécie de voz inquestionável da opinião pública. Não acenam a intencionalidade, interesses e compromissos dos editores e demais produtores de textos jornalísticos. Não costumam revelar as instituições e os homens que dirigem os jornais. Além dos jornais uma fonte muito utilizada para a produção de trabalhos de História da Educação nessa linha é o testemunho oral.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação*. São Cristóvão, Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS. 2003, p. 67.

Mesmo ciente de que autor faz referência a um quadro geral dos estudos da História da Educação em Sergipe, e aqui o foco é mais limitado, corroboro com a ideia de que ainda se faz necessário nos estudos de História da Educação um maior questionamento acerca das fontes a citação mais precisa dos locais de pesquisa. É importante que os autores tenham ciência dos jogos de interesse ao se produzir um jornal, por exemplo, e de que aquilo que está ali veiculado não pode ser visualizado como reflexo exato de um passado vivido. Todavia, ao analisar as produções do NPGED/UFS relacionadas a História da Educação ao longo de 1995 a 2010, o mesmo autor em outro texto diz:

A nova produção historiográfica que emergiu, principalmente, a partir de 2003 procurou priorizar o uso das fontes, informando os acervos a partir dos quais as pesquisas foram realizadas, divulgando o que foi consultado e estabelecendo relações entre fontes citadas e as instituições que as encerraram, acentuando a intencionalidade, os interesses e os compromissos dos produtores dos documentos.<sup>33</sup>

Concordo em parte com o autor, pois certamente tem-se procurado cada vez mais informar os acervos e efetuar as relações das fontes com as instituições que as produziram, mas esta ainda não é a tônica de todos os trabalhos do NPGED/UFS. Embora não seja regra, tais práticas têm-se tornado hábito dos pesquisadores da História da Educação cujos trabalhos foram aqui analisados. Ressalto que ainda se faz necessário mencionar melhor os acervos consultados, como foi aqui explicitado.

Os jornais foram largamente utilizados e de diversas formas nas dissertações aqui analisadas. Os debates, festas, professores, alunos, formaturas, entre outros elementos, são buscados na imprensa. Faz-se necessário observar que:

---

<sup>33</sup> NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Os embates teóricos e a produção historiográfica educacional nos 15 anos do NPGED. In: BERGER, Miguel André (org.). *A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade*. Maceió: EDUFAL, 2010, p. 123.

[...] jornais e revistas não são, o mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.<sup>34</sup>

Com base no que diz essa autora, é crucial atentar-se mais ao que se tornou notícia, inquirir as suas ligações cotidianas com os diferentes interesses e não os encarar como meros “receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel-prazer do pesquisador”.<sup>35</sup> Seguir as recomendações metodológicas como as apontadas por Luca ao tratar da “História dos, nos e por meio dos periódicos”, entre outras, pode amainar alguns problemas no uso dos jornais como fontes para a escrita da História da Educação.

No presente trabalho também localizei o uso destacado do Jornal A Cruzada, em detrimento de outros periódicos. Uma possível explicação seria o número de instituições educacionais confessionais aqui analisadas; e em se tratando de um jornal católico, possivelmente ali os pesquisadores encontraram um maior número de informações para as suas investigações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como assinalam Falcon,<sup>36</sup> Lima e Fonseca,<sup>37</sup> Lopes e Galvão<sup>38</sup>, Vidal e Faria Filho,<sup>39</sup> entre outros, a influência da Escola dos Annales – e

<sup>34</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 140.

<sup>35</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 116.

<sup>36</sup> FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. In: *Revista Brasileira de Educação*. V. 11, nº 32, maio/ago 2006. P. 328-375.

<sup>37</sup> LIMA E FONSECA, Thaís Nívia de. História da Educação e História Cultural. In: GREIVE, Cynthia Veiga. LIMA E FONSECA, Thaís Nívia de (Orgs.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 49-75.

<sup>38</sup> LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

<sup>39</sup> VIDAL, Diana Gonçalves; FÁRIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.



as suas várias “derivações”, entre elas a Nova História e a História Cultural – aos poucos influenciou no alargamento dos objetos, das fontes e das abordagens utilizadas, como também no desenhar de vertentes da História da Educação Brasileira e não diferentemente em Sergipe.

As citações presentes em muitos dos resumos e mesmo em parte da introdução de algumas dissertações de que “esse estudo faz parte da chamada História Cultural” dizem muito sobre a mudança de perspectiva que alguns trabalhos e seus orientadores almejavam demarcar dentro da produção do NPGED/UFS. Percebe-se, a partir dos primeiros anos do século XXI, o incremento de um maior número de trabalhos de História da Educação que recorrem aos aportes teóricos e metodológicos da História para suas análises e não de outra área do conhecimento. É neste sentido que Nascimento demarca uma segunda fase no início do presente século, na qual “[...] as diversas fontes foram submetidas à crítica histórica. As falas dos agentes excluídos do poder foram questionadas, do mesmo modo que o discurso do poder constituído. A iconografia foi explorada como testemunho histórico”.<sup>40</sup>

Ainda com relação às fontes e aos seus acervos, registro uma indagação que me veio à mente várias vezes que lia na legenda de vários documentos públicos constantes de alguns estudos do NPGED/UFS como “acervo particular” e fico a me perguntar como o público tornou-se privado, para cuja resposta por ora ainda não tenho conclusões definitivas.

Há problemas com a escrita da História da Educação Sergipana? Penso que cada vez mais os estudos educacionais numa perspectiva histórica caminham para a profissionalização. No entanto, cabe aos pesquisadores da área atentar-se mais às reflexões de natureza epistemológica para que assim tenham-se explicações ainda mais consistentes. Outro percalço é a falta de obras de síntese que congreguem essa

---

<sup>40</sup> NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Os embates teóricos e a produção historiográfica educacional nos 15 anos do NPGED. In: BERGER, Miguel André (org.). *A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade*. Maceió: EDUFAL, 2010, p. 123.

série de estudos e forneça um panorama da educação nas diferentes instituições educacionais sergipanas. Fica também o desejo de adentrar nesses espaços educacionais e vislumbrar as suas distintas disciplinas, como também a indagação dos usos da obra de Maria Thétis Nunes, a “História da Educação em Sergipe”, referência constante nos estudos aqui analisados.<sup>41</sup>

Todavia, é inegável a contribuição do NPGED/UFS na escrita da História sergipana e vislumbro nas análises aqui empreendidas um vínculo com o que está sendo divulgado nos principais periódicos da área, como também apresentado e debatido nos eventos de História da Educação. Os objetos de análise e os referenciais teóricos–metodológicos seguem o influxo da Historiografia Educacional Brasileira e Internacional, principalmente com a busca por dialogar com os autores vinculados à chamada Nova História Cultural.

Assim, concludo por ressaltar que escrevi uma história que aponta vinculações próprias e frutíferas na Historiografia Educacional Sergipana, mas também muitas peculiaridades da História da Educação em Sergipe e das suas instituições educacionais, saliento ainda que se faz necessário cada vez mais atentar-se aos procedimentos efetivamente necessários para a pesquisa histórica e mais precisamente acerca da História das Instituições Educacionais em Sergipe.

Artigo recebido em 08 de março de 2013.

Aprovado em 20 de abril de 2013.

---

<sup>41</sup> NUNES, Maria Thetis. *História da educação em Sergipe*. São Cristóvão: EDUFS, 2008

# O INTERNATO E O ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO EM SERGIPE NO SÉCULO XIX

# THE BOARDING SCHOOL AND THE PUBLIC SECONDARY SCHOOLS' TEACHING IN SERGIPE STATE, DURING XIX CENTURY

Joaquim Tavares da Conceição\*

## RESUMO

Este artigo aborda as tentativas e/ou debates em torno da utilização do interno como estratégia para desenvolver o ensino secundário. Em Sergipe, nas décadas de 1850 e 1860, dentro do debate a respeito da continuidade do Liceu de São Cristóvão e da centralização da instrução secundária na capital, a adoção do internato era apresentada como medida capaz de garantir o sucesso do ensino secundário público na província.

**Palavras-chave:** internato, ensino secundário, Sergipe.

## ABSTRACT

This article is about the attempts and debates over the use of boarding school students as a strategy to develop the secondary schools' teaching. In Sergipe, in the 1850 and 1860 decades, in the debate about the continuation of the Secondary school from São Cristóvão city and the centralization of secondary schools teaching in the capital city, the adoption of the boarding school system was presented as a way of guaranteeing the public secondary schools' teaching success in the county.

**Keywords:** Boarding school, secondary schools' teaching, Sergipe state.

\* Doutor em História (PPGH-UFBA), professor do Colégio de Aplicação da UFS.

## INTERNATO E O ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO

De acordo com o Ato Adicional<sup>1</sup> de 1834 da Constituição do Império, competia às Assembléias Legislativas Provinciais legislar e criarem aulas e estabelecimentos de ensino secundário. Em Sergipe, usando dessa prerrogativa, os presidentes da província foram criando aulas avulsas de latim, geografia, francês, geometria, filosofia nas cidades e/ou vilas de Estância, Laranjeiras, Itabaiana, Capela, Maruim, Propriá e Lagarto.

Na prática, o ensino secundário tinha como objetivo preparar os alunos para os exames preparatórios exigidos para o ingresso no ensino superior. Portanto, os planos de estudo das aulas ou dos estabelecimentos de ensino secundário giravam em torno das exigências determinadas nos exames para o ingresso nas Faculdades do Império<sup>2</sup>. Os exames preparatórios eram “[...] prestados apenas nos estabelecimentos de ensino superior; a partir de 1851, também no Rio de Janeiro, perante a Inspeção de Instrução Primária e Secundária; e de 1874 em diante, estenderam-se a todas as capitais das Províncias”<sup>3</sup>.

Sob o ponto de vista da oferta, o pensamento dominante era de que, diferentemente da universalização do ensino elementar, o ensino secundário deveria ser centralizado<sup>4</sup> em determinados pontos da província e direcionado às classes dirigentes que seguiriam a formação superior ou o exercício de altos cargos públicos. Sobre esse direcionamento do ensino secundário, o Dr. Abílio César Borges, diretor geral de Estudos da Província da Bahia, escrevia, em 1856, que o governo deveria impedir ou dificultar o acesso de indivíduos das classes inferiores, até mesmo à

<sup>1</sup> Artigo 10, § 2º do Ato Adicional de 1834.

<sup>2</sup> HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. São Paulo: EDUSP, 2008.

<sup>3</sup> NUNES, Maria Thetis. *Ensino secundário e sociedade brasileira*. São Cristóvão: UFS, 1999, p. 71.

<sup>4</sup> Defendia essa posição, entre outros, o inspetor geral das Aulas Dr. Guilherme Pereira Rabello. REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 35.

instrução primária média, ou mesmo dificultar que avançassem à instrução secundária<sup>5</sup>. Argumentava o Dr. Abílio que expandir a instrução secundária, seria criar “[...] uma classe de meios sábios, e quartos de sábios, enfatuados e pedantes que, impossibilitados de continuar os estudos superiores, e desprezando a indústria mecânica ou outra qualquer, tornar-se-iam inúteis e até perigosos membros da sociedade”<sup>6</sup>.

Em Sergipe, desde o ano de 1845, era defendida a ideia de reunirem-se as aulas secundárias em um estabelecimento na capital da província, onde os professores comparecessem diariamente para ministrar suas lições e os moços pudessem concorrer a ele sem a necessidade de buscarem fora da província essa instrução. No ano de 1847, a ideia foi colocada em prática pelo presidente da província, o cônego José Francisco Menezes Sobral com a fundação do Liceu de São Cristóvão. O Liceu, que sempre funcionou sem internato, iniciou suas atividades no ano de 1848 com a reunião de cinco cadeiras, onde eram ministradas disciplinas requeridas nos exames preparatórios dos cursos superiores do Império, a saber: latim, francês, inglês, geografia e história, geometria, filosofia e retórica.

Entretanto, desde a fundação do Liceu de São Cristóvão, os relatórios da Congregação do estabelecimento apresentavam números indicadores de uma baixa frequência<sup>7</sup> e pouco aproveitamento ou

<sup>5</sup> Como informa Jean-Claude Caron: “Do Antigo Regime ao fim do século XIX, inúmeros são os publicistas ou os políticos a exprimir seu receio de ver as classes populares terem acesso ao ensino secundário e reivindicarem uma posição social não correspondente às suas competências nem aos seus ‘interesses’: o que Richelieu e Colbert, mas também Voltaire e Rousseau, afirmam antes da Revolução (muita instrução nas classes populares ameaça os equilíbrios social e econômico da sociedade), outros (Balzac, Stendhal, Reybaud) o reafirmam no século XIX, temendo as conseqüências sociais – às claras, a insurreição ou a revolução – de um excesso de letrados condenados à inatividade”. CARON, Jean-Claude. *Os Jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX)*. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens: A Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 152.

<sup>6</sup> BORGES, Abílio Cesar. *Relatório sobre a Instrução Pública da Província da Bahia*. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856, p.28.

<sup>7</sup> A respeito do movimento de matrículas no Liceu de São Cristóvão consultar: BARBOSA, Inácio Joaquim. *Relatório do presidente da Província de Sergipe*. Typographia Provincial de Sergipe, 1854, p.8.

adiantamento dos alunos. Como fatores do fracasso<sup>8</sup> do Liceu, eram apontadas as condições da própria localização da instituição na cidade de São Cristóvão<sup>9</sup>, capital da província, mas que, na época, não vinha apresentando desenvolvimento econômico. E, mesmo sendo a sede do governo provincial, tinha dificuldades de instalações<sup>10</sup> e de comunicação com as principais cidades da província. Igualmente, as doenças<sup>11</sup> que acometiam a população concorriam para o estado de abandono em que se achava o Liceu. Somava-se a essas razões o fato de que as elites residentes, principalmente, nas cidades de Estância e Laranjeiras, principais centros econômicos da província, continuavam com o costume de enviar seus filhos para os colégios-internatos fora da província, visto que os exames<sup>12</sup> realizados no Liceu de São Cristóvão não eram reconhecidos para o ingresso nas Faculdades do Império.

---

<sup>8</sup> REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do inspetor geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 135.

<sup>9</sup> Segundo Maria Thetis Nunes: “A localização geográfica da cidade de São Cristóvão não correspondia às exigências das atividades comerciais sergipanas”, pois o rio Paramopama que banha a cidade de São Cristóvão, não oferecia condições à navegação. Assim, o comércio marítimo afluía para as cidades de Estância, Laranjeiras e Maruim, que possuíam condições portuárias. NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p. 140.

<sup>10</sup> Falta de casas para os estudantes de outros pontos da província residir, pois o liceu não tinha internato.

<sup>11</sup> Febre amarela, cólera-morbus. ANDRADE, Amancio João Pereira de. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial, em 11 de janeiro de 1851*. [São Christóvão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1851, p. 12.

<sup>12</sup> Constantemente, os presidentes da província discutiam essa questão e, no intuito de dar maior importância ao Liceu de São Cristóvão e estimular a frequência, solicitavam à Assembleia Geral do Império o direito de serem aceitos nas Academias do Império os exames feitos no referido estabelecimento.

A relação entre custos<sup>13</sup> elevados e baixa frequência e aproveitamento dos alunos do Liceu de São Cristóvão motivaram o debate, nos primeiros anos da década de 1850, a respeito da continuidade do estabelecimento. Nesses debates, o internato<sup>14</sup> era apresentado como medida a ser adotada para o sucesso de um estabelecimento de ensino secundário na província. Segundo as autoridades da instrução, além do liceu, também as aulas avulsas de latim espalhadas por alguns pontos da província ressentiam-se da falta de internatos. Para o presidente da província, Inácio Joaquim Barbosa, essas aulas avulsas, em geral, pouca utilidade prestavam, porque lutavam com o embargo, ou falta de internato, como acontecia no Liceu de São Cristóvão. Deste modo, no entendimento do presidente da província, por causa da falta de internato, as aulas eram frequentadas apenas por alunos dos pequenos povoados onde estavam localizadas, e se continuassem assim deveriam ser extintas<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> No ano de 1851 o governo gastou para manter o Liceu de São Cristóvão a quantia de 6.900\$000, o que correspondia a um gasto de 383.333 por cada aluno. Apesar dessas despesas, o estabelecimento contou apenas com uma frequência bastante irrisória de 18 estudantes, dos 55 matriculados. SILVA, José Antonio de Oliveira da. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 8 de março de 1852*. [São Christóvão]: Typographia Provincial de Sergipe, 1852, p. 20. Nesse mesmo ano a pensão anual em um Colégio na Corte Imperial do Rio de Janeiro não custava mais de 300\$000 anual. LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 7º ano, 1850, p. 242.

<sup>14</sup> O Liceu Baiano também atravessava no ano de 1856 dificuldades de funcionamento. O Dr. Abílio Cesar Borges, inspetor da Instrução Pública da Bahia na época, igualmente defendia a ideia de instalar no estabelecimento um internato. Segundo o inspetor baiano: “Um internato não oferece o inconveniente dessas reuniões tumultuosas de rapazes e meninos sem um freio legítimo e reconhecido, que muitas vezes fazem cometer excessos por demais repreensíveis e criminosos: – os alunos submetidos a uma vigilância ativa, e a uma severa disciplina, acostumam-se aos hábitos de moderação e ordem, ao respeito que devem a seus mestres, que neste caso exercem sobre eles uma autoridade incontestável. – Aí pode a instrução ser dada com perfeita regularidade, a par de perfeita educação moral. – Todos compreendem ser mais fácil no Internato, do que Externato, a correção dos costumes, e a manutenção da ordem”. BORGES, Abílio Cesar. *Relatório sobre a Instrução Pública da Província da Bahia*. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856, p.40.

<sup>15</sup> BARBOSA, Inácio Joaquim. *Relatório do presidente da Província de Sergipe*. Typographia Provincial de Sergipe, 1854, p. 9.

Contudo, havia quem defendesse, antes de extinguir o Liceu ou transferi-lo para outra cidade da província, a continuação do estabelecimento em São Cristóvão com a criação de um internato<sup>16</sup> que pudesse atrair alunos de outros pontos da província, movimentando as matrículas e frequência do estabelecimento. Entretanto, como na visão dos governos provinciais, a criação de um internato público acarretaria “consideráveis” despesas e dificuldades no seu funcionamento, avaliou-se mais prudente adiá-la para época em que as rendas da província estivessem em melhor situação.<sup>17</sup> Quanto à ideia de transferir o Liceu para a cidade de Estância ou Laranjeiras, julgava-se que a medida não resolveria o problema, pois essas cidades, mesmo sendo as mais populosas da província, sozinhas não teriam condições de oferecer um número de matrículas que justificasse a transferência.

Igualmente, as dificuldades de comunicação da época, e de uma população predominantemente rural, a criação de um estabelecimento de ensino secundário com internato continuou sendo apresentada como medida acertada a fim de atrair jovens de outros pontos da província, como evidenciado em 1854 no relatório do presidente Inácio Joaquim Barbosa: “Creio que o maior embaraço, com que luta o Liceu, provêm

---

<sup>16</sup> A ideia de criação de um estabelecimento público de ensino secundário com internato era muito recorrente, especialmente nas décadas de 1850 e 1860, no discurso de muitos presidentes de províncias. Na Província do Piauí: “Continuo a pensar que o Liceu nenhuma utilidade prestará à província enquanto não for nele instalado o internato [...] Todos os moços que se destinam a formaturas de medicina e direito aprendem em colégios na Bahia e no Maranhão ou em Pernambuco todos os seus preparatórios, e isso porque não há na província um internato no qual possam os pais de família confiar seus filhos”. Relatório do presidente da Província do Piauí (1852), compilação realizada por Primitivo Moacyr. MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*. Subsídios para a história de Educação no Brasil (1834-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 257. Na Província do Rio Grande do Norte: “Parece conveniente criar um Colégio nesta capital, e se não apraz este modesto título, um Liceu, com as cinco aulas de ensinos secundários existentes. [...] mas com tal instrução *sem o internato*, como são verdadeiramente os colégios de nosso país, penso que pouco adiantaríamos”. PASSOS, Antonio Bernardo de. *Fala do presidente da Província do Rio Grande do Norte, dirigido à Assembléa Legislativa Provincial em 1º de julho de 1855*. Pernambuco: Typ. de M.F. de Faria, 1855.

<sup>17</sup> SILVA, José Antonio de Oliveira da. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 14 de julho de 1853*. São Christóvão: Typographia Provincial de Sergipe, 1853, p.11.



da falta de um internato para os alunos do recôncavo, visto como nenhum grande povoado existe na Província, que só por si possa alimentá-lo regularmente”<sup>18</sup>. Não obstante, em 1855, esse mesmo presidente da província argumentava que a criação de um internato público não seria colocada em prática, pois a experiência do internato em outras províncias já havia demonstrado que somente em estabelecimentos particulares podia produzir benefícios correspondentes às despesas que o modelo acarretava, e porque “[...] o interesse, que tem o empresário de acreditar o estabelecimento para aumentar os seus lucros, desafia melhor a fiscalização e zelo de sua parte”<sup>19</sup>.

### A SUBVENÇÃO DE INTERNATOS PARTICULARES

Visto que o internato público não teria condições de prosperar, deveria o governo estimular e subvencionar<sup>20</sup> a criação de internatos particulares para o oferecimento do ensino secundário. Adotando essa ideia, em 1855<sup>21</sup>, o presidente Inácio Joaquim Barbosa determinou a contratação de dois colégios particulares, um em Estância e outro em Laranjeiras, para que neles fossem reunidas cadeiras do ensino secundário público e o funcionamento de internatos<sup>22</sup>.

No ano da escolha das cidades de Estância e Laranjeiras para a instalação dos internatos, a capital da Província, por ato do mesmo presidente Inácio Joaquim Barbosa, já havia sido transferida para Aracaju. Entretanto, avaliou-se que a nova capital não apresentava condições necessárias (pré-

<sup>18</sup> BARBOSA, Inácio Joaquim. *Relatório do presidente da Província de Sergipe*. Typographia Provincial de Sergipe, 1854, p. 8.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>20</sup> Segundo José Ricardo Pires de Almeida, as províncias do Paraná e de Goiás suprimiram seus estabelecimentos de ensino secundário para subvencionar colégios particulares. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 121.

<sup>21</sup> No mesmo ano o Liceu de São Cristóvão foi extinto pela Resolução n° 422, de 28 de abril de 1855.

<sup>22</sup> Criados pela Lei Provincial n° 398 de 21 de Junho de 1854, e dirigidos pelo regulamento de primeiro de Setembro de 1854.

dios, população, salubridade<sup>23</sup> do local) para receber estabelecimentos de ensino secundário como os que foram criados em Estância e Laranjeiras.

Os colégios-internatos de Estância e Laranjeiras, de acordo com a organização proposta no seu regulamento<sup>24</sup> e no contrato entre o governo provincial e os respectivos empresários, estavam subordinados à Inspetoria Geral das Aulas e tinha uma natureza jurídica híbrida<sup>25</sup>, ou seja, um externato público e gratuito sem distinção de disciplinas<sup>26</sup> e um internato particular. Ao diretor ou empresário do colégio, pessoa de reconhecida probidade e conhecimentos literários, cabia manter o internato e semi-internato com o recebimento de pensões e meias pensões, oferecer disciplinas complementares<sup>27</sup> como dança e música, pagas pelos interessados; manter a ordem e disciplina, zelando pelo bom funcionamento do estabelecimento; fiscalizar os professores, presidir os exames anuais e de tudo dando contas ao inspetor geral de ensino.

Ao governo provincial cabia o pagamento da remuneração dos professores e o custeio de aluguel de casas e materiais didáticos para o funcionamento dos estabelecimentos. Esses colégios não passavam de estabelecimentos subvencionados pelo governo, funcionando em casas alugadas, com cômodos arranjados para receber alunos internos. O presidente da Província, Inácio Joaquim Barbosa, justificava a subvenção do governo aos colégios como uma medida capaz de incentivar os empresários a investir em um empreendimento que demandava razoáveis investimentos, mas sem muitas garantias de sucesso. Segundo o presidente Inácio Barbosa, “[...] um internato particular, [...] acarreta fortes despesas, e à essas não quererá sem duvida sujeitar-se um empresário

<sup>23</sup> Até os primeiros anos da República, a nova capital sofreu com os alagadiços, mangues e as lagoas, as águas paradas concorriam para as febres perniciosas. WYNNE, J. Pires. *História de Sergipe (1575-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1970, p. 182.

<sup>24</sup> REGULAMENTO. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 2, 2 set. 1854.

<sup>25</sup> BARBOSA, Inácio Joaquim, *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 1º de março de 1855*. Typographia Provincial de Sergipe, 1855, p. 11.

<sup>26</sup> Aulas públicas de latim, francês, filosofia, geometria, geografia e história.

<sup>27</sup> “Quintas-feiras pela manhã reservada à aula de dança, e música nas quintas e sábados à tarde”. REGULAMENTO. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 2, 2 set. 1854.

na eventualidade de poder ou não atrair ao seu Colégio os alunos, que hoje vão buscar instrução fora da Província [...]”<sup>28</sup>.

Com a criação dos internatos nas cidades de Estância e Laranjeiras, o presidente Inácio Barbosa esperava que os estabelecimentos funcionassem como polos de atração de alunos oriundos, respectivamente, do sul e do norte da província. A medida procurava responder, também, aos anseios pelo ensino secundário das elites e de estratos médios da população da província sergipana, que eram os segmentos que podiam arcar com os custos do internato.

A escolha da cidade de Estância para sediar um dos internatos deveu-se a sua situação geográfica, que, na época, lhe garantia a prosperidade econômica através da atividade comercial. A cidade se tornara nos meados da década de 1855 escoadouro da produção açucareira da região da bacia do rio Real-Piauí e também a proximidade com o porto de Salvador.<sup>29</sup>

O internato do Colégio Público de Estância, sob a direção do Dr. Antonio Ribeiro, começou a funcionar em 1855 com uma matrícula de 48 alunos<sup>30</sup>. A pequena matrícula inaugural foi motivada, provavelmente, pela epidemia de cólera-morbus que assolou Sergipe em 1855. No ano de 1858, o citado diretor informava ao inspetor geral das Aulas, Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque Junior, sobre o adiantamento dos alunos do internato. Conforme suas palavras, “[...] achou-se bastante adiantamento na maior parte dos alunos, e alguns mereceram louvor, [...] pela rapidez e acerto de suas respostas, ciência e desenvolvimento das matérias, com que respondiam nos exames. [...]”.<sup>31</sup>

<sup>28</sup> BARBOSA, op. cit., p. 11.

<sup>29</sup> NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p. 228.

<sup>30</sup> BARBOSA, Inácio Joaquim, *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 1º de março de 1855*. Typographia Provincial de Sergipe, 1855.

<sup>31</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Pedro Autran da Matta. *Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1859*. (Anexo). In: BROTERO, João Dabney D’Avellar. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 7 de março de 1859*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1859, p.11.

A despeito do bom aproveitamento dos alunos e de estar em melhores condições do que o Colégio de Laranjeiras, de forma geral o internato de Estância não apresentava um aspecto muito “lisonjeiro”. Assim, no ano de 1959, o diretor Antonio Ribeiro Lima relatava ao Dr. Autran, inspetor geral das aulas, problemas que ele vinha enfrentando com a falta de assiduidade dos alunos ao estabelecimento. Segundo o diretor, nunca tinha os professores o contentamento de encontrar na aula todos os alunos matriculados; “[...] muitos vêm no meio dos exercícios d’aula, e quase no fim, [...] alguns tendo estado nas proximidades do internato antes da hora de aulas à espera delas se retiram apenas avistam o professor ou se deixam ficar a conversar por aí sem entrar para aula [...]”<sup>32</sup>.

As dificuldades do Colégio de Estância continuaram no decorrer dos anos. Nesse sentido, foi a impressão de D. Pedro II quando esteve, no ano de 1860, na Província de Sergipe. Visitando a cidade de Estância, o imperador esteve no colégio subvencionado pelo governo provincial, tendo deixado os seguintes registros no seu diário sobre o estabelecimento: “Há um colégio particular na Estância com professores e casa pagos pela província, espécie de empreitada. [...] Internato – só tem 6 internos, os mais externos, casa mesquinha 58 estudantes [...]”<sup>33</sup>.

A cidade de Laranjeiras, localizada no norte da província, à margem esquerda do rio Cotinguiba, região produtora de cana-de-açúcar, foi a escolhida pelo presidente Inácio Joaquim Barbosa para a instalação do outro colégio público com internato. Desde o início do século XIX a cidade de Laranjeiras se destacava como centro principal do comércio importador e exportador da província e mantinha comunicação direta com a Europa, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro através da navegação marítima<sup>34</sup>. Acreditava-se que este fator podia facilitar a atração de jovens à cidade em busca do ensino secundário.

---

<sup>32</sup> Ibid., p.11.

<sup>33</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Diário do Imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em 1860. Aracaju: Regina, nº 26, 1961-1965, p. 68 e 76.

<sup>34</sup> NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p. 221.

A direção do “Colégio Público de Laranjeiras”, subvencionado pelo governo provincial, coube ao professor de geometria e francês, Manuel Odorico Mendes de Amorim, e as aulas ministradas eram de latim, francês, geometria, filosofia, geografia e história. Desde sua fundação, o colégio de Laranjeiras apresentava um número pequeno de matrículas e, sobretudo, uma insignificante procura pelo internato. Parecem não ter surtido os efeitos esperados os anúncios<sup>35</sup> que o diretor fez publicar nos jornais no ano de 1856, tentando persuadir os pais de famílias a matricularem seus filhos no estabelecimento, pois, nesse ano, o estabelecimento recebeu apenas dois internos dos 32 alunos matriculados. À falta de alunos internos juntava-se a falta de materiais escolares, como globo terrestre, planetário, mapas geográficos e cadeiras escolares<sup>36</sup>.

O diretor Manuel Odorico Mendes de Amorim defendia que as razões para o infortúnio do estabelecimento eram as mesmas que estavam determinando o fracasso de instituições dedicadas ao ensino secundário em outras províncias. Ou seja, faltava uma regulamentação homogênea e uniforme da instrução secundária no país e, principalmente, que fossem reconhecidos os certificados e diplomas dos estabelecimentos provinciais para o ingresso nas Faculdades do Império. Segundo o diretor, mantido o monopólio dos exames preparatórios pelas faculdades, o internato de Laranjeiras estava fadado ao insucesso. Ele dizia: “[...] não espero obter pensionário e nem também nos anos anteriores os tenho obtido, tendo seis apenas frequentando este ano as aulas do Estabelecimento”<sup>37</sup>. Ainda segundo o mencionado diretor, a mesma sorte acompanhava os colégios particulares da cidade, pois os pais preferiam gastar com as pensões dos estabelecimentos de Salvador ou de outras províncias onde estavam sediadas as faculdades, e seus filhos podiam ter mais sucesso nos exames preparatórios.

<sup>35</sup> ANÚNCIO. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 4, 27 fev. 1856.

<sup>36</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Pedro Autran da Matta. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1859. (Anexo). In: BROTERO, João Dabney D’Avellar. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 7 de março de 1859*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1859, p.14.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p.14.

Diante da insignificante procura, o Colégio de Laranjeiras foi extinto<sup>38</sup> em 2 de novembro de 1859<sup>39</sup>, mas continuaram funcionando na cidade de Laranjeiras as cadeiras de filosofia e de geografia sob a direção do professor Tito Augusto Souto de Andrade. O inspetor Guilherme Pereira Rabello justificava a dissolução do internato de Laranjeiras como uma justa medida em respeito ao “[...] reclamo público contra a existência de um estabelecimento, que não passava de uma sinecura, que era mesmo a mais flagrante ironia de um estabelecimento literário”<sup>40</sup>. De semelhante forma, em 1860, o governo provincial, objetivando diminuir as despesas da província, extinguiu<sup>41</sup> diversas cadeiras do ensino primário e secundário, e, igualmente, o internato de Estância foi extinto<sup>42</sup>. Com a extinção dos internatos de Laranjeiras e Estância marcou-se o fim de mais uma tentativa de criação de estabelecimento de ensino secundário na Província de Sergipe.

Para o inspetor Guilherme Pereira Rabelo era necessário identificar as causas do insucesso dos mencionados internatos, que haviam sido criados para estimular as matrículas no ensino secundário da província, mas os filhos da Província continuavam a adquirir os conhecimentos humanitários para os estudos acadêmicos em outras províncias<sup>43</sup>. Mesmo tendo sido abertos estabelecimentos nas principais cidades da província, com população e fortuna capazes de demandar estudantes para os internatos, o problema da insuficiência de matrículas nos estabelecimentos

<sup>38</sup> SERGIPE. Resolução n° 575 de 13 de Julho de 1859.

<sup>39</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 13 de agosto de 1860*. [Aracaju]: Typographia Provincial de Sergipe, 1860, p. 11.

<sup>40</sup> GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 13 de agosto de 1860*. [Aracaju]: Typographia Provincial de Sergipe, 1860, p. 11.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>42</sup> A Resolução Provincial n° 585, de 21 de abril de 1860 suprimiu cadeiras do ensino primário e secundário, dissolveu os internatos de Estância e Laranjeiras, que ficaram reduzidos as cadeiras de latim, francês e geometria, sendo suprimidas em ambas estas cidades as cadeiras de filosofia e geografia. REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 4.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 135.

de ensino secundário continuou. Novamente, o esforço do governo provincial para manter um estabelecimento de ensino secundário esbarrou na falta de número suficiente de alunos que justificasse a manutenção do estabelecimento. As famílias preferiram continuar enviando seus filhos para os colégios-internatos sediados nas províncias sedes das faculdades.

O não reconhecimento dos estudos e exames realizados nos estabelecimentos provinciais de ensino secundário era apresentado como principal fator do fracasso desse ramo de ensino em Sergipe e em outras províncias<sup>44</sup>. Conforme o pensamento das autoridades da instrução das províncias, sob essas condições, nem mesmo a criação de internatos em colégios subvencionados pelo governo provincial teria condições de progredir.

Com a extinção do Liceu de São Cristóvão, em 1855, e dos internatos de Estância e Laranjeiras, em 1860, o ensino secundário na Província de Sergipe voltava a se restringir às aulas avulsas. Entretanto, o projeto de um estabelecimento público de ensino secundário na província continuava sendo discutido nos relatórios dos presidentes da província e dos diretores da instrução pública, inclusive com a possibilidade de criação de um novo estabelecimento com internato.

## INTERNATO E A CENTRALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA

Nos anos que se seguiram à mudança da Capital (1855) já se discutia na Assembleia Provincial a ideia de que mais conviria à província substituir os internatos dos colégios públicos de Estância e Laranjeiras pela centralização do ensino secundário na capital.<sup>45</sup> Nesse sentido era o pensamento defendido em 1861 pelo inspetor geral das Aulas, Dr. Guilherme Pereira Rebello. Para o mencionado inspetor a instrução elementar deveria ser distribuída por todo o interior da província e a instrução secundária, “[...] deve ao contrário, [...] centralizando-se na Capital, onde a razão pública é mais desenvolvida, onde a população é

<sup>44</sup> Ibid., p. 135.

<sup>45</sup> Conforme relatórios dos presidentes da Província de Sergipe dos anos de 1857 a 1859.

mais densa, onde há dedicações e propensões mais pronunciadas para a carreira de letras.<sup>46</sup>

A falta de comodidades, a insuficiência de população e as diminutas relações com as cidades do recôncavo da nova capital, Aracaju, nos primeiros anos de sua fundação, foram determinantes para o adiamento desse projeto. Para contornar as dificuldades resultantes do pouco desenvolvimento da capital, distância das principais cidades e falta de condições para acomodar os estudantes, o recurso a um liceu com internato voltava a ser cogitado. Segundo o inspetor Guilherme Pereira Rabelo era necessário que liceu não funcionasse apenas como externato, como era o Liceu de São Cristóvão, mas que observasse na sua organização a instalação de um internato mantido por meio de mensalidades pagas pelos alunos pensionistas “[...] que quiserem habitá-lo [...] que não queira viver um ano inteiro hospedado em casas particulares, quando poucas são n’esta capital aquelas, que podem oferecer cômoda e decente hospedagem”<sup>47</sup>.

Ressaltava, porém o inspetor que, além de criar um liceu provincial na capital com internato, era indispensável solicitar ao Governo Central que fossem validados nas faculdades imperiais os exames e títulos obtidos nos estabelecimentos provinciais. Em 1862, o presidente da província, Joaquim Jacinto de Mendonça, em seu pronunciamento à Assembleia Provincial, concordava com a ideia do inspetor Guilherme Pereira Rabelo de criação na capital de um internato que oferecesse aos moços da província o ensino das humanidades e os preparatórios para os estudos acadêmicos, sem a necessidade de continuarem buscando em outras províncias essa instrução<sup>48</sup>. Contudo, o mencionado presidente

---

<sup>46</sup> REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas em 31 de janeiro de 1861. (Anexo) In: ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 4 de março de 1861*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1861, p. 136.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 136.

<sup>48</sup> MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1º de março de 1862*. [Aracaju]: Typographia Provincial de Sergipe, 1862, p. 15.



da província, lamentava que as dificuldades financeiras da província impedissem a execução do projeto de internato.

A primeira tentativa de implantação em Aracaju de um estabelecimento que reunisse as aulas do ensino secundário foi a fundação<sup>49</sup>, em 5 de outubro de 1862, do Liceu Sergipano<sup>50</sup>. Tratava-se de um estabelecimento gratuito, subvencionado pelo governo provincial, mas sem a adoção de internato<sup>51</sup>. O Liceu Sergipano, no ano de 1863, recebeu a matrícula de 50 alunos e oferecia as seguintes disciplinas: latim, francês, inglês, aritmética e geometria. Com menos de três anos de fundação, o Liceu Sergipano já enfrentava o mesmo entrave de estabelecimentos do seu tipo anteriormente tentados na província, ou seja, a falta de alunos que concorressem as suas aulas. Em 1864, o diretor do Liceu Sergipano lastimava que a juventude não houvesse concorrido ao Liceu e, diante dos problemas porque passava o estabelecimento, comunicou ao novo presidente da Província, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Caldas, que seria melhor que fosse o Liceu Sergipano extinto<sup>52</sup>. Seguindo essa orientação, em 1864, o governo provincial extinguiu<sup>53</sup> o Liceu Sergipano.

A extinção do Liceu Sergipano deu forças às posições contrárias à centralização do ensino secundário na capital da província. Estas ressaltavam sobretudo o atraso da cidade de Aracaju, que não estimulava a vinda de jovens do interior para nela residirem e estudarem. Principalmente para os segmentos ricos, a alternativa continuava sendo a procura dos colégios-internatos fora da província: “Conheceis que esta

<sup>49</sup> A imprensa não tardou a festejar a criação do novo estabelecimento de educação secundária na província sergipana: “[...] um estabelecimento de instrução secundária era uma necessidade, há muito tempo reclamada entre nós. [...] víamos essa mocidade tão cheia de vida e de talento definhar-se à falta do indispensável amanhã intelectual”. O LICEU Sergipano. Saudação à criação do Liceu. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 2, 9 ago. 1862.

<sup>50</sup> MENDONÇA, op. cit., p. 29.

<sup>51</sup> REGIMENTO Interno do Liceu Sergipano. *Correio Sergipense*. Aracaju, p. 2, 15 out. 1862.

<sup>52</sup> REBELLO, Guilherme Pereira. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1864. (Anexo letra D). In: CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 24 de fevereiro de 1864*. Aracaju: Typographia Provincial, 1864, p. 13.

<sup>53</sup> SERGIPE. Resolução nº 713, de 20 de julho de 1864.

Capital não passa de uma cidade oficial; e que mais vale a um pai de família mandar estudar seu filho na Bahia ou em Pernambuco, do que mandá-lo para aqui, onde faltam todos os recursos”<sup>54</sup>.

O governo provincial ainda faria a última tentativa de criar um estabelecimento de ensino secundário em Sergipe. Assim, por ato<sup>55</sup> do presidente da província, Dr. José Pereira da Silva Moraes, em 1866 foi criado, na antiga cidade de São Cristóvão, um liceu com internato. Entretanto, este não chegou a ser colocado em prática. Assim, a instrução pública secundária na província ficou limitada a algumas aulas avulsas de latim, francês e geometria distribuídas na capital e nas principais cidades da província.

## O ATENEU SERGIPENSE E O DEBATE SOBRE O INTERNATO

Adentrando a década de 1860, a Província de Sergipe iniciava um período de prosperidade econômica caracterizada pelo crescimento da produção e exportações da cana-de-açúcar e do algodão. Com esse crescimento foram afetados positivamente o comércio interno e interprovincial e o aumento do número de repartições públicas. Acompanhando o crescimento econômico, foi retomando o projeto de instituir na capital da província um liceu com todas as humanidades exigidas para os cursos médico e jurídico<sup>56</sup>. Assim, foi aprovado, em 1870, o novo Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe<sup>57</sup>, que reformulou a instrução e criou um estabelecimento de ensino secundário na capital, denominado de Ateneu Sergipense<sup>58</sup>.

<sup>54</sup> RAMOS, Angelo Francisco. *Fala do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 20 de janeiro de 1866*. [Aracaju]: Typographia Provincial de Sergipe, 1866, p. 11.

<sup>55</sup> SERGIPE. Resolução nº 764, de 17 de março de 1866.

<sup>56</sup> LIMA, José João de Araújo. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1868. (Anexo). In: BULCÃO, Antonio de Araujo d'Aragão. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 2 de março de 1868*. Aracaju: Typographia Jornal de Sergipe, 1868., 1868, p.4.

<sup>57</sup> SERGIPE. Regulamento nº 24, de 24 de outubro de 1870.

<sup>58</sup> CARDOSO JUNIOR, Francisco José. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 3 de março de 1871*. [Aracaju]: Typographia Jornal de Aracaju, 1871, p. 57.

Instalado no dia 3 de fevereiro de 1870, o Ateneu Sergipense era composto pelo curso de humanidades e normal, atendia somente a alunos do sexo masculino e funcionava sem internato. As disciplinas do curso de humanidades eram basicamente aquelas exigidas nos exames para admissão nas Faculdades do Império; ou seja, gramática filosófica da língua nacional, análise de clássicos, gramática e tradução da língua latina, gramática e tradução da língua francesa, gramática e tradução de língua inglesa, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história, filosofia racional e moral, retórica e poética<sup>59</sup>.

O Ateneu Sergipense teve uma trajetória bem diferente dos estabelecimentos do seu tipo que o antecederam. Conseguiu, apesar das oscilações nas matrículas nos primeiros anos de fundação, romper o século XIX e adentrar o século XX como a principal instituição de ensino secundário de Sergipe. As oscilações na matrícula deveram-se ao antigo problema do ensino secundário brasileiro, ou seja, o monopólio dos exames preparatórios pelas Faculdades do Império, o qual impulsionava a migração de jovens para os colégios das províncias onde estavam localizadas essas faculdades<sup>60</sup>. Esta situação é explicitada no discurso do inspetor da instrução Pública de Sergipe, Manuel Luiz Azevedo de Araújo:

É por isso que todos correm a estudar as aulas secundárias nas cidades, onde são fundadas as academias; que os colégios públicos ou particulares não medram senão ao lado d'estas; que morrem os estímulos e esterilizam-se os melhores esforços longe d'elas. [...] assegure-se a validade dos exames preparatórios feitos nos

<sup>59</sup> Ibid., p.53.

<sup>60</sup> Segundo Nunes, a clientela que buscava o ensino secundário “[...] era constituída, em sua quase totalidade, dos filhos da burguesia latifúndio-mercantilista, que nele viam um trampolim de acesso às Academias do Império. Desse modo, só lhes interessava o estudo das disciplinas exigidas para nelas terem ingresso, e que iam cursar diretamente nas cidades onde existia o curso superior escolhido. [...] Só as disciplinas que integravam os Preparatórios eram procuradas [...]”. NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p. 114.

liceus públicos das províncias, e a vida e o progresso renasceriam brilhantes nessas instituições, que se atrofiam até a esterilidade, em que as coloca o monopólio oficial. Fora dessas condições, [...] apenas a escola secundária à porta do pobre provinciano, cuja desfortuna não o permite ir mais longe.<sup>61</sup>

Uma das medidas para atrair estudantes para o Ateneu Sergipense foi a alteração dos planos de estudos, tendo como modelo o Imperial Colégio de Pedro II, visando a que esses estudos fossem futuramente validados pelo Governo Imperial, conforme a orientação da Direção Central da Instrução Pública do Império<sup>62</sup>. Finalmente, em 1873, o Governo Imperial, por iniciativa do ministro João Alfredo Correia d'Oliveira, concedeu a todas as províncias a validade dos exames realizados nos estabelecimentos provinciais para o ingresso nas faculdades e instituiu nas respectivas capitais das províncias mesas examinadoras de preparatórios<sup>63</sup>. O ministro justificava a medida apontando a necessidade de desenvolver o ensino secundário nas províncias onde não existiam faculdades e facilitar aos estudantes dessas províncias os meios de fazerem os respectivos exames.

A medida foi bastante festejada nos jornais sergipanos, que enalteciam a figura do conselheiro João Alfredo Correia d'Oliveira e apresentavam a medida como uma justa decisão para o equilíbrio<sup>64</sup>

<sup>61</sup> ARAUJO, Manuel Luiz Azevedo de. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública da Província de Sergipe, 1871. (Anexo). In: MACEDO, Luiz Alvares de Azevedo. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléa Provincial em 4 de março em 1872*. Aracaju: Typographia do Jornal do Aracaju, 1872, p. 39.

<sup>62</sup> SEBRÃO, Cypriano d'Almeida. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléa Provincial em 1º de março de 1873*. [Aracaju]: Typographia Jornal de Aracaju, 1873, p.10.

<sup>63</sup> DECRETO Nº 5.429 de 2 de outubro de 1873. *Jornal do Aracaju*. Aracaju, p. 1, 29 out. 1873.

<sup>64</sup> “Era esse um privilégio em favor de quatro sobre dezesseis irmãs ricas também de elementos de vitalidade, e por isso com indispensável jus a terem em seu seio fontes de instrução, que, poupando-lhes tais sacrifícios, lhes proporcionassem as facilidades de uma carreira literária e científica menos penosa. Quantas brilhantes vocações, quantos grandiosos talentos se não perderam por não disporem de meios para se transportarem e manterem em Pernambuco, Bahia, Corte e São Paulo durante 8 anos pelo menos!”. O ÚLTIMO decreto sobre a instrução pública. *Jornal do Aracaju*. Aracaju, p. 2, 29 out. 1873.

entre as províncias. Igualmente lembravam que a medida possibilitaria àqueles que não tinham condições de manter-se em um internato na Corte, em Salvador ou Recife, cursar o ensino secundário e mesmo para que os meninos de famílias com recursos pudessem estudar na terra natal sob a vigilância e proteção dos pais, sem a separação provocada pelo internato:

Quantos pais mesmo, para se pouparem, demasiado extremosos, a dor de acerbada separação, não preferiam ver ao pé de si, inculca e à mercê de incerta fortuna, a prole querida que, nas condições criadas hoje pelo decreto, poderia atingir aos mais lisonjeiros destinos, com glória e proveito do torrão natalício.[...] Segundo a nova organização literária, preparam-se os jovens em suas províncias e no seio do ninho seu paterno.<sup>65</sup>

O decreto estimulou as províncias a criarem estabelecimentos de instrução secundária e/ou aumentou as matrículas nos estabelecimentos secundários já existentes. No caso da Província de Sergipe verificou-se um bom número de estudantes que antes cursavam os preparatórios na Bahia, Rio de Janeiro ou Pernambuco e depois do decreto passaram a estudar e realizar os exames na capital da província<sup>66</sup>. Desse modo, ocorreu o crescimento nas matrículas no Ateneu Sergipense e, logo no ano posterior à validação dos exames locais, o número de alunos matriculados passou de 165 em 1873 para 334 alunos em 1874. Segundo o inspetor Pelino Francisco de Carvalho Nobre, essa mudança no movimento das matrículas do Ateneu fez com que o estabelecimento fosse frequentado por um importante número de alunos, “[...] que deixaram a Bahia e outras províncias, em cujos colégios estudavam os preparatórios,

<sup>65</sup> O ÚLTIMO decreto sobre a instrução pública. *Jornal do Aracaju*. Aracaju, p. 2, 29 out. 1873.

<sup>66</sup> OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 26.

para virem no próprio lar e no gozo de todas as comodidades buscar os conhecimentos de que necessitavam para a cultura do espírito”<sup>67</sup>.

O crescimento do número de matrículas nos estabelecimentos provinciais de ensino secundário, impulsionado pela validação dos exames locais, foi sentido nacionalmente, como informa José Ricardo Pires de Almeida: “Os jovens puderam encontrar, sem onerosos deslocamentos, meio de comprovar suas aptidões; os estabelecimentos públicos e particulares de instrução secundária viram aumentar rapidamente o número de seus alunos [...]”<sup>68</sup>.

Com o funcionamento do Ateneu Sergipense a questão do internato voltaria a ser debatida na província, inclusive com a defesa de sua implantação no citado estabelecimento. Com esse pensamento, o professor Brício Cardoso defendia a ideia de que o Ateneu Sergipense funcionasse com internato para que pudesse receber os alunos que residiam no interior da província<sup>69</sup> e não podiam, sem muitos custos, cursar suas aulas. Diferentemente do professor Brício Cardoso, o professor de filosofia do Ateneu Sergipense, Sancho de Barros Pimentel, era contrário à ideia de transformar o Ateneu em um internato por discordar da natureza do próprio regime.

Divergimos completamente de um tal modo de pensar e tão má a opinião que formamos dos internatos que não nos escandalizaria que a chamassem uma perversão. Nesta matéria aceitamos inteiramente as opiniões de Ernesto Renan ‘O internato, disse ele, só pode ser aceito na impossibilidade de outro meio de educação. Na Alemanha, país tão adiantado nestas questões, quase não há internatos. Quando os pais se vêem obrigados a separar-se

<sup>67</sup> NOBRE, Pelino Francisco de Carvalho. Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública, 1877. (Anexo). In: FONTES, José Martins. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléia Provincial em 1º de março de 1878*. Aracaju: Typographia Jornal de Aracaju, 1878, p. 42

<sup>68</sup> ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 149.

<sup>69</sup> CARDOSO, Brício. *Jornal do Aracaju*. Aracaju, p. 3, 22 fev. 1874.

de um filho, levam-o para a casa dos parentes, dos amigos, dos pastores ou dos professores que teem em sua companhia um pequeno número de meninos.<sup>70</sup>

A questão do internato continuou presente também nos discursos dos inspetores do ensino. Agora, não era mais o caso de defender a sua adoção. As autoridades da instrução apenas ressaltavam que o Ateneu Sergipense era a solução para os moços que não tinham condições financeiras de migrar para os internatos em outras províncias, pois o mencionado estabelecimento permitia que eles cursarem o ensino secundário na província natal. A esse respeito, ressaltava o inspetor Manuel Luiz Azevedo de Araujo que o Ateneu Sergipense era onde “[...] as classes menos afortunadas que, não podendo, pela falta de recursos, comprar os favores das ciências na Bahia, Pernambuco, São Paulo e no Rio de Janeiro [...]”, receberiam a instrução secundária na terra natal, e que “[...] em pequena idade fora cruel e arriscado afastá-lo para muito longe de suas famílias.<sup>71</sup>

A falta de internato no Ateneu Sergipense fez com que surgissem alternativas para os moços residentes no interior da província que desejam frequentar o estabelecimento. Professores residentes em Aracaju costumavam oferecer alojamento em suas casas e direção dos estudos a moços do interior que vinham cursar as aulas desse referido estabelecimento. O professor Manoel Alves Machado recebia em sua casa localizada em Aracaju, na rua Itabaiana, n. 71 – onde funcionava seu curso de primeiras letras, gramática nacional e aritmética – meninos internos que se destinassem às suas aulas ou às do Ateneu, mediante a gratificação mensal de 26\$ réis, e mais 30\$ réis pela lavagem e goma de roupa<sup>72</sup>. Do mesmo modo, em 1881, Inácio de Souza Valadão, professor

<sup>70</sup> A INSTRUÇÃO secundária na província. *A Liberdade*, Aracaju, p. 1, 24 dez. 1873.

<sup>71</sup> ARAUJO, Manuel Luiz Azevedo de. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública da Província de Sergipe, 1871. (Anexo). In: MACEDO, Luiz Alvares de Azevedo. *Relatório do presidente da Província de Sergipe à Assembléa Provincial em 4 de março em 1872*. Aracaju: Typographia do Jornal do Aracaju, 1872, p. 37.

<sup>72</sup> CURSO. *Jornal do Aracaju*. Aracaju, p. 4, 13 jan. 1877.

do Ateneu, possuía uma casa destinada exclusivamente a receber moços ou meninos do interior da província que vinham cursar as aulas daquele estabelecimento. O professor garantia aos pais de famílias a direção dos respectivos pensionistas, cobrando a quantia de 240\$000 réis anuais, pagos em três prestações de 80\$000 reis e correndo as despesas de lavagem de roupa e goma por conta da família<sup>73</sup>.

Artigo recebido em 27 de fevereiro de 2013.

Aprovado em 16 de abril de 2013.

---

<sup>73</sup> AOS SENHORES pais de famílias do interior da província. *Jornal de Sergipe*, Aracaju, 15 jan. 1881.



ENCONTROS  
PEDAGÓGICOS: Joaquim  
Menezes Vieira e Tobias  
Rabelo Leite (1875- 1890)

JOAQUIM MENEZES VIEIRA  
AND TOBIAS RABELO LEITE:  
doctors and teachers in the  
empire - (1875- 1890)

Verônica dos Reis Mariano Souza\*  
Josineide Siqueira de Santana\*\*

RESUMO

O objetivo principal deste estudo é conhecer a metodologia aplicada em duas escolas do Rio de Janeiro: o Colégio Menezes Vieira e o Instituto dos Surdos Mudos durante a segunda metade do século XIX. Trata-se de uma pesquisa histórica que tem sua base na História Cultural. Para subsidiar a pesquisa buscou-se dados em atas, relatórios, jornais e livros publicados no final do século XIX. Os dados foram coletados

no Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES no Rio de Janeiro e na Biblioteca Epifânio Dória em Aracaju-SE. Como referencial teórico utilizou-se principalmente: Leite (1877), Bastos (2002), Schwarcz (2003), dentre outros. Destacou-se neste estudo, a atuação dos médicos Antônio Menezes Vieira e Tobias Rabelo Leite e a aplicação do método intuitivo nas instituições dirigidas por eles.

**Palavras chave:** Educação, Método Intuitivo, Modernidade, Higiene.

\* Professora Doutora do Núcleo de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática- NPGECIMA e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação – NPGED, da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência – NUPIPEDE. Email: [veromar@infonet.com](mailto:veromar@infonet.com)

\*\* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França (FSLF), Membro do Grupo de Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educativas e Práticas Escolares (GEPHE) e Professora da Rede Pública Estadual (SEED). e-mail: [josi-siqueira2010@hotmail.com](mailto:josi-siqueira2010@hotmail.com)

## ABSTRACT

The main objective of this study is to understand the methodology applied in two schools of Rio de Janeiro: the College Menezes Vieira and the Deaf Dumb Institute during the second half of the nineteenth century. This is a historical research that has its basis in Cultural History. To subsidize the research sought to data in minutes, reports, newspapers and books published in the late nineteenth century.

The data were collected at the National Institute of Education of the Deaf - INES in Rio de Janeiro and the Library Epifânio Dória in Aracaju-SE. The Theorists were mainly used: Milk (1877), Bastos (2002), Schwarcz (2003), among others. In this study, were standed out the performance of doctors Antonio Menezes Vieira and Rabelo Tobias Leite and the application of the intuitive method.

**Keywords:** Education, Intuitive Method, Modernity, Hygiene

O objetivo principal deste estudo é conhecer a metodologia aplicada em duas escolas do Rio de Janeiro: o Colégio Menezes Vieira e o Instituto dos Surdos Mudos. Trata-se de uma pesquisa histórica que tem sua base na História Cultural. Para subsidiar a pesquisa buscou-se atas, relatórios, jornais e livros publicados no final do século XIX.

Destacou-se neste estudo, a atuação dos médicos Antônio Menezes Vieira e Tobias Rabelo Leite e a aplicação do método intuitivo nas instituições dirigidas por eles: O Colégio Menezes Vieira e o Instituto dos Surdos Mudos. Além de diretor do Colégio Menezes Vieira, o médico Joaquim Menezes Vieira foi professor de Linguagem Articulada no Instituto dos Surdos Mudos.

Tobias Rabelo Leite nasceu em Riachuelo, então parte do município de Laranjeiras, no dia 7 de abril de 1827<sup>1</sup>, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 3 de agosto de 1896, vítima de miocardite<sup>2</sup>, sendo sepultado no dia seguinte no Cemitério São João Batista<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> BLAKE, Augusto, V.A.S. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 312-313.

<sup>2</sup> O necrológio, do dia 4 de agosto de 1896, publicado no Diário Oficial da República de 16 de agosto do mesmo ano, diz ter ele falecido com 69 anos de idade (o que permite presumir 1827 como o ano de seu nascimento), como também consta em relatório de março de 1897, apresentado ao presidente da então República dos Estados Unidos do Brasil, por Dr. Amaro Cavalcante, o ministro de Estado da Justiça e Negócios. Os dois documentos encontram-se na Biblioteca Pública Epifânio Dória.

<sup>3</sup> Alguns biógrafos consignam o dia quatro, como o dia de seu falecimento. Na verdade, ele faleceu no dia três e foi sepultado no dia quatro, conforme nota publicada na edição do Diário Oficial citada na nota anterior.

Por volta de 1830, a situação econômica de Sergipe era considerada boa, graças à cultura da cana-de-açúcar. A aristocracia açucareira sergipana tinha-se instalado no vale do rio Cotinguiba<sup>4</sup>, que abarcava o município de Laranjeiras e seus termos<sup>5</sup>, sendo a família Leite parte importante dessa aristocracia. Nesse ambiente próspero, nasceu o filho do Capitão Tobias Rabello Leite e de Ana Maria de Lemos<sup>6</sup>, proprietários do Engenho São Bento<sup>7</sup>, em Riachuelo, então termo de Laranjeiras.

Era comum que as famílias sergipanas, do século XIX, geralmente constituída por proprietários rurais, enviassem seus filhos para centros urbanos maiores, com o objetivo de fazer os preparatórios<sup>8</sup> e ingressar nas academias do Império<sup>9</sup>. Em fevereiro de 1844, Tobias Leite prestou exames para a Faculdade de Medicina da Bahia<sup>10</sup>. Em seguida, pediu transferência, mudando-se para a Corte, em busca de melhores conhecimentos na área da saúde, onde concluiu o curso de Medicina em 1849, com 22 anos de idade.

Como interno do Hospital Militar da Misericórdia, Tobias Rabello Leite observou, em 1848, o primeiro caso de febre amarela, na enfermaria dos estrangeiros<sup>11</sup>. No ano seguinte, publicou “These: breves considerações acerca da política sanitária”. Foi médico do Corpo de Polícia e da Casa de Correção do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> LIMA, Jackson da S. *História da Literatura Sergipana*, 1 Aracaju: Livraria Regina, 1971.

<sup>5</sup> Termos com o sentido de localidades abrangidas por uma comarca.

<sup>6</sup> No Arquivo Público do Estado de Sergipe, Fundo Sebrão Sobrinho, cx. 42, encontra-se o doc. 12, o traslado de uma precatória requisitória para avaliação dos bens vinda do Juízo de Orfãos da vila de Laranjeiras, pertencente ao falecido capitão Tobias Rabello Leite, sendo inventariante Ana Maria de Lemos. (1846).

<sup>7</sup> Dantas coloca como dona do Engenho S. Bento de Laranjeiras, a senhora “Anna Maria Lemos.” A propósito, Tobias Leite, nos documentos da Faculdade de Medicina da Bahia, assina “Tobias Rabello Leite Lemos”.

<sup>8</sup> Sobre as cadeiras preparatórias em Sergipe, ver Lima, 1955.

<sup>9</sup> NUNES, Maria Thétis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<sup>10</sup> SALVADOR. Memorial da Medicina. Livro dos exames, folha 70 e 71. Solicitação de matrícula feita por Tobias Leite, de próprio punho, em 27 de fevereiro de 1844.

<sup>11</sup> Para BLACK, (1902, p.312) e BITTENCOURT, (1912, p. 168); a Tobias Leite se deve a observação do primeiro caso de cólera na enfermaria dos estrangeiros no Rio de Janeiro, então a cargo do doutor Lallemand a quem Santos Filho, (1991), atribuiu a identificação do primeiro caso de febre amarela na Corte.

O período de vida profissional de Tobias Leite foi marcado por grandes mudanças políticas e sociais, tais como a abolição da escravatura e a proclamação da República. A defesa da liberdade e da emancipação dos indivíduos influenciou a educação de surdos nas oficinas do instituto, pois o relatório de Manuel Francisco Correia, comissário do governo, diz:

A freqüência no instituto é, entretanto, de grande utilidade, porque com a instrução primária e a profissional que podem adquirir os surdos-mudos tornam-se cidadãos úteis e laboriosos, e não se ocultam, como os que envergonhados de sua inferioridade pela privação da audição e da palavra, e pela absoluta falta de conhecimento, não se afeiçoam à vida social e concentram-se no lar doméstico<sup>12</sup>.

Esse relatório mostra o deficiente auditivo como uma pessoa inútil, envergonhada pela privação da língua falada e pela falta de conhecimento. Seria, então, através da freqüência ao instituto que o surdo se tornaria um cidadão útil e laborioso.

Já sobre Joaquim José Menezes Vieira há divergências quanto sua origem. Para alguns estudiosos ele teria nascido no Rio de Janeiro, porém, para Luiz dos Reis, Menezes Vieira, teria nascido em São Luís do Maranhão, em 10 de dezembro de 1848, sendo filho legítimo de João José Vieira. Sobre sua genitora, nada se sabe. A afirmativa sobre seu local de origem é de alguma forma embasada em seu necrológio, quando se confirma que cursou Humanidades em São Luís, partindo para a corte a fim de cursar Medicina.

Ainda segundo informações teria chegado à corte em 1868 com o intuito de estudar Medicina. Apesar de sua inclinação às questões médicas, revelou desde cedo vocação ao magistério. Lecionado em cursos preparatórios e publicando em 1868 “Pontos de Rethorica e Poetica”. Sua paixão pelas questões educacionais se mostra claramente quando

---

<sup>12</sup> Relatório do Comissário do Governo de abril de 1874, publicado no “Jornal do Aracaju” em 8 de julho de 1874.

de sua participação em diversos institutos beneficentes e de ensino. Tais como: Associação Promotora da Instrução do Rio de Janeiro (1874), Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional (1883); Sociedade Liga de Ensino (1884)<sup>13</sup> entre outras.

Médico de formação fundou ao lado da esposa D. Carlota de Menezes Vieira em 1875 um Jardim para Crianças no Colégio que levava seu nome. O referido jardim tinha como objetivo “servir clientela de elite, atendendo a crianças de sexo masculino, de 3 a 6 anos, que se iniciam em atividades relacionadas à ginástica, à pintura, ao desenho, aos exercícios de linguagem e de cálculos”[...]<sup>14</sup>

Sua trajetória foi marcada pela relação próxima de várias personalidades de seu tempo o que o rendeu diversos convites para atuar a frente de várias instituições. Seu empenho era tanto que chegou a fazer doação de várias obras suas a diversos estados da federação, também recebeu muitos prêmios por sua participação em exposições nacionais e internacionais.

O professor Menezes Vieira dedicou sua vida a educação. Sua ação educacional foi por muitos, elogiada, mas também sofreu dos ressentimentos da falta de reconhecimento, o que fez com que em 1885 afirmasse: “Muito mais importante para os nossos estadistas são as tricas eleitorais [...]. Continuem eles no seu ofício, eu não abandonarei o meu papel de percussor, embora utopista e visionário”<sup>15</sup>

O Dr. Joaquim José Menezes Vieira faleceu no Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1897, vítima de arteriosclerose.

Tobias Leite e Menezes Vieira como médicos efetivamente atuaram na educação do surdo brasileiro no século XIX. Tobias Leite chegava a defender que a educação do surdo, diante de sua especificidade, deveria ser ministrada por um médico com vocação para a educação.

<sup>13</sup> BASTOS, Maria Helena Câmara. *Pró pátria laboremus: Joaquim Menezes Vieira (1848-1897)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.p.45

<sup>14</sup> BASTOS, Maria Helena Câmara. *Manual para os Jardins de Infância*. Porto Alegre: Redes Editora 2011, p.21.

<sup>15</sup> BASTOS, Maria Helena Câmara. *Pró pátria laboremus: Joaquim Menezes Vieira (1848-1897)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.p.54

As habilitações para ensinar linguagem articulada, e da leitura sobre os lábios, não se adquirem lendo os poucos livros sobre o assumpto. Só vendo praticar e praticando sob a direção de bons mestres é possível adquiri-las, sendo muito conveniente que a pessoa que se dê a esse difícil ensino tenha conhecimentos aprofundados da anatomia e da physiologia dos órgãos da palavra. Por esta razão, si me fosse permitido intervir na escolha da pessoa que tivesse de ir habilitar-se, eu aconselharia que fosse um médico que tivesse manifesta e aprovada aptidão para o magistério<sup>16</sup>

E, de fato, sob sua orientação quem ocupou a cadeira de Linguagem Articulada no Instituto naquele período foi outro médico, exatamente Menezes Vieira. Além de médico e professor do Instituto dos Surdos, Menezes foi diretor do *Pedagogium* e fundador de um colégio que levava seu nome.<sup>17</sup> Essa valorização do médico no ambiente escolar também é percebida em relatório apresentado por Tobias Leite em 31 de março de 1874:

Salvo triste acontecimento de ter fallecido o alumno José de Malheiros, victima de uma peritonite que o matou em 48 horas, foi satisfatório o estado sanitário durante o anno, pois que nem um outro caso de moléstia grave se deu. A nomeação de médico effectivo, que o regulamento creou, é necessidade que convém attender, pois que a missão mais importante do medico em um internato não é curar os doentes, é aconselhar os meios de conservar a saúde, e de fortificar o bem-estar dos alumnos.<sup>18</sup>

O índice de mortalidade no Instituto era muito baixo por causa das medidas de higiene e pela qualidade da alimentação em decorrência da

---

<sup>16</sup> Relatório do Diretor. Jornal do Aracaju, Aracaju, 31 mar. 1874.

<sup>17</sup> Cf: BASTOS, Maria Helena Câmara. *Pró pátria laboremus*: Joaquim Menezes Vieira (1848-1897). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

<sup>18</sup> Relatório do Diretor. Jornal do Aracaju, Aracaju, 31 mar. 1874.

presença de um médico. A estreita relação entre educação e medicina ainda fica mais evidente nas teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Segundo Gondra:

[...] o enfoque dado às questões educacionais encontra-se recoberto pelas contribuições da “Hygiene”, como já indicado de modo explícito em alguns títulos. Este ramo da ciência médica foi o que mais intensiva e prolongadamente colaborou para unificar as prescrições médicas, no que diz respeito às representações acerca da escola e dos sujeitos escolarizadores e escolarizáveis; respectivamente, professores e alunos.<sup>19</sup>

O projeto de higienização, iniciado na segunda metade do século XIX, tinha como objetivo diminuir a miséria do povo que não combinava com os anseios da elite moderna e de uma nação “civilizada” que imitava os países da Europa. A atuação de Tobias Leite no Instituto dos Surdos foi tão importante que Santos, Filho & Castro, (1910); Fontes, (1978); Blake, (1902) ressaltam a assertiva: “Estabelecimento, pode-se se dizer por ele fundado, e por ele elevado, a ponto de trazer honra ao Brasil”.

Rabelo Leite, de fato, não foi o fundador do Instituto, mas sim Ernest Huet, um surdo francês que chegou ao Rio de Janeiro em 1855 e trouxe na bagagem o objetivo de fundar uma escola para surdos, recomendado pelo Ministro da Instrução Pública da França.

Nos anos de 1880 havia um discurso a respeito da educação praticada nos países cultos e civilizados e que o Brasil deveria espelhar-se nesses países. Neste contexto, foram produzidos documentos para diminuir os altos índices de analfabetismo no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. A modernização da educação seria um caminho para modificar as péssimas condições do ensino brasileiro. O número insuficiente de escolas, a falta de habilitação dos professores, prédios sem higiene,

---

<sup>19</sup> GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, 2000.p.104

métodos de ensino ineficazes e a ausência de um sistema graduado de escolarização fazia parte do sistema educacional brasileiro<sup>20</sup>.

De acordo com a filosofia do método intuitivo que enfatizava o uso de imagens e materiais foi a criação do Museu Escolar do Instituto dos Surdos-Mudos, através do Decreto-Lei nº 890, de 1880, com objetos oferecidos pelo Imperador D. Pedro II ao então Diretor Dr. Tobias Leite:

As vantagens que se colhem com o ensino com objetos de museu são de fácil apreciação por qualquer pessoa que assista as lições: ganha-se tempo, poupa-se trabalho, e, o que é de sabido valor, capta-se facilmente a curiosidade dos discípulos e prende-se sua atenção que é a dificuldade de quem ensina. Nas mãos de um professor ilustrado e zeloso o Museu escolar não se presta só ao ensino de nomenclatura, usos e utilidade dos objetos que o compõe, presta-se pelo método intuitivo a dar de quase todas as ciências noções ao alcance da compreensão dos meninos, e que lhe são de muito proveito não só para sua educação moral como para as necessidades da vida. Se não me faltarem os meios perseguirei no empenho de desenvolvê-lo tanto quanto for exigido pelo ensino dos alunos do Instituto<sup>21</sup>.

Segundo Escolano<sup>22</sup>, na segunda metade do século XIX, a escola incorporou os preceitos do higienismo, e depois as exigências do conforto e da tecnologia. Essa evolução não se deve apenas às inovações pedagógicas, mas também pelas transformações culturais associadas ao industrialismo, ao positivismo, ao movimento higienista e ao taylorismo.

<sup>20</sup> VALDEMARIN, Vera Teresa. *Leitura e Cultura Escolar: variações de sentido do método de ensino intuitivo (1879-1886)*In: CASTRO.César A. *Leitura, impressos e cultura escolar*. São Luís: EDUFMA, 2010.p. 15

<sup>21</sup> Trecho transcrito pela autora do relatório do Ministério dos Negócios do Império, do Conselheiro Barão Homem de Mello. BASTOS, M. Helena C. *Pro Patria laboremus: Joaquim Menezes Vieira (1848-1897)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.p.267

<sup>22</sup> ESCOLANO, Agustín. *Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo*. In:VIÑAO FRAGO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2001. p. 19-58.



No que se refere à educação das crianças existia um projeto de higienização que influenciou a visão de família e de escola. A educação e a higienização da infância compõem o discurso sobre a construção de uma sociedade moderna e civilizada. Leite (1877) afirmou que as causas que embaraçam a educação na Corte podem ser removidas pela Associação Promotora da Instrução Pública, pois sua missão é difundir a educação pelas camadas populares, necessidade vital no Brasil. Embora o objetivo da Associação Promotora de Instrução Pública fosse difundir a educação das camadas populares, o Brasil era considerado mesmo um país de analfabetos como disse o médico Menezes Vieira ao defender o método oral na educação dos surdos.

O método intuitivo era o que priorizava o ensino através dos sentidos, utilizando o vasto material, invariavelmente, apresentado pelo professor (mapas, selos, gravuras etc.). O Barão Homem de Melo afirmava que o museu serviria para dar noções sobre quase todas as ciências, facilitando a compreensão dos alunos<sup>23</sup>. Tobias Leite, no relatório de 1873<sup>24</sup>, afirmava que o ensino, como nos anos anteriores, progrediu por meio da escrita e pelo método intuitivo. Além da organização do museu pedagógico, Tobias Leite interessou-se ativamente por exposições internacionais, seja contribuindo financeiramente, seja divulgando o Instituto dos Surdos-Mudos, através de livros e artefatos dos alunos.

O Colégio Menezes Vieira foi, praticamente, uma instituição modelo, era o que de mais moderno existia na época, embora tenha sido curto seu período de existência, de 1875 a 1887. Percebem-se vários pontos em comum entre o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos e esse colégio.

Um deles é o pioneirismo: o primeiro era a única escola de surdos do Brasil, com todas as características de uma escola moderna; o segundo, o primeiro jardim-de-infância, símbolo de modernidade no Império, com referencial teórico baseado em Froebel. As semelhanças

---

<sup>23</sup> Relatório do Ministro dos Negócios do Império, o Conselheiro Barão Homem de Mello.

<sup>24</sup> Publicado no “Jornal do Aracaju” de 11 de junho de 1873 (acervo do IHGS).

entre as duas instituições não param por aí. As ligações entre o público e o privado estavam presentes também na educação do século XIX. Enfim, cabe observar o quadro que segue:

**Gestões de Tobias Rabello Leite** (Imperial Instituto dos Surdos-Mudos – 1868-1896) e Joaquim Menezes Vieira (Colégio Menezes Vieira – 1875-1887), no Rio de Janeiro

IMPERIAL INSTITUTO DOS SURDOS-MUDOS	COLÉGIO MENEZES VIEIRA
Dirigido pelo médico Tobias Rabello Leite	Dirigido pelo médico Joaquim Menezes Vieira
Método: ensino intuitivo	Método: ensino intuitivo
Preocupação com higiene e arquitetura escolar (salas amplas, arejadas, iluminadas etc.). Controle do tempo e das atividades	Preocupação com a higiene e arquitetura escolar (salas amplas, arejadas, iluminadas). Controle do tempo e das atividades
Professores: Menezes Vieira, A. J. de Moura e Silva e Paulo Vidal.	Professores: Menezes Vieira, A. J. de Moura e Silva e Paulo Vidal.
Modernos aparelhos para a prática de ginástica	Modernos aparelhos para a prática de ginástica
Museu escolar	Museu escolar
Material didático importado. (mapas, gravuras, coleção de pesos e medidas, aparelho para ensino de aritmética).	Material didático importado. (mapas, gravuras, coleção de pesos e medidas, aparelho para ensino de aritmética).
O diretor e sua família residiam na escola	O diretor e o vice-diretor residiam na escola com suas famílias
Tobias Leite enviou para a Exposição de Filadélfia o livro “Notícias do Instituto dos Surdos-Mudos” e, também, trabalhos dos alunos.	Menezes Vieira participou de exposições internacionais.
Tobias Leite foi parecerista do Congresso de Instrução	Menezes Vieira foi parecerista do Congresso de Instrução
Tobias Leite publicou, em 1871, “Notícias do Instituto dos Surdos-Mudos” (reeditado em 1876, 1877 e 1887).	Menezes Vieira publicou, em 1879, “Notícia do Jardim de Crianças anexo ao Colégio Menezes Vieira”.

Fontes: LEITE, 1877 e BASTOS, 2002.

As duas escolas também recebiam visitas do Imperador Pedro II, que, muitas vezes, participou das solenidades dos dois estabelecimentos de ensino. Oralista convicto, Menezes Vieira foi defensor incansável do ensino da linguagem articulada, havendo, em alguns períodos, divergências entre ele e Tobias Leite:

Em 1883, foi iniciado o ensino da “linguagem articulada”, através do Dr. Joaquim José Menezes Vieira, que estivera na Europa, onde aprendera que este ensino era adotado pelos institutos europeus. Este ensino foi realizado por sete anos, sendo que, após este tempo, foi considerado pelo diretor, Dr. Tobias Leite, que os alunos não haviam obtido nenhum rendimento com este treinamento, enquanto que o ensino através da escrita havia se mostrado útil. Por esta razão, em 1889, o Governo ordenou que o ensino da “linguagem articulada” fosse feito apenas para os alunos que pudessem se beneficiar, a critério do professor e do diretor, sem que existisse prejuízo à instrução da linguagem escrita. O Dr. Vieira era um oralista fervoroso e, insatisfeito com a decisão pediu jubilação em 1890. Para o Dr. Tobias Leite não se deveria adaptar o aluno ao método, mas método ao aluno<sup>25</sup>

Em vários momentos durante a gestão de Tobias Leite no Instituto dos Surdos houve discussão a respeito da melhor metodologia a ser usada na educação dos surdos. Menezes Vieira no parecer do Congresso de Instrução criticou duramente o ensino da linguagem escrita no Instituto.

Tobias Leite e Menezes Vieira desentenderam-se a respeito da melhor forma para educação para os surdos terminando com a exoneração do doutor Menezes Vieira do Instituto dos Surdos. Um dos argumentos de Menezes Vieira a respeito da oralização de surdos é que num país de analfabetos pouco adiantaria a alfabetização dos surdos.

---

<sup>25</sup> MOURA, M.C. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter. 200.p.82

No dizer de Manuel José Pereira Frazão, parecerista no documento “Atas e pareceres do Congresso de Instrução (1884)”, teria sido “o benemérito e venerável ancião que tem encanecido no serviço público, de que só tem colhido dissabores, o Dr. Tobias Leite, muito digno diretor do Instituto de Surdos-Mudos” (*apud* BASTOS, 2002, p. 267). Em Liberato Bittencourt (1913, p.168), um “homem de talento, de grande saber e probidade exemplar”. Deve-se, enfim, a seu trabalho, se não a fundação, a organização e a ampliação do instituto.

Os doutores Tobias Leite e Menezes Vieira foram figuras participativas nas discussões educacionais do Império. O Congresso de Instrução de 1884, não foi, efetivamente, realizado, porque o senado não aprovou a concessão da verba necessária. Manteve-se apenas, a “exposição pedagógica”, pois o material enviado por vários países já tinha chegado ao Brasil, tendo Tobias Leite, dentre outros, contribuído financeiramente para sua realização<sup>26</sup>

Depois da Proclamação da República, São Paulo investiu na instauração de um programa de ensino modelo, passando a influenciar a remodelação escolar dos demais estados<sup>27</sup>. Várias reformas foram surgindo, no sentido de encontrar o método de ensino adequado para ampliar o nível de alfabetização dos brasileiros. A partir da experiência de São Paulo, ocorreram várias reformas, mas a educação dos deficientes não foi parte dos vários programas de ensino que foram traçados.

---

<sup>26</sup> KUHLMANN JUNIOR, M. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil início do século XX. In: FREITAS, Marcos C. .; \_\_\_\_ (orgs). *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 459-503.

<sup>27</sup> CARVALHO, Marta M. c. Reforma da instrução pública. In: LOPES, Eliane M.T; CARVALHO, Marta M.; VEIGA, Cynthia. G. (orgs.) *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225-252.



**Figura 1** – A palavra aos surdos-mudos, de Oscar Pereira da Silva, óleo sobre tela (54 x 45 cm). In: Nogueira, 2001, p. 9.

Este estudo sobre Tobias Leite e Joaquim Menezes Vieira e suas atuações no Instituto dos Surdos-Mudos e no Colégio Menezes Vieira, contém dados da pesquisa a respeito de dois médicos que não mediram esforços para levar à frente a educação pouco no Brasil Imperial e no alvorecer da Primeira República.

As escolas destacaram-se pela modernidade e a preocupação com a higiene e com o uso de recursos didáticos e dos museus escolares. Seus diretores destacaram-se pelo pioneirismo: Leite transformou o Instituto dos Surdos em uma escola moderna que antes era considerada como “depósito asilar de surdos” e o Colégio Menezes Vieira que instituiu o primeiro Jardim da Infância do Brasil.

Aqui, traçou-se um esboço da obra e vida pública desses médicos. Os registros demonstram a personalidade de ambos e do empenho em prol da educação dos surdos e das demais pessoas.

Artigo recebido em 27 de fevereiro de 2013.

Aprovado em 18 de maio de 2013.



## UM HOMEM E UMA CAUSA: Augusto Leite e a criança sergipana

A MAN AND A CAUSE:  
Augusto Leite and  
sergipean child

Solyane Silveira Lima\*

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir as iniciativas tomadas pelo médico Augusto César Leite em defesa da criança sergipana. Para tanto, dividiu-se o texto em três momentos, a saber: inicialmente discorrerei sobre a vida desse importante personagem do meio médico e político no Estado. Em seguida, apresentarei as ações que empreendeu em prol da assistência e cuidado à infância e, por fim, no terceiro momento concluirei analisando, a partir das contribuições de Pierre Bourdieu, as tomadas de posição do referido médico para a sua permanência no campo médico-assistencial de Sergipe e para manutenção do respeito por parte dos seus pares.

**Palavras-chave:** Augusto Leite, Infância, Sergipe.

### ABSTRACT

This article aims to discuss the initiatives taken by the doctor Augusto César Leite in defense of the sergipean child. For both, the text was divided into three moments, namely: Initially I would speak about the life of this important character in the midst medical and politician in the state. Then, I will present the actions undertaken in support of assistance and care to childhood and, lastly, in the third moment conclude analyzing, based on the contributions of Pierre Bourdieu, the positions taken by aforesaid doctor for his stay in the field of medical assistance of Sergipe for maintenance the respect from their peers.

**Keywords:** Augusto Leite, Childhood, Sergipe.

\* Doutora em Educação pela UFMG (2013), com estágio Sanduíche na Universidade de Lisboa. Mestre em Educação (2009) e Graduada em Pedagogia (2005) pela UFS. Desenvolve pesquisas no âmbito da História da Educação, História da Infância, Instituições Educativas e Educação Infantil. Membro da SBHE (Sociedade Brasileira de História da Educação) e do GEPHE (Centro de Pesquisa em História da Educação/UFMG). E-mail: solylimahotmail.com

As questões com o cuidado e a educação das crianças podem ser verificadas desde o século XIX<sup>1</sup>, quando os médicos brasileiros voltavam suas atenções para os problemas de ordem social, incluindo também algumas questões de formação sistematizada das novas gerações, ou seja, da educação escolar. Elegendo a higiene como o ramo da medicina que se ocupou dos objetos sociais.

Essa prática só passou a ser preocupação a partir de Oitocentos, pois segundo Ariès<sup>2</sup> (1981) a ausência de um sentimento de infância é identificado até o final do século XVIII. Na Idade Média não existia um sentimento de infância que distinguisse a criança do adulto. Ela era considerada um adulto em miniatura e o que importava é que crescessem rápido para participarem dos trabalhos e atividades.

No século XIX a criança nobre torna-se fonte de alegria dos adultos, surge um sentimento de dor e piedade pelas crianças que morriam, conservando-se os retratos dos filhos falecidos e vivos. A aproximação pais-criança gerou o sentimento de família e infância que antes não existia.

O sentimento moderno de infância correspondia a duas atitudes antagônicas dos adultos. A primeira que considera a criança ingênua, inocente e pura, que é traduzido pelo que Ariès chamou de “paparição”. A segunda, se contrapõe a ela e toma a criança como um ser imperfeito e incompleto que precisa de moralização e da educação dada pelo adulto, e justamente por isso se faz necessário educá-las.

---

<sup>1</sup> Anterior a esse período os estudos referentes ao atendimento de crianças no Brasil mostram que as primeiras preocupações se deram no século XVI, quando os jesuítas tinham interesse em catequizar e instruir os nativos e órfãos vindos de Portugal. Daí até meados do século XIX, o atendimento de crianças longe das mães, em instituições como creches ou parques infantis, praticamente não existia no país. Apenas as crianças órfãs eram recolhidas nas “rodas dos expostos” existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII. Para maiores informações sobre essa instituição ver: MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). *História social da infância no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

<sup>2</sup> Philippe Ariès trabalha com essas ideias no seu livro *História Social da Criança e da Família*, obra que foi sem dúvida um “divisor” na historiografia mundial, na qual ele se utilizou de uma grande variedade de fontes, tais como a Literatura e a Arte, colocando a infância dentro da discussão histórica e inspirando outros estudos sobre esse tema. Cf. ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.



Para os educadores do Brasil Oitocentista a concepção de criança estava voltada para a consideração de suas capacidades e possibilidades, atribuindo aos mestres a responsabilidade sobre sua formação.

[...] a infância não tinha ainda um estatuto próprio de cuidados, comportamentos, sentimentos e ações, e pouco a pouco a ideia de crianças boas e más vai dando lugar à concepção de indivíduos que poderiam ser melhorados e modificados através da educação, que parecia constituir-se, já naquele momento, no grande desafio de pais, mestres, médicos e políticos<sup>3</sup>.

Com a expansão da medicina, a escola e a educação não são esquecidas, ao contrário, acreditava-se que para formar as novas gerações seria necessária uma intervenção não apenas no espaço público da escola, mas também, no espaço privado da casa, portanto, pais e mestres se constituem nos principais destinatários das prescrições médicas quando se trata de educação. Percebe-se então,

[...] a presença de um discurso médico-científico que procurava normatizar a escola a partir de uma clínica médica. Desse modo, os doutores brancos, letrados e da elite prescreveram um tratamento cuidadoso e minucioso para a escola, de modo a poder formar um indivíduo higienizado, sem vícios. Um indivíduo normalizado e normalizador, equipado com a nova sensibilidade<sup>4</sup>.

Essa ordem médica no interior da educação escolar pode ser compreendida tanto como defesa da necessidade de escolas como um modo moderno ou iluminista de instalação desse novo modelo de formação de homens. Pois, educar nessa perspectiva, passava a exigir a invenção

<sup>3</sup> VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres: a Educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

<sup>4</sup> GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

de uma nova organização a ser instalada em obediência aos imperativos da nova sociedade que se queria fundar, na qual a escola deveria concorrer favorecendo o estabelecimento de um processo de formação a longo prazo e que constituísse em uma experiência útil à nova ordem.

Dessa maneira, a higiene forneceria o modelo de organização escolar baseado na razão médica, retirando assim do espaço privado o monopólio sobre a formação da infância concebendo a educação como um remédio que seria responsável pela instalação de uma nova era, uma era civilizada. Isso só seria possível através da educação, pois que educar e civilizar convergia para um único fim, que seria o de produzir um futuro regenerado e sem vícios, fundamentado no discurso da racionalidade médico-higienista.

Esse movimento em prol da educação e higienização dos corpos e mentes contava com o respaldo de médicos, bacharéis e educadores. E por meio da escola, esperava-se conduzir o país a reformas que gerassem progresso e desenvolvimento, colocando-o na condição de “nação moderna”. No campo educacional, modernidade significava incorporar métodos científicos às práticas pedagógicas.

Constata-se que o ideal de higienização no Brasil se utilizou do processo de intensificação de iniciativas de políticas públicas assistenciais dentro do contexto Republicano e da proposta educacional da Escola Nova para pôr em prática suas propostas em prol da “construção de uma sociedade moderna”. Algumas dessas ideias foram abraçadas por pessoas que delas se utilizaram para defender um cuidado e uma escolarização para as crianças no século passado, a exemplo do médico sergipano Augusto César Leite.

## UM HOMEM: O MÉDICO AUGUSTO CÉSAR LEITE

Augusto César Leite<sup>5</sup> foi um importante médico-cirurgião em Sergipe. Nasceu no município de Riachuelo em 30 de Julho de 1886.

---

<sup>5</sup> Sobre esse médico sergipano verificar algumas obras que versam sobre a sua biografia: ALMEIDA, Marcos. *Dr. Augusto Leite “Um jeito sublime de ser”*. Aracaju: Nossa Gráfica, 2008. e BARRETO, Luiz Antonio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007. p. 99-106.

Cursou medicina na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se no ano de 1909. O médico não limitou suas atividades somente à clínica. Entre os cargos que exerceu foi Diretor da Escola de Aprendizes e Artífices<sup>6</sup> no período de 1910 a 1916 do qual foi exonerado por ter sido nomeado a 24 de julho do mesmo ano, professor catedrático de História Natural do Ateneu Sergipense. Exerceu ainda cargos políticos, foi Deputado Estadual (1926), Deputado Federal (1933 – 1934) e Senador da República (1934 – 1937).

Proveniente de família abastada e de relevante prestígio social, iniciou suas atividades como clínico no interior do Estado e em menos de um ano já estava na capital, trabalhando no único hospital que havia – o Santa Isabel<sup>7</sup> - a convite do Desembargador Simeão Sobral.

Em 1913, viaja para a Europa, onde permaneceu por seis meses em Paris, a fim de encaminhar seus estudos para a Clínica Cirúrgica onde fez um curso particular de técnica operatória na Escola Prática da Faculdade de Medicina. Quando retornou a Sergipe voltou ao Santa Isabel onde permaneceu até 1926, quando inaugura juntamente com o então Governador do Estado, Dr. Graccho Cardoso, o Hospital de Cirurgia. “Em 02/05/1926, surgia no antigo areal do Thebaidinha o que é até hoje o maior hospital de Sergipe. A inauguração foi realizada em clima de grande festa, com a presença entre outras autoridades, do governador do Estado e do Bispo Diocesano Dom José Tomaz”<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Antiga Escola Técnica Federal de Sergipe, hoje IFS. Sobre essa instituição ver Dissertação de Mestrado defendida no NPGEd – UFS: PATRÍCIO, Solange. *Educando para o trabalho: a Escola de Aprendizes e Artífices em Sergipe (1911-1930)*. São Cristóvão, SE, 2004. Dissertação de Mestrado.

<sup>7</sup> O Hospital Santa Isabel era o único da capital sergipana da época e se encontrava em péssimas condições. Até então Sergipe possuía uma rede de hospitais de caridade, dentro do antigo modelo asilar. Mesmo o Santa Isabel sendo o maior entre eles, ainda não possuía a confiança da população. Segundo Santana, “esses hospitais eram na verdade, instituições muito mais voltadas para a assistência religiosa do que para assistência médica. O hospital era o espaço onde se ia morrer”. (SANTANA, 2005, p. 223)

<sup>8</sup> SANTANA, Antônio Samarone de. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju, SE, O Autor, 2005.

Médico voltado para os problemas sociais, “Augusto Leite compartilhou por muito tempo da ideia de que a assistência médica era tarefa da filantropia, da caridade e da misericórdia de alguns homens”<sup>9</sup>. Esse foi um dos motivos que o levou, ao longo de sua vida, a dedicar-se à pobreza sergipana e a exercitar esses atributos citados. Um exemplo é o seu discurso na festa de comemoração dos trinta anos do Hospital de Cirurgia.

Inaugurado o Hospital de Cirurgia, poderia ter circunscrito e modelado seus serviços e atividades ao meu bel prazer, à feição dos meus interesses pessoais. Poder-lhe-ia ter dado uns tons levíssimos de “clínica particular”. Teria deixado de importunar tanta gente, tantos amigos!... Senadores, deputados... A lista é infundável. Nada disso, entretanto, me tentou. Ao contrário, jamais consenti que o Hospital de Cirurgia me pagasse, como quer que fosse, um dia de trabalho pelo menos.

[...]

Não amealhei vintém. Tenho hoje o que tinha há trinta anos atrás. Conservo apenas o que veio dos meus pais e dos pais da minha senhora, patrimônio esse que, espero em Deus, transferir inteiro aos meus netos.

[...]

Perdi, meus colegas e meus senhores, perdi, certamente, com isso, uma fortuna. Estou satisfeito. Ganhei em troca um tesouro – O Hospital de Cirurgia, que é vosso, que é de todo o mundo e que não tem preço.<sup>10</sup>

Através desse discurso e de suas obras fica evidente a sua preocupação com os problemas sociais que assolavam a população mais carente da época.

---

<sup>9</sup> *Idem*

<sup>10</sup> LEITE, Augusto César. *Palavras de Cirurgião*. Aracaju. Livraria Regina, 1966.

## UMA CAUSA: A ASSISTÊNCIA À CRIANÇA SERGIPANA

Em agosto de 1925, Augusto César Leite participou em Genebra do 1º Congresso Internacional da Criança, voltando embevecido de várias ideias referentes à questão da infância.

Como toda gente, também me capacitei de que a criança constitui o magno problema das nações, ao qual estão presos e do qual dimanam originariamente, todos os demais problemas.[...] Só em 1924, o mundo civilizado proclamou os seus direitos. Em 1925 é que se reúne em Genebra o seu 1º Congresso Internacional. Fui testemunha desse incomparável acontecimento. Encontravam-se ali, individualmente marcantes sob o ponto de vista médico, jurídico e social, como representantes oficiais de grandes e pequenas nações do mundo inteiro. Entre os congressistas presentes, membros individuais, lá estavam apenas, dois brasileiros. Um deles – o Dr. Massilon Saboia – nome ilustre, assas festejado entre os pediatras patrícos. O outro, era o menor dos congressistas. Na sua pequenez, sem ser notado, viu tudo, cheio de emoção e entusiasmo diante do grandioso espetáculo que definia a excelsitude de uma causa de que ele – modestíssimo operador, não era entre tantos enamorados o menos enamorado, nem o menos sincero, nem o menos confiante na sua vitória final.<sup>11</sup>

Foi a partir desse evento que Augusto Leite voltou sua atenção para a necessidade do cuidado com a infância e com a maternidade sergipana. A partir daí, várias iniciativas no âmbito da assistência materno-infantil iriam ser postas em prática por esse médico.

Ciente de que não havia como dissimular a relevância e a complexidade da defesa da criança, inicia sua intervenção nessa área.

---

<sup>11</sup> Idem

Inicialmente assumiu a responsabilidade de instalar uma maternidade no prédio situado à Avenida Ivo do Prado, oferecido ao Estado há anos por Francino Melo. Em 1928, acordou com o governo e com o doador para efetuar a venda de prédio localizado na “rua da frente” e iniciar a construção da maternidade anexa ao Hospital de Cirurgia. Em setembro de 1930, inaugurava a Maternidade Francino Melo, que recebeu esse nome em homenagem ao doador do prédio e colaborador financeiro.

A partir dessa obra, os trabalhos em prol da criança não pararam de acontecer. No ano de 1931, Augusto Leite promoveu a 1ª Semana da Criança de Sergipe, sob o patrocínio da Academia Sergipana de Letras e o apoio do Hospital de Cirurgia. Tal evento ocorreu de 1º a 7 de setembro de 1931, no salão superior da Biblioteca Pública. Teve como proposta o debate acerca da necessidade da assistência à infância.

Segundo a Revista da Academia Sergipana de Letras, no dia 25 de Agosto de 1931, reuniram-se na Academia os seguintes sócios: Srs. Carvalho Neto<sup>12</sup> (presidente), Edison de Oliveira, Manoelito Campos, Augusto Leite, Epifâneo Dória e Pedro Sotero Machado para tomarem conhecimento do programa<sup>13</sup> da Semana da Criança apresentado por Augusto Leite. “O Dr. Augusto Leite, relator da comissão organizadora do programa da “Semana da Criança”, apresentou o dito programa, que foi aprovado pela mesa e autorizada a sua divulgação pela imprensa”<sup>14</sup>.

Em seu discurso de abertura da Semana da Criança, Augusto Leite se referiu ao Hospital de Cirurgia, à Maternidade Francino Melo e à necessidade da construção do Pavilhão das Crianças, pondo em grande relevo a necessidade da assistência à infância como a melhor e mais segura defesa da raça. Também discursaram o Dr. Carvalho Neto, o Interventor Federal Augusto Maynard Gomes, o Dr. Bastos Coelho, o

<sup>12</sup> Sobre este intelectual sergipano consultar: LIMA, Maria do Socorro. *República, política e direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto. (1918-1921)*. São Cristóvão-SE, 2008. Dissertação de Mestrado.

<sup>13</sup> Sobre o referido programa, foi pesquisado em jornais da época, nas revistas da Academia Sergipana de Letras, mas até o momento nada foi encontrado.

<sup>14</sup> REVISTA DA ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS, nº 5, p. 80.

poeta Artur Fortes, o cirurgião-dentista Alvares Barros, Epifanio Dória e, por último, o Dr. Alfeu Rosas.

O Diário Oficial assim se expressa ao se referir à sessão de abertura do evento:

Foi uma das mais brilhantes a festa realizada na Academia Sergipana de Letras por iniciativa do benemérito dr. Augusto Leite, como parte da Semana da Criança.

Festa de intelectuais, a sessão magna de ante-ontem, no cenáculo sergipano correspondeu plenamente a finalidade, que objetivou o seu infatigável promotor, de crear, com auxílio da inteligência, um ambiente de carinho e de defesa á criança, gérmem do futuro. De fato, o festival acadêmico, começando pela palavra sóbria, grave e sensata do exmo. Sr. Interventor, que produziu uma oração digna do momento político que estamos vivendo, na qual ficou acentuada a verdadeira missão dos governos em face dos problemas fundamentais da sociedade, teve a abrilhantá-lo a profunda e sábia eloquência do dr. Augusto Leite, o autorizado e experiente ensinamento do dr. Bastos Coelho, a encantadora poesia de Arthur Fortes, o eticismo empolgante de Alfeu Rosas, a vibração de Epifânio Dória e Alvaro Barros e, por fim, a dominadora e opulenta expressão de Carvalho Neto.

A assistência dessa memorável festa recolheu uma impressão de estímulo e de encanto, muito útil à campanha em pró da criança<sup>15</sup>.

Além dessa notícia, as comemorações subsequentes da Semana da Criança foram divulgadas por esse jornal, que não poupou elogios ao evento.

Compareceram a esse evento não apenas as classes mais cultas da sociedade sergipana como os sócios da Academia Sergipana de Letras, mas também médicos, advogados, professores, diretores, a Escola

---

<sup>15</sup> DIÁRIO OFICIAL, 03 Setembro de 1931.

Normal e os Grupos Escolares, estes representados pelos professores e comissões de alunos, além da população sergipana.

A convite do sr. Interventor Federal, a Escola Normal comparecerá incorporada às conferências a realizarem-se na Biblioteca Pública, a começar de hoje, nos dias 3 e 7 do corrente, às 20 horas, ficando convocada a mesma Escola para as demais festas propriamente não escolares.

Os Grupos far-se-ão representar por seus professores e pequenas comissões de alunos até 5, dos mais adiantados, nas mesmas conferências<sup>16</sup>.

No dia seguinte, 03 de setembro, esse mesmo jornal publica uma nota a respeito do discurso que seria proferido pelo médico Teodoro Nascimento sobre o valor da criança como garantia do futuro e sobre a necessidade de protegê-la ainda no ventre materno. A nota enfatizava a eloquência do orador e a receptividade do público.

Terá lugar hoje, no salão de honra da Biblioteca Pública, às 20 horas a conferência do ilustre patricio, Teodoro Nascimento, que, como uma contribuição às festas da Semana da Criança accedeu em proferir nesta ocasião a dissertação que pretendia proferir sobre o termo – Climatismo no Brasil.

Sem abandonar o tema de sua conferência, o nosso douto conterrâneo abordará, com o seu saber e a atração de sua palavra, o assunto da semana, tornando assim de mais extenso interesse a sessão de hoje na Biblioteca<sup>17</sup>.

O encerramento do evento foi presidido pelo Sr. Carvalho Neto e, na oportunidade, discursaram o desembargador Dr. Gervasio Prata que falou sobre os direitos da criança no mundo, o Dr. Oscar Nasci-

<sup>16</sup> DIARIO OFICIAL, 02 de setembro de 1931.

<sup>17</sup> DIARIO OFICIAL, 03 de setembro de 1931.



mento que discursou sobre a higiene pré-natal, Dr. Lauro Hora que se referiu aos consultórios de lactantes, o Dr. Costafilho que leu uma peça humorística, o professor Franco Freire que tratou das orientações da moderna Educação Social e, por fim, o Dr. Carvalho Neto que encerrou a sessão fazendo um apanhado das festividades da Semana da Criança. Em seguida, agradeceu às personalidades que se fizeram presentes, ao apoio do governo e a todas as classes que se congregaram em torno do problema da eugenia da raça pela assistência à infância.

Finda a Semana da Criança, uma comissão formada por três sócios da Academia Sergipana de Letras, o Dr. Augusto Leite, Alfeu Rosas e Edison Ribeiro, dirigiu-se ao Palácio para agradecer ao Interventor Federal o apoio prestado por ele à Semana patrocinada pela Academia. Também com igual sucesso, o médico realizou, nesse mesmo ano, o concurso de Robustez Infantil e lançou os alicerces do Hospital Infantil.

Em Sergipe, os concursos de robustez<sup>18</sup> sobre os quais obtive conhecimento foram realizados em 1931 e 1933. O primeiro foi promovido diretamente por Augusto Leite na Maternidade Francino Melo. O segundo aconteceu entre julho e outubro, com a culminância no dia 12, o dia da criança, que foi promovido pelo jornal O Estado de Sergipe. Quando este último se realizou, o Instituto de Proteção e Assistência a Infância de Sergipe (IPAI – SE) já existia, por isso, acredita-se que houve uma mobilização maior da imprensa e da população em geral.

Os concursos de robustez infantil foram, por muito tempo, uma prática corrente no meio médico-assistencial brasileiro. Baseados nos princípios do Higienismo e da Eugenia, previam a promoção da infância

---

<sup>18</sup> A respeito desses concursos paira uma dúvida por conta das fontes encontradas. A Revista Alvorada (1986) afirma que o concurso aconteceu em 1931 e teve como responsável o Dr. Augusto Leite. Já o jornal O Estado de Sergipe (1933) noticia todo o concurso em 1933, inclusive publicando a programação e o resultado deste, trazendo em uma de suas manchetes a seguinte chamada: “Foi brilhantemente encerrado, ontem, o grande concurso eugênico promovido pelo O Estado de Sergipe.” O que leva a crer que esse segundo concurso foi patrocinado pelo Jornal e não pelo médico Augusto Leite. Porém cabe uma ressalva: esse jornal era dirigido por seu irmão Armando C. Leite e era, sem dúvida, um meio utilizado pelo médico para propagar as concepções por ele defendidas.

sadia e se opunham à mistura de raças, já que se pretendia avançar com o ideal de “embranquecimento” da população. “A promoção da infância sadia constituía estratégia privilegiada de divulgação da Eugenia, pois, ao festejar a infância bela e robusta, criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial”<sup>19</sup>. Através desses eventos, tentava-se impor concepções de saúde infantil provenientes das elites, incentivando as mães pobres a se conformarem a condições de higiene que elas dificilmente poderiam colocar em prática. Procuravam reafirmar, perante a população mais carente, a necessidade de se adotar, no trato das crianças, os preceitos da higiene, que tão bons resultados poderiam trazer para o país.

Esses concursos foram inicialmente difundidos no Rio de Janeiro pelo médico Arthur Moncorvo Filho. Higienista, iniciou suas atividades como médico em 1897 e, em março de 1899, fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância – o IPAI<sup>20</sup> – com sede no Rio de Janeiro. Em 1921, já existiam 17 agremiações desse gênero espalhadas pelo Brasil. “O Instituto tinha como objetivos: atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância”<sup>21</sup>. Além do IPAI, foi ele também o responsável pelo 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que aconteceu em 1922 no Rio de Janeiro concomitantemente ao 3º Congresso Pan-Americano da Criança. Fato este que fez o 1º Congresso Brasileiro ser considerado de grande sucesso, inclusive no exterior.

---

<sup>19</sup> VEIGA, Cynthia; GOUVEA, Maria C. S. Comemorar a infância nas primeiras décadas republicanas. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 26, n.º.1, jan/jun. , 2000, p.135-160. ISSN: 1517 – 9702. Acesso em 24 de setembro de 2008.

<sup>20</sup> A criação desse instituto é vista por alguns autores como um marco para mudança da situação da criança no Brasil no início do século XX. Dentre eles: Sônia Kramer (2001), José G. Gondra (2002), Kuhlmann Jr. (2004).

<sup>21</sup> KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

O evento teve um grande impacto no Brasil e no exterior. Dele participaram mais de 2.300 brasileiros. No âmbito externo, seu sucesso resultou do fato do Primeiro Congresso Brasileiro ter ocorrido conjuntamente com o Terceiro Congresso Pan-Americano da Criança. Os congressos foram, na realidade, um único: a inscrição em um dos eventos garantia, automaticamente, a participação no outro. O Primeiro Congresso Brasileiro, assim nos referiremos aos encontros, foi importante porque criou “uma agenda mais sistemática para a proteção social,” e estimulou discussão das questões mais importantes de uma maneira muito mais ampla do que havia acontecido antes.<sup>22</sup>

Moncorvo Filho também organizou as celebrações do Dia das Crianças (12 de outubro) que, em 05 de novembro de 1924, foram institucionalizadas pelo presidente Artur da Silva Bernardes como o Dia Nacional das Crianças.

Em 1933, por meio de entendimentos com Moncorvo Filho, Augusto Leite instala o Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Sergipe<sup>23</sup> (IPAI – SE), que filiado ao IPAI do Rio de Janeiro submeteu-se ao mesmo estatuto e funcionaria vinculado ao Hospital de Cirurgia, conforme se depreende do trecho transcrito da Ata a seguir:

---

<sup>22</sup> WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância no Brasil: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 19, nº.37, set. , 1999, ISSN: 0102 – 0188.

<sup>23</sup> Apesar de ter sido o responsável pela instalação do IPAI em Sergipe, há alguns registros que informam que essa ideia já vinha sendo nutrida por alguns intelectuais sergipanos desde 1917. Primeiro por Francino Melo e depois pelo Desembargador Teixeira Fontes, porém, ambos não lograram êxito. Sobre a instalação do IPAI em Sergipe, ver: LIMA, Solyane Silveira. Assistência à criança sergipana: Augusto Leite e a Instalação do IPAI-SE. In: SOUZA, Rita de Cássia, SILVEIRA, Jussara Maria Viana e COSTA, Kátia Regina Lopes (orgs.). *Educação Infantil, alfabetização e educação inclusiva*. Aracaju. Ed. Criação, 2013.

ACTA da sessão de Instalação do Instituto de Protecção e Assistência á Infancia de Sergipe, realizada no dia 23 de Junho de 1933.

Aos vinte e três dias do mês de junho de mil novecentos e trinta e três, á Avenida Ivo do Prado, nº 37, sob a presidencia do Dr. Augusto Leite, foi installado o Instituto de Protecção e Assistência á Infancia de Sergipe. Aberta a sessão o Dr. Augusto Leite disse que havia assumido, há mais de um anno, com o Dr. Moncorvo Filho, o compromisso de installar, sob o patrocínio do Hospital de Cirurgia, o Instituto de Protecção e Assistência á infância de Sergipe. Accentuou elle que não era uma idéia nova a que agora ia por em obra, mas velha aspiração de alguns bons sergipanos a cuja frente se collocou, em 1919, o Desembargador Teixeira Fontes, que, infelizmente, por motivos varios e poderosos, não conseguiu levar avante o nobilíssimo pensamento. Não lograra elle nem mesmo installar o Instituto Aracajuano Protector da Infancia. A idéia agora resurge pelas mãos do Diretor do Hospital de Cirurgia, Instituto este a cuja sombra já medram serviços como o de Assistência ao parto, o de Prophylaxia pré-natal e o de Assistência ás crianças nascidas na Maternidade Francino Mello.

Os objectivos do Instituto de Protecção e Assistência á Infancia de Sergipe, affirmou ainda, são os mesmos que o do Instituto de Protecção á Infancia do Rio de Janeiro pelo qual se modelou, copiando-lhe o programma geral de maneira que sua filiação ao grande Instituto Carioca se pudesse fazer immediatamente<sup>24</sup>.

O IPAI – SE, bem como o IPAI – RJ, era uma instituição de fins filantrópicos, científicos e sociais. Tinha como fins particulares cuidar desveladamente do aleitamento das crianças na primeira idade seguindo os princípios da higiene infantil; proporcionar amparo às crianças pobres a fim de concentrar esforços de outras associações de caridade e

---

<sup>24</sup> O ESTADO DE SERGIPE, 1933, p.02

religiosas; proteger as crianças que recebem maus tratos físicos; auxiliar a inspeção médica nas escolas públicas e particulares; procurar ajudar em prol da situação da mulher na indústria, com intuito de favorecer indiretamente à infância; zelar pela vacinação e revacinação das crianças; difundir nas classes populares noções instrutivas sobre higiene infantil e combate ao alcoolismo, no tocante à infância através de conferências e publicações; criar jardins de infância, maternidades e creches; promover e auxiliar a construção de hospitais infantis; auxiliar na proteção das crianças indigentes, necessitadas e desprotegidas; incentivar a criação de classes ou escolas para crianças com problemas mentais; apoiar a fundação de instituições protetoras da infância e cuidar do exame das amas-de-leite e, finalmente, favorecer e auxiliar qualquer ideia em prol da caridade para com a infância.

Seguindo os trabalhos voltados à infância, Augusto Leite inaugura, em 30 de maio de 1937, juntamente com o Governador Eronides de Carvalho o Hospital Infantil, anexo ao Hospital de Cirurgia. Na cerimônia de inauguração, estavam presentes importantes nomes da sociedade sergipana. O discurso de inauguração foi proferido pelo dr. Lauro Hora, então diretor do Hospital de Cirurgia, em seguida, foi aberta a casa aos visitantes. A Banda de Música da Polícia Militar foi incorporada ao evento, bem como os alunos do Jardim de Infância. O jornal O Estado de Sergipe assim se expressa a respeito do acontecimento,

Vem o Hospital Infantil, preencher um vácuo sensível que se notava em nossa capital, recaindo no proficuo governo de exmo. Sr. dr. Eronides de Carvalho levar a termo esse importante empreendimento científico, que visa amparar a criança sergipana dos males próprios da primeira idade, quando o organismo acha-se exposto á invasão de todos os germens.

[...]

Coube ao espírito culto e eminentemente devotado ao sacerdócio da ciência médica de que é portador o dr. Augusto Leite, nosso ilustre representante no Senado da República, pugnar pelo primeiro destes melhoramentos, para o qual foi á Europa adquirir

material indispensável que melhor satisfizesse o modernismo exigido no domínio cirúrgico<sup>25</sup>.

A prova concreta de sua grande influência no campo médico-assistencial à criança foi a fundação da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite<sup>26</sup> em 1947. Obra esta que congregava em sua essência o cuidado com a criança e o amparo da mãe adolescente abandonada.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que todas essas iniciativas voltadas para as questões da assistência à infância pobre sergipana conferiram a Augusto Leite uma visibilidade e um reconhecimento não apenas por parte de seus pares, mas também de toda a população mais necessitada que se beneficiou de suas obras e, através delas, firmou-se nessa área.

O médico Augusto Leite foi sem dúvida uma figura notável e ímpar no cenário da medicina e do assistencialismo em Sergipe. Através de sua atuação como cirurgião e de suas obras, conseguiu o que apenas alguns médicos sergipanos na época conseguiram: o respeito por parte dos seus pares e o reconhecimento de toda sociedade. Porém, para alcançar o reconhecimento e a permanência no campo no qual estava inserido teve que enfrentar algumas disputas políticas. Afinal o campo médico sergipano foi ao longo de sua formação, cenário de disputas pelo reconhecimento e legitimação entre seus concorrentes.

Consoante Pierre Bourdieu, o *campo* seria um espaço de relações de forças, espaço de convivência dos indivíduos e de disputa entre eles, assim,

<sup>25</sup> O ESTADO DE SERGIPE, 30 de maio de 1937, p. 01.

<sup>26</sup> Sobre essa instituição ver Dissertação de Mestrado defendida no NPGED/UFS pela autora: LIMA, Solyane Silveira. “*Uma maneira de proteger e educar*”: A Casa Maternal Amélia Leite (1947-1970). São Cristóvão, 2009.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa as imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a esta, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada<sup>27</sup>.

Esse autor substitui a noção de espaço pela de campo, entendendo este como uma estrutura própria e relativamente autônoma em relação aos outros espaços sociais. Nele as posições das pessoas estavam fixadas a priori e esses agentes no campo tinham uma finalidade e se estruturavam a partir da distribuição desigual dos *capitais cultural, social, econômico e simbólico*. “Os campos são lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas”<sup>28</sup>.

Destarte, fica claro que em qualquer campo, nesse caso, no campo da medicina em Sergipe, o acúmulo de capital cultural e social é o que proporciona vinculações a determinados grupos, e confere aos agentes ligações permanentes e úteis, bem como é o capital científico que promove o reconhecimento pelos pares-concorrentes. E foi por ser detentor desses capitais que Augusto Leite conseguiu lograr êxito em suas iniciativas.

Os conceitos de campo e capital formulados por Bourdieu colaboraram para a percepção de como os agentes incorporam a estrutura social, ao mesmo tempo em que a produzem, legitimam e reproduzem-na, facilitando a compreensão das tomadas de posição do referido médico ao longo de sua vida.

Por fim, o que gostaria de salientar com este artigo, é a ideia de que Augusto César Leite foi um entusiasta e propulsor da assistência à infância e à maternidade em Sergipe, munido de vários tipos de capital, dentre eles o social, o científico, o cultural e econômico. Foi responsável

---

<sup>27</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo. UNESP, 2004, p. 20.

<sup>28</sup> Idem

por várias ações em prol da criança sergipana, dentre elas, a realização da primeira Semana da Criança, a criação da Maternidade Francino Melo, a instalação do Instituto de Proteção e Assistência a Infância de Sergipe (IPAI-SE), os concursos de Robustez Infantil, culminando com a criação da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite, obra esta que permitiria uma ação mais profícua nesse campo e o reconhecimento, não só por parte da população que se beneficiou, mas especialmente por parte dos seus pares-concorrentes.

Artigo recebido em 31 de março de 2013.

Aprovado em 28 de abril de 2013.



## MANOEL BOMFIM: um singular representante da história do pensamento educacional brasileiro\*

MANOEL BOMFIM: a singular representative of the history of the brazilian education thought

Claudefranklin Monteiro Santos\*\*

### RESUMO

A primeira metade do século XX produziu significativas discussões em torno da necessidade histórica de se pensar o Brasil. O médico sergipano Manoel Bomfim sobressaiu-se nesse cenário com destaque, tornando-se um singular representante do pensamento educacional brasileiro, sobretudo pela originalidade de suas ideias e pela coragem de expô-las em meio a um ambiente dominado pela explicação eugênica da sociedade. Bomfim, além de apontar males de origem na formação do povo brasileiro, entendeu que somente por meio da educação era possível chegar ao progresso e ao desenvolvimento pretendido pelas políticas públicas da época.

**Palavras-chaves:** Manoel Bomfim – Brasil – Educação.

### ABSTRACT

The first half of the century XX produced significant discussions around the historical need of thinking Brazil. The doctor sergipano Manoel Bomfim stood out in that scenery with prominence, becoming a singular representative of the Brazilian education thought, above all for the originality of their ideas and for the courage of exposing them amid an atmosphere dominated by the eugenic explanation of the society. Bomfim, besides pointing origin evils in the formation of the Brazilian people, understood that only through the education was possible to arrive to the progress and the development intended by the public politics of the time.

**Keywords:** Manoel Bomfim – Brazil – Education.

\* Versão ampliada da palestra proferida em Mesa Redonda do Seminário “Inclusão Social e Diversidade”. Programação Comemorativa dos 45 Anos da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, 09 de maio de 2013.

\*\* Doutorando em História pela UFPE. Professor do Departamento de História (DHI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisador do GPCIR (Grupo de Pesquisa Cultura, Identidades e Religiosidades). Membro do Movimento Antônio Garcia Filho (Academia Sergipana de Letras) e da Academia Lagartense de Letras (ALL). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

## O SUJEITO

Manoel Bomfim nasceu em Aracaju-SE, no dia 8 de agosto de 1868. Era filho de Paulino José do Bomfim e de Maria Joaquina do Bomfim. Ainda jovem, 12 anos, tendo iniciado seus estudos em terra natal, passou pela Faculdade de Medicina da Bahia (1886), e, no Rio de Janeiro - onde viveu uma boa parte do tempo - continuou e encerrou sua formação, recebendo o grau de Doutor em 1890, com a tese *Das Nephrites*.

O médico sergipano viveu uma época de profundas transformações. Politicamente, conheceu pelo menos três momentos muito significativos da História do Brasil: o fim do Império, a implantação da República e a revolução de 1930. Intelectualmente, o pensamento ilustrado cedeu espaço a todo tipo de teorias, boa parte delas, importadas, a exemplo do positivismo de Comte; do materialismo; as ideias alemãs e o darwinismo social.

Já instalado no Rio de Janeiro, Bomfim deu início a sua carreira de médico, nomeado para exercer a profissão na Polícia do Estado do Rio de Janeiro, tornando-se, posteriormente, tenente - cirurgião da Brigada Policial (1892).

Ainda exercendo a Medicina, ele já apontava para o que viria a ser mais tarde uma de suas principais preocupações: a educação. Em 1896 foi nomeado sub-diretor do “pedagogium”. Para José Maria, este órgão servia para aperfeiçoar os métodos de instrução de professores, tanto do setor público, como do privado. Uma espécie de centro de aperfeiçoamento de mestres<sup>1</sup>.

Naquele mesmo ano, colaborou bastante para a difusão da educação, especialmente na imprensa, quando chegou a ser redator e secretário do jornal “A República”. Seus artigos revelavam um Bomfim preocupado em discutir a educação numa perspectiva cívica e transformadora.

---

<sup>1</sup> SILVA, José Maria de O. Da Educação à revolução – Radicalismo em Manoel Bomfim. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). São Paulo, 1991. p.17.

No final do século XIX, ele viveu algum tempo em Mococa-SP, quando passou por um drama familiar (perda da filha, Maria<sup>2</sup>), o que o fez abandonar a medicina e voltar para o Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Depois disso, estudou psicologia experimental em Paris, com Alfred Binet e Georges Dumas entre os anos 1902 e 1903<sup>4</sup>. Entre 1906 e 1907, foi Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal (RJ).

Nos quatro últimos anos de sua vida, o autor parece como que tomado pelos últimos acontecimentos (Revolução de 1930). “Inflamado”, pode-se dizer assim, de amor pelo Brasil e sentindo-se revoltado com o que presenciava, procura fazer uma revisão da história do Brasil e nela resgatar a identidade nacional brasileira. Os livros *O Brasil na América*<sup>5</sup> (1929), *O Brasil na História*<sup>6</sup> (1930) e o *Brasil Nação*<sup>7</sup> (1931) são o resultado deste contexto, que representam a trilogia nacionalista do seu pensamento.

Vítima de câncer na próstata, Manoel Bomfim morreu em 21 de abril de 1932, na cidade do Rio de Janeiro. Sua obra chama a atenção nos nossos dias. Reeditou-se *A América Latina* e vários trabalhos têm o pensamento do autor por objeto entre eles, várias dissertações de mestrado enfocando o seu pensamento historiográfico.

Durante anos, inclusive por seu principal biógrafo, Ronaldo Conde Aguiar<sup>8</sup>, se atribui a ele a peja de um “rebelde esquecido”, opinião que pode ser resignificada se levarmos em conta a divergência que Manoel Bomfim teve com alguns dos intelectuais mais poderosos e renomados

<sup>2</sup> Manoel Bomfim foi casado com Natividade Aurora de Oliveira.

<sup>3</sup> Admitiu-se fracassado na tentativa de salvá-la da morte, sobretudo por ser médico.

<sup>4</sup> Nesse período, escreveu a obra que o tornaria célebre no meio intelectual: *América Latina – Males de Origem*, publicada em 1905.

<sup>5</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

<sup>6</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História; deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

<sup>7</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

<sup>8</sup> Cf. AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido*. Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

de seu tempo. Entre eles, Sívio Romero foi a peleja mais conhecida. Considerando seu poder no meio intelectual e junto aos órgãos de divulgação de ideias, não é difícil pensar num Manoel Bomfim boicotado e eclipsado, o que nos parece ter sido.

## O BRASIL

O pensamento social brasileiro, entre o final do século XIX e início do XX, representou a recepção de ideias nascidas na Europa e adequadas à realidade brasileira, além de fomentarem as primeiras teorias explicativas da identidade brasileira.

O racionalismo da ilustração deu lugar ao determinismo. O novo panorama intelectual dessa época influenciou muitos estudiosos brasileiros, entre eles, Manoel Bomfim. O darwinismo social tornou-se como um modelo explicativo para a “intelligentsia” nacional. Os conceitos de raça e meio passaram a ser largamente utilizados pelos intelectuais, especialmente no que se refere ao caráter do brasileiro: “(...) a sociedade é vista como um organismo submetido às mesmas leis dos organismos vivos<sup>9</sup>”.

Desse modo, era comum predominar nas ideias de boa parte dos homens de letras daquele contexto, temas como: o determinismo geográfico e cultural, a herança cultural, o parasitismo e a exploração. O atraso do Brasil era explicado como resultado dos condicionamentos da raça e do meio, na visão, sobretudo de intelectuais como Sívio Romero (1851-1914); enquanto Manoel Bomfim, na contramão, via o papel da corrosiva herança cultural portuguesa no caráter nacional brasileiro.

Em grande parte, perpassava toda essa discussão a ideia de progresso. Os males do Brasil, por exemplo, para muitos teóricos brasileiros estavam na “raça” negra, que não teria chegado a um estado de evolução civilizatório, vivendo como animais selvagens, de fácil subjugação pelos brancos, mais fortes e aptos.

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 67.

Em síntese, aquelas discussões revelavam a intenção de se “reformular” o Brasil, no sentido até estético da palavra. Suas feições coloniais, e até mesmo imperiais, deveriam ter um aspecto novo, que coadunasse com o modelo francês. Entretanto, em meio a este cosmopolitismo contagiante, a questão nacional emergia com mais intensidade, e nem todos os intelectuais participaram dessa, digamos, avalanche cultural. Entre eles, Manoel Bomfim.

Bomfim foi um crítico contumaz, radical mesmo. Nacionalista apaixonado, ele elaborou uma explicação sobre a identidade nacional em linguagem erudita e ao mesmo tempo dura. A originalidade da sua interpretação do Brasil gerou polêmicas agressivas para o seu tempo.

Por outro lado, seu nacionalismo lhe dava uma lucidez que escapava a muitos de seus contemporâneos, o que lhe fornecia uma clareza de pensamento incomum, uma visão aguda e mesmo internacionalista. Uma visão desarraigada das visões oficiais, mais preocupada com o resgate da nacionalidade brasileira a partir da história, ainda que não isentável de criar outras imagens, outros mitos e outros heróis.

O Brasil de Manoel Bomfim está presente em sua trilogia clássica: *Brasil na América* (1929), *O Brasil na história* (1930) e *O Brasil Nação* (1931). Ela foi escrita no contexto da revolução de 30. Sabe-se que os anos que antecederam o movimento de 1930 foram momentos marcados por profundas contestações. O coronelismo passou a ser posto em xeque por alguns segmentos da sociedade brasileira e a ideia de mudança se afirma com o transcorrer do processo. Seu pensamento também propunha saídas revolucionárias para o país.

Em geral, as obras pretenderam não só fazer uma história do Brasil, como ressaltar a sua identidade. Discute questões diversas, que vão do nacionalismo à raça; lança duras críticas aos portugueses e à monarquia, bem como à república. Avesso também à história oficial, elas buscaram desmistificar muitas questões e fatos consagrados pela historiografia brasileira.

Herdeiros das limitações portuguesas, para Manoel Bomfim os brasileiros continuaram submetidos à influência intelectual francesa, processo a que chamou de “influxo doutrinário”, responsável por uma espécie de imitação “barata” da cultura francesa, sem a perspectiva nacional.

Com uma paixão que lhe foi característica e o ardor nacional, ele sentiu a necessidade de procurar ver na história a “fabricação” do Brasil, o fundamento da nacionalidade brasileira. Opondo-se ao que ele entendia como sendo uma tradição pseudoconsciente de sua nacionalidade

## A EDUCAÇÃO

Poucas pessoas foram tão combativas à maneira de realizar o papel da educação da Primeira República, embora participasse da mesma em cargos de confiança, quanto Manoel Bomfim.

“América Latina - Males de Origem”<sup>10</sup> (1905) é uma das obras mais conhecidas do intelectual sergipano. De cunho nacionalista, desenvolveu uma temática nova no pensamento brasileiro, estudando a dependência econômica da América Latina frente à exploração das nações mais capitalizadas num esquema biológico conhecido como parasitismo, onde aquele continente era vítima, e seus exploradores os parasitas sugadores de riquezas.

Como vimos, a educação para Manoel Bomfim tinha uma função cívica e transformadora. Foram muitas as obras que fez para a educação, tais como: “Lições de Pedagogia” (1915); “Pensar e Dizer” (1923); “O Método dos Testes” (1926); “Cultura e educação do Povo Brasileiro” (1932). Além das que tiveram a parceria de Olavo Bilac, a exemplo de “Prática da Língua Portuguesa” (1899); “Livro de Leitura” (1901); “Através do Brasil” (1910). Sem mencionar os mais variados artigos e pronunciamentos na Câmara Federal.

Quanto a sua obra, não se pode negar originalidade e a coragem de denunciar e mexer, como um bom médico, nas feridas do sistema educacional e histórico, até político da Primeira República, embora existam enes dificuldades para uma compreensão mais crítica e ampla de suas ideias e posições.

---

<sup>10</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina – Males de Origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

De uma leitura mais cuidadosa de “O Brasil Nação” (1931), depreende-se a percepção de um espírito inquieto, preocupado com o futuro da nação brasileira, diante de uma República que há muito já se apresentava como frustrante, em especial a intelectuais comprometidos com a causa pública, como era o caso do intelectual sergipano, Manoel Bomfim. É até, por demais, estranho, ver num homem de idade avançada um ardor juvenil de teor combativo.

A linguagem utilizada por Bomfim em “O Brasil Nação” é perspicaz e felina. Detentor de uma erudição muito particular, o autor em diversos momentos procura fazer uma análise do Brasil como a de um corpo doentio, repleto de males a que ele chama de “males de origem”, sem poupar expressões duras e fortes, que chega a empolgar até mesmo os críticos mais advertidos.

Bomfim entendia que a nação estava doente e que se fazia necessária uma revolução que se concretizaria pela instrução pública popular, pela preparação do povo para saber organizar uma nação livre e independente de mandonismos egoístas e centralizadores que envolveram a Primeira república.

Em substituição à ideia de uma educação para a dominação cínica e sublimar, uma educação transformadora que conduzisse o povo brasileiro ao pleno desenvolvimento de suas riquezas potenciais e capacidades, com dirigentes preparados para exercer o bem-comum, e não somente aviltar seus bolsos, com discursos malogrados na inépcia e falsidade de suas ações.

Em “O Brasil Nação”, Bomfim não só adverte para a importância da educação para a cura dos males do país, mas inaugura uma maneira particular e inovadora de pensar o Brasil, colocando o povo na cena principal do espetáculo da história humana, e adverte para uma urgência em se colocar isto em prática.

## ATRAVÉS DO BRASIL

No ano de 2005, concluímos um trabalho de dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Trata-se do texto *Bilac e Bomfim Através do Brasil*. Na ocasião, a pesquisa teve a orientação da Prof. Dra. Terezinha Alves de Oliva, também especialista em Manoel Bomfim, estudando seu pensamento geográfico<sup>11</sup>.

Debruçamos-nos sobre a primeira edição do livro de leitura *Através do Brasil* (1910), levando adiante uma análise da obra didática a partir de seus aspectos externos e internos, vendo-o, sobretudo, como um objeto cultural multifacetado. Em seguida, observamos a narrativa, enquanto portadora de representações, buscando-se captar dela os pontos considerados os mais evidentes do discurso.

A parceria literária na produção do livro destinado à escola foi uma das muitas práticas engendradas no afã de atingir o público-alvo, o aluno. Entre o final do século XIX e a primeira década do século XX formaram-se inúmeras parcerias, algumas delas notórias no Brasil inteiro.

Um dos iniciadores do gênero no país foi poeta carioca Olavo Bilac (1865-1918). Ele publicou (sozinho ou em parceria com Coelho Neto e ainda com Manoel Bomfim) nada menos do que sete títulos infantis ou didáticos entre 1899 e 1911.

A parceria Bilac e Bomfim foi uma das mais bem sucedidas em todos os gêneros, inclusive editorial. Além disso, coroou uma amizade que teria nascido por volta de 1888, quando o segundo chegara ao Rio de Janeiro, vindo da Bahia, para concluir seus estudos na faculdade de medicina, além de destacar suas afinidades ideológicas, especialmente no que diz respeito à capacidade transformadora da educação<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> OLIVA, Terzinha Alves de. *O Pensamento Geográfico em Manoel Bomfim*. Rio Claro/SP, 1998. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista.

<sup>12</sup> BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 63



Não se sabe ao certo ainda o que os aproximou, inclusive, nesse particular da produção de livros para fins didáticos. As opiniões são muitas e vão desde a convergência de pensamentos para a temática do patriotismo até o fato de frequentarem os mesmos lugares do Rio de Janeiro, ocasião em que puderam, certamente, discutir algum assunto em comum, como o interesse pela educação dos pequenos brasileiros.

Longe de usufruírem de uma unanimidade discursiva, o que se percebe na obra didática da dupla, particularmente no livro *Através do Brasil*, é resultado de um ajuste de pensamentos e de ideias em torno da educação brasileira daquele início de século. É bem verdade, que os vendo em separado percebe-se muito de próprio em cada um deles. Se em Bilac domina um patriotismo ufanista, em Bomfim um nacionalismo mais pé no chão, pode-se dizer assim, nesses termos mesmo.

Juntos, Bilac e Bomfim publicaram três livros<sup>13</sup>. *Através do Brasil* foi o que alcançou maior notoriedade e sucesso no campo editorial. Foi publicado em 1910 pela Editora Francisco Alves. Trata-se de um livro de leitura, de caráter narrativo, destinado aos dois últimos anos das Escolas Primárias, o chamado “curso médio”. Tal narrativa se desenvolve em torno de uma viagem, percorrendo todo o país, realizada por dois meninos da cidade, Carlos e Alfredo, o primeiro de quinze e o segundo de dez anos. Sabedores de que seu pai, o engenheiro Meneses, a trabalho no interior do Estado de Pernambuco, estava acometido de uma enfermidade, os garotos empreendem, em busca do mesmo, uma longa aventura que começa nesse Estado e vai ter seu desfecho no Rio Grande do Sul.

Este percurso apresenta sete momentos, todos eles repletos de aventura e de muita emoção. A primeira parte cobre as cidades de Recife, Palmares e Garanhuns. A segunda e terceira partes se desenrolam entre os Estados de Alagoas e Bahia, passando por cidades como Piranhas, Paulo Afonso, Jatobá, Boa Vista, Juazeiro e Petrolina. No transcurso da viagem, a notícia da morte de um engenheiro, confundido com o

---

<sup>13</sup> Livro de Composição (1899), Livro de Leitura (1901) e *Através do Brasil* (1910).

pai dos meninos, fez mudar os rumos da aventura, de tal forma que o quarto momento da narrativa segue em direção ao Estado da Bahia, passando por Vila Nova, Serrinha, Alagonhias e Salvador.

Notificados sobre a situação de orfandade dos meninos, os parentes do Rio Grande do Sul, dois tios e a avó paterna, providenciam a ida dos pequenos viajantes para aquela região. A quinta, sexta e sétima parte da viagem seguem por cidades como Vitória, Rio de Janeiro, Queluz, Lavrinhas, Cruzeiro, Cachoeira, Taubaté, São Paulo, Santos, Paranaguá, Rio Grande e Pelotas.

No meio da viagem, os meninos conhecem Juvêncio, um mulato da zona rural, típico mestiço, que tinha entre dezesseis e dezessete anos, órfão de pai e mãe. Inicia-se então, uma amizade concretizada em clima de muitas dificuldades e apertos. Esse personagem é responsável pelas peripécias mais instigantes da obra.

Enquanto os meninos seguiam em direção ao Sul, Bomfim e Bilac fazem Juvêncio encaminhar-se pelo Norte do Brasil. A viagem do jovem sertanejo seguiu em direção a Manaus, passando por Aracaju, Maceió, Fortaleza, São Luiz e Belém. No meio do caminho ele conhece um marinheiro de quem se torna amigo. Este marinheiro é sergipano, natural de Maruim.

As várias peripécias encaminham os jovens a um grande final. O pai dos meninos Carlos e Alfredo não morrerá. Na verdade, tudo não passou de um engano. A avó paterna foi a responsável pela boa nova. Um telegrama enviado aos meninos é o desfecho da obra. Nele, a notícia de que o pai haveria de ir ao encontro filhos no Rio Grande do Sul, levando o amigo Juvêncio.

Como se vê, a obra gira em torno de uma trama e esta move não só os personagens em torno dela, mas trazem à tona fatos que levavam seu leitor privilegiado, alunos em formação inicial, a várias situações de aprendizagem, dos principais matizes do conhecimento à época, como o português, a matemática, a história, a geografia, a ciência, entre outros.

Esse tipo de estilo e de técnica pedagógica de escrita de livros de leitura faz da obra de Bilac e Bomfim um romance de formação, notadamente o livro *Através do Brasil*, também conhecido como

*Bildungsroman*<sup>14</sup>. Esse tipo de literatura deve iniciar ou girar em torno de um ou mais protagonistas; deve contar com uma viagem, um deslocamento de espaço como estratégia pedagógica; o protagonista deve entrar em conflito com o pai ou outro elemento de parentesco ou não, configurando um conflito de gerações que, pelo contraste, ajuda a estabelecer a identidade do protagonista; no mínimo, ele deve passar por duas situações uma de revés e outra benéfica, o que lhe garanta um aprendizado profissional que deve conduzir o protagonista à descoberta de sua verdadeira vocação.<sup>15</sup>

De modo geral, graficamente o livro oferece um bom impacto visual, passando a ideia de organização e sobriedade, não se distanciando muito do padrão da época para aquele tipo de literatura. Afora outras questões de ordem externas que pudemos destrinchar e amadurecer ao longo de nosso estudo, merece destaque a sua produção e circulação, até para reputá-la entre as mais renomadas obras brasileiras do gênero.

A obra foi editada e publicada numa época em que parte significativa da edição dos livros brasileiros foi impressa na França. Circulou durante mais de meio século no ambiente escolar. Numa população de 20.215.000 pessoas, o seu público específico correspondia a 3,15%, num total de 638.378 alunos matriculados no curso Médio das Escolas Primárias<sup>16</sup>.

Tais números, considerando que quase 80% da população era analfabeta, demonstram o peso que esse público consumidor passou a ter para os editores da época. Segundo dados da Editora Francisco Alves, em sua primeira edição, o *Através do Brasil*, teve uma tiragem de 4 mil exemplares, seguida de uma segunda edição em 1913, com a mesma quantidade<sup>17</sup>. Somando as duas primeiras tiragens, chega-se à conclusão de que o livro atendeu a 1,25% do público escolar, o que

<sup>14</sup> Expressão alemã para livro de leitura ou de formação.

<sup>15</sup> Cf. BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

<sup>16</sup> Dados extraídos de LAJOLO, Marisa (Org.). “Introdução”. In: BILAC, Olavo e BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 11-32.

<sup>17</sup> Idem.

não deixou de ser uma significativa fatia do mercado consumidor, dado que não ele era o único produto daquela natureza.

Nosso trabalho também levou em conta a análise de seus aspectos internos, alguns dos quais muito atuais e outros ainda sem resolução no cenário da educação brasileira atual. Vejamos o que foi possível detectar.

Bilac e Bomfim afirmam que o professor é uma figura essencial na tarefa de ministrar à criança as noções gerais do conhecimento humano, pondo o papel do livro em segundo plano, que se apresenta como um ingrediente de ajuda na concretização do processo ensino-aprendizagem. Algo muito avançado para aquele momento da educação no Brasil.

Nesse sentido, assim se referem:

(...) é elle quem principalmente deve levar a criança a aprender por si mesma, isto é: a pôr em contribuição todas a suas energias e capacidades naturaes, de modo a adquirir os conhecimentos mediante um esforço próprio.<sup>18</sup>

Como já dissemos, a trama é um elemento importante na narrativa do *Através do Brasil*, e, para tanto merece destaque a carga dramática que os autores imprimem à obras, com um senso de aventura típico das grandes histórias do tipo. Longe ser um aspecto de estranhamento para o aluno/leitor, o drama era uma estratégia importante na necessidade de entreter e prender a sua atenção.

A representação infantil de seus personagens apresenta duas feições: ora pueril, ora madura. Nesse último caso, chama atenção o caso do personagem Juvêncio, típico para entende esse tipo de comportamento, talvez pretendido pelos autores para formar. Em alguns momentos, os irmãos portam-se com uma maturidade que escapa a própria idade.

O *Através do Brasil* reproduz a discriminação sexual existente na sociedade naquele contexto: início do século XX. Não

---

<sup>18</sup> BILAC, Olavo e BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*; leitura para o curso médio das escolas primárias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910. p. VI

bastasse isso, cria ainda sua própria maneira de reforçar os papéis tradicionais que são atribuídos a homens e mulheres. O caráter repressivo da escola fortalece os componentes de passividade, que as meninas aprendem em todas as situações sociais. Às mulheres ficavam reservadas as tarefas domésticas ou, no máximo, as “profissões femininas”, mais desvalorizadas, quando trabalhavam fora.

Por meio de uma personagem negra que aparece nos capítulos 3 e 4. Os autores enfatizam três características na personagem: pobre, preta e velha. De alguma forma, a condição de pobreza da personagem em questão denuncia a situação de falta de assistência pelo Estado. Além disso, há a condição de analfabeta.

A ênfase na família é outra característica destacável na obra, sobretudo o amor fraterno, bem como o amor paterno dos filhos para com o pai e vice-versa. A ideia de família como mola mestra da sociedade é evidente.

O *Através do Brasil* também se mostra um livro emblemático no que diz respeito aos exemplos de boa conduta moral. Suas páginas estão repletas de ensinamentos morais e de lições de vida. Sentimentos e valores como amizade, companheirismo, afeto, confiança, perseverança, cordialidade, hospitalidade, generosidade, caridade, carinho e cooperação são, a todo o momento, colocados em evidência.

A leitura de *Através do Brasil* proporciona ainda uma série de objetivos pedagógicos, formas de encarar a educação e a vida brasileira, bem como aspectos outros componentes da nação, afóra outros elementos que foram aprofundados em nosso trabalho. Livro de leitura para o curso primário, ele traz um conjunto de representações.

Sua utilização nas escolas brasileiras não se apresentou meramente como complemento de um saber específico, e sim como ponto de partida para o conhecimento de noções de diversos campos do conhecimento, como já o dissemos. Por isso, essa obra traz a proposta de um ensino que leve o sujeito a aprender e não somente a memorizar regras de língua portuguesa e normas de construção de um texto. Mais do que um livro de leitura, o compêndio de Bilac e Bomfim era um manual de aprendizagem, não só para o aluno como para o professor.

Desse modo, entre os anos 1910 e 1965, o *Através do Brasil* conheceu 66 edições e seguiu sendo adotado como texto nas escolas do Brasil. Por mais de seis décadas, calcula-se, por alto, uma quantidade de mais de meio milhão de exemplares vendidos. Apesar da dificuldade de acesso a todas as edições, espera-se para os próximos anos a realização de um trabalho que possibilite fazer um paralelo analítico entre elas, o que evidentemente seria importante para perceber suas mudanças, seja por elas determinadas ou influenciadas, sejam as sofridas por elas pelas circunstâncias históricas no campo da educação.

A título de registro, sobretudo para os curiosos no assunto, a obra foi reeditada no ano 2000, pela Companhia das Letras. Tornou-se então especificamente um objeto de memória. Mas esta edição privilegiou apenas o texto escrito, eliminando inteiramente a iconografia e as características gráficas da primeira edição. Suprimiu capítulos, modificou títulos, acrescentou outros e suprimiu partes do texto original. De qualquer sorte, não deixou de ser um importante registro que põe Bilac e Bomfim entre os mais significativos e representativos nomes da história do pensamento educacional brasileiro, contribuindo de forma indelével no campo dos livros didáticos e da formação.

Artigo recebido em 31 de março de 2013.

Aprovado em 30 de maio de 2013.

O MOVIMENTO  
ESCOLANOVISTA NO  
ENSINO PRIMÁRIO  
SERGIPANO: nuances  
entre grupos escolares e  
escolas isoladas

Márcia dos Santos Bomfim\*

THE NEW SCHOOL  
MOVEMENT IN PRIMARY  
EDUCATION OF SERGIPE:  
nuances between school  
groups and isolated schools

RESUMO

O presente artigo retrata um estudo do movimento da Escola Nova no Brasil, delineando a implantação de suas concepções no ensino primário do estado de Sergipe. Nesse sentido, analisa-se os modelos de escolas primárias existentes no estado, sua composição e deficiências, assim como a adequação das teorias e práticas estudantis que permearam a escola primária durante a terceira década do século XX, além de evidenciar as diferenças entre grupos escolares e escolas isoladas, observando também as práticas escolares destacando a questão do civismo na cultura escolar. Para a realização deste trabalho, foram tomados como fontes relatórios de diretores escolares e inspetores de ensino encaminhados a Instrução Pública de Sergipe, além da discussão de uma ampla bibliografia acerca da educação primária no Brasil.

**Palavras-chave:** Escola Nova, grupos escolares, escolas isoladas.

ABSTRACT

This article shows a study of the New School movement in Brazil, outlining the implementation of its concepts in primary of state Sergipe. Accordingly, the models of primary schools in the state were analyzed, their composition and disabilities, as well as the adequacy of theories and practices that permeated the primary school during the third decade of the twentieth century, and also to evidence the differences between groups of schools and isolated schools, noting also school practices, highlighting the issue of civility in school culture. For this work were taken as sources reports school principals and inspectors of education directed to Public Instruction of Sergipe, beyond the discussion a wide literature about primary education in Brazil.

**Keywords.** New School, school groups, isolated schools.

\* Aluna do Curso de Especialização em Ensino de História pela Faculdade São Luís de França. Licenciada em História pela Faculdade José Augusto Vieira e professora da rede municipal de ensino de Simão Dias/SE. Contato: bonfimmarcia@hotmail.com

## O MOVIMENTO ESCOLANOVISTA

Durante a Primeira República, o ensino primário se destacou nos discursos da intelectualidade política, no sentido de transmitir para a sociedade as alterações em relação ao sistema monárquico, na perspectiva de implantar os grupos escolares nessa fase da escolaridade e com eles as concepções pedagógicas e políticas vislumbradas na época. Logo, a escola passou a ser vista como elemento de resolução dos problemas da sociedade, até então vista como “atrasada”, em função dos problemas sociais, a exemplo do alto índice de analfabetismo.

O contexto socioeconômico e político em que a educação primária se concebeu na década de 30 do século XX, é destacado em meio ao desenvolvimento industrial, passando pelas transformações da sociedade e também pelas suas carências em relação às questões sociais, pelas crises políticas num movimento oscilatório entre o período de democratização e regime autoritário. Esses fenômenos foram uma constante, ocasionando a quebra e retorno de correntes políticas ideológicas na sociedade impregnadas nas instituições e movimentos políticos sociais, que ocasionaram uma série de sensações contraditórias de seguranças e inseguranças.

Num momento anterior, se priorizou pela construção dos suntuosos prédios dos grupos escolares, sendo que esse movimento perdurou até a década de 30 do século XX, seguindo os ideais da Escola Nova. A partir dessa fase, o movimento ganhou força e os objetivos se concentraram na democratização da oferta do ensino. Esse período configura-se como o cenário de introdução e desenvolvimento de novas formas de conceber a educação primária.

É possível perceber essas transformações no estado de Sergipe, em relatório apresentado pelos inspetores de ensino ao diretor da Instrução Pública em 1932. Tal documento já denotava sinais do ensino baseado em métodos inovadores defendidos pelos escolanovistas nesse período.

Não houve professora, a quem não tivesse orientado a respeito dos processos de ensino – que fazem da atividade interessada da



criança o eixo em torno do qual gravita todo o trabalho escolar. A todas aponte o papel do mestre moderno, - que é o de despertador do interesse, “não somente, diz Fernando de Azevedo, como fonte estimuladora da atividade, mas também como disciplina de escola de trabalho.<sup>1</sup>

Nesse sentido, percebe-se a sintonia que o ensino primário sergipano se encontrava com as demandas educacionais do país naquele momento, visto que no ano de divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932, as concepções educacionais dos sergipanos se encontravam em pleno vapor para a efetivação nas salas de aula.

Esse movimento educacional foi aceito também nesse período por ser considerado o mais democrático durante o governo Vargas, pois após a imposição do Estado Novo, as ideias escolanovistas foram um pouco abandonadas, uma vez que a ideia de liberdade e democracia defendida por essa corrente estavam em pleno desuso no regime ditatorial.

É importante verificar que a implantação dos grupos escolares como monumentos que impressionavam pela sua formosura arquitetônica, custou caro à Instrução Pública e não pode ser acessível a toda a população ficando estas imponentes construções apenas nos maiores centros urbanos. A partir do período em estudo, essa temática já era vista como algo que não deu certo por não ter resolvido os problemas emergenciais da educação brasileira. Como afirma Souza e Faria Filho,

A qualidade dos prédios escolares-beleza, imponência e exuberância -, marco relevante do investimento público em educação, não predominou em todas as regiões do país e nem mesmo nos estados de São Paulo e Minas Gerais. À exceção de uns poucos edifícios considerados verdadeiros “palácios” prevaleceram

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Florival de. *Relatório apresentado ao diretor geral a Instrução Dr. Helvécio de Andrade pelo inspetor do 3º Distrito, Florival de Oliveira em 26 setembro de 1932*. Aracaju. Arquivo Público de Sergipe.

edificações modestas com poucas diferenciações internas além das salas de aula. Registram-se ainda, a precariedade e a insuficiência dos prédios, problema acentuado no ensino primário em todo o país.<sup>2</sup>

Com base no contexto histórico brasileiro da época, percebe-se um país de característica agrícola em fase de implantação da indústria nas áreas urbanas. Nas cidades, a industrialização se apresentava de forma mais substancial na região Sudeste do país. Diante desse contexto, os grupos escolares se configuraram em instituições que tiveram o papel de alfabetizar a nação atrasada, mas que não foram ampliados às necessidades educacionais da população.

No entanto, registra-se a implantação de várias instituições escolares a partir do governo Vargas, pois, apesar de o país ter passado por um período de ditadura, a alfabetização ganhou força a partir dos anos trinta, e isso está relacionado ao processo de industrialização pelo qual o Brasil passava. De acordo com Pinheiro, “A ampliação da oferta da educação escolar primária, o combate ao analfabetismo, a criação de um sistema de educação nacional eram temas centrais nos discursos da elite política, econômica e intelectual brasileira.”<sup>3</sup>

Nessa nova faceta que a educação primária do país passava, as concepções dos escolanovistas foram de suma importância para inculcar na cultura escolar um novo aspecto ou ao menos introduzir a tentativa de conceber uma maneira de ensinar pautada não mais em apenas decorar lições, mas, levar o aluno a refletir e interpretar questões importantes de seu cotidiano, além de priorizar pela democratização do ensino público.

---

<sup>2</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*, (org.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 36.

<sup>3</sup> PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. *Da Era das cadeiras isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: USF, 2002. p.185-186.

O Manifesto, em sua primeira versão, fazia coro com uma argumentação convencida do caráter inconcluso da República e, ainda que com contradições, sinalizava que a disseminação da escola pública deveria ser considerada o dado ausente, a lacuna a ser preenchida.<sup>4</sup>

A concepção de ensino dos pioneiros da educação nova foi amplamente disseminada até o período do Estado Novo. Com o golpe, as discussões foram arrefecidas em função das pressões do governo. A publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, e a presença de intelectuais desse movimento no Ministério da Educação e Saúde, ou nas Secretarias de Educação e Saúde dos Estados, contribuíram para a expansão do ensino no Brasil.

A criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 e a presença nele do educador escolanovista M.B. [Manoel Bergstrom] Lourenço Filho por mais de 40 anos em diversos cargos técnicos asseguraram a disseminação das propostas a todo o território nacional, ainda que a semântica da Escola Nova não fosse única e as disputas com educadores católicos fossem acirradas, particularmente depois de 1932.<sup>5</sup>

É relevante que se chame atenção para o fato de que, se os escolanovistas defendiam a laicização do ensino, a garantia de oferta deste por parte do Estado, a democratização da educação e a sistematização do ensino, essas teses, efetivamente, não agradava a Igreja Católica, grande detentora de instituições de ensino particular. A citação acima sinaliza

<sup>4</sup> FREITAS, Marcos César de. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. (orgs.). 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 178.

<sup>5</sup> VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo História (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: grupos escolares em foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 11.

o cenário de disputas entre escolanovistas e católicos, por defenderem propostas educacionais divergentes.

Com as alterações no quadro político, ocorreu euforia para a democratização do ensino, verificando-se, nesse período, a construção de muitos prédios escolares no país a fim de alfabetizar a infância, compondo um sistema articulado de edifícios para atender as demandas e necessidades na aparelhagem física do ensino.

No primeiro momento (anos 1910-1930), a criação dos colégios elementares e a institucionalização da escola seriada implicam o esforço de criação e legitimação de um modelo para o ensino primário gaúcho. Já num segundo momento (anos 30-50), verificou-se a busca por institucionalizar a modernidade pedagógica, o que foi feito, sobretudo, pela criação de estruturas burocráticas no próprio aparelho de Estado..<sup>6</sup>

Apesar da relativa homogeneidade na implantação da escola primária como projeto modernizador e desenvolvimentista em função das necessidades educacionais impostas também pelo processo de industrialização no país durante o regime republicano, os estados mantiveram suas singularidades, tendo em vista os aspectos culturais e socioeconômicos de cada região. Porém, o estado sergipano também investiu nas novas concepções pedagógicas, ainda que teoricamente, pois a proposta de ensino baseada no aluno como ponto central do ensino e do despertar do interesse do mesmo foi mantida como resalta relatório encaminhado à Instrução pública.

Não vejo motivos para que não avancemos no caminho em que nos lançaram os anseios por uma educação primária calcada em concepções pedagógicas que os melhores povos do mundo

---

<sup>6</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*, (org). Op. cit. p. 35.

abraçam. Com persistência, esforço e boa vontade tudo conseguiremos, mesmo porque uma reforma de ensino pondera a palavra autorizada de Francisco Campos, não é obra de prestigitação. Só não acham bom o ensino como nos queremos - as professoras que só sabem tomar lições de cór, a tantas linhas por dia; que só admitem escola eficiente com alunos carregados de livros.<sup>7</sup>

O documento enfatiza bastante a questão do método como forma de inculca-lo no ensino sergipano, visto que o inspetor de ensino ressalta a importância do mesmo para o desenvolvimento da educação, para a efetivação da alfabetização e para o cumprimento dos objetivos da escola, ao mesmo tempo em que critica questões de decorar e acúmulo de conteúdos através de tantos livros, ainda postos em prática por professoras.

Nesse sentido, o desenvolvimento da educação primária deveria estar pautado na efetivação do método baseado no despertar do empenho das crianças nos estudos. O relatório descreve ainda, o modelo de ensino americano, já que os membros da Escola Nova tinham como referencial o americano John Dewey. Logo, se verifica a concepção da educação sergipana em consonância com o arquétipo nacional e mundial.

## NUANCES ENTRE GRUPOS ESCOLARES E ESCOLAS REUNIDAS

Apesar de existir toda uma concepção de educação baseada no modelo moderno, da vontade de democratizar a educação, é preciso observar que as deficiências do ensino primário eram imensas e gritantes, e mesmo com a instalação de novas escolas ainda não se conseguia chegar ao modelo desejado pelos idealizadores da Educação Nova, pois a realidade ainda estava distante dos anseios que se queria alcançar, e nem todos os espaços escolares condiziam com o ideal que permitisse a dignidade que as crianças e profissionais da educação mereciam. As

---

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Florival de. *Relatório apresentado ao diretor geral a Instrução Dr. Helvécio de Andrade pelo inspetor do 3º Distrito, Florival de Oliveira em 26 setembro de 1932*. Aracaju. Arquivo Público de Sergipe.

escolas isoladas funcionando em casas alugadas, garagens ou casas dos próprios professores ainda permaneciam.

Um fator de destaque na observação da educação primária é a maneira como se concebia o ensino nos grupos escolares e escolas isoladas. As diferenças começavam pela estrutura física, profissionalização das docentes e atenção dada pelas autoridades competentes a essas instituições de ensino. Essa realidade pode ser percebida em relatório encaminhado à Instrução Pública, quando a descrição das escolas isoladas na maioria das partes se apresentava problemática: carente de recursos, de profissionais capacitadas ou empenhadas com o exercício da docência, de estrutura física, além de falta de assiduidade dos alunos principalmente na época do inverno quando as crianças tinham que ajudar os pais na lavoura.

Realizei a inspeção das escolas nº 1 e 3, esta com sede no povoado Geru e a aquela na cidade. A professora da nº 2, d. Francisca Rocha Ferreira, estava mais uma vez em gozo de licença para tratamento de sua sempre alterada saúde. A do povoado Geru assumira o exercício poucos dias antes da minha visita e achava-se instalada numa sala microscópica. - Vila Cristina – Foram visitas as escolas da vila (eixo feminino) e dos povoados Umbaúba e campinhos (nº 1, 3 e 4). A professora nomeada para dirigir a nº 2 d. Maria Ana Sander, não havia assumido ainda, o exercício. A frequência da escola de Campinhos é de (1) aluna. Há cinco (5) alunos de matrícula, mas no papel, apenas, pois quatro (4) já abandonaram não só a escola como o povoado. A frequência das outras escolas também não é boa.<sup>8</sup>

Os relatórios seguem apresentando sempre as deficiências quando se menciona as escolas isoladas, sendo que em alguns casos refere-se

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Florival de. *Relatório apresentado ao diretor geral a Instrução Dr. Helvécio de Andrade pelo inspetor do 3º Distrito, Florival de Oliveira em 26 setembro de 1932*. Aracaju. Arquivo Público de Sergipe.

elogiando uma ou outra professora, e mostrando a pouca importância que outras dão ao ensino ou mesmo a falta de profissionais para ocupar o trabalho docente, denunciando também as carências na aparelhagem do sistema de educação. Ressalta também as dificuldades de trabalho das professoras, seja em questões de material de trabalho, dos espaços inadequados ou da frequência dos alunos. Nessas condições o ensino se demonstrava com a falta de todo aparato necessário às boas condições, pois apesar das concepções dos estudiosos da Escola Nova estar em vigor, os recursos e investimentos na educação primária ainda eram insatisfatórios.

Nesse sentido, os alunos das escolas isoladas saíam prejudicados fazendo um comparativo com os dos grupos escolares, pois estes tinham todo aparato que contribuía para a efetivação de um trabalho mais detalhado e organizado. O mesmo relatório demonstra essa situação, uma vez que, a referência feita a eles é de organização e de trabalhos dentro da normalidade, além de enfatizar positivamente o trabalho das docentes, o que se destaca como negativo em todos os documentos desse tipo, sendo em escolas isoladas ou grupos escolares, é a carência de material pedagógico. O relatório do grupo escolar Sívio Romero, em Lagarto, confirma essa afirmação.

Nenhuma alteração tem sofrido o período escolar. O material pedagógico se acha bem conservado, não sendo entretanto, ainda suficiente para o desenvolvimento da escola moderna. Os livros da escrituração estão com as notas em dia. As aulas começam as nove e terminam às 13 horas.<sup>9</sup>

O comparativo entre grupos escolares e escolas isoladas fica ainda mais distante quando se trata das festas cívicas, uma vez que os documentos nunca citam tais eventos nas escolas isoladas.

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Florival de. *Relatório apresentado ao diretor geral a Instrução Dr. Helvécio de Andrade pelo inspetor do 3º Distrito, Florival de Oliveira em 26 setembro de 1932*. Aracaju. Arquivo Público de Sergipe.

Em escolas isoladas ou grupos escolares o currículo esteve dentro da perspectiva do regulamento do ensino do estado, porém, nestes últimos, as práticas cívicas estiveram mais atenuadas e organizadas de forma a impressionar a população e inculcar de forma mais contundente o patriotismo nas crianças, pois o espaço físico, a organização do aparelho escolar e as festas que tiveram a oportunidade de organizar, com toda uma estrutura lhes permitiram a efetivação dessas práticas.

Já as escolas isoladas não tinham uma estrutura que admitisse tais métodos de ensino do acirrado civismo, a exemplo dos desfiles e da organização em classes separadas de acordo com o grau de desenvolvimento dos alunos, visto que em geral funcionavam em salões com todas as turmas juntas, além de estarem mais concentradas na zona rural ou nos povoados.

A integração de escolas isoladas, em escolas reunidas ou grupos escolares, provocou mudança nos currículos da escola primária brasileira. Sobre essa nova realidade do currículo, Rosa Fátima e Faria Filho, são contundentes em afirmar que no jogo entre permanências e mudanças, é importante atentar para a estabilidade das práticas. Nesse sentido, abre a possibilidade para se analisar a história das disciplinas escolares e a história do currículo, observando os conteúdos e métodos de ensino.<sup>10</sup>

Dentro dessa perspectiva, é possível observar as diferenças, as deficiências, avanços e retrocessos, ocorridos no ensino primário sergipano por ser oferecido em duas categorias distintas de espaços físicos e institucionais: os famosos e estruturados grupos escolares, e as atrasadas escolas isoladas. Mesmo com suas carências esses tipos de instituições escolares constituíram-se em espaços de implantação de novos métodos de ensino e lugares de alfabetização da sociedade.

---

<sup>10</sup> SOUZA, Rosa Fatima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da História do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: Cultura primaria e escolarização da infância no Brasil ( 1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 40.



## CURRÍCULO E FESTAS CÍVICAS

Durante a trajetória da escola primária no Brasil Primeira República, o currículo estava pautado no objetivo de imprimir nas crianças a moral cívica e patriótica que sempre esteve presente, sobretudo nos períodos ditatoriais, cujo desejo de formar um sentimento de nacionalidade era uma constante. Essa ênfase consistia em incorporar na formação da sociedade brasileira, cidadãos comprometidos com a nação, no exercício seus deveres, como assegura Bencostta.

Em outros momentos, como os de expansão e consolidação dos grupos escolares na realidade educacional brasileira, a oferta de disciplina sofreu modificações singulares, conforme o momento histórico de cada Estado. Porém, ao estabelecer reformas curriculares para o ensino primário, junto à questão da escolarização, estava o desejo de formar bons cidadãos que continuassem fieis e comprometidos com a pátria, independente do regime político à frente no país.<sup>11</sup>

Nesse caminhar de transformações em que o Brasil passava, a concepção de patriotismo e de civismo, desenvolvida através das festas cívicas em comemoração a independência do país, por exemplo, e do enfoque aos símbolos nacionais, a exemplo da execução do hino nacional todos os dias nas escolas como uma exigência assídua, compôs parte da cultura escolar do período.

A cultura escolar configurou-se também como mecanismo de disciplina e estabelecimento de poder através da vigilância dos olhares dos professores e da inspeção escolar exercida nas instituições de ensino e festas da escola; nas práticas como as filas para cantar o hino e rezar, e da exposição de aulas de ensino religioso. Enfim, de todo um aparato

---

<sup>11</sup> BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. (orgs.). ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 75.

de práticas pedagógicas que permitiam o desenrolar de uma rígida disciplina, sobretudo nos grupos escolares.

Esse exercício disciplinar desempenhado nas escolas, principalmente nos grupos escolares, constituiu-se na impregnação da ideologia dominante, como condição de manutenção dos regimes políticos e manutenção desse tipo de formação para a sociedade. Como afirma Foucault:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita.<sup>12</sup>

De acordo com o autor, podemos inferir que a sociedade passa por um sistema de controle e está condicionada às concepções dos predominantes, não somente no plano da escola, em sua comunidade ou estado, mas também num plano maior de controle, instituído através do currículo.

No Brasil, essa concepção é mais visível durante os regimes ditatoriais, onde a disciplina como elemento de poder aparece de forma veemente, nas festividades cívicas, no respeito demonstrado pelos símbolos nacionais, na ênfase dada aos deveres dos cidadãos, no controle exercido pelos órgãos que agem na mídia, literatura ou no cinema. Esses elementos foram utilizados principalmente na Ditadura Vargasista.

O corpo de ações educacionais relaciona-se diretamente com o que se considerava importante para a formação do homem republicano, constituindo-se em um conjunto de práticas exercidas na escola conhecida como cultura escolar. De acordo com Dominique Julia, “a

---

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 133-134.

cultura escolar é efetivamente uma cultura *conforme*, e seria necessário definir, a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível.”<sup>13</sup>

Entretanto, é importante observar que havia resistência dos atores sociais envolvidos na educação. Assim, o professor primário era caracterizado como figura de relativo poder na escola e podia conduzir seus trabalhos a sua maneira, ou mesmo como nos exemplos das escolas isoladas não estar atento ao que as concepções predominantes estabeleciam. Para Julia:

Contrariamente às ideias recebidas, o estudo histórico das disciplinas escolares mostra que, diante das disposições gerais atribuídas pela sociedade a escola, os professores dispõem de uma ampla liberdade de manobra: a escola não é o lugar da rotina e da coação e o professor não é agente de uma didática que lhe seria imposta de fora.<sup>14</sup>

Nesse sentido, Julia evidencia a importância do agente condutor dos trabalhos escolares: o professor. Porém, é necessário atentar para a formação que este agente teve e para o contexto em que esteve inserido, pois tudo isso influencia no modo de conceber a cultura escolar.

Apesar das disciplinas de formação da individualidade, a grade curricular dava ênfase para as tarefas do ler, escrever e contar, devido às necessidades mais urgentes do contexto da época, que não permitia o que alguns escolanovistas sonhavam: a educação em tempo integral. Essa proposta não pôde ser efetivada num campo mais abrangente em função da urgência em trabalhar com a alfabetização das crianças brasileiras e ofertar o maior número possível de vagas no ensino primário.

Solange Zotti salienta que: Segundo pesquisa realizada por J. R. Moreira 70% do tempo disponível eram gastos, no primeiro e no se-

<sup>13</sup> JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista brasileira de História da Educação*. Campinas, SP: Autores Associados. 1º número, 2001. p. 32.

<sup>14</sup> JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Op. cit. p. 33.

gundo ano primário, com o ensino da leitura, da escrita e do cálculo.<sup>15</sup>

A educação primária esteve marcada de progressos e atrasos que constituíram toda a formação de um sistema que teve suas carências e suas qualidades para a efetivação de um ensino que atendesse as demandas da sociedade sergipana, e apesar de suas homogeneidades e singularidades dentro do próprio sistema, dos insuficientes recursos aplicados na educação, contribuíram para a formação do povo sergipano, com os grupos escolares, escolas isoladas e práticas de civismo.

Artigo recebido em 27 de fevereiro de 2013.

Aprovado em 12 de abril de 2013.

---

<sup>15</sup> ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004. p. 120.

CONSTRUINDO  
LAÇOS DE  
SOLIDARIEDADE:  
o compadrio de  
homens e mulheres  
escravos na Vila de  
Lagarto de 1850-1888

Joceneide Cunha\*

BUILDING SOCIAL TIES:  
godparent slaves of men and  
women in the Village of Lagarto  
1850-1888

RESUMO

Os registros de batismos têm sido estudados no Brasil desde os anos 30 da centúria passada. E os batismos de crianças escravas e de adultos africanos também têm sido alvo de trabalhos. No entanto, em Sergipe há poucos trabalhos que utilizam as fontes eclesíásticas. Este artigo objetiva analisar o batismo de escravos, crianças e adultos, na Vila de Lagarto no período de 1850-1888. Como fonte primária, utilizei registros de batismo e inventários *post-mortem*, ações de liberdade, os dados foram coletados e cruzados. Os anos correspondem aos últimos anos da escravidão, período de grandes mudanças nas relações senhor e escravo, sobretudo após a lei do Ventre Livre.

**Palavras-Chave:** Batismos, Escravos, Vila de Lagarto

ABSTRACT

The records of baptisms have been studied in Brazil since the 30s of last century. And the baptisms of children and adults African slaves have also been targeted work. However, in Sergipe there are few studies that use the church sources. This article aims to analyze the baptism of slaves, children and adults, in the village of Lagarto in the period 1850-1888. As a primary source, I used baptismal records and post-mortem inventories, stocks of freedom, the data were collected and crossed. The years correspond to the last years of slavery, a period of great change in the relations master and slave, especially after the Law of the Free Womb.

**Keywords:** baptisms, slaves, Village of Lagarto

\* Professora da Universidade do Estado da Bahia. Doutoranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia.

No Brasil, o compadrio foi um ritual bastante praticado tanto por livres como por escravos e trata-se de uma herança da cultura ibérica<sup>1</sup>. Através do ritual do batismo, a família era ampliada pelos laços espirituais. Em Lagarto, na maioria das vezes, as cerimônias batismais incluindo as dos escravos eram realizadas na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade; mas também foram realizadas em outros locais, tais como o Hospício Palmas<sup>2</sup>, a Capela do Riachão, Capela de Nossa Senhora do Rosário, sede da Irmandade de mesma Invocação e em propriedades particulares como o Oratório do Engenho Moendas, em virtude das extensões das freguesias, as Constituições sugeriu que tivesse pias batismais nas capelas para facilitar que as pessoas obtivessem o sacramento<sup>3</sup>. Em alguns casos os batismos, assim como os casamentos, também foram realizados nas Santas Missões. Este artigo objetiva analisar o batismo de escravos, crianças e adultos, na Vila de Lagarto no período de 1850-1888. Como fonte primária, utilizei registros de batismo e inventários *post-mortem*, ações de liberdade, os dados foram coletados e cruzados<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre batismo de escravos conferir: GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII”. In: REIS, João. *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988. pp.33-59.; Ver em: FALCI, Miridan Knox. *Escravos do Sertão*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. pp.96-110; FÁRIA, Sheyla. Op. cit ; METCALF, Alida. “Vida familiar dos Escravos em São Paulo no Século Dezoito: O caso de Santana de Parnaíba”. In: *Estudos Econômicos*, vol.17, n° 2, 1987. pp.229-243; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988; SCHWARTZ, Stuart. “Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

<sup>2</sup> Espécie de uma Fazenda e colégio dos Carmelitas.

<sup>3</sup> MONTEIRO DA VIDE, S. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Lisboa: typ.2 de dezembro, 1719.[São Paulo, 1853].p.11

<sup>4</sup> Utilizei os registros de batismos como fontes históricas e trabalhei com amostragem. Delimitei o ano de 1851 como o primeiro devido a 1850 ser o ano inicial da pesquisa e catalogamos os registros de 4 em 4 anos. Dessa forma, os anos fichados foram 1851, 1855, 1859, 1863, 1867, 1871, 1875, 1879, 1883, 1887. A devida metodologia foi adotada devido ao grande número de registros existentes na freguesia, totalizamos na nossa amostragem 596 batizados, estes corresponderam cerca de 11,15% dos batizados da paróquia dos anos mencionados.

Os registros de batismo são fontes nominativas e por isso permitem o cruzamento de seus dados com outras fontes e entre si<sup>5</sup>. O sacramento batismal marcava a entrada no mundo cristão e o registro de batismo era o documento que oficializava a existência das pessoas. Todavia, o registro de batismo ia além de um documento eclesiástico, ele também era um documento social, pois trazia várias informações sobre o indivíduo, a sua família e os padrinhos. No período em estudo não havia os registros civis criados após a Proclamação da República. Ressalto que analisarei os registros utilizando o ano de 1871 como um divisor, assim trabalharei os dados de 1850-1871, e 1872-1888. Pois a Lei do Ventre Livre trouxe alterações nas relações senhor(a) e escravo(a).

O batismo era um ato coletivo no qual várias crianças – livres e escravas – recebiam o sacramento numa mesma cerimônia, por isso, algumas datas e períodos foram preferidos para realizar a tal cerimônia, por como o dia consagrado a São Benedito, seis de janeiro. Em quase todos os anos pesquisados foram batizadas crianças nesta data. Outro período em que havia um número significativo de batizados era no mês de setembro, quando se comemorava o dia da padroeira de Lagarto, Nossa Senhora da Piedade. Nas festas religiosas os proprietários dos pais das crianças escravas estavam presentes e por isso, não foi raro o proprietário ou um parente do mesmo estar presente à cerimônia, mesmo que essa não tivesse sido realizada na sua propriedade. Muitas vezes foram padrinhos de crianças livres no mesmo dia que seus escravos batizavam seus filhos. As Constituições do Arcebispado da Bahia ordenava que os senhores se empenhassem para que seus escravizados tivessem os sacramentos da Igreja Católica<sup>6</sup>. Os senhores ficavam próximos dos seus escravos no ato de batismo e nos casamentos. Castiano, filho de Lourença, escrava de Caetano da Fonseca Dórea, foi batizado no dia

<sup>5</sup> BASSANEZI, Maria S. “Os eventos vitais na reconstituição da História”. In: *O Historiador e suas fontes*. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (orgs.) 1. Ed<sup>a</sup>. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. pp.141-172.

<sup>6</sup> MONTEIRO DA VIDE, S. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Lisboa: typ.2 de dezembro, 1719.[São Paulo, 1853]. p.12

27 de outubro de 1867, junto com Theodoria, filha do proprietário e D. Maria Rosa da Conceição, sua esposa. Os padrinhos de Castiano foram o irmão do proprietário, Francisco Marques de Fonseca e a sua esposa<sup>7</sup>. A data do batizado era marcada num dia em que todos pudessem ir à Vila: proprietários, padrinhos e escravos. Em alguns casos, até mesmo os proprietários dos padrinhos, quando esses eram escravos, estavam presentes na cerimônia religiosa.

O batismo era marcado pouco tempo depois do nascimento da criança, para a realização do sacramento, muitas vezes, aproveitava-se a festa religiosa mais próxima. Os escravinhos eram batizados muito novos, um pouco mais da metade (55,5%) passaram pelo ritual com até dois meses de idade. Ressalto que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia defendia que o batizado deveria ocorrer até oito dias após o nascimento das crianças, quem não cumprisse a legislação, estava sujeito a pagar dez tostões como penalidade. Os responsáveis pelo batizado da criança seriam o pai, a mãe ou quem a criasse<sup>8</sup>. Apenas dez crianças foram batizadas com mais de um ano. Sobre os adultos, na década de 50, também encontrei seis adultos sendo batizados, todos africanos, cinco homens e uma mulher. Esses africanos provavelmente chegaram à região nos últimos anos de vigência do tráfico África-Brasil. Por conta desses dados, percebemos que os senhores provavelmente se preocupavam que seus escravos fossem convertidos à *Fé Católica*. Ainda sobre os africanos, o batizado de adultos requeria alguns cuidados, como o aprendizado de algumas respostas que demonstrariam que esse africano teria aprendido os principais elementos do catolicismo. Por isso, em algumas ocasiões esses batizados demoravam um tempo após eles chegarem<sup>9</sup>. Ressalto que as nações não foram mencionadas nesses registros, possivelmente havia um interesse em camuflar as nações desses africanos para que não fosse identificado que eles entraram no Brasil no período de tráfico ilegal.

<sup>7</sup> Registro de batismo n° 488, livro n° 4, p. 383v.

<sup>8</sup> MONTEIRO DA VIDE, S. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Lisboa: typ.2 de dezembro, 1719.[São Paulo, 1853]. p.12

<sup>9</sup> Idem.p.21



Outro aspecto também é que os africanos não formavam uma grande comunidade na vila citada assim, nações novas podiam ser desconhecidas dos párocos e por isso eles definiam apenas como africanos.

Os ingênuos<sup>10</sup> foram batizados ainda mais novos: 55% com idade inferior ou igual a um mês; 77,14% com até dois meses, sendo que a idade máxima encontrada foi a de oito meses. Possivelmente após 1871 houve uma fiscalização maior para que os batizados fossem efetuados. Inclusive, o pontuado na Lei do Ventre Livre servia como respaldo à essa conduta, pois ela determinava que os batizados dos ingênuos seriam registrados em livros de batismos separados, item que foi cumprido pelo pároco do período, João Batista de Carvalho Daltro. Outra possibilidade seria a de que os pais escravos tiveram um interesse maior em batizar suas crianças para garantir o status de ingênuo para seus filhos.

Até 1871 apenas 8% das crianças escravas batizadas eram frutos de relações legítimas, ou seja, filha de casais que contraíram as núpcias na Igreja Católica. Existiram ainda seis crianças livres, fruto de relacionamento entre pai escravo e mãe livre com relações sancionadas pela Igreja, esse tipo de relacionamento foi comum na Vila de Lagarto. Alguns homens escravizados casaram com mulheres livres ou forras, ou oficializaram as relações após a alforria das suas mulheres. Com a Lei Ventre Livre, o quadro citado anteriormente permaneceu, a maior parte das crianças ingênuas batizadas também foi proveniente de relações não oficializadas pela Igreja Católica.

Os padrinhos das crianças escravas eram pessoas de diversas categorias sociais: escravos, libertos e pessoas livres. Dentre estas figuravam: pessoas ilustres de Lagarto, abastados, comerciantes, proprietários de escravos, parentes e amigos dos seus proprietários, capitães, tenentes, pobres e agregados.

Apenas um senhor batizou o seu escravo, ou seja, não era algo costumeiro; o caso em questão constituiu-se a exceção. Da mesma forma que testemunhar o casamento, o batismo reivindicava elementos inconciliáveis

---

<sup>10</sup> Ingênuos era o nome dado às crianças filhos de escravas após a lei de 1871, essas crianças eram livres.

com a relação senhor x escravo. Alguns parentes e amigos dos proprietários batizaram os filhos dos escravos, como por exemplo, Joana Gorda, que era amiga de Manoel Ricardo de Souza, proprietário do escravo Francisco, após o falecimento desse, a madrinha ficou responsável pela tutela do escravinho. Maria de Fraga, ex-escrava de Manoel Rico, que recebeu carta de alforria com a morte do seu senhor; porém seu filho, Francisco, continuou escravo e sendo tutelado pela madrinha já citada, Joana. Foram separados oficialmente após a morte do proprietário deles, contudo, após dez anos, em 1875, a mãe acionou a justiça para conseguir a alforria do filho, listando testemunhas e demonstrando que ambos ainda mantinham contato, mesmo que esporádicos. Maria de Fraga, mãe de Francisco, em nenhum momento demonstrou possuir qualquer tipo de relação, seja afetiva ou de solidariedade, com a sua comadre. Ficou também evidente a inexistência de uma relação afetiva entre a madrinha e o afilhado, pelo contrário, a madrinha aproveitou a condição de possuidora da tutela para vendê-lo e assim conseguir algum dinheiro<sup>11</sup>. Assim, temos a hipótese que a escolha dos padrinhos em alguns momentos foi mais um ato da política paternalista<sup>12</sup>. Paternalismo é trabalhado nesse texto enquanto ideologia da classe senhorial; assim, o que seria visto pelos senhores como atos de benevolência era interpretado pelos escravos como conquistas. Segundo Chalhoub, o *paternalismo* era uma “ideologia produto e instituinte do contexto de luta de classes”<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Maria Liberta e Francisco cabra, autores, Ildefonso de Mendonça Lima, réu, ação de manutenção de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1875, 32p.

<sup>12</sup> Um paternalismo indireto, porque seriam pessoas próximas do proprietário, e não o próprio senhor. Conferir: GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII”. In: REIS, João. *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988. pp.33-59

<sup>13</sup> CHALHOUB, Sidney. *A história nas Histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena*. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1991 (Primeira Versão, 33) p.13. CHALHOUB, Sidney. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: *História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo A. de M. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.95-122. No primeiro livro o autor faz uma discussão intensa do termo paternalismo, a discussão também está presente na segunda obra.

Ter padrinhos ou madrinhas livres foi uma possibilidade dos escravos de terem compadres ou comadres, devido ao tamanho das posses serem reduzidas<sup>14</sup>. Isso conferia status e a possibilidade de ajuda nas lutas cotidianas e na obtenção da carta de alforria. Esta última foi antes de tudo, uma esperança, mas nenhum padrinho deixou dinheiro suficiente para alforriar um afilhado. Os motivos citados fizeram com que os escravos concordassem com a indicação dos nomes para padrinhos dos seus filhos. Também acredito que em algumas situações os próprios escravos escolheram os padrinhos para seus filhos, isso dependeu do período, do proprietário e do poder de barganha que o escravo possuía junto ao seu senhor.

Outra solução encontrada pelos escravos foi a de buscar como padrinhos escravos de senhores distintos. Essa situação foi majoritária entre os compadres e as comadres escravos. Como por exemplo, Margarida, filha legítima de Thomazia e Manoel, escravos do capitão José Freire de Menezes, foi batizada em 1855 por Egidio e Felismina, escravos do tenente Alexandre José da Silveira<sup>15</sup>. Isto também demonstra que os escravos tinham uma capacidade de formar laços que iam além da propriedade do seu senhor e embora alguns desses padrinhos fossem escravos de parentes dos senhores<sup>16</sup>. Os escravos que tiveram como compadres seus parceiros de trabalho estavam inseridos em grandes

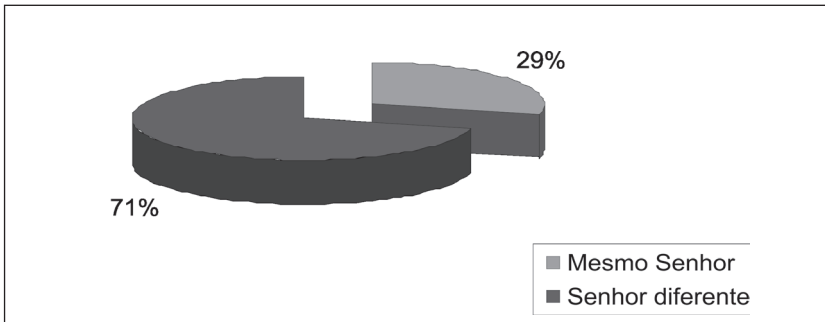
<sup>14</sup> As pequenas posses (1 a 3 escravizados) era maioria na Vila de Lagarto. Vê em: SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2004.

<sup>15</sup> Registro de batismo, n.º 165, livro n. 3, p. 321v.

<sup>16</sup> SCHWARTZ, Stuart. "Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia". In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001. Miridan Knox Falci, pesquisando o Piauí Oitocentista, percebeu que os padrinhos escravos de senhores diferentes pertenciam a parentes dos proprietários dos batizados. As solidariedades horizontais eram limitadas pela família extensa do proprietário. No entanto, em Lagarto, percebi apenas dois batizados nos quais os padrinhos eram escravos de parentes dos senhores. Existe a dificuldade de rastrear todos os parentes dos senhores, mas afianço que a maior parte dos padrinhos escravos não eram cativos de parentes dos senhores. Conferir: FALCI, Miridan Knox. *Escravos do Sertão*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995, pp. 96-110.

posses, ou seja, propriedades com mais de dez escravizados. Esse foi o caso dos escravos de Victorio da Silva Vieira que possuía mais de 17 escravos<sup>17</sup>. O gráfico 3.2 mostra a relação entre as crianças cujos padrinhos pertenciam a mesma posse e as que o padrinho pertencia a um senhor distinto.

**Gráfico 1:** Situação dos padrinhos escravos e seus afilhados em relação ao senhor - Lagarto (1850-1888)



Fonte: Secretaria Paroquial, Registros de Batismos, Registros de Batismos, livros n° 3,4,5,6 e 9

Conforme se observa no gráfico 1.1, 71% dos padrinhos escravos não pertenciam ao mesmo senhor do seu afilhado. No período pesquisado, foram batizadas 297 meninas e 1 mulher africana; 293 meninos e 5 homens africanos. Os números confirmam uma população escrava com números de homens e mulheres equilibrados. As meninas tiveram mais padrinhos e madrinhas escravos que os meninos. Segundo Schwartz e Gudeman os meninos tinham mais oportunidades de possuírem padrinhos livres, pois eles precisavam de maior proteção de pessoas livres que as meninas, por serem mais caros<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> APES - Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03<sup>a</sup> Doc. 08.

<sup>18</sup> GUEDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. "Purgando o pecado original: Compadrio e Batismo de escravos na Bahia do século XVIII". In: REIS, João. *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988. pp.33-59

Os padrinhos das crianças escravas e ingênuas foram principalmente pessoas livres, mais especificamente após 1871. A partir desta data as crianças seriam livres, por isso seus pais evitavam padrinhos escravos, pessoas de status social inferior<sup>19</sup>. A Tabela 1 mostra a participação de cada categoria nos batizados.

**Tabela 1:** Condição Social dos Padrinhos<sup>20</sup> - Lagarto (1850-1888)

	Antes de 1871	%	Após 1871	%	Total
Padrinhos Livres	535	91,14	247	95,74	782
Padrinhos Escravos	48	8,18	9	3,5	57
Padrinhos Libertos	4	0,68	1	0,38	5
Santa			1	0,38	1
Total	587	100	258	100	845

Fonte: Arquivo da Secretaria Paroquial, Registros de Batismos, livros n° 3, 4, 5, 6 e 9.

Conforme se observa na Tabela 1, os padrinhos escravos e libertos diminuíram um pouco após 1871 e os livres foram majoritários durante todo o período<sup>21</sup>. Acredito que muitos deles foram escolhidos pelos escravos. Alguns dos padrinhos livres eram pessoas que conviviam com os cativos, fosse como agregados nas fazendas ou na Irmandade do Rosário, como por exemplo, Manoel Romão da Piedade, tesoureiro da irmandade, que batizou Josefa, filha de Bonifácia<sup>22</sup>. Ou ainda, Miguel Theotônio de Castro, solicitador no fórum e que também ocupou a função de Curador

<sup>19</sup> Segundo Schwartz os batismos respeitavam a hierarquia social da sociedade. Por isso, livres não eram batizados por escravos. Em Lagarto alguns escravos batizaram filhos de mulheres livres e/ou libertas, mas esses batismos constituíram numa minoria. Por isso, creio que em Lagarto havia algumas características da realidade colonial baiana. Ver em: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

<sup>20</sup> Para a construção da Tabela, somei o número de padrinhos e o de madrinhas.

<sup>21</sup> Nos documentos de Lagarto poucas vezes se faz menção ao fato da pessoa ser liberta, seja nos documentos eclesiásticos ou cartorários. No entanto, a região era a que mais possuía libertos na província. Este fato talvez explique a não identificação de tais pessoas nos documentos, por ser algo comum. Por isso acredito que algumas das pessoas descritas como livres, nasceram escravas e se tornaram libertas.

<sup>22</sup> Livro de Registros de Batismos n° 4, pág. 88v

em processos de escravos. Miguel Theotônio testemunhou a favor da liberdade da escrava Manoela, parceira de trabalho da sua comadre e afillhada, respectivamente, Benedita e Tertuliana<sup>23</sup>. Ou seja, esse episódio evidencia as relações de solidariedade construídas entre compadres e as pessoas que os cercavam. Bem como evidencia as benesses de possuir um padrinho livre. Em Lagarto, os padrinhos livres e escravos batizaram tanto as crianças escravas naturais como as legítimas<sup>24</sup>.

Na Bahia, os escravos buscavam alianças: (i) horizontais, quando os pais escravos buscavam outros escravos para serem padrinhos, integrando ainda mais a criança à comunidade escrava; (ii) verticais, quando os pais entregavam os seus filhos a padrinhos livres, nesta situação os escravos buscavam ascensão social para os seus filhos<sup>25</sup>. Em Lagarto, prevaleceu a segunda forma de aliança prevaleceu nas relações de apadrinhamento.

O Concílio de Trento proibia que as crianças fossem apadrinhadas por santos e por padres que estivessem realizando o ato religioso. Nem a primeira nem a segunda prática foram costumeiras. Até 1871 apenas um padre foi padrinho de uma criança; no período posterior, o padre da época, João Batista de Carvalho Daltro, apadrinhou quatro crianças e os padres auxiliares mais duas. O que indicia que os padres tentavam seguir as deliberações das Constituições do Arcebispado.

Além das crianças escravas e ingênuas existiam ainda as livres

---

<sup>23</sup> José Matheos Ribeiro, autor, Manoella, ré. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1866; Arquivo da Paróquia de Lagarto, Livro de Registros de Batismos, livro nº 04, pág. 216v.

<sup>24</sup> Sheyla de Castro Faria, pesquisando um período anterior, chegou a conclusão que as crianças ilegítimas foram batizadas por pessoas livres que eram pequenos proprietários de escravos, as tais crianças compunham pequenas e médias posses. As crianças legítimas tiveram como padrinhos escravos que pertenciam ao mesmo senhor do batizado, eles faziam parte de grandes posses. Ver: FARIA, Sheyla. op. cit

<sup>25</sup> GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. "Purgando o pecado original: Compadrio e Batismo de escravos na Bahia do século XVIII". In: REIS, João. *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988. pp.33-59. Metcalf chegou a esta conclusão pesquisando São Paulo Setecentista, acredito que ocorreu algo muito próximo em Lagarto nos Oitocentos. Ver em: METCALF, Alida. "Vida familiar dos Escravos em São Paulo no Século Dezoito: O caso de Santana de Parnaíba". In: *Estudos Econômicos*, vol.17, n ° 2, 1987.pp.229-243

que eram filhas de pais escravos e mães livres ou libertas. Seis crianças pertencentes à esta categoria foram batizadas por pessoas livres, pois um escravo não batizaria uma criança livre e filha de um relacionamento legítimo. Já as onze crianças, filhas de mães solteiras, livres ou libertas, tiveram como padrinhos um homem escravo ou uma mulher escrava. Em Lagarto os escravos batizaram crianças livres, provavelmente filhas de mães libertas que tinham relações de amizade com esses escravos e que foram ratificadas com o compadrio. No entanto, tais batizados ocorreram em número bastante reduzido, mostrando que a hierarquia da sociedade era mantida na escolha dos padrinhos<sup>26</sup>.

Muitas crianças escravas tiveram um casal como padrinhos, 217 no total, destes 62 eram casados entre si<sup>27</sup>. Padrinhos casados batizaram tanto crianças legítimas como crianças naturais, o que pode indicar que boa parte destas crianças era fruto de relações consensuais e não de relações promíscuas. Senhores casados batizariam crianças filhas de mães promíscuas com suas esposas respeitáveis?

Alguns casais de padrinhos eram mistos, ou seja, possuíam condições jurídicas diferentes entre si. O quadro 1 mostra um maior detalhamento desses casais.

**Quadro 1:** Status social dos padrinhos e casais mistos – Lagarto (1850-1888)

	Madrinhas Livres	Madrinhas Escravas	Madrinhas Libertas
Padrinhos livres	194	6	—
Padrinhos escravos	9	18	2

Fonte: Arquivo da Secretaria Paroquial, Registros de Batismos, livros nº 3, 4, 5, 6 e 9.

<sup>26</sup> Ver em: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>27</sup> Contabilizei 62 casais que envolviam pessoas livres, ou pessoa livre com escravo, mas possivelmente havia casais que com somente escravos, mas sobre estes os registros de batismos não fazem referência quando eram casados.

Conforme o Quadro 1.1, dentre os casais mistos os padrinhos escravos com mulheres livres e libertas foram maioria. Isto devido ao fato de alguns escravos serem casados com essas mulheres. Inácio, escravo, por exemplo, era casado com Ana Victória, livre; ambos batizaram duas crianças, as irmãs gêmeas Ana e Felismina<sup>28</sup>.

Algumas crianças escravas tiveram apenas a madrinha ou o padrinho, fosse escravo ou livre. Neste caso encontrei 12 mulheres escravas, 4 homens escravos, 66 padrinhos livres, 64 madrinhas livres e 1 liberta que batizaram as crianças sozinhas. Entre os escravos, as mulheres foram preferidas. Isso indicia uma solidariedade de gênero: as mulheres podiam substituir a mãe, na sua ausência, além disso, podiam ajudar nos cuidados e na educação das mesmas, por exemplo, ensinando um ofício.

Em algumas localidades no Brasil há mais padrinhos livres batizando crianças sozinhas, que mulheres nas mesmas condições. A explicação apresentada é que o homem foi preferido por ser o provedor, pois poderia ajudar a custear os gastos com a criança<sup>29</sup>. Em Lagarto as mulheres livres e libertas trabalhavam tecendo, bordando e vendendo, por isso, também podiam ajudar a custear os gastos com as crianças. Talvez esse seja um dos motivos para o equilíbrio entre homens e mulheres livres que batizaram crianças sozinhas. Outra razão seria a desproporção existente na população livre entre homens e mulheres. Talvez o fato de serem crianças escravas fizesse com que as possibilidades de ter um padrinho livre fossem um pouco menor, restando a alternativa de ter uma mulher livre ou uma forra.

As 64 mulheres que batizaram sozinhas crianças escravas, também corroboram a hipótese das crianças chamadas de naturais serem frutos de relações consensuais. Mulheres respeitáveis, viúvas, solteiras e as casadas colocariam a sua reputação em discussão batizando filhos de mulheres de moral duvidosa, comprometendo-se perante a sociedade?

<sup>28</sup> Registro de Batismo n ° 203 e 204, Livro n ° 3, pág. 342v e 343.

<sup>29</sup> SCHWARTZ, Stuart. "Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia". In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.



Pós 1871, o número de padrinhos casados foi um pouco maior que no período anterior, 94 crianças ingênuas foram batizadas por um padrinho e uma madrinha, dentre esses 52 eram casados entre si. O fato de as crianças não serem mais escravas e sim ingênuas pode ter contribuído para isso. Após 1871, não há registros de padrinhos mistos, ou seja, tanto a madrinha como o padrinho tinham a mesma condição jurídica. As pessoas que batizaram sozinhas corresponderam a um total de 65. Este se subdividiu da seguinte maneira: 20 mulheres livres, 35 homens livres, 1 liberta, 5 homens escravos e 4 mulheres escravas. Diferentemente do período anterior, os homens, principalmente os livres, foram preferidos como padrinhos únicos. As crianças nascidas após 1871 eram “livres”, teriam um status superior em relação às crianças escravas, por isso, podiam ser batizadas por homens sozinhos.

Durante todo o período, alguns dos homens que batizavam as crianças podiam ser seus pais e assim o faziam porque não podiam ou não queriam assumi-las; o batismo seria uma forma de ajudá-las<sup>30</sup>.

Alguns homens e mulheres livres que batizaram várias crianças cativas ou ingênuas, possivelmente, tinham a simpatia dos escravos. Temos como exemplo: Venceslão Pinheiro da Rocha<sup>31</sup> que batizou seis crianças escravas filhas de mães e senhores diferentes; seu irmão, Francisco Pinheiro da Rocha, membro da irmandade do Rosário, convivia com os escravos e batizou duas crianças. E Josefa Maria da Conceição que foi madrinha de quatro crianças escravas, rebentos de mães e senhores distintos, e em cada batizado ela estava acompanhada de um padrinho distinto. No entanto, não eram apenas as pessoas livres

<sup>30</sup> Segundo Kátia Mattoso na Bahia Oitocentista, muitos dos padrinhos das crianças escravas eram seus pais. Vide: MATTOSO, kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3 ° ed.. São Paulo: Brasiliense, 2001.

<sup>31</sup> Sobre Venceslão Pinheiro da Rocha, além de ter sido testemunha de uma carta de alforria bastante discutida, não consegui mais informações sobre o mesmo. A carta foi cedida pela proprietária do escravo, Ana Izabel Rainha de Portugal, mas havia a suspeita de que a senhora cedeu a carta, após o seu marido ter vendido o escravo.

que batizavam mais de uma criança. Josefa, escrava de André Ramos Romero, batizou três crianças: duas filhas de parceiras de trabalho e outra de um senhor distinto. Luís, escravo de Bento José de Oliveira foi padrinho de duas crianças<sup>32</sup>.

Em Lagarto os africanos foram batizados algum tempo depois da chegada, quando já estavam melhor adaptados e puderam, quiçá, escolher os seus padrinhos. Todos foram batizados por pessoas livres, diferentemente do que ocorria em outras regiões em que eram batizados por escravos ladinos ou crioulos. Nesses locais, os padrinhos seriam responsáveis, em alguns casos, por ensinar um ofício ao escravo recém chegado<sup>33</sup>.

Algumas crianças receberam os nomes dos seus padrinhos e madrinhas. Em 1855, por exemplo, Francisca, de quatro meses, filha de Rufina, teve como padrinho Francisco Xavier da Fonseca<sup>34</sup>. Outras tiveram os nomes das suas mães e pais e algumas os nomes dos seus proprietários. Dar ao filho o nome do padrinho, do pai, da mãe ou até mesmo do proprietário (situação mais rara), era uma forma de homenagear a pessoa. Este fato é um indicativo de que alguns escravos tiveram a oportunidade de escolher ou concordaram com a escolha do padrinho para o seu filho. As crianças escravas possuíam nomes cristãos bastante comuns: Maria, Francisca e Francisco, João, José, Ana, Antônio e Antônia, Benedito e Benedita, Joana, Josefa, dentre outros e muitos destes nomes também nomeavam pessoas livres e eram nomes portugueses.

---

<sup>32</sup> Não consegui saber mais informações sobre este escravo, mas segundo Slenes, os escravos preferidos para serem padrinhos eram os escravos qualificados profissionalmente, pois poderiam ajudar os afilhados. Em Lagarto, como a especialização profissional não foi frequente creio que os escravos escolhidos para padrinhos podiam exercer certas lideranças junto aos escravos ou gozar de certas regalias junto aos senhores. Ver em: SLENES, Robert. "Senhores e Subalternos no oeste paulista". In: *História da Vida Privada II*. Org. ALENCASTRO, Luiz Felipe. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>33</sup> SLENES, op cit

<sup>34</sup> Registro de batismo, livro n ° 3, pág. 348v e 349, n ° 215.

Ou seja, os nomes africanos foram apagados da memória dos escravos que em Lagarto viveram<sup>35</sup>.

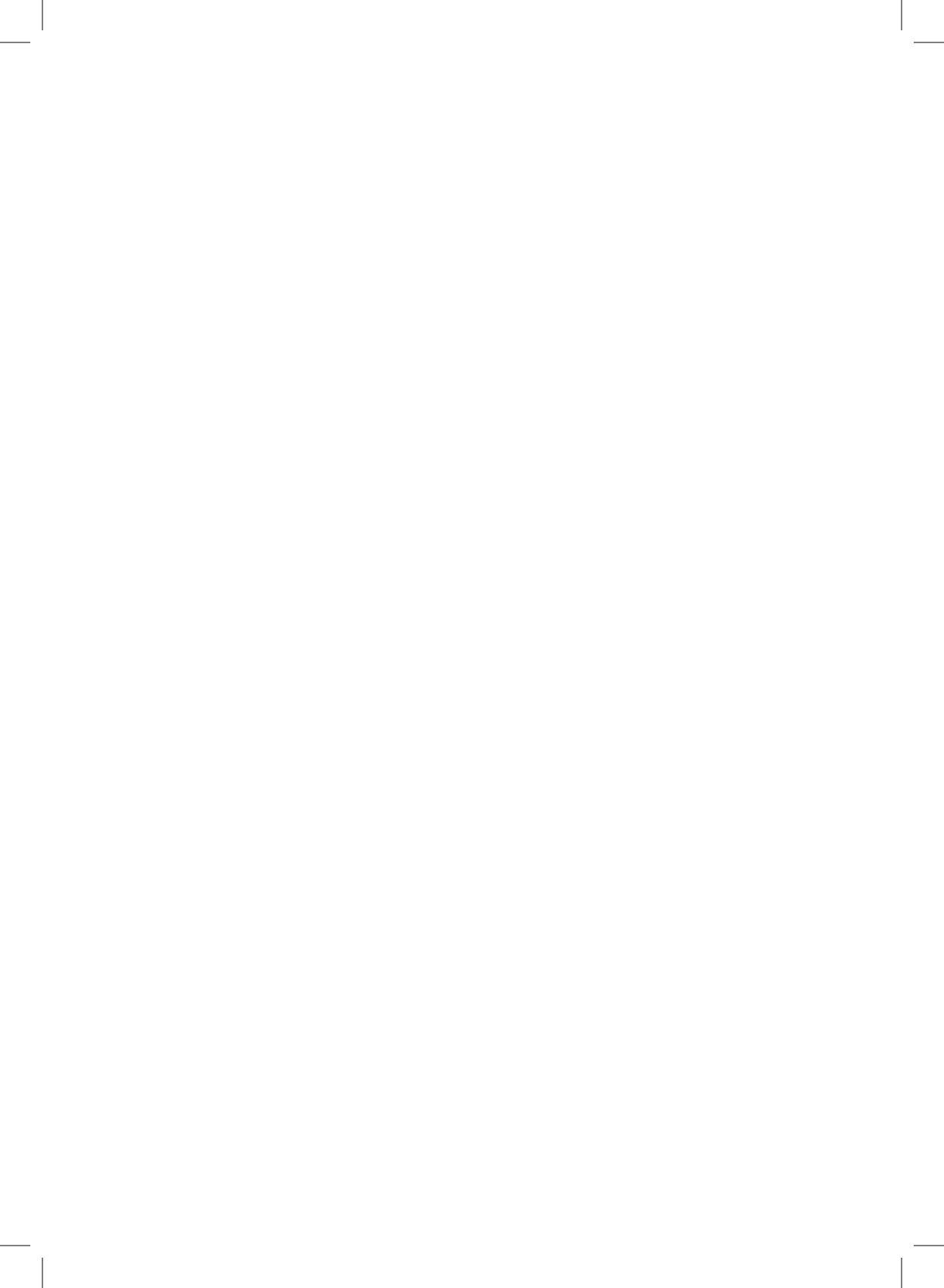
Em suma, as crianças e adultos escravos que foram batizados na Vila de Lagarto no período de 1850-1888 tiveram em sua maioria padrinhos e madrinhas livres. Em algumas situações acredito que os escravos puderam escolher seus compadres, dependia do poder de barganha do escravo. Em outras situações a escolha do padrinho da criança escrava foi mais uma prática paternalista.

Artigo recebido em 31 de março de 2013.

Aprovado em 07 de maio de 2013.

---

<sup>35</sup> Sobre o Piauí Oitocentista, Falci pontua que 64% os prenomes dos escravos eram incomuns, como por exemplo, Atanásio, Benevenuto, Crecêncio dentre outros e chega a conclusão que os nomes dos escravos se repetiam menos que os dos livres, eram mais diferentes entre si; os nomes que mais se repetiram foram Antonio, João, Benedito, Manoel e Francisco, nomes cristãos, estes perfizeram 35,9% dos nomes catalogados pela pesquisadora. No recôncavo baiano houve um índice grande de nomes cristãos. Vide: FALCI, Miridan op. cit, pp. 92-93 e GUEDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart, op. cit.



A REVISTA AGRÍCOLA  
E O “VISIONÁRIO”  
THEODORETO DO  
NASCIMENTO:  
“homem de letras e  
distinto cientista”

Fabírcia de Oliveira Santos\*

THE JOURNAL AGRICULTURE  
AND “VISIONARY”  
THEODORETO DO  
NASCIMENTO: “man of letter  
and distinguished scientist”

RESUMO

Situa aspectos da trajetória do médico e lavrador Theodoreto Archanjo do Nascimento como fundador e um dos principais redatores da Revista Agrícola, Órgão da Sociedade Sergipana de Agricultura, periódico editado na capital sergipana entre 1905 a 1908. Foi um dos principais fomentadores de discursos para a organização e produção do campo sergipano na primeira década do século XX em Sergipe. Seus textos publicados nesta Revista são lidos como discursos inseridos no contexto de um capitalismo tipográfico.

**Palavras-chave:** Revista Agrícola – capitalismo tipográfico – Theodoreto do Nascimento

ABSTRACT

Situated aspects of the trajectory of the physician and farmer Theodoreto Archanjo do Nascimento as the founder and one of the main editors of the Revista Agrícola (Agricultural Magazine), of the Sergipe Agricultural Society, the capital of Sergipe periodical published between 1905 to 1908. It was one of the main instigators of speeches for the organization and production of the field in the Sergipe first decade of the twentieth century in Sergipe. His texts published this magazine is read as discourses within the context of a typographical capitalism.

**Keywords:** Agricultural Magazine - typographic capitalism – Theodoreto do Nascimento

\* Resultado de discussões presentes na tese: A “Revista Agrícola, Órgão da Sociedade Sergipana de Agricultura” e a estratégia da produção e organização do campo em Sergipe, 1905-1908: “por em commum as ‘luzes’ e experiências””, defendida em julho de 2012 no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (NPGE/UFS), sob orientação da Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição. Optou-se manter a grafia original das palavras extraídas dos documentos utilizados.

\*\* Professora do Curso de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia/Universidade Federal do Piauí (PPGARQ/CCN). Doutora em Geografia (UFS/NPGE). Integrante do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT (CNPq/UFS/NPGE). Email: fabriciase@gmail.com

No alvorecer de 1905, no dia 15 de janeiro, a Sociedade Sergipana de Agricultura (SSA), fundada em 1902<sup>1</sup>, em Aracaju, finalmente conseguiu trazer a lume o seu órgão de imprensa: a Revista Agrícola, para divulgar e defender os interesses da agricultura, do comércio e das indústrias no Estado de Sergipe. Editada na capital, apresentou a seu público leitor durante quatro anos sem interrupções: novecentas e vinte e nove páginas com numeração progressiva em seus noventa e quatro exemplares. Iniciou sua publicação em 15 de janeiro de 1905 e finalizou em 15 de dezembro de 1908.

A Sociedade figurava entre as iniciativas voltadas para organizar a agricultura sergipana em moldes científicos, racionais, o que incluía, sobretudo, resolver problemas em torno da força de trabalho.

A Revista Agrícola, “órgão da Sociedade Sergipana de Agricultura”, um periódico agrícola que pode ser inserido no quadro geral das “publicações agrônômicas”<sup>2</sup> destacadas por Martins<sup>3</sup> (2008, p. 203), uma temática que, segundo a autora, integrou o periodismo brasileiro no final do século XIX e início do XX.

No entanto, além da condição agrícola do país, que justificava a existência dessas publicações, outras questões apontam para a ocorrência de periódicos envoltos nessa temática, singularidades a serem consideradas. Entre as quais, as necessidades de conteúdos específicos em cada revista agrícola de acordo com as respectivas demandas para cada localidade, o que não significa negar que havia razões comuns

---

<sup>1</sup> A Sociedade Sergipana de Agricultura representava a consolidação de um sonho antigo entre os lavradores sergipanos de retomar as iniciativas anteriores como: o Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e o Comício Agrícola de Sergipe.

<sup>2</sup> Sobre estudos de revistas agrícolas e sociedades de agricultura, ver: BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. *Marcado pela própria natureza: o Instituto Imperial Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891*. 2011. 281 f. (Tese) Doutorado em Ciências – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2011; CAPILÉ, Bruno. *A mais santa das causas: a Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1869-1891)*. 2010. 269 fl. (Dissertação) Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

<sup>3</sup> MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008, p. 203.

entre o meio rural brasileiro, como o problema da força de trabalho e sua transição para o trabalho assalariado. As revistas agrícolas, publicadas nas primeiras décadas do século XX, foram editadas sob um discurso uníssono de melhoria técnica do campo, porém, com algumas questões próprias a serem desveladas, realidades agrícolas e agrárias diferenciadas no sentido dos tipos de cultivos, das diferenças regionais que passaram a ser produzidas<sup>4</sup>, e das demandas do capitalismo em seu desenvolvimento desigual e combinado<sup>5</sup>, decorre, portanto, a necessidade de considerar o “locus” da Revista, e essas possíveis singularidades.

### A REVISTA E SEU “LOCUS”

O discurso de um passado pode não ter o mesmo sentido para o leitor/ouvinte atual. O “locus” de ocorrência dos fatos é constante, único, mas, as palavras produzidas nesse tempo e espaço podem ser significadas ao longo da história. As palavras são como rastros de um processo que é fruto de um tempo histórico específico, logo, as partes de um discurso não podem ser vistas separadamente, mas como parte de uma enunciação, de um processo comunicativo amplo, complexo<sup>6</sup>.

A língua como idioma, um vocabulário e o seu sentido – uma ideia - passam a ser compartilhados pelos falantes e para os leitores/ouvintes de sua fala, um processo que passa a ser difundido com mais recorrência a partir de um capitalismo tipográfico<sup>7</sup>. A condição de reprodutibilidade de ideias, oferecidas inicialmente pelas tipografias, passou a fornecer uma simultaneidade a partir das leituras em série, e ao mesmo tempo, em diferentes localizações espaciais.

<sup>4</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário – 1871-1889*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1999.

<sup>5</sup> SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Tradução Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

<sup>6</sup> BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006. [2ª. tiragem].

<sup>7</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

A Revista Agrícola, Órgão da Sociedade Sergipana de Agricultura, foi um impresso com um caráter simultâneo, produzia sentido em seu “locus”, e ao mesmo tempo, refletia um discurso externo, global, em torno da temática do campo. Fazia parte de um gênero discursivo secundário de caráter publicístico<sup>8</sup>, com intenções de unificação de ideias por seus falantes: imprimir a ideia do desenvolvimento da lavoura, da indústria e do comércio, como garantia de “grandeza da nação”, do Estado, do fortalecimento da pátria. Os conceitos de lavoura, indústria e comércio para o período de circulação da Revista ainda estavam arraigados à significação de atividades práticas voltadas para um mesmo fim, o de garantir o plantio, produção e comercialização de gêneros agrícolas, sobretudo o açúcar.

A Revista Agrícola – as suas páginas, o seu contexto –, possuía um vocabulário<sup>9</sup> que configurava uma linguagem. A formação de uma linguagem é uma tentativa de produzir a unidade de ideias. Não apenas no sentido de um novo idioma, mas de um linguajar próprio de acordo com necessidades específicas. Dessa forma é corrente, em cada período histórico, as sociedades produzirem linguagens adequadas às suas visões de mundo sobre o que está no seu entorno, sobre as suas relações com a natureza, a cidade, o campo, o trabalho, as trocas comerciais. Vinculados à linguagem, o vocabulário - palavras específicas que marcam uma época associado a fatos, relações sociais e históricas que fornecem uma significação – a sua aceitação, repetição, algumas vezes restritas, outras, universalizadas.

A união de palavras e a formação de discursos têm, sob o capitalismo, uma elaboração estruturada com o apoio de novos suportes e formas de comunicação que se ampliaram gradativamente: novas prensas; novos tipos de papel e fontes; ilustrações, novos formatos impressos: cartazes, folhetos, catálogos. O vocabulário e a linguagem analisados na Revista Agrícola integravam os discursos do/para o Estado e a produção

---

<sup>8</sup> Bakhtin, Op. cit., 2006.

<sup>9</sup> Um conjunto de palavras e expressões recorrentes ao “locus” da Revista Agrícola. A união das palavras que conferem sentido singular ao discurso em seu “locus”.



do espaço brasileiro, e estavam inseridos em balizas temporais<sup>10</sup>: final do século XIX às primeiras décadas do XX indicadas na historiografia brasileira como o período de mudanças preponderantes no reordenamento das classes dominantes sob o fulcro do avanço do capitalismo<sup>11</sup>.

### THEODORETO E A REVISTA

A “descoberta” de Theodoreto Archanjo do Nascimento ocorreu no interior desse “locus”, entre os exemplares dessa Revista editada quinzenalmente em Aracaju. O discurso na Revista era polifônico, mas as vozes de dois autores foram mais aparentes: um médico (o Dr. Theodoreto Archanjo do Nascimento) e um bacharel em Direito (o Desembargador Homero de Oliveira).

A análise da contribuição dos principais editores e colaboradores da Revista Agrícola ocorreu está situada entre os níveis de abordagem na História do Pensamento Geográfico em que se discute a participação de não geógrafos e suas ideologias na produção de discursos ideológicos sobre o espaço e a superfície da terra<sup>12</sup>. Desvela como a formação intelectual e a atuação desses “homens de letras” e os temas explorados interagiram com a produção e organização do campo sergipano.

Para o leitor desatento, os discursos dos dois autores podiam ser confundidos, não somente por igualdade de palavras, mas por serem homogêneos os ideais. De diferentes formações acadêmicas, mas en-

<sup>10</sup> Bosi (1992) diz que datas são balizas não são marcos estanques, servem para delimitar, mas não paralisam o tempo. BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 19-32.

<sup>11</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997; FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987; LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos T. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>12</sup> MORAES, Antonio Carlos R. de. História Social da Geografia no Brasil: elementos para uma agenda de pesquisa. *I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*. Rio Claro, SP. 09 a 12/12/1999. Anais... p. 19.

gajados no tom afeito à miscelânea de ideias científicas, patrióticas, positivistas do período. Os dois podem ser considerados como os motores da Revista Agrícola na sua execução teórica, a manutenção física do periódico ficou a cargo de seus diletos colaboradores: agricultores, industriais e comerciantes, e os poucos sócios que participaram com veemência na diretoria Sociedade, como anunciantes, como membros do Conselho Superior da Sociedade Sergipana de Agricultura, propagandistas das boas práticas agrícolas. Mas, foi o médico e o desembargador que alimentaram a “pena”. O exame na contribuição de Theodoretto não minimiza a atuação de Homero, uma vez que o próprio Homero sempre enalteceu na Revista, a pujança de seu companheiro de redação.

#### THEODORETO: ENTRE A MEDICINA E A LAVOURA

Perscrutar a trajetória do médico e lavrador<sup>13</sup> Theodoretto Archanjo do Nascimento constitui-se em desafio devido a sua mobilidade entre Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados brasileiros, e países estrangeiros para onde viajou principalmente participando de comissões de estudo, mas, sobretudo, o seu esquecimento na historiografia sergipana.

Os seus dados biográficos, a priori, limitam-se a duas fontes: um esboço manuscrito anotado por Epifânio Dória<sup>14</sup> escrutinador da história sergipana, que apresentou a correção sobre a data de seu nascimento: 1866 e não 1886, registrada na segunda fonte: o Dicionário Bio-Bibliográfico<sup>15</sup>, obra de referência que contém o mesmo ano, para o nascimento e para a conclusão de seu curso superior na Faculdade de Medicina da Bahia.

<sup>13</sup> Lavrador para o período não possuía o sentido atual. Tratava-se de grande proprietário de terras com conhecimento e/ou aplicação de práticas agrícolas.

<sup>14</sup> IGHSE, Fundo Epifânio Dória, pac. 2054, cx. 28, doc. 054. Apontamento biográfico de Theodoretto do Nascimento por Epifânio Dória, s.d. Além desses manuscritos, algumas correspondências endereçadas a Theodoretto.

<sup>15</sup> GUARANÁ, M. C. Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 501-503.

Dória burilou e anotou alguns dados biográficos, provavelmente a partir de alguns documentos (cartas, a sua maioria) relativos à Theodoro existentes no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, tópicos que também estão interpenetrados no texto de Guaraná (1925). Na conferência entre as duas fontes e outras coligidas (principalmente jornais), apesar da confusão da data do nascimento e formação, o Dicionário ainda é a que reúne o maior número de registros biográficos sobre o médico:

Natural de Lagarto, Sergipe. Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo o grau a 18 de dezembro de 1886. Domiciliado em Riachuelo, serviu em comissão por ocasião da epidemia de febres em 1887; fez parte de uma sociedade em Laranjeiras de conferências públicas sobre assuntos sociais de instrução e política de que eram membros Fausto Cardoso, Felisbello Freire, Josino Meneses, Baltazar Góes e outros, em favor da propaganda republicana de Sergipe, e exerceu até 1888 o cargo de Delegado de Higiene daquela cidade. Transportando-se para o Estado de São Paulo, foi em 1889 nomeado para combater a epidemia da febre amarela em Limeira; extinta esta, voltou para a Capital onde matriculou-se em Direito, fazendo o seu primeiro ano em 1890. (...) Em 1891 foi nomeado delegado de higiene na capital de São Paulo e mandado em comissão chefiada pelo Dr. Domingos Freire para a Europa (Berlim), a fim de estudar o tratamento da tuberculose de Koch e em 1892, foi chefe de clínica nas epidemias de febre amarela em Mogi-Mirim (São Paulo) e em 1897 foi nomeado pelo Presidente de Sergipe, Dr. Martinho Garcez, para estudar no Ceará a cultura da maniçoba. Voltando a Sergipe, foi nomeado pelo Presidente, Dr. Josino Meneses, Diretor de Higiene, conservando-se neste lugar até 1901<sup>16</sup>, quando foi

<sup>16</sup> Permaneceu no cargo até 1906. Em 1905 solicitou licença para a referida viagem conforme Ofício 331, de 02/06/1905, da Secretaria de Governo do Estado de Sergipe, Terêncio Sampaio, para Theodoro do Nascimento (IHGSE, cx. 23, doc. 158).

escolhido pela 2ª conferência Açucareira do Recife para estudar no Egito, Índia, Java e Ceilão os processos de cultura da cana de açúcar (...). Foi nomeado, em 1907, médico profilático do Xerém e em 1908, representante do Estado de Sergipe no 6º Congresso Médico de São Paulo e membro da grande comissão da Exposição Nacional (...)

Alguns dados presentes neste verbete foram conferidos em outras fontes documentais, uma vez que publicou vários artigos em jornais cariocas<sup>17</sup> e paulistas<sup>18</sup>, assim como foram recorrentes nestes periódicos noticiarem sobre a sua atuação, como exemplo, a sua participação ativa na agricultura são referências localizadas no jornal fluminense Gazeta de Petrópolis, na seção “Correios dos Estados”:

#### Da República do Ceará

Tivemos hoje o prazer de receber a vizita do illustre Sr. Dr. Theodureto Nascimento e Major Argemiro de Sant´Anna, comissionados pelo governo de Sergipe a fim de estudarem neste Estado o plantio e a cultura da maniçoba. O Sr. Dr. Theodureto é médico e tem viajado pela Europa. Reside em São Paulo onde clinica e entrega-se a estudos de agricultura, sendo lavrador em Sergipe e naquelle Estado.

Pretende viajar pelo centro a serviço de sua comissão, concentrando os seus estudos nas principaes zonas de Uruburetama e Maranguape. Agradecidos á gentileza dos dignos cavalheiros, desejamos que encontrem todas as facilidades para feliz desempenho da incumbencia que lhes fora dada pelo governo de Sergipe<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Sobretudo, *O Paiz*.

<sup>18</sup> Koguruma apresenta em seu livro transcrição de matéria de Theodoretto sobre críticas às práticas de curandeirismo em São Paulo, publicada em jornal paulista “O Estado de São Paulo” (KOGURUMA, Paulo. *Conflitos do imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na “Metrópole do Café” – 1890-1920*. São Paulo: Annablume, 2001, p. 131-134).

<sup>19</sup> GAZETA de Petropolis. Petropolis, Ano VII, n. 108, Sábado, p. 2, 10/09/1898.

Sobre a sua presença na capital paulista, um artigo sobre as formas de transmissão da Febre Amarela, incluía o médico Theodoreto entre aqueles que discordavam do então defensor da teoria hídrica como o principal meio de contágio da doença<sup>20</sup>.

Também se registra em sua biografia uma atuação no Partido Republicano, em Sergipe, no século XIX, e sua possível ação simpatizante em torno da causa Liberal na Revolta de Fausto Cardoso<sup>21</sup>, o que resultou na sua provável exoneração do cargo de Inspetor de Higiene, em 1906<sup>22</sup>, além de sua candidatura temporária a Presidente do Estado de Sergipe em 1908.

#### PERCURSOS DE THEODORETO NA REVISTA: “O VISIONÁRIO”

As viagens de Theodoreto fizeram parte de sua atuação como propagandista da lavoura, mas, também, estavam relacionadas a sua formação acadêmica, o que incluiu deslocamentos para especialização médica.

Atendo-se especificamente, neste texto, ao tempo de sua participação na Revista Agrícola (1905 a 1908), a primeira viagem registrada é para a capital pernambucana em 1905 para participar da 2ª Conferência Assucareira: “Por Acto do Governo, sob n. 28 de 10 do corrente, foi nomeado para representar o Estado de Sergipe na 2ª. Conferencia Assucareira, a reunir-se a 12 de Março próximo, no Recife, o Dr. Theodoreto Nascimento (...)”<sup>23</sup>

<sup>20</sup> TEIXEIRA, Luiz Antônio. Da transmissão hídrica a culicidiana: a febre amarela na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 217-242, 2001, p. 226.

<sup>21</sup> Revolta armada local ocorrida em agosto de 1906 em Sergipe visando depor o então Presidente do Estado, culminou com a morte do líder liberal Fausto Cardoso.

<sup>22</sup> SOUZA, Terezinha Oliva de. *Impasses do Federalismo: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Universidade Federal de Sergipe, 1985, p. 210.

<sup>23</sup> REVISTA Agrícola. Aracaju, Ano I, n. 3, p. 24, 15/02/1905.

Como decorrência das determinações desse evento, a sua nomeação para compor comissão de viagem para o Oriente<sup>24</sup>. Dessa forma, pouco depois de fundação do periódico, partiu para uma longa viagem, mas procurou não se desvencilhar de suas obrigações de redator. Em artigo publicado na Revista Agrícola, n. 10, “Como despedida”, reiterou a importância da Revista para o meio rural sergipano, assegurou que a “penna scintillante do Dr. Homero a evangelizar nestas paginas que não desaparecerão com a ausência ‘que faço’”<sup>25</sup> e sobre a viagem destacou:

Não me seduziu a honra extraordinária, nem tampouco o prazer de viajar, alias conhecido de quem já fez duas viagens ao velho mundo, determinou a minha acquiescencia em partilhar as responsabilidades de uma tão importante comissão. Foi antes a vontade sincera de servir, trabalhar e cooperar para o aperfeiçoamento moral e material de nossa lavoura, com a fé e dedicação de que me sinto capaz, foi a necessidade de provar com factos, estas convicções tantas vezes expressas por meras palavras, o que me pezou no espírito e decidio. É preciso não ser somente theorico e sonhador como somos geralmente tratados, é necessário aggir e penso que aggir é aggir heroicamente uma tal comissão, a tão grande distância, sem ao menos o interesse da remuneração, como acontece, pois apenas teremos o estrictamente preciso para as despezas de viagem, si não for insufficiente, como se deve acreditar, e em breve verificaremos

Finalizou a sua despedida com um pedido aos colaboradores da Revista que a amparassem e a prestigiassem. Theodoretto viajou em

<sup>24</sup> Foram os nomeados para a Comissão: Affonso de Mendonça, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Theodoretto do Nascimento e José Maria Carneiro da Cunha. Theodoretto e Calmon foram para o Oriente e os demais para os Estados Unidos e Cuba (CALMON DU PIN e ALMEIDA, Miguel. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, p. 263-265, 01/03/1906.

<sup>25</sup> NASCIMENTO, Theodoretto do. Como despedida. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano I, n. 10, p. 81, 01/06/1905.

comissão com o engenheiro baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida, Secretário da Agricultura na Bahia, e futuro Ministro da Viação e Obras Públicas e, posteriormente, da Agricultura, Indústria e Comércio nas primeiras décadas da chamada “República Velha”, sobrinho homônimo do Marquês de Abrantes, importante família baiana que participou praticamente de todas as iniciativas em torno do progresso da lavoura baiana e brasileira<sup>26</sup>

Sua viagem ao Oriente ecoou nas páginas da Revista<sup>27</sup>. O número seguinte, após o artigo de despedida, trouxe notícias sobre a sua partida “no dia 2 do corrente mez” [02/06/1905] e elogios para o médico como defensor da lavoura sergipana, e o destaque sobre a importância de sua viagem<sup>28</sup>.

A seção “Noticias Diversas” da Revista Agrícola, de 01 de julho de 1905, acompanhava a viagem de Theodoreto, informou sobre sua chegada a Salvador, a fim de iniciar seu deslocamento para o Oriente, através de transcrição de matéria veiculada no Diário da Bahia:

(...) Assim se manifestou o “Diário da Bahia”:

Recebemos, hontem, a gentilíssima visita do Sr. Theodoreto do Nascimento que parte amanhã, a bordo do Thames, para Marselha, onde se encontrará com o nosso eminente conterrâneo, dr. Miguel Calmon, e onde emprehenderão juntos, por delegação da

<sup>26</sup> ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e Hegemonia: a construção da Agronomia como Campo Científico na Bahia*. 2010. 374 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2010.

<sup>27</sup> E também de jornais estrangeiros conforme reproduziu a Revista Agrícola. Além dela foi localizada uma nota sobre a passagem de Theodoreto e Miguel Calmon em jornal das Índias Holandesas *Het nieuws van den dag voor Nederlandsch-Indië* [Notícias do Dia para as Índias Holandesas] n. 230, 06/10/1905, p. 9. As Índias Orientais Neerlandesas (ou Índias Orientais *Holandesas*) a colônia fundada por neerlandeses da *Companhia Neerlandesa das Índias Orientais* (ou VOC) e que abrangia todo o território da atual Indonésia, a capital era Batavia até 1949 quando conseguiu sua independência, hoje é Jacarta. *HET NIEUWS van den dag voor Nederlandsch-Indië* [Notícias do Dia para as Índias Holandesas], n. 230, p. 9, 06/10/1905.

<sup>28</sup> NOTÍCIAS Diversas. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano I, n. 11, p. 95, 15/06/1905.

Conferencia Assucareira do Recife, a viagem de estudo da cultura da canna de assucar ao Egypto, á India, a Ceylão e á Java.

Medico de larga nomeada no sul da Republica, principalmente em S. Paulo, onde abriu caminho para o triumpho pelo próprio esforço, servido por muito talento e erudição, o dr. Theodoretto superintende actualmente os serviços de Hygiene em Sergipe, onde também é agricultor adiantado.

É um dos beneméritos da lavoura; ali na formosa terra do seu berço, foi um dos organizadores da Sociedade Sergipana de Agricultura (...) fundador e redactor da Revista Agrícola, adeantado criador e lavrador em seu Estado natal onde tem prestado excellentes serviços, quer na propaganda activa dos meios de melhorar a industria pecuária e agrícola, quer em relatórios minuciosos sobre a cultura da maniçoba (...) <sup>29</sup>

Depois de sete meses e meio de viagem, o médico retornou de sua missão<sup>30</sup>, enquanto a “Bahia” recebia o seu patricio, o Dr. Calmon, com honras, destacando êxito obtido em meio às dificuldades da viagem, “Sergipe”, assim teria dado às boas vindas a Theodoretto:

Sergipe levou, por intermédio de alguns particulares, friamente, as boas vindas, ao dr. Theodoretto; não precisa dizer que não fez surgir seu nome glorioso das urnas; mas em compensação, esperava-o ancioso, para entregar-lhe o lazareto<sup>31</sup> com as dezenas de variolosos que alli se acham, mais uma vez reclamando a sua competência e os seus serviços. Um Estado que procede assim para aquelles que trabalham, esforçam-se e sacrificam-se, porque não dizer para bem servir-o, está condemnado a marchar um

<sup>29</sup> NOTICIAS Diversas *Revista Agrícola*, Aracaju, Ano I, n. 12, p. 105-106, 01/07/1905.

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Homero de. A Comissão do Oriente. Dr. Miguel Calmon - Dr. Theodoretto do Nascimento. Aracaju, Ano II, n. 26, p. 240-242, 01/02/1906.

<sup>31</sup> Recordando que Theodoretto, à época, era “Inspector de Hygiene” do Estado, e grassava um principio de epidemia de varíola em Sergipe.



século, atravez da história, para nesta, quando muito, registrar meio passo para frente.

Tambem parece-nos que para aos homens superiores, satisfaz bastante a consciência do dever cumprido<sup>32</sup>.

Na mesma edição que noticiou o seu retorno, Theodoretto publicou o artigo “De Regresso”. Discorria sobre as certezas adquiridas com a viagem, o que foi solidificado em sua atuação: “e logo, declaro, mais visionário voltei”. No artigo, retomou sua fala de antes da partida: de pedir que a Revista não tivesse fim. Pedido o qual foi atendido, de maneira que agradeceu o empenho dos poucos colaboradores, mas que, apesar da iniciativa, mirava o eminente fim da Revista, sobretudo, diante os custos para mantê-la, valor que muito onerava os cofres da Sociedade Sergipana de Agricultura, o desaparego de seus assinantes: “[...] as devoluções [da Revista] sobem para 198”. Com a tiragem inicial de 500 exemplares passara a publicar 350. Entre os assinantes, muitos não pagavam, ou sequer retiravam seus exemplares nas agências “de maneira que a consequência de tudo isso será o nosso desaparecimento inevitável, ante a vontade soberana dos lavradores de Sergipe que assim querem e assim determinam”<sup>33</sup>.

As notícias sobre os resultados da viagem prosseguiram: a transcrição de uma entrevista como o Dr. Miguel Calmon publicada no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro<sup>34</sup>, na qual destacava a colaboração de Theodoretto. O conteúdo da entrevista informava ainda sobre uma série de alterações produzidas naquele contexto e com previsões para mudanças futuras na produção de alguns itens como a borracha obtida da seringueira, que diante as observações da produção estrangeira não seria mais colhida no prazo de 20 anos. Além do exame sobre outros

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Homero de. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 26, p. 242, 01/02/1906.

<sup>33</sup> NASCIMENTO, Theodoretto do. *De regresso*. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 26, p. 242-243, 01/02/1906.

<sup>34</sup> REVISTA Agrícola. Ainda a Comissão do Oriente. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 27, p. 251-253, 15/02/1906. REVISTA Agrícola. Ainda a Comissão do Oriente. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 27, p. 253, 15/02/1906.

produtos de exportação: açúcar, fumo, algodão. O Dr. Calmon revelou que cumpriu não só que o foi designado na Segunda Conferência, como também as demandas do Governo da Bahia, que incluía a contratação de um cientista estrangeiro para dirigir o Instituto Agrícola da Bahia, e a aquisição de aparelhos para o gabinete de mineração, como também espécimes animais: “comprei na Índia quatro casaes bovinos de raças Nellore, Guserate Hanvi, afora casaes de cabras”.<sup>35</sup>

Na mesma edição da entrevista de Calmon, o Dr. Theodoretto publicou “A Praga dos Incêndios”, onde avaliou o pouco cuidado dos lavradores sergipanos com a terra e com as matas, permitiam que “rendeiros” plantassem mandioca, feijão e milho e para isso derrubavam as matas, as incendiavam e não davam qualquer retorno aos proprietários, logo concluiu: “nada vale, porque não nos dá fortuna”.<sup>36</sup>

No conteúdo da Revista essa é uma das poucas referências feitas aos camponeses. Não são chamados de indolentes como em outros textos veiculados, mas não deixam de receber acusações: “o incêndio proposital e a vagabundagem provocante de gente que não precisa trabalhar”. Na mesma matéria essa “gente”, eram os rendeiros, pescadores, caçadores que eram os acusados de “carbonizar o Estado”, a eles também foi imposta a culpa pelas secas, e por todo o desmatamento. O texto é finalizado clamando justiça a esses crimes, exigindo a execução do Código Rural<sup>37</sup>, a regulamentação do trabalho agrícola. Cabe ressaltar,

---

<sup>35</sup> REVISTA Agrícola. Ainda a Comissão do Oriente. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 27, p. 253, 15/02/1906.

<sup>36</sup> NASCIMENTO. Theodoretto do. A praga dos incêndios. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 27, p. 253, 15/02/1906.

<sup>37</sup> O Código Rural foi criado em 1905 (Decreto n. 537 de 21 de agosto de 1905 em obediência à Lei N. 481 de 12 de novembro de 1904. Seu texto, na íntegra foi veiculado nas edições da Revista Agrícola: Código Rural. n. 16, 01/09/1905, p. 139-143; Código Rural, n. 17, 15/09/1905, p. 151-157 [faltam as páginas: 153 a 156]; Código Rural, n. 19, 15/10/1905, n. p. 170-173). Faltam alguns artigos do Código porque a edição 18 de 01/10/1905 foi extirpada da encadernação onde estão os volumes armazenados na Biblioteca Pública Epifânio Dória em Aracaju, Sergipe, In: CÓDIGO Rural. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano I, n. 16 p. 139-143, 01/09/1905; CÓDIGO Rural. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano I, n. 17, p. 151-157, 15/09/1905; CÓDIGO Rural. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano I, n. 19, p. 170-173, 15/10/1905.

que em 1906, no cenário brasileiro, a população livre e sem emprego era constante no campo e na cidade, porém escamoteada, por conta dos rearranjos de poder.

A configuração do trabalhador livre no Brasil demandou a reformulação das relações de dominação, contraditoriamente ao lado de um ideário de crença de sociedade livre de homens iguais. O direito a terra para esses trabalhadores livres era extremamente deficitária conforme observou Silva<sup>38</sup> sobre “Camponeses e Criadores na Formação Social da Miséria”, no sertão sergipano. Os camponeses eram frequentemente “empurrados” para as áreas de fronteiras com o semi-árido e outros locais com terras praticamente incultas.

As fontes sobre a presença camponesa no campo nesse período estão em negativo, não são claras. A revelação da exploração camponesa requer atenção para as entrelinhas dos discursos presentes nas fontes documentais escritas, como os textos de Theodoro na Revista. O brilho da ciência do médico viajante parecia ser ofuscado diante de palavras pejorativas para tratar pequenos sitiantes, e outros que nada de terra possuíam e “vagavam” em busca de alimento. O apelo do médico para o Presidente do Estado e para o Chefe de Polícia para resolver o problema dos “incendiários”, era uma condição a ser ceifada para que o progresso avançasse.

A matéria também permite inferir sobre as singularidades no/do campo sergipano, como o discurso da classe dominante foi alimentado por um vocabulário e linguagem que moldaram o perfil, não só territorial do campo, mas também das formas de organização do trabalho, assim como o rompimento de antigas práticas culturais associadas, como os costumes em torno dos ciclos agrícolas. Antes com forte vinculação de traços indígenas, africanos e portugueses, foram compelidos ou absorvidos na lógica massificante do capital.

Novas mercadorias associadas a novas necessidades, a desassistência de escolas, a falta de médicos, de trabalho assalariado, impulsionaram

---

<sup>38</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Camponeses e criadores na formação social da miséria*. Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920). 1981. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 1981.

a migração para as cidades, a produção do fetiche do progresso e da modernidade, em conjunto a essa produção a definição de estigmas para o campo e para a cidade, atraso e progresso, respectivamente. Um rompimento quase irreversível de elos de coesão social, de forma que os camponeses passaram a ser denominados e compelidos à pecha de “matutos”, “caipiras”, ou outras denominações conforme cada região brasileira<sup>39</sup>.

Salles (1986) observa como esse processo de emergência do trabalhador livre no Brasil vai ser inserido nas novas formas de dominação, nas quais a demanda da Nação, representada no Estado, é produzida como garantia de controle da luta de classes – em nome da Nação (da unidade), da pátria (do sentido de pertencimento simbólico). E que muitas das relações de dominação foram estabelecidas através de códigos não escritos, mas impressos no comportamento e nas relações entre classes<sup>40</sup>. O que implica que, um universo de informações, principalmente sobre a presença camponesa nesses tempos foi praticamente perdido, uma vez que a memória era/é na maioria das vezes o único suporte de registro de sua existência, assim como seus costumes em comum<sup>41</sup>.

O “nomadismo predatório”, tema destacado na matéria, foi observado desde o final do século XVIII e início do século XIX. De forma que não era uma “opção” para trabalhadores indolentes, mas uma prática inserida na mentalidade colonizadora que segundo Pádua é a primeira variável, entre quatro, a serem percebidas na construção de uma equação do caráter ambientalmente devastador da ocupação colonial do território brasileiro:

---

<sup>39</sup> CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 8. ed. São Paulo: Ed. 34, 1999 [1ª reimpressão]; CUNHA, Eúclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ediouro, 2003.

<sup>40</sup> SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 133.

<sup>41</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

A imagem de uma terra sempre disponível para o avanço horizontal da produção [agrícola] minimizava a importância do cuidado ambiental. À medida que os solos agrícolas e pastoris tornavam-se estéreis, a fronteira avançava em direção às florestas e aos campos ainda intactos<sup>42</sup>.

O discurso de Theodoro, apesar das críticas aos “rendeiros”, visava pôr fim a essa prática devastadora das matas.

#### AINDA OS RESULTADOS DA VIAGEM AO ORIENTE E RASTROS DE UM DISCURSO SOBRE O CAMPO SERGIPANO

Depois de tratar dos “incendiários”, Theodoro prosseguiu nas edições seguintes com outros debates veementes, utilizava as palavras com precisão cirúrgica para identificar os males à lavoura. Entre as temáticas o destaque para o incentivo da prática de outros cultivos de forma a enaltecer a importância da policultura, ainda valendo-se dos resultados positivos da viagem ao Oriente, como também de suas experiências no Brasil.

O editorial da edição de número 29, de 15 de março de 1906, apresentou transcrição de correspondências entre o Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Wenceslau de Oliveira Bello e Theodoro do Nascimento, acerca da solicitação de dados sobre o cultivo da maniçoba ao médico. O conteúdo dos ofícios constatava os resultados dos estudos de Theodoro em torno da maniçoba<sup>43</sup> desde o final do século XIX. De acordo com sua resposta ao então Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Theodoro informou que dos 250 mil pés de maniçoba existentes em Sergipe em 1906, 100 mil eram por ele cultivados desde

<sup>42</sup> PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 73.

<sup>43</sup> Queiroz considera entre as espécies exploradas no Nordeste para a extração de látex: *Manihot piauhyensis*, *Manihot heptaphylla* e *da Manihot dichtoma*, In: QUEIROZ, Teresinha de Jesus M. *A importância da maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

1899 na sua fazenda Santo Antonio, em Itaporanga, Sergipe, plantados a partir de sementes trazidas do Ceará. Narrou sobre sua experiência como fazendeiro entre São Paulo e Sergipe e a prática com cultivos mistos, seguiu louvando as iniciativas em prol da maniçoba, parabenizando o governo fluminense em oferecer prêmio para aqueles que cultivassem a referida planta. Finalizou louvando os “grandes propagandistas” da lavoura brasileira: “Tostas, Calmons, Botelhos etc”<sup>44</sup>.

O tema da policultura seguiu no editorial da Revista de 15 de abril de 1906, Theodoreto considerava a possibilidade de “emancipar-se da ruínosa cultura da canna, que alias é a cultura fidalga da terra, por que a ella se acham vinculados, talvez por velhos preconceitos, as maiores famílias de Sergipe”<sup>45</sup>. Ressaltou o quanto essa tradição monocultora, diante à crise do açúcar, poderia arruinar por completo Sergipe. Expôs e comparou as formas de organização do trabalho em torno da produção do açúcar nos países que visitou com as formas sergipanas, nestas, segundo o médico, reinavam o atraso e falta de disciplina. Diante dos fatos, concluiu o quanto era difícil arrancar os lavradores sergipanos da “obsecação da canna”. Narrou as experiências da policultura em outros países, com destaque para o cultivo da laranja na Califórnia, que há trinta anos era pobre e desconhecida e que vivia principalmente do cultivo desse fruto, inclusive da “famosa e inigualável laranja da Bahia”, a qual nem a Bahia e Sergipe, que tinham as mesmas terras, não sabiam aproveitar. O autor questionou do que seriam chamados os propagandistas da Sociedade Sergipana de Agricultura diante o discurso de impulsionar a policultura, se mais uma vez seriam considerados visionários:

Sei que brado no deserto e a prova é que vae desaparecer esta Revista por falta de recursos, de assignantes e de leitores!

<sup>44</sup> A PROPOSITO da Maniçoba. Revista Agrícola. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 29, p. 271, 15/03/1906.

<sup>45</sup> NASCIMENTO, Theodoreto do. A policultura em Sergipe. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 31, p. 290, 15/04/1906 (Nascimento, 1906, p. 290).

Com ella também irá a Sociedade Sergipana de Agricultura, mas ao futuro deixo o encargo de julgar desse crime dos nossos lavradores que receio também, terá do tempo a mais séria punição. Por minha parte se lhes dou este ultimo conselho, não porque lhes perdoe, mas pela pena que me causa a sua sorte e por amor deste caro Sergipe que tanto quizeramos ver prospero e feliz hobreando os mais adiantados Estados do Brazil<sup>46</sup>.

Mas, independente das alcunhas, afirmava cumprir o seu papel. Deixava a cargo dos destinatários e sobredestinatários de seu discurso que resolvessem o que fazer depois.

#### ÚLTIMOS REGISTROS DE SUA “PENNA” NA REVISTA AGRÍCOLA

O último editorial escrito por Theodoro, antes de sua saída de Sergipe para o Rio de Janeiro, foi destinado como apanágio ao então recém-eleito Presidente da República Affonso Penna. Em tempo que aclamava a chegada do ilustre visitante, apontava o que esperava da nova administração do país, e o que os brasileiros dele aguardavam, e, sobretudo, o que a Revista Agrícola “aguardava” ao dar as boas vindas<sup>47</sup>. Levantou comparação entre a realidade brasileira e o que viu nos países do Oriente que visitou. Sobre o Oriente distante conseguiu observar desigualdades sociais, mantidas a custo da exploração europeia naquelas plagas, a privação que os colonos sofriam para o enriquecimento dos dominadores. Diante do exemplo ressaltou os itens necessários para compor uma nação: “instrução e cultura scientifica de um lado, e de outro a prosperidade material pello trabalho intelligente que augmenta que aumenta e multiplica a producção agrícola e industrial de modo

<sup>46</sup> NASCIMENTO, Theodoro do. A policultura em Sergipe. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 31, p. 289-291, 15/04/1906.

<sup>47</sup> De acordo com a matéria da edição 34 (de 15/06/1906, p. 324), a Revista, o seu número especial de 25 de maio de 1906, foi distribuída para o Presidente no seu desembarque fluvial em Aracaju.

duradouro, nunca porem, pela ignorância e inércia”<sup>48</sup>. Apresentava, portanto, o que considerava importante a ser aplicado por Affonso Penna. Descreveu as iniciativas dos presidentes antecessores, e como a visita do então Presidente era destinada a conhecer de perto as necessidades de cada Estado, apresentou as suas queixas, e lamentou que sua “Ex<sup>a</sup>. não tinha escolhido uma outra época que diria por si só sobre as dificuldades ‘aqui no Norte’”. Como pedidos/problemas listou: instruções em geral “segundo as luzes dos processos modernos”, a falta estradas de ferro, as dificuldades de escoamento de produtos pelas barras, “não temos braços para o trabalho”, “não temos crédito agrícola”.

Em meio às descrições da visita de Penna, a edição número 25 da Revista, publicava uma nota sobre “A maniçoba em Sergipe” exaltando o empenho de Theodoreto que possuía o mais antigo maniçobal plantado no Brasil e que, recentemente, teria recusado vultosa oferta de compra de suas terras. Na mesma seção uma notícia de implantação, em Londres, de empresa inglesa criada para explorar a borracha no Brasil, principalmente no Pará e no Ceará, “a melhor do mundo”, de forma que pretendiam instalar escritórios, vilas operárias para “indígenas e europeus” e algumas milhas de estradas de ferro<sup>49</sup>. Ainda sobre os maniçobais de Theodoreto, a visita de um americano às suas terras<sup>50</sup>. A visita teve como resultado o estabelecimento de um contrato de venda de seu maniçobal e enquanto não foi processada, arrendou para o americano por 6:000\$000 anuais e que o mesmo negócio foi efetuado com dois outros lavradores, Evangelino Faro (1º. Presidente da SSA) e o Major João Pinheiro de Mendonça<sup>51</sup>.

Outro artigo seu, “Imposto de Sangue”, apontava um dos maiores problemas à lavoura sergipana, de maneira que criticava a saída de trabalhadores para a vida militar, o que completava, segundo ele, “a morte

<sup>48</sup> NASCIMENTO, Theodoreto do. Dr. Afonso Penna. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 33, p. 309-310, 25/05/1906.

<sup>49</sup> NOTÍCIAS Diversas. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 33, p. 316, 25/05/1906.

<sup>50</sup> NOTÍCIAS Diversas. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 35, p. 340, 01/07/1906.

<sup>51</sup> NOTÍCIAS Diversas. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano I, n. 36, p. 349, 15/07/1905.



da lavoura sergipana”. Destacou o papel do “soldado camponez” como o ideal, mas clamava para que o Exército poupasse os sergipanos dessa demanda, diante “os claros que preencheram dos batalhões que aqui passaram para Canudos”, de modo que alarmou para a consequência da falta de braços à lavoura nesse período da Guerra de Canudos. A reclamação de então, tinha por fundamento a grande quantidade de inscritos no serviço militar, e de outros que foram cooptados para as plagas da Amazônia por aliciadores. Chegou a comparar Sergipe com “uma África”, a qual comissários militares ou aliciadores vinham em busca de sergipanos. Relembrou as levas comissionadas que lutaram no Paraguai e na Bahia [Guerra de Canudos], e os governantes anteriores que tentaram impedir a “expolição contínua”<sup>52</sup>. Ainda neste artigo, Theodoretto mencionou a “dor e a tristeza” daqueles que partem como uma forma de tentar estabelecer comoção para que os trabalhadores não deixassem o Estado:

Não é só perder o importantíssimo capital que estes indivíduos representam, ainda que não soffressem escolha, mas é a flor de nossa mocidade operária que nos arrancam as inspecções médicas, que só nos deixam o péssimo residuo de fracos e incapazes (...) o sergipano é bom soldado (...) e ahi está o edictal da Capitania do Porto a continua essa sangria que completará a morte de nossa misera lavoura!<sup>53</sup>

A edição de 01 de agosto de 1906 da Revista Agrícola transcreveu em seu editorial, uma entrevista do jornal “A Bahia” realizada com o Dr. Theodoretto, semelhante a que foi obtida, meses antes, com o Dr. Calmon. Na entrevista, o médico expôs a realidade agrícola de Sergipe, as sugestões para minorar a crise, e discorreu sobre os objetivos

<sup>52</sup> NASCIMENTO, Theodoretto do. Imposto de sangue. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 36, p. 344-346, 15/07/1906.

<sup>53</sup> NASCIMENTO, Theodoretto do. Imposto de sangue. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 36, p. 344.

da viagem ao Oriente para conhecer concorrentes e estudos e práticas de cultivo e beneficiamento do açúcar<sup>54</sup>. Ainda em agosto de 1906, o registro da saída de Theodoretto de Sergipe, por conta de chamado de seu companheiro de viagem ao Oriente, que o demandava para a elaboração do relatório da Comissão<sup>55</sup>.

A Revista de 01 de setembro de 1906 contém o último artigo de Theodoretto enquanto redator: “Lavoura e o Governo”, um pedido indireto para que os interesses da lavoura não fossem prejudicados na contenda política “onde não devem penetrar as paixões políticas”, enfatizava a sua atuação que “há nove anos que me dou ao estudo de *taes assumptos*”, por fim transcreveu como exemplo salutar ao desenvolvimento do país, as ações do então governador do Rio de Janeiro<sup>56</sup>. Na seção Notícias Diversas de 15 de setembro de 1906, a confirmação da viagem de Theodoretto anunciada em número anterior. Com a saída de Theodoretto, o Coronel Sebastião Menezes assumiu a direção da Revista e o engenheiro civil Diniz de Faro, a presidência da SSA<sup>57</sup>

Na edição 41, de 01/10/1906, um anônimo apresentou texto sobre Theodoretto: “O Dr. Theodoretto do Nascimento e a Lavoura Sergipana”, no qual reafirmava as razões de sua partida, o chamado do Dr. Calmon para redigir o relatório da viagem ao Oriente. O artigo enaltecia os feitos do médico em prol da lavoura e as dificuldades que encontrou, principalmente, a falta de compreensão da classe de lavradores, mas observou que não tinha sido completamente só o seu trabalho “insano”, no terreno prático encontrou alguns lavradores ilustrados e “no espaço teórico, s.s. tem, apenas, como paralelo, o ilustrado Dezebargador Homero de Oliveira, que, por seu talento valle por muitos, todavia não é o bastante, porque ‘grande é a seara’ e em maior numero deviam ser os semeadores”<sup>58</sup>.

<sup>54</sup> SOBRE a Lavoura. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 37, p. 351-353, 01/08/1906.

<sup>55</sup> NOTÍCIAS Diversas. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 38, p. 369, 15/08/1906

<sup>56</sup> NASCIMENTO, Theodoretto do. Lavoura e o Governo. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 39, p. 373-375, 01/09/1906.

<sup>57</sup> NOTÍCIAS Diversas. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 40, p. 388-389, 15/09/1906.

<sup>58</sup> O DR. THEODORETO do Nascimento e a Lavoura Sergipana. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano II, n. 41, p. 392-393, 01/10/1906.

Nos meses seguintes apenas republicações de seus textos que escrevia na imprensa carioca, como exemplo, as edições de 01 e 15 de julho de 1907 trouxeram artigo sobre “A proposito da Lei sobre o Povoamento do Solo”, de autoria de Theodoreto que saiu no *Jornal do Comércio* [de 19 de maio de 1907] do Rio de Janeiro<sup>59</sup>.

Em 1907 registra-se a publicação de texto de sua autoria na *Revista Kosmos*, no qual descreve elementos culturais de sua passagem pela Ilha de Java. Diferente da *Revista Agrícola*, o médico apresenta um estilo de escrita com descrições sensoriais ao descrever o que observou nas paisagens equatoriais: templos budistas, grupos musicais, montanhas etc<sup>60</sup>. Era um dos resultados de sua viagem ao Oriente, entre as múltiplas funções de um sujeito histórico com grande abrangência científica e social, porém ainda esquecido, mas que deve ser estudado, (re)visto no interior de seu “locus” em suas contradições, sem esmaecer a sua contribuição para a História das Ciências no Brasil em diversas áreas do conhecimento, e no interior da consolidação de um capitalismo tipográfico no Brasil, tempo em que revistas passaram a cumprir um papel vital ao processo de disseminação e unificação de linguagens.

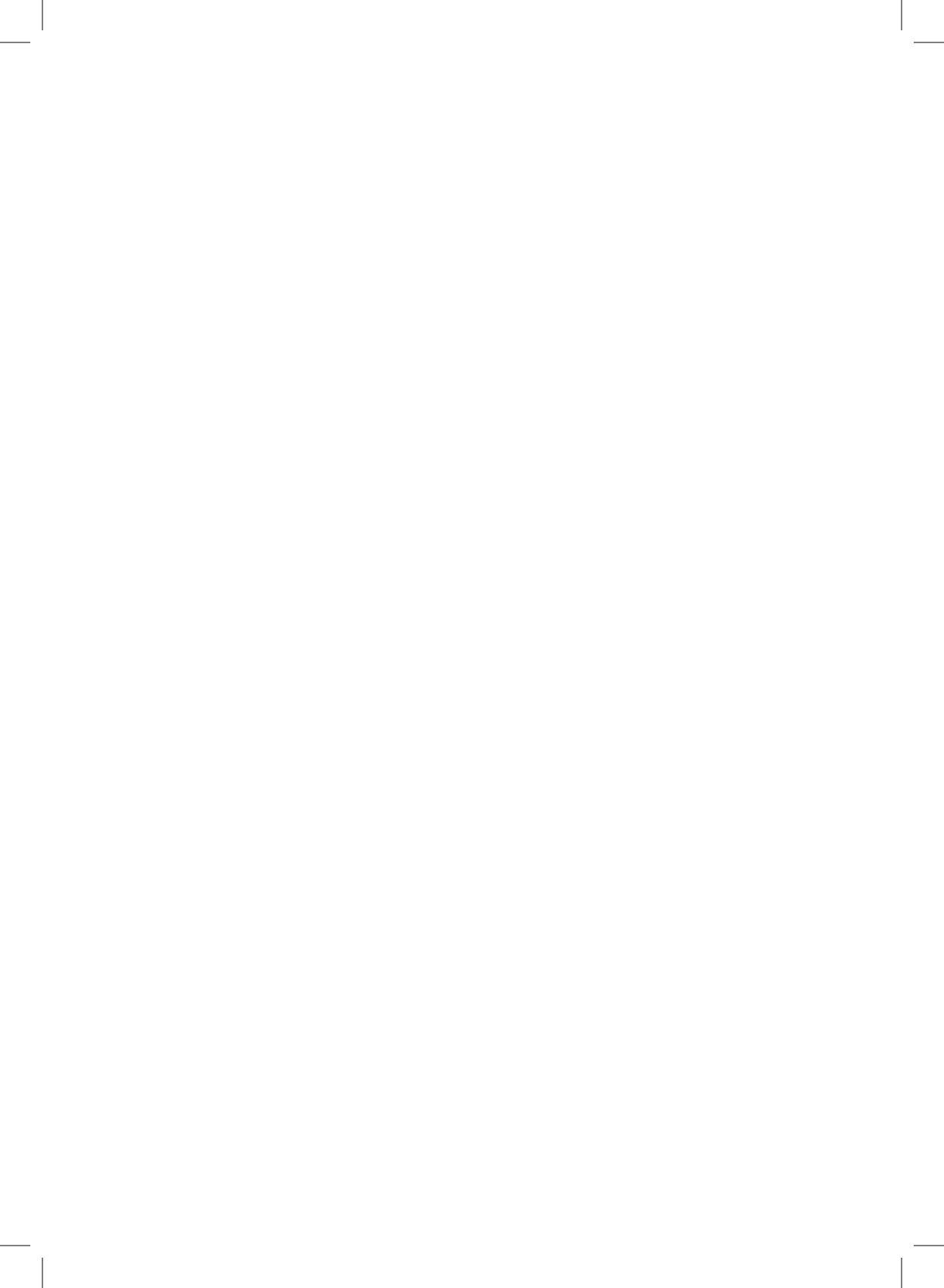
Artigo recebido em 31 de março de 2013

Aprovado em 22 de maio de 2013

---

<sup>59</sup> A PROPOSITO da Lei de Povoamento do Solo. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano III, n. 59, p. 578-579; 01/07/1907; A PROPOSITO da Lei de Povoamento do Solo. *Revista Agrícola*. Aracaju, Ano III, n. 60, p. 584-586, 15/07/1907.

<sup>60</sup> NASCIMENTO, Theodoreto do. Coisas da Índia. *Kosmos*. *Revista Artistica, Scientifica e Litteraria*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 9, p. 3-7, set., 1907.



# ERONIDES FERREIRA DE CARVALHO: breve introito da formação médica e a atuação profissional em Sergipe

Silvânia Santana Costa\* (PUCRS/UNIT)  
Auro de Jesus Rodrigues\*\* (UFS)  
Rogério Freire Graça\*\*\* (UNIT)

ERONIDES FERREIRA DE CARVALHO: brief introduction medical training and professional activities in Sergipe

## RESUMO

Eronides Ferreira de Carvalho foi governador/interventor de Sergipe de 1935-1941. Formado em Medicina, antes de ingressar na política sergipana desenvolveu suas atividades como médico e militar. O presente estudo tem o intuito de analisar o período de atuação de Eronides de Carvalho antes das atividades frente ao executivo estadual. Para isso, foi empregada a pesquisa bibliográfica pautada nos conceitos de rede de sociabilidade

de Sirinelli, de nome próprio e de campo de Bourdieu. No Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e o Arquivo Público do Estado de Sergipe foram coletadas as fontes documentais. Percebemos que durante esse período, a rede de sociabilidade construída permitiu a inserção em diversos setores sociais dando-lhe respaldo e credibilidade. E sua imagem está veiculada a um homem carismático e dedicado às atividades médicas.

**Palavras-chave:** Eronides Ferreira de Carvalho; biografia; História

\* Doutoranda em Educação pela PUCRS. Mestre em Educação pelo Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialização em Magistério Superior pela Universidade Tiradentes (UNIT). Graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Coordenadora de Estágio dos cursos a distância da Universidade Tiradentes (UNIT/NEAD). É líder do grupo de pesquisa Educação, Sociedade e Direito. Membro do grupo de Pesquisa em História da Educação: intelectuais da educação, instituições educacionais e práticas escolares (UFS). E também membro como pesquisadora do Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, História e Memória – UNIT e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Cultura e Identidade – UNIT. E-mail: silandsan@gmail.com.

\*\* Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduado em Geografia pela UFS.

\*\*\* Coordenador do curso de História/UNIT, Mestrado em Educação/UNIT.

## ABSTRACT

Eronides Ferreira de Carvalho was governor/intervenor Sergipe from 1935 to 1941. Graduated in Medicine before entering politics sergipana developed its activities as medical and military. The present study aims to analyze the period of performance of Eronides de Carvalho before activities against the state executive. For this, we used the literature guided the concepts of network sociability Sirinelli, the name

and country of Bourdieu. In the Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe of the Arquivo Público do Estado de Sergipe were collected from documentary sources. We realize that during this period, the sociability network built allowed insertion into various social sectors giving you support and credibility. And your image is conveyed to a charismatic man and dedicated to medical activities.

**Keywords:** Eronides Ferreira de Carvalho, Biography, History

Com o intuito de apresentar um breve introito do médico-governador, Eronides Ferreira de Carvalho, o estudo se pautou no conceito de nome próprio<sup>1</sup> como uma identidade socialmente constituída que garante aos agentes sociais um espaço individual no mundo. É ele que permite as divisões e especificações do indivíduo dentro de seu campo de atuação e suas conexões com os outros indivíduos.

É cogente dar conta das contradições de identidade e as diversas representações de si de acordo com os pontos de vista e períodos. Nesse viés, para o estudo do indivíduo é fundamental coletas as informações, confrontar dados, verificar o maior número possível de pessoas com quem ele tinha contato, reconstituir o meio no qual viveu, enfim, procurar compreender suas ações de formação sócio-histórica.

Eronides Ferreira de Carvalho nasceu a 25 de abril de 1895 na cidade de Canhoba<sup>2</sup> e faleceu em 19 de março de 1969, no Rio de Janeiro. Filho

<sup>1</sup> BOURDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>2</sup> “A palavra Canhoba é de origem Tupi, que traduzida para o Português, segundo os estudiosos, quer dizer, “folhas escondidas”, usadas para a cura de enfermidades graves”. LIMA, Lauro Rocha. *A Dr. Eronides de Carvalho*. Poema escrito pelo mesmo, acervo particular. No governo de Carvalho, Canhoba foi elevada a categoria de vila, por Decreto-Lei nº 17, no dia 23 de dezembro de 1937, e no ano seguinte, a 23 de janeiro de 1938 foi emancipada, o Interventor nomeou o pai Antonio Ferreira de Carvalho, como prefeito. In: *Sergipe Panorâmico*. Universidade Tiradentes, p. 139.

do Coronel Antônio Ferreira de Carvalho<sup>3</sup> (grande proprietário rural que segundo Dantas, *costumava homiziar Lampião*)<sup>4</sup> e de Balbina Mendonça de Carvalho<sup>5</sup>. Eronides concluiu seus estudos muito jovem, fora de Sergipe, pois as poucas instituições de ensino que aqui existiam eram precárias.

Em Maceió morou na casa de um padrinho, lá cursou as séries básicas, no Colégio 11 de Janeiro e concluiu o secundário em 1910, no Liceu Alagoano. Na Bahia, matriculou-se em 1911 na Faculdade de Medicina. Segundo o próprio Eronides de Carvalho foi “na tradicional Faculdade de Medicina da Bahia, onde adquiriu, mais do que a instrução técnica necessária, uma visão nobilitante da vida profissional, a consciência e a aspiração de um Brasil melhor”.<sup>6</sup>

Durante o período de estudo, Carvalho realizou atividades direcionadas ao seu curso: trabalhou como auxiliar de laboratório da cadeira de terapêutica estagiou como aspirante e interno no Hospício São João de Deus<sup>7</sup> por 2 anos e 5 meses, foi diretor de Beneficência Acadêmica e auxiliar da clínica hospitalar do cirurgião Antônio Borja, professor catedrá-

<sup>3</sup> O pai de Eronides de Carvalho era conhecido como Antonio Caixeiro, devido a sua profissão inicial. Antonio Ferreira nasceu em Alagoas, na cidade de São Braz, em 24 de março de 1873, filho de Jesuíno Ferreira de Carvalho e D. Ana Ferreira de Oliveira. Estabeleceu-se como comerciante em Canhoba, além de fazer fortuna “como incentivador da produção do algodão, proprietário de muitas fazendas, industrial, pecuarista, plantador e colhedor de arroz, milho, feijão e mandioca”. Foi nomeado prefeito de Canhoba de 1938 até 1941. Foi eleito prefeito novamente em 1947, mas morreu no ano seguinte, segundo Dr. Lauro de uma parada cardíaca. GÓES, Cristian. Canhoba. *História dos Municípios*. Cinform municípios, Globo Cochrane Gráfica e Editora, junho de 2002, p.45, 46. e LIMA, Lauro R. de. *Antonio Ferreira de Carvalho (Antonio Caixeiro)*. Publicado na Gazeta de Sergipe de 24 de agosto de 1999. Acervo particular do Dr. Lauro.

<sup>4</sup> DANTAS, José Ibarê. *Os partidos políticos em Sergipe - 1888-1964*. R.J, Tempo Brasileiro, 1989, p. 105.

<sup>5</sup> Balbina Mendonça de Carvalho, natural de Capela, era apelidada de Dona Branca. Informação extraída da entrevista realizada com Dr. Lauro Rocha no dia 27 de outubro de 2003, às 10 horas.

<sup>6</sup> Hospital de Cirurgia. *Boletim do Centro de Estudos*. Vol. 4, nº5, set-out de 1956.

<sup>7</sup> Foi no Hospício São João de Deus que o médico Eronides aplicou por meio da observação, da teoria e da prática, o ópio como comprovação da hipótese de que este poderia ser utilizado na cura de problemas mentais. Ver: dissertação: CARVALHO, Eronides. *Do ópio em therapeutica mental*. Bahia, 1917, p. 13. In Biblioteca Pública Epifâneo Doria, obras sergipanas.

tico que ocupava a 3ª cadeira, lecionando a matéria Clínica Cirúrgica. Ele concluiu o curso de medicina em 1917, com a apresentação do trabalho **Do ópio em terapêutica mental**, pelo qual defendeu a tese de que o ópio é “um excelente auxiliar na medicina mental, mostrando brilhantes provas, monumentaes êxito, fazendo de certo, para o futuro, a victoria da therapeutica mental”.<sup>8</sup> Inicia o trabalho fazendo menção histórica da utilização do ópio, a seguir define-o e passa a demonstrar as experiências nas quais o administrou em seus pacientes no Hospício São João de Deus.

Para ele, a cirurgia era essencialmente importante para o aperfeiçoamento da terapia mental, embora existisse “pouca vontade dos cirurgiões em nosso meio de realizarem operações sobre o cranio que, se fossem praticadas, prestariam relevantísimos serviços à medicina e a humanidade”.<sup>9</sup> Nesse mesmo período tornou-se membro da Sociedade Médica dos Hospitais da Bahia. Em 30 de outubro de 1917 apresentou à Faculdade de Medicina da Bahia a tese Três sobre cada uma das cadeiras do curso de Ciências médico-cirúrgicas<sup>10</sup> como requisito para obtenção do título de doutor em Medicina<sup>11</sup>, esta foi defendida publicamente em 18 de dezembro de 1917.

<sup>8</sup> CARVALHO, Eronides. *Do ópio em therapeutica mental*. Bahia, 1917, p. 13.

<sup>9</sup> CARVALHO, Eronides. *Do ópio em therapeutica mental*. Bahia, 1917, p. 28.

<sup>10</sup> A dissertação foi apresentada em 30 de outubro de 1917 e defendida publicamente em 18 do mesmo mês. Dedicada ao amigo Dr. Edson Lacerda, aos irmãos: Esmeralda, Eulina, Erothides, Edmundo, Eduardo, Eannes, Raymundo e Eleuzina, ao tio: José Calazans de Mendonça, ao padrinho: Francisco Vieira de Mattos e ao parente: Agenor Mendonça. Agradeceu aos professores: Pinto de Carvalho, Alfredo Brito, Oscar Freire, Antonio Borja, Eduardo Moraes (paraninfo), que lecionavam as matérias de acordo com a ordem: Clínica Neurológica, Clínica neurológica e psiquiátrica, Medicina Legal, Clínica Cirúrgica, Oto-rhino-laryngológica. Consultar a Biblioteca Pública Epifâneo Doria, obras sergipanas. A tese possui 59 páginas, publicada na livreria Econômica, Bahia, 1917. É apenas citada, em GUARANÁ, Manuel Armindo. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 74.

<sup>11</sup> “O título de doutor seria concedido aos sextanistas do curso de Medicina depois de defenderem...” em público uma tese ... escrita no idioma nacional, ou em latim, impressa à custa dos candidatos...”. In: ENGEL, Magali. *A cidade, as prostitutas e os médicos. Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 45-46. No começo do século XIX “aparece a idéia de normalização do ensino médico e, sobretudo, de um controle, pelo Estado, dos programas de ensino e da atribuição dos diplomas. A medicina e o médico são, portanto, o primeiro objeto da normatização”. FOUCAULT, Michel. *O nascimento da medicina social*. In: *Microfísica do poder*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1990, p.83.



Em novembro de 1918, retornou a Sergipe com o propósito de empenhar-se a clínica psiquiátrica, e cuidar dos doentes mentais. O estágio no Hospício São João de Deus na Bahia, “povoara de projetos o meu cérebro de moço, nos quais uma linha definida mais a mais se acentuava; o dedicar-me, a Capital do meu Estado, a homérica labuta que naquela casa se tratava e que eu vivia em intensidade”.<sup>12</sup> Entretanto, ao chegar em Sergipe, a situação da saúde em era precária e não possibilitou por em prática suas pretensões de recém formado: “não poderíamos subsistir: eu e o meu programa clínico, apesar de todo ardor de médico jovem e toda uma fase prolongada de estudos e especializações”.<sup>13</sup>

No governo de Pereira Lobo, em 1918, ocupou interinamente, o cargo de Diretor geral de Higiene e Saúde Pública do Estado. Dirigiu os trabalhos de fiscalização e combate da epidemia de gripe (Influenza Hespanhola), que assolou o país matando um considerável número de pessoas<sup>14</sup>, “era preciso por jugo a epidemia, que campeava impiedosa na capital e entrava a dissimar-se a léo por quase todo o Estado”.<sup>15</sup> Como o número de médicos era insuficiente para o controle da doença, foram

<sup>12</sup> Discurso pronunciado por S. Excia, o Sr. Interventor Federal, na seção de instalação do 2º Congresso de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste Brasileiro, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no dia 20 de outubro de 1940. *Discursos*. Obras de Eronides de Carvalho. Aracaju, p. 127.

<sup>13</sup> Discurso pronunciado por S. Excia, o Sr. Interventor Federal, na seção de instalação do 2º Congresso de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste Brasileiro, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no dia 20 de outubro de 1940. *Discursos*. Obras de Eronides de Carvalho, Aracaju, p. 127.

<sup>14</sup> Segundo o relatório do Dr. Eronides de Carvalho, no dia 20 de outubro, o navio “Itapacy” ancorou na capital com seis doentes da gripe, desses apenas dois morreram. A gripe assolou todo o Estado. De acordo com os dados emitidos ao Presidente do Estado, José Joaquim Pereira Lobo, foram 27.910 casos de gripe e 997 óbitos. Entretanto, o médico acreditava que o número foi bem maior, visto que eram registrados apenas os seguintes casos: os indigentes, os lugares como: a Loja Cotinguiba, Estância e Maruim. Tomando como base o registro das duas cidades para o parecer dele, afirmava que existiram 33.233 casos de gripe. Consultar: *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Coronel José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado pelo Dr. Eronides de Carvalho*. Imprensa Oficial, Aracaju-Sergipe, 1919.

<sup>15</sup> Aracaju-Sergipe. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Coronel José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado pelo Dr. Eronides de Carvalho*. Imprensa Oficial, 1919, p. 9.

convocados farmacêuticos e pessoas de outras áreas. Por conta disso, Carvalho foi designado pelo então Presidente do Estado, para enviar relatórios<sup>16</sup> comunicando sobre os serviços de combate da doença. No ano seguinte, a 2 de janeiro, foi nomeado<sup>17</sup> Diretor interino do Posto de Assistência Pública do Estado, prestando serviço ao Presidente do Estado, em 21 de junho de 1919 foi nomeado encarregado da comissão médica para acudir a população dos postos ribeirinhos do rio São Francisco contra as febres que afligiam a região.

Em relatório, Eronides de Carvalho apontou como motivo para o surto de febres, o escoamento das águas do rio São Francisco<sup>18</sup>. Para contribuir na erradicação das doenças, ele solicitou o auxílio dos intendentess municipais, pedindo-os que drenassem “os poços resultantes do espraiamento de águas, ou fazerem a petrolagem dos referidos poços... aconselhando com insistência a roçagem dos matos que ficam circunvizinhos as casas”.<sup>19</sup> Eronides visitou as cidades de Villanova, Passagem, Porteiras, Betume, Brejo Grande, Ilha dos Bois, Carrapicho, registrando um total de 2003 casos.

Os médicos sergipanos tentam organizar-se e criam a segunda Sociedade de Medicina e Cirurgia em Sergipe em 14 de julho de 1919, na qual o primeiro secretário era o Eronides de Carvalho e o presidente o Francisco Fonseca. Esta tinha por objetivos o zelo pelo interesse da

---

<sup>16</sup> *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Coronel José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado pelo Dr. Eronides de Carvalho*. Imprensa Oficial, Aracaju-Sergipe, 1919, com 58 páginas e 4 anexos.

<sup>17</sup> Ato de número 127 de 21 de junho de 1919. In: *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Coronel Presidente do Estado pelo encarregado da comissão médica contra febres reinantes nos postos ribeirinhos do Rio São Francisco*. Estado de Sergipe, 4 de outubro de 1919.

<sup>18</sup> Ato de número 127 de 21 de junho de 1919. In: *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Coronel Presidente do Estado pelo encarregado da comissão médica contra febres reinantes nos postos ribeirinhos do Rio São Francisco*. Estado de Sergipe, 4 de outubro de 1919. Estado de Sergipe, 4 de outubro de 1919.

<sup>19</sup> Ato de número 127 de 21 de junho de 1919. In: *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Coronel Presidente do Estado pelo encarregado da comissão médica contra febres reinantes nos postos ribeirinhos do Rio São Francisco*. Estado de Sergipe, 4 de outubro de 1919. Estado de Sergipe, 4 de outubro de 1919.

classe médica e pelo conforto dos que lutam contra a doença. A luta contra o charlatanismo<sup>20</sup> aparecia como uma das principais bandeiras da entidade<sup>21</sup>.

Construindo uma rede de sociabilidade, ele tornou-se amigo de Simeão Teles de Menezes Sobral, diretor do Hospital Santa Izabel<sup>22</sup> que o convidou para exercer a função de médico. A instituição era subordinada a Associação Aracajuana de Beneficência. “Proporcionando-me a feliz convivência diária com os abnegados médicos daquele nosocômio - Augusto Leite, Otaviano Melo, Silva Melo e Pimentel Franco”.<sup>23</sup>

As atividades cirúrgicas no Hospital Santa Izabel tornaram-se extensas, exigindo um amplo espaço, meios mais seguros e maiores recursos para o bom desenvolvimento das atividades médicas, visto que a instituição não tinha estrutura para atender dignamente aos doentes<sup>24</sup>. O Professor Parreira Hortas ao assistir uma intervenção cirúrgica, ficou indignado, e expôs ao governador, à necessidade de um lugar que garantisse maior desenvoltura no trabalho, entretanto, o seu pedido não foi atendido.

<sup>20</sup> O combate ao charlatanismo era uma questão bastante discutida, sendo tema constante nas publicações periódicas da Academia, entre 1845 e 1890. In: ENGEL, Magali. A cidade, as prostitutas e os médicos. In: *Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 43.

<sup>21</sup> SANTANA, Antonio Samarone de. *As febres do Aracaju* (dos miasmas aos micróbios). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da UFS. Núcleo de Ciências Sociais para obtenção só título de mestre. Aracaju, 1997, p. 93.

<sup>22</sup> “O Hospital Santa Isabel era mais conhecido como a casa da Morte. Os doentes evitavam-no. Só mesmos os miseráveis e os desgraçados, sem teto e a beira do túmulo, procuravam-no para, em cima do leito, penetrar “na noite insondável da morte”. *Discurso de Walter Cardoso proferido no IHGS oferecendo um bisturi de ouro ao Dr. Augusto Leite, em nome dos médicos do Hospital de Cirurgia*. Aracaju, 18-01-1959, p. 48.

<sup>23</sup> Ver: Dr. Eronides de Carvalho. Ex-cirurgião de Hospital de Cirurgia. *Boletim do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia*. Vol. 4, nº5, setembro-outubro de 1954, p. 17.

<sup>24</sup> Segundo o Dr. Augusto Leite em Oração de agradecimento proferida no IHGS, em 18/01/1959, o Hospital Santa Isabel não dispunha de “laboratório, nem tensiometro, nem eletrocardiógrafo, nem enfermagem idônea”. *Oração de agradecimento do Dr. Augusto Leite, proferida no IHGS, em 18/01/1959*, p. 69.

O médico Augusto Leite expôs ao governador<sup>25</sup> Graccho Cardoso<sup>26</sup>, a necessidade de um lugar que garantisse maior desempenho no trabalho cirúrgico. O pedido foi realizado oficialmente num banquete oferecido em homenagem ao Dr. Parreiras Hortas. O governador comprometeu-se na construção de um hospital mais apropriado para atender a população, consistindo na edificação do Hospital de Cirurgia, o qual apresentava condições mais seguras para as práticas cirúrgicas. Quando da inauguração do Hospital de Cirurgia, Eronides pronunciou-se: “Estamos então, em 1926, quando se transformara em realidade, o sonho de um apóstolo das letras médicas<sup>27</sup> de Sergipe, graças a ação decisiva do então Presidente Graccho Cardoso”.

Eronides de Carvalho assumiu em 18 de janeiro de 1920, o posto de inspetor médico escolar e no mesmo ano foi designado para representar Sergipe no “Congresso de Proteção à Infância que seria realizado no Rio de Janeiro”.<sup>28</sup> O Congresso não se concretizou e Eronides foi indicado para estudar o funcionamento do Serviço de Inspeção Médica Escolar do Estado de São Paulo. Também, foi nomeado interinamente por portaria do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio de 5 de agosto de 1921 para o corpo de veterinários do Serviço de Indústria Pastoral vinculado ao Ministério, e “por portaria de igual data designado

---

<sup>25</sup> Dr. Augusto Leite descreve o momento da seguinte forma: “Sentaram-me ao lado do Dr. Graccho Cardoso. Aproveitei o momento. Fiz-lhe um apelo patético, o apelo de Sergipe. Prometeu. Palmas calorosas selaram o compromisso com o governador”. *Boletim do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia*, Vol. 4, nº5, setembro-outubro de 1954, p. 69.

<sup>26</sup> O Hospital de Cirurgia foi edificado em 1926 sob a administração de Graccho Cardoso. Ver: Eronides de Carvalho. Ex-cirurgião de Hospital de Cirurgia. *Boletim do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia*. Vol. 4, nº5, setembro-outubro de 1954.

<sup>27</sup> Eronides refere-se a Augusto Leite que conseguiu junto ao Presidente do Estado concretizar o sonho de exercerem suas atividades cirúrgicas num espaço mais amplo e seguro. Ver: Eronides de Carvalho. Ex-cirurgião de Hospital de Cirurgia. *Boletim do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia*. Vol. 4, nº5, setembro-outubro de 1954, p. 59.

<sup>28</sup> Ver: ABREU, Alzira Alves de...[et.alli]. Eronides de Carvalho. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-1930*. Amp., atual, Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, Vol. III, 2001. p. 1171.

para exercer as funções de encarregado do Porto de Assistência veterinária no Estado”.<sup>29</sup>

Eronides Ferreira de Carvalho esteve envolvido em atividades médicas no Hospital de Cirurgia, prestando serviços como médico do Exército e em seu consultório<sup>30</sup> situado a Rua João Pessoa, número 36, 1º andar, sala 4. Em fevereiro de 1923, Eronides prestou concurso para o Corpo de Saúde do Exército. Sendo aprovado, foi lotado em Bela Vista no Mato Grosso, segundo-tenente no 1º Regimento de Cavalaria Independente. Dois meses depois foi transferido para o 28º batalhão de caçadores situado em Aracaju. Um ano após recebeu a patente de primeiro tenente.

Eronides de Carvalho enfrentou a Revolta de 13 de julho de 1924, incumbido pelo então Presidente do Estado, de enviar os despachos ao Presidente da República, sobre os acontecimentos da Revolta, já que os rebeldes haviam tomado o telégrafo nacional<sup>31</sup>.

No mesmo dia da eclosão da Revolta, o 2º tenente e médico do Exército, Dr. Eronides Carvalho<sup>32</sup> e o Dr. Alcides Raupp, Diretor do Instituto Coelho e Campos, se deslocaram para Própria e Estância, respectivamente, de onde puderam telegrafar às autoridades capazes de tomar providências.<sup>33</sup>

<sup>29</sup> GUARANÁ, Armindo. *Diccionario Bio-bibliographico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 74.

<sup>30</sup> *O Porvir*. Órgão semanal do Grêmio literário Pedro II. Aracaju, 15/03/1932, n° 5.

<sup>31</sup> “Tomado o telégrafo nacional (...) a única providencia que lhe impunha era enviar próprios de confiança a outros pontos de Sergipe”. Consultar: *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1924*, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 15ª Legislatura pelo Dr. Mauricio Graccho Cardoso, p. 8.

<sup>32</sup> O tenente Augusto Maynard dominou o 28º BC e prendeu aqueles contrários ao movimento. “Da officialidade do 28º BC só deixou de ser preso o 1º tenente médico Dr. Eronides de Carvalho, em virtude dos seus serviços haverem sido utilizados, em importante missão de confiança, pelo Sr. Presidente do Estado na madrugada da revolta”. Para maiores informações, consultar: *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1924*, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 15ª Legislatura pelo Dr. Mauricio Graccho Cardoso, p. 9.

<sup>33</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Tenentismo em Sergipe*. 2ª edição, Aracaju: J. Andrade, 1999, p. 136.

Dando continuidade as suas atividades de combate às tropas revoltosas, no dia 26 de julho, Eronildes de Carvalho, juntamente com o tenente-coronel Vitalino de Almeida, os irmãos Brito e o deputado coronel José Rodrigues Lima seguiu para Japarutuba com uma “comitiva de cerca de 80 cavaleiros, e uma ambulância”.<sup>34</sup> Constata-se a posição política, sempre à frente das tropas de combate aos movimentos considerados subversivos. Em 1926, exercia suas funções como militar acompanhando tropas que perseguiram a Coluna Prestes.

No levante de janeiro de 1926, o Tenente Augusto Maynard feriu-se no combate com as tropas governamentais, Augusto Leite resolveu amputar-lhe parcialmente o pé e comunicou-lhe que a anestesia geral seria aplicada por Eronides de Carvalho, seu inimigo<sup>35</sup>. A operação foi bem sucedida e “ao acordar viu, o operado, sentado ao seu lado, a sorrir-lhe o seu anestesista o Dr. Eronides de Carvalho”.<sup>36</sup> Por esse relato, Augusto Leite pretendia demonstrar a imparcialidade do médico no âmbito das suas atividades profissionais, procurou também evidenciar que “é no hospital onde se desenvolvem as virtudes de um médico: o domínio de si mesmo, a iniciativa, a prudência, o espírito crítico, o poder de observação e a experimentação”.<sup>37</sup> Entretanto,

---

<sup>34</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Tenentismo em Sergipe*. 2ª edição, Aracaju: J. Andrade, 1999, p. 138.

<sup>35</sup> “Eu sabia que o Tenente Maynard, havia muito se desaviha com o Tenente Eronides de Carvalho e que, certa vez, marcharam um para o outro, pilhando os dentes, de punhos cerrados. Eram inimigos. (...) O tenente Maynard nunca se esqueceu disso”. Ver: *Boletim do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia*. Vol. 4, nº5, setembro-outubro de 1954, p. 16.

<sup>36</sup> *Boletim do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia*. Vol. 4, nº5, setembro-outubro de 1954, p. 17.

<sup>37</sup> Dr. Augusto Leite, afirma que o tenente Maynard *nunca esqueceu disso*. Da análise feita pelo conceituado médico, podemos verificar a preocupação em expor que as querelas pessoais acabavam no âmbito profissional. Entretanto, não podemos concordar que Maynard jamais esqueceu, pois após 1930, Eronides de Carvalho tornou-se o seu maior adversário político, o ódio de ambos prolongou-se no âmbito político, o clima era de insultos e acusações de todos os lados, a ponto de Carvalho, segundo Figueiredo, solicitar a “Antônio Tavares, professor, químico, logo fundador do Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Sergipe, que ele invente meio inteligente, eficaz para envenenar o coronel Augusto Maynard”. FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*. Vol. 3, Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989, p. 66.

segundo Perestrello é uma ilusão crer que exista o especialista neutro, “impessoal”.<sup>38</sup>

Como médico, continuou suas atividades no Hospital de Cirurgia inaugurado no dia 14 de maio de 1926, sob a direção do Dr. Augusto César Leite. Somente na manhã do dia 14 de junho de 1926, o “Hospital marcou o seu primeiro dia de trabalho, realizando uma sessão operatória inolvidável, em que tomou parte todo seu corpo clínico – constituído então dos Drs: Eronides Carvalho, Augusto César Leite<sup>39</sup>, Juliano Simões e Lauro Hora”.<sup>40</sup> A cirurgia, uma apendicectomia - a primeira a utilizar o éter como substância fundamental para anestesia geral - foi realizada nas modestas salas dos tempos iniciais, esta teve grande importância para o Estado, pois foi a primeira intervenção cirúrgica que salvava uma vida.<sup>41</sup> Em seu discurso editado no Boletim do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia, de setembro e outubro de 1956 referiu a sala de cirurgia como a um santuário.

A sala de operação é o santuário, cuidadosamente velado, onde o cirurgião celebra o seu pontifical. No seu recinto tudo é ordem, disciplina, métodos, cuidado e atenção, sendo conjugadas todas as funções para dar origem ao trabalho harmonioso e eficiente, presidido pelo cirurgião que é o centro de que irradiam todas

<sup>38</sup> PERESTRELLO, Danilo. Médico e paciente a relação transpessoal. In: *A medicina da pessoa*. 4ª edição, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Editora Atheneu, 1996, p. 108.

<sup>39</sup> O Dr. Augusto César Leite, considerado o pai da cirurgia sergipana, nasceu em Riachuelo, em 1886, diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi professor de História natural e suas aplicações à agricultura, zootécnica e indústria, no Ateneu Sergipense dirigiu o Hospital de Cirurgia, a Maternidade Francisco Melo e o Serviço Cirúrgico do Hospital Santa Isabel. Era amigo e correligionário de Eronides de Carvalho. Ver: ABREU, Alzira Alves de...[et.all], Eronides de Carvalho. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-1930*. Amp. atual, Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, Vol. III, 2001. p. 1171

<sup>40</sup> Ver: *Boletim do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia*. Vol. 4, nº5, setembro-outubro de 1954, p. 07.

<sup>41</sup> Pronunciamento do Dr. Felte Bezerra, catedrático do Colégio Estadual de Sergipe e catedrático da faculdade Católica de Filosofia. In: *Boletim do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia*. Vol. 4, nº5, setembro-outubro de 1954, p. 35.

as ordens, de que derivam manobras, cujo conjunto é o ato operatório<sup>42</sup>.

Por muito tempo a cura dos doentes esteve veiculada à Igreja. O campo<sup>43</sup> religioso exercia seu poder e domínio em detrimento de outras formas de conhecimentos. O campo é segundo Bourdieu, o espaço no qual há disputas pela imposição de elementos, nele há o conflito pelo domínio da sociedade, resultando na distinção social. Dentro desse espaço, a instituição foi gradualmente perdendo lugar para outros setores (membros de seitas, psicanalistas, psicólogos, médicos, sociólogos, etc.) que passaram a se inserir nesse “novo campo de lutas simbólicas da condução privada e a orientação da visão de mundo”.<sup>44</sup> Dessa forma, há uma reinterpretação das competências do campo religioso, que cedeu espaço especialmente para a medicina.

Em grego, o “terapeuta é aquele que cuida de algo, alguém absequioso, que serve, servidor. No próprio grego surgiu posteriormente, como forma tardia, o significado de: aquele que está ao serviço da divindade o que é dado ao culto religioso”.<sup>45</sup> A partir daí, podemos dizer que com o poder da cura transferido para a medicina, o médico vê-se no papel de um sacerdote, dentro de seu templo, ou seja, seu campo de atuação, no qual ele exerce uma ação simbólica, que permite manipular as diversas concepções<sup>46</sup>. Assim, por deter o poder de curar as enfermidades, coloca-se num patamar de superioridade.

---

<sup>42</sup> Para maiores informações consultar: *Boletim do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia*. Vol. 4, n<sup>o</sup>5, setembro-outubro de 1954, p. 61.

<sup>43</sup> BOURDIEU. Pierre. A dissolução do religioso. In: *Coisas ditas*. Tradução de Cássia R. da Silva e Denise Moreno Pegorim. 1<sup>a</sup> ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 121.

<sup>44</sup> BOURDIEU. Pierre. A dissolução do religioso. In: *Coisas ditas*. Tradução de Cássia R. da Silva e Denise Moreno Pegorim. 1<sup>a</sup> ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 121.

<sup>45</sup> Relação transpessoal. In: *A medicina da pessoa*. 4<sup>a</sup> ed., São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Editora Atheneu, 1996, p. 96.

<sup>46</sup> Segundo Bourdieu: “São pessoas que se esforçam para manipular as visões de mundo (e, desse modo, para transformar as práticas) manipulando a estrutura da percepção do mundo (natural e social), manipulando as palavras, e, através delas, os princípios da construção da realidade sócial”. BOURDIEU. Pierre. A dissolução do religioso. In: *Coisas ditas*. Tradução de Cássia R. da Silva e Denise Moreno Pegorim. 1<sup>a</sup> ed., Editora Brasiliense, São Paulo, 1990, p. 121.



Ao mencionar o cuidado aos doentes mentais defendia a cirurgia como fundamental para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da terapia mental, visto que “após as descobertas dos meios poderosos de anteseptia e asepsia acha-se apta a intervir em qualquer parte do nosso organismo”.<sup>47</sup> É ao ocupar o cargo de Governador do Estado que criou o Hospital para Psicopatas, em São Cristóvão. Pelo desempenho de suas atividades médicas, conquistou a estima, a confiança e o respeito “entre os seus subordinados, colegas e superiores hierárquicos”.<sup>48</sup>

Analisando as fontes pesquisadas, há registro da atuação médica como pessoa que desempenhou um papel social no auxílio aos carentes. Segundo o jornal *Estado de Sergipe*<sup>49</sup> Eronides de Carvalho dedicou a sua “vida profissional fazendo o bem aos pobres, aos humildes, sem interesse secundário, dando-lhes a receita e”, muitas vezes o dinheiro para comprar os remédios. Ainda sobre a atuação dele na medicina, Augusto Leite em entrevista ao jornal “A Nação” afirma que Carvalho era um médico humanitário<sup>50</sup>. Segundo depoimento de Dr. Lauro Rocha quando ele chegava no interior de Sergipe, as mães procuravam-no para consultar seus filhos, para pedir remédios e conselhos, isso decorrente da grande fama de que dispunha o médico<sup>51</sup>.

Além das atividades de militar e médico, em 1926, Eronides de Carvalho também dirigiu o jornal *Gazeta do Povo*. Editou o Manifesto do Partido da Mocidade Paulista que afirmava ser “uma humilhação para a mocidade de outros Estados demonstrando a sua “condenação ao arbítrio de oligarquias madrastas que explorando a incultura e a passividade das massas, vivem a ofender os princípios democráticos

<sup>47</sup> Ver: CARVALHO, Eronides. *Do ópio em therapeutica mental*. Bahia, 1917, p. 28.

<sup>48</sup> *O Estado de Sergipe*. 11 de abril de 1933, nº 34.

<sup>49</sup> *O Estado de Sergipe*. 8 de novembro de 1934, nº 486.

<sup>50</sup> *O Estado de Sergipe*, 6 de novembro de 1934, nº 484. No mesmo jornal, editado em 11 de abril de 1933, nº 34, anunciando a promoção a capitão do Dr. Eronides de Carvalho, afirmava que ele “tem grangeado também a aureola de humanitário, é cidadão que gosa de grande conceito social em todo o Estado”.

<sup>51</sup> ROCHA, Lauro. Entrevista concedida no dia 27 de outubro de 2003, às 10 horas.

do regime, sem admitir oposições às suas práticas ou acusações aos seus erros”.<sup>52</sup>

Entretanto, quando ocorreu a eclosão da Revolução de 1930, e a adesão das tropas do 28º BC, ele tomou posição favorável aos revolucionários. Percebendo que o desfecho seria inevitável<sup>53</sup> e que surgiria uma nova conjuntura política, ele se acomodou às circunstâncias a fim de ficar numa posição favorável a situação. Diante disso, em 17 de outubro, o presidente de Sergipe foi deposto e o capitão Aristides Prado de Oliveira (que assumiu o comando do 28º BC) recebendo ordens de Juarez Távora empossou Eronides de Carvalho, como governador provisório.

À frente do executivo estadual, pronunciou-se afirmando não ter adversários políticos, que assumiu por incumbência “dos companheiros revolucionários [...] tendo por objetivo o respeito aos direitos individuais, o direito da propriedade e, sobretudo, o respeito à família Sergipana”.<sup>54</sup> No seu pronunciamento, Carvalho evidenciou que esteve doente por vários meses, por conta de uma grande enfermidade. Ele foi vitimado por uma das doenças da época, segundo Dr. Lauro, esteve em repouso “no sertão em uma das fazendas de seu pai, mas curou a doença”, além dos remédios, o entrevistado afirmou que outro elemento que contribuiu para sanar o problema foi “leite de jumenta”.<sup>55</sup>

Eronides permaneceu no governo por dois dias, entregando-o ao general José Calazans que renunciou ao cargo. No dia 16 de novembro Getúlio Vargas nomeia Augusto Maynard<sup>56</sup> para assumir o governo do

<sup>52</sup> Gazeta do Povo. Citado por DANTAS, José Ibarê Costa. *Tenentismo em Sergipe*. 2ª ed., Aracaju: Editora J. Andrade, 1999, p. 215, 216.

<sup>53</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. São Paulo, Editora Cortez, 1983, p.47.

<sup>54</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. São Paulo, Editora Cortez, 1983, p.46.

<sup>55</sup> ROCHA, Lauro. Informação coletada em entrevista no dia 27 de outubro de 2003, às 10 horas.

<sup>56</sup> Augusto Maynard Gomes foi líder dos movimentos revolucionários de 1924 e 1926, combatidos por Eronides de Carvalho. “No dia 19 de dezembro de 1930, deixava de ser Governador Provisório ao assumir o cargo de Interventor Federal de Sergipe”. Para maiores informações consultar: DANTAS, José Ibarê Costa. *Tenentismo em Sergipe*. 2ª ed., Aracaju: Editora J. Andrade, 1999, p. 259.

Estado. Após 1930, insatisfeito com a administração do então presidente de Sergipe, Eronides de Carvalho passou a combater o governo estadual, tornando-se com a criação do partido: União Republicana de Sergipe (URS) seu principal adversário político.

Quando eclode a Revolução Constitucionalista em São Paulo, os interventores enviaram tropas para auxiliar o Governo Federal e no dia 13 de junho de 1932, o 28º Batalhão de Caçadores foi enviado para defender o País. A bordo do navio Itapura seguiu Eronides Ferreira de Carvalho, sob o comando do tenente coronel Colares Chaves, o subcomandante Major Alfredo Bamberg, os tenentes Humberto Barroso, Reginaldo Meireles, Manuel Antonio da Silva, constituindo o Estado Maior da unidade e em 31 de novembro o 28º BC retornou e foram recebidos com festas. “A guerra paulista teve um lado voltado para o passado e outro voltado para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder quanto os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país”.<sup>57</sup>

As tropas do Governo Provisório derrotaram o movimento constitucionalista, mas este teve um dos seus propósitos concretizado: a elaboração da Constituição. Para tal realização, Getúlio Vargas convocou eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que se efetivaram em 3 de maio de 1933. Nesta, apenas Augusto César Leite conseguiu se eleger pela URS, obtendo 6.128 votos no primeiro turno e 5.956 votos no segundo. Segundo Terezinha Oliva, “quando se inaugurou a reordenação democrática no país, com a convocação de eleições para a Constituinte em 1933, reapareceram os partidos e iniciou-se a investida dos grupos conservadores sobre o Estado”.<sup>58</sup> É nesse contexto, de constitucionalização que as velhas e tradicionais dissidências ressurgiram no cenário político sergipano, enquanto que outras figuras passaram a inserir-se na nova conjuntura.

<sup>57</sup> FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.192.

<sup>58</sup> OLIVA, Terezinha Alves de. Estruturas de poder in: *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 1991, p. 149.

A criação de diversos partidos em Sergipe representava as aspirações de retomada ao poder por meio das eleições, a URS era um partido que aglomerava a oligarquia sergipana. Para Dantas, “A classe dominante através de suas frações mais significativas em Sergipe, no período que vai de outubro de 1930 até março de 1933, teria passado por certa crise de representação pela ausência de um partido que unisse seus principais setores”.<sup>59</sup>

Sendo assim, o partido criado em 1933, no qual Eronides Ferreira de Carvalho engajou-se defendia os interesses do setor dominante, afastados do poder após a Revolução de 1930. A URS fez oposição ferrenha ao Interventor Maynard Gomes, derrotando-o no pleito eleitoral de 1935, momento no qual Eronides Ferreira de Carvalho entra decisivamente para a política sergipana. Foi governador eleito por via indireta de 1935-1937, interventor de 1937-1941. Desenvolveu suas atividades política sempre fiel ao governo.

Eronides foi exonerado do cargo em 1941, rejeitou o convite para tornar-se adjunto comercial brasileiro na África e no ano seguinte, foi nomeado membro do Tribunal de Segurança Nacional, integrando o corpo de juízes até 1943. Neste ano, ocupou o lugar de Tabelião no 14º Ofício de Notas da Justiça, no Rio de Janeiro. O cartório ficava situado a Rua 7 de Setembro, centro<sup>60</sup>. Em 1943 foi elevado a Major médico. Em 1945 foi presidente do diretório regional de Sergipe e membro do Partido Social Democrático (PSD). Foi promovido a tenente-coronel em 1952, vindo a falecer em 19 de março de 1969 no Rio de Janeiro.

Percebemos que a imagem de Eronides de Carvalho durante o período em que não esteve presente no poder político, veicula-se a imagem de homem carismático e incorporado às atividades que desempenhava, seja no âmbito militar ou na medicina. A rede de sociabilidade

<sup>59</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. São Paulo, Editora Cortez, 1983, p. 75.

<sup>60</sup> ROCHA, Lauro. Informação coletada em entrevista às 10 horas no dia 27 de outubro de 2003.

construída permitiu a inserção em diversos setores sociais dando-lhe respaldo e credibilidade.

Com o ingresso de Carvalho na vida política, essa imagem de homem carismático desaparece. Diferente do que foi dito em documentos coletados, as afirmações destoam daquelas produzidas por outros pesquisadores<sup>61</sup>: para Dantas, o Interventor identificava-se com tendências autoritárias e repressivas, mostrando-se hostil às lideranças trabalhistas. Figueiredo comunga das mesmas idéias. Maynard elucida que não existia uma proximidade dele com as camadas populares. Por isso, seu marketing carismático tinha de ser produzido, para isso, ele utilizou os meios de comunicação. Vários pesquisadores atestam para o caráter autoritário e antipopular do Interventor durante o seu período de governo. Essa é outra perspectiva de pesquisa a fim de perceber a atuação do médico governador a frente do executivo estadual.

Artigo recebido em 31 de março de 2013.

Aprovado em 29 de maio de 2013.

---

<sup>61</sup> Para maiores informações consultar: DANTAS, José Ibarê Costa. *Tenentismo em Sergipe*. 2ª ed.o, Aracaju: Editora J. Andrade, 1999, FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História política de Sergipe*. v. 3, Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989, MAYNARD, Dilton Cândido S. *A arma retórica*. O uso do rádio em Sergipe (1939-1945). Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, núcleo de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco José Alves. ARAÚJO, Acrísio Torres. *História de Sergipe*. 2ª ed., Aracaju, 1967.



# A CIDADELA DOS MALAFOGADOS: história e memória aracajuanas no tempo da Guerra Submarina (1942-1945)

Luiz Antônio Pinto Cruz\*  
Lina Maria Brandão de Aras\*\*

THE CITADEL OF  
MALAFOGADOS: history and  
memory aracajuanas in the time of  
Undersea Warfare. (1942-1945).

## RESUMO

Além de operações militares, a ação dos U-boats na costa de Sergipe também trouxe amplas repercussões para a vida social: unidades navais mercantes foram torpedeadas, dezenas de cidades costeiras se sentiram ameaçadas; centenas de afogados e salvos nos torpedeamentos; milhares de destroços dispersos pelas praias; e por fim, incontáveis histórias naufragadas foram preservadas pela memória coletiva dos sergipanos. Graças a esses aspectos sociomilitares, Aracaju se transformou em uma “Cidade dos Malafogados” no tempo da II Guerra. Uma tipologia de fontes diversificada (jornais, documentos do judiciário, iconografia, fontes orais etc.) contribuiu para múltiplas análises e não apenas para visualizar a guerra no mar, mas também a sua articulação à vida dos aracajuanos e perceber as suas respostas à Guerra Submarina. (1942-1943).

**Palavras-chave:** Malafogados, aracajuanos, Guerra Submarina.

## ABSTRACT

In addition to military operations, the action of U-boats off the coast of Sergipe also brought far-reaching consequences for social life: naval units were torpedoed merchant, dozens of coastal towns were threatened; hundreds of drowned and the torpedoing saved ; thousands of wrecks scattered beaches, and finally wrecked countless stories have been preserved by the collective memory of Sergipe. Thanks to these aspects sociomilitary, Aracaju turned into a “Citadel of Malafogados” in time of World War II. A typology of diverse sources (newspapers, legal documents, iconography, oral sources etc...) Contributed to multiple analyzes and not just to view the war on the sea, but also its relationship to the life of Aracaju and realize their responses to Undersea Warfare. (1942-1943).

**Keywords:** Malafogados, aracajuanos, Undersea Warfare.

\* Doutorando em História Social do Programa de Pós-Graduação em História/FFCH-UFBA.

\*\* Doutora em História pela USP, professora do Programa de Pós-Graduação em História/FFCH-UFBA.

“O submarino alemão U-507, cuja ação na costa de Sergipe levou o Brasil à guerra.”

*Arthur Oscar Saldanha da Gama e*

*Hélio Leôncio Martins<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

A ideia de estudar a sociedade aracajuana no tempo dos torpedamentos nasceu em 1995, quando ingressei no curso de História da Universidade Federal de Sergipe. Naquela oportunidade, a Professora Terezinha Oliva apresentou à turma da disciplina Introdução à História, vários “lugares da memória” dentro da capital sergipana. Neste ínterim com os calouros, o Cemitério dos Náufragos suscitou em mim o interesse em investigar os dramas dos sergipanos no tempo da Segunda Guerra Mundial. À época, era uma temática lacunar na historiografia sergipana. Naquela oportunidade quem teve coragem de embarcar comigo nesta “aventura acadêmica” foi o Professor Antônio Lindvaldo Sousa, juntos desenvolvemos a monografia “Aracaju: memórias de uma cidade sitiada (1942-1945)” considerada um estudo pioneiro pelos historiadores sergipanos. No entanto, foi no Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, que a pesquisa avançou ainda mais. A princípio, com a defesa da dissertação em 2012: “A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju no tempo da Guerra Submarina (1942-1945)” e, em seguida, com o aprofundamento dos estudos históricos, numa nova linha de investigação, a qual será apresentada neste artigo.

“O navio afundou na barra de Aracaju, trazendo malafogados pra vestir os nus”.<sup>2</sup> A fala de Idalina Lima de Sousa é exemplar para iniciar uma discussão sobre a presença da II Guerra Mundial na sociedade

<sup>1</sup> GAMA, Arthur Oscar Saldanha da & MARTINS, Hélio Leôncio. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. *História Naval Brasileira*. Volume Quinto. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha. 1985, p. 316.

<sup>2</sup> Entrevista de Idalina Lima de Sousa realizada em Porto Alegre-RS, 15 de julho de 1999.



aracajuana. Como uma tragédia naval pode servir de roupagem social? De que maneira fragmentos ajudam a perceber o mundo da guerra no Atlântico? Enfim, como as agressões nazistas alimentaram a prática dos malafogados? Não se procura responder a todas essas questões, mas apontar caminhos e desenvolver reflexões para compreensão da problemática apresentada.

A História, cada vez mais, se orienta para novos territórios, ressurge a mesma questão: existem documentos específicos que permitem responder às novas possibilidades? No caso presente, uma tipologia de fontes diversificada (jornais locais, documentos do judiciário, iconografia, fontes orais etc.) contribui para múltiplas análises e não apenas para visualizar a guerra no mar, mas também a sua articulação à vida dos aracajuanos. Portanto, é importante reconstituir os diversos campos de atuação dos “malafogados aracajuanos” em uma perspectiva microanalítica, de modo a compreender suas estratégias e apropriações, conflitos cívico-militares e relações de poder, sobretudo a partir do ataque do submarino alemão U-507, em 15 de agosto de 1942, até o final da conjuntura bélica que criou os torpedeamentos, em 1945.

Neste artigo buscaremos um novo foco de abordagem ao tratar da questão de dentro para fora, isto é, adotamos o caminho inverso, com o intuito de estudar as respostas dos aracajuanos<sup>3</sup> aos acontecimentos da II Guerra e, especialmente, estudar a história dos malafogados, como uma forma de adentrar a sociedade brasileira e, especialmente, a aracajuana.

<sup>3</sup> Essa “História de experiência” é, para o historiador Lutz Niethammer, uma possibilidade de nos aproximarmos empiricamente de algo como o “significado da história dentro da história” e permite questionar de modo crítico a aplicação de teorias macrosociológicas sobre o passado. A capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica – e nesse sentido permite a “mudança de perspectiva”. Essa riqueza da História oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de “histórias dentro da história”, que, dependendo de seu alcance e dimensão, permitem alterar a “hierarquia de significações historiográficas”, no dizer da historiadora italiana Silva Salvatici. ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 166.

Compreender a prática dos malafogados é uma tarefa simples e complexa. Simples porque essa prática marcou a vida de uma coletividade no tempo dos torpedeamentos e ainda é possível localizar aracajuanos que detém seus malafogados ou conhecem vários relatos populares. É complexa porque vários embates entre militares e civis foram travados por eles nas praias sergipanas, urge, portanto, compreender as razões, os jogos de interesse e as relações de poder. Outro detalhe importante, é que o historiador ainda escreve pouco sobre a praia, o litoral e as viagens oceânicas. Muitas vezes ele se esquece de que o mar é, também, um campo de batalha: áreas atlânticas minadas, inimigos debaixo d'água, aviões e navios de guerra.

#### ARACAJU: “A CIDADELA DOS MALAFOGADOS”

Situada em lugar estratégico, às margens do estuário do rio Sergipe e no meio da costa atlântica estadual, a região portuária de Aracaju era um importante centro exportador e importador<sup>4</sup>. Desde o Segundo Império até as primeiras décadas da República, acreditava-se que a região do Vale do Cotinguiba tinha uma “vocaçao naval”. No entanto, o comércio fluvial-marítimo para essas águas não era nada fácil, pois os navios a vapor, que se aventuravam por lá, enfrentaram vários obstáculos como: assoreamento dos rios, baixo calado, dependência das marés, instabilidade da barra de acesso, péssimas condições climáticas no inverno, imprudência dos navegadores, má orientação de práticos e problemas estruturais do barco.

Os obstáculos naturais e técnicos do mundo naval aracajuano prosseguiram até os anos de 1940. Nessa época, o submarino alemão U-507 teve o poder de suspender bruscamente a navegação a vapor para Sergipe, pois na noite do dia 15 para 16 de agosto de 1942, o referido U-boot afundou sequencialmente três navios mercantes: Ba-

---

<sup>4</sup> Ver CRUZ, Luiz Antônio Pinto & ARAS, Lina Maria Brandão de. Um sonho que naufragou. A história naval de Aracaju. *Cadernos UFS História*. São Cristóvão: Editora da UFS, Jan/Dez. 2010, PP. 37-56.

ependy, Araraquara e Aníbal Benévolo. No ano seguinte, os nautas nazistas retornaram e afundaram mais três navios. Com inimigos navais se movendo próximo a sua localização, Aracaju se transformou em uma Cidadela dos Malafogados.

A situação de beligerância comprovada nos fez adotar a palavra “cidadela”: *lugar aquartelado onde se alojaram tropas militares no estabelecimento da defesa antissubmarina; centro de socorro, de busca e de assistência aos naufragos; cenário de enfrentamentos, mortes e sobreviventes; território do medo; área atlântica que reuniu os salvados que deram à costa sergipana; local de trabalho do capitão de corveta Gentil Homem de Menezes, donde ele expedia suas ordens aos corpos que estavam subordinados; enfim, pequena cidade que se sente encurralada por um inimigo invisível no mar (o submarino) e outros, de múltiplas faces (o espião, o quinta-coluna, o integralista, o estrangeiro, etc).*

A outra palavra-chave, malafogado, o que significa? Um simples salvado que se desprende do navio naufragado (acidentalmente ou torpedeado) quando chegava às mãos dos aracajuanos não se encerrava em si mesmo, ganhava um significado social mais profundo. Alaíde Alves de Oliveira respondeu ao questionamento acima através da sua visão de mundo.

Malafogado? É quando tinha um navio, ele ficou encalhado na boca da barra e teve que botar a carga tudo para fora. Então, o pessoal de noite, na praia 13 de Julho abria os caixotes e trazia as roupas. Aí é malafogado. Brinquedos, roupas, cama, charque... tudo da carga do navio eles botavam fora, que era pra ver se salvava o navio.<sup>5</sup>

A pilhagem dos salvados não era uma prática nova entre os aracajuanos. No entanto, os sucessivos naufrágios de 1942 oportunizaram uma enxurrada de objetos à beira-mar. Contemporâneo de Alaíde Alves,

<sup>5</sup> Entrevista de Alaíde Alves de Oliveira realizada em Aracaju-SE, 04 de agosto de 2011.

Francisco Moura apresentou uma visão diferente de malafogado. Para ele, a palavra está associada à Segunda Guerra Mundial, especialmente ao tempo da guerra submarina alemã contra os navios mercantes brasileiros.

Com esses torpedeamentos aí dos nossos navios (...) boiava aqui no Mosqueiro. Lá tem um cemitério com cinco ou dez sepulturas desses que morreram tudo nos torpedeamentos, onde se encontravam corpos já corroídos de peixes, ferimentos, nus. Então, continuou essas coisas (...). Então, o grande problema foi o seguinte, este povo pobre, quando torpedearam os navios aí. Então, deu na praia aqui: caixotes, cervejas, roupas, entendeu? Tudo isso boiou por aí né!? Então, esse pessoal pegava esses pacotes que apareciam na praia e levavam para suas casas: roupas, sapatos, tudo, tudo... O navio explodiu né!? Então ficou boiando por aí. Isso é malafogado.<sup>6</sup>

Para Jardimilino Marques, tanto Francisco Moura como para Alaíde Alves de Oliveira estava certa em suas afirmações. Em suas palavras, “malafogado porque o navio se afoga, se afunda. Então tirava do navio, aí vinha malafogado. Era a roupa, o cascalho, a comida. Tudo, tudo que o pessoal aproveitava”<sup>7</sup>. Diante das impressões das memórias coletivas, é também preciso atentar para o mundo da linguagem, ao universo das palavras e às memórias coletivas. De certo, malafogado é uma palavra aracajuana que traz consigo uma pluralidade de interpretações. O ato de escolhê-la se justifica pela importante significação para os homens e mulheres entrevistados, pois não se pode esquecer a sua importância como fonte para a compreensão da paisagem urbana, o poder do discurso, as representações, enfim, as escolhas do historiador.

<sup>6</sup> Entrevista com Francisco Moura. Aracaju, 16 de janeiro de 2012. Aracaju, nascido em 25 de março de 1923.

<sup>7</sup> Entrevista de Jardimilino Marques realizada em Aracaju-SE, 23 de agosto de 1999.

Pelas escolhas que faz e pelas relações que estabelece, o historiador atribui um sentido inédito às palavras que arranca do silêncio dos arquivos. A apreensão da palavra responde à preocupação de reintroduzir existências e singularidades do discurso histórico, de desenhar a golpes de palavras cenas que são igualmente acontecimentos.<sup>8</sup>

Ainda segundo Chartier, a apropriação, tal como a entendeu, tem por objetivo uma história social das interpretações remetida às suas determinações fundamentadas (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem.<sup>9</sup> Neste sentido, a história dos malafogados deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se construiu um sentido (ou seriam vários?). Conceder, deste modo, atenção às condições e aos processos praianos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido, “é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias de pensamento mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas”.<sup>10</sup>

Os estudos históricos do Brasil têm dado pouca importância às vivências da população costeira diante dos torpedeamentos. Em virtude disso, optamos por dar uma nova direção aos salvados que chegaram à praia. À primeira vista, esse material mais parecia lixo, entulho e resto, por esta razão, ele esteve à margem da história oficial. Escolhê-lo como “objeto de estudo” foi uma estratégia para perceber as respostas sociais. As ideias de Walter Benjamin também ajudaram a interpretar o mundo dos malafogados. Não se deve atentar a um destroço em especial, mas às histórias que emergem do conjunto deles, num todo inteiramente

---

<sup>8</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 9.

<sup>9</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Alges: Difel, 2002, p. 26.

<sup>10</sup> Idem, pp. 26-27.

outro. Essa relação permite visualizar não apenas a catástrofe marítima, mas também, a identidade dos aracajuanos. Portanto, “é sob a forma de fragmentos que as coisas olham o mundo”.<sup>11</sup>

Os fragmentos dos navios torpedeados ganharão mais destaque dos que os naufrágios acidentais, pois eles permitiram não só olhar o mundo circundante, mas perceber a associação deles com a guerra marítima e a cultura naval dos sergipanos. Antigos moradores dos bairros 13 de julho e São José mostraram os seus malafogados. Alaíde Alves de Oliveira rememorou sua infância. “Eu era um mininota. Daqui há pouco eu tava tomando banho na praia 13 de Julho. Quando vi por cima da água, as bonecas. Eu peguei. Ei tive três ou quatro e guardei para mim. Ela falava “papai e mamãe”, mas depois deixou de falar”.<sup>12</sup> Diante de um oceano de pequenas histórias, Ecléa Bosi alerta que quando “puxamos a rede veremos o quanto ela vem carregada de representações ideológicas. Mais do que o documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. É a vida privilegiada para chegar até o ponto de articulação da história com a vida cotidiana”.<sup>13</sup> E conclui: “a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais. A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios, obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa”.<sup>14</sup>

As ondas arrastaram outras mercadorias: xícaras, pratos e talheres. No entanto, como esses utensílios domésticos chegaram às praias? O prático Zé Peixe foi elucidador ao responder essa questão. “Como pode uma coisa pesada boiando? Vinha xícara, prato, fazenda tudo dentro de caixotes e envolvidos por capim e vinha tudo boiando, flutuava”.<sup>15</sup>

---

<sup>11</sup> BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 208.

<sup>12</sup> Entrevista de Alaíde Alves de Oliveira realizada em Aracaju-SE, 04 de agosto de 2011.

<sup>13</sup> BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003, pp. 19-20.

<sup>14</sup> BOSI, Ecléa. *Op. cit.*, p. 20.

<sup>15</sup> Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju-SE, 7 de abril de 2004.

Alaíde Alvez de Oliveira consegue ser mais detalhista em sua explicação. “Naquele tempo tinha a maré grande e a maré pequena. A maré grande vinha trazendo os malafogados. O pessoal cansava de pegar, botava na canoa uns, outros chegavam à praia e levavam para casa, mas foi quando deram parte na Capitania dos Portos”.<sup>16</sup>

Ancorado na memória coletiva, os entrevistados indicaram as feiras onde era possível localizá-los no cenário urbano de Aracaju. No meio social, portanto, os rastros navais continuaram a flutuar de mão em mão, ajudando a compor os lares locais. Idalina Lima de Sousa se recordou de um vestido que fez, do tecido malafogado, comprado lá em baixo, no centro da cidade.

Lembro de um navio que afundou na barra de Aracaju. O pessoal falava. Naquelas lojas do Mercado venderam muito tecidos. Eu ainda vesti um, mas tinha gente que não conseguiu nem fazer o vestido porque pegava no tecido ele se abria por causa do sal. Tanto que fizeram uma música. Não sei se era dessa forma que vou te dizer ou era mais. Eu sei que dizia assim. É pra cantar? Mas eu não sei cantar! Dizia assim: ‘- O navio afundou na barra de Aracaju, trazendo malafogados pra vestir os nu’.<sup>17</sup>

Acompanhar a mobilidade dos salvados se mostrou muito significativo, pois eles foram apropriados e ressignificados pela população local. A prática de coletar os malafogados despertava uma “alegria oportunista” e amenizava a condição social e garantia uma renda extra. Através da entrevista, o historiador dialoga com vários elementos subjetivos, mas é um grave erro passar a confundi-la com fatos objetivos. De acordo com Garrido, esta avaliação crítica ao testemunho oral “consegue-se mediante dois procedimentos de caráter interativo: um, com a documentação escrita existente, e outro, com o resto do corpus de documentos orais.

<sup>16</sup> Entrevista de Alaíde Alves de Oliveira realizada em Aracaju-SE, 04 de agosto de 2011.

<sup>17</sup> Entrevista de Idalina Lima de Sousa realizada em Porto Alegre-RS, 15 de julho de 1999.

Daí a importância de se estudar uma relação dialética entre os diversos tipos de fontes”.<sup>18</sup>

Confrontar o olhar dos entrevistados com as informações emanadas da imprensa local representa muito mais do que uma relação dialética, permitiu-nos evidenciar as aproximações e as distinções sobre os malafogados. Para o Correio de Aracaju, a apropriação dos salvados não era uma prática ilegal, mas uma estratégia popular de amenizar a sua situação de penúria em tempo de racionamento e carestia.

A carga que foi lançada n'água, composta de fazendas, calçados, perfumarias, papéis para aplicação diversa, louça, velas, etc., era pescado por dezenas de pescadores humildes, que permaneciam durante dias e noites nas imediações do encalhado barco (...). Os mal-afogados, como batizou o povo os salvados do “Comandante Capela”, deu margem que muito pobre pudesse comprar a sua roupa e os eu calçado natalino, sem que o que ficaria em casa por não poder arcar com os preços astronômicos atuais em disparidade com os ganhos.<sup>19</sup>

Na visão de Edmundo Rodrigues da Cruz<sup>20</sup>, era fácil saber quem era um malafogado na cidade de Aracaju, pois a indumentária que ele vestia possuía sinais de ferrugem que o identificava: - Tá vestido do malafogado! [risadas sucessivas de Edmundo!]. Eu mesmo tinha uma roupa feita do malafogado”.<sup>21</sup> Paulo de Oliveira Santos, por sua vez, revelou com bastante irreverência, outra expressão de época, mas com o mesmo sentido de malafogados. Era “Só-assim-tu-tinha”, segundo Paulo, também era muito falado no tempo da guerra: “mercadorias ou como se falava muito, coisas que só-assim-tu-tinha”. Ouviu-se também, o vocábulo onomatopéico *tchi-bum*, um som recordado com muitas

<sup>18</sup> GARRIDO, Joan Del Alcazar I. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História* 25/26, Dossiê e ensino de história – órgão da Associação Nacional do Ensino de História, São Paulo. V.13 set 1992/ago 1993, p. 39.

<sup>19</sup> *Correio de Aracaju*. Aracaju-SE, 27 de novembro de 1943, p. 4.

<sup>20</sup> Entrevista de Edmundo Rodrigues da Cruz realizada em Aracaju-SE, 06 de maio de 1998.

<sup>21</sup> Idem.



risadas pelo prático Zé Peixe. Há, portanto, uma memória coletiva produzida no interior de um grupo social, mas com o poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade aquela classe.<sup>22</sup> Eis as impressões do velho lobo do mar:

Você vinha caminhando pela rua. Aí na roupa malafogada às vezes tinha um pontozinho de ferrugem. Por causa da água, as vezes tinha prego de ferro. Aí as pessoas passavam por você e faziam: URÉU, URÉU, URÉU! TCHIBUM! TCHIBUM! TCHIBUM! Sabe o que é? Uréu, Uréu, Uréu era o guindaste, chegava a uma certa altura, aí o guindasteiro soltava Tchibum, Tchibum, Tchibum! O povo não gostava, reclamava dizendo que a roupa não era Tchibum não! Olha a ferrugem aqui! [risadas de Zé Peixe]<sup>23</sup>

Esta lembrança de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) evidencia como os aracajuanos criaram suas próprias categorias culturais até para brincar com os tantos naufrágios em sua costa. Com o mesmo sentido das outras palavras e expressões analisadas, o “Uréu, Uréu, Uréu! Tchibum, Tchibum, Tchibum!” indicava as mercadorias reaproveitadas pela população mais carente.

Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos estudados por diversos autores do campo da Teoria da literatura, que tomam como objeto de análise narrativas literárias e não literárias, inclusive narrativas orais. O emprego de ferramentas teóricas da Teoria da literatura pode ser útil na análise das entrevistas de História Oral.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> BOSI, Ecléa. Op. Cit., p. 18.

<sup>23</sup> Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju-SE, 07 de abril de 2004.

<sup>24</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 171.

Há, portanto, uma pluralidade de leituras sobre os malafogados, que eram considerados: “pistas” de uma agressão nazista, por esta razão, precisavam ser periciadas. “Novas mercadorias”, para os comerciantes. “Um ganha pão” para aliviar a penúria da população carente. “Objetos pessoais” dos naufragos e dos seus familiares. “Propriedade particular” das companhias dos navios torpedeados. Enfim, simplesmente “salvados”, na ótica dos marinheiros da Capitania dos Portos de Sergipe.

A primeira escolta da polícia estadual, que chegou à vila de Mosqueiro, deparou-se com uma cena chocante: “mais de cinquenta cadáveres, alguns já meio devorados pelos peixes e pelos siris. Corpos que haviam sido atirados a praia, de mistura com restos de navio, salvavidas, fardos e malas. Também havia corpos de soldados do Exército, inclusive oficiais”.<sup>25</sup> No tempo dos torpedeamentos, Edmundo Rodrigues da Cruz recordou das idas e vindas à região praiana.

Naquele tempo eu era cabo da cavalaria, só fomos até o Mosqueiro. Naquele tempo o Mosqueiro era uma estradinha estreita, cheia de areia fina, só ia pra lá de cavalo e era longe viu? Então nós fomos até a praia do Mosqueiro, encontramos peças de fazenda, charque e inclusive eu me lembro de uma moça muito linda, morta. Com os olhos comidos por siri. Que tinha um anel de brilhante.<sup>26</sup>

As praias sergipanas se transformaram em uma “passarela do terror”. Primeiro, os sobreviventes desembarcaram na região litorânea com escoriações, fraturas e traumas. Depois, os mortos deixados pela correnteza, apresentavam mutilações de membros, áreas da pele deterioradas e intenso odor fétido. Muitas vezes se esquece: a história da batalha é também uma história dos corpos. Estes nunca sofreram tanto como durante o século passado. Outro lugar para se ouvir histórias dos naufrágios era o povoado de Atalaia, próximo à região do antigo farol

<sup>25</sup> SILVEIRA, Joel. 16 de agosto de 1942. In: *A feijoada que derrubou o governo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004, p. 72.

<sup>26</sup> Entrevista de Edmundo Rodrigues da Cruz realizada em Aracaju-SE, 06 de maio de 1998.

da Cotinguiba. De acordo com Salvelina Santos de Moraes, “teve muita gente que ficou rica no Mosqueiro, no Robalo. De comprar sítio e tudo, com esse negócio dos naufrágios dos navios”.<sup>27</sup>

Aos olhos da justiça, a prática dos malafogados era ilegal e seus infratores estavam sujeitos à punição. Uma apelação criminal, do tempo dos torpedeamentos, detalhou como um anel de brilhante e uma aliança de prata foram furtados de uma naufraga morta. O relato a seguir, comoveu a sociedade aracajuana da época.

No dia dezoito de agosto deste ano, quando uma justa indignação pública a todos assaltava pelo covarde e traiçoeiro torpedeamento de cinco pacíficas unidades da nossa marinha mercante em águas territoriais brasileiras. Horácio Nelson Bittencourt, mais conhecido por Nelson de Rubina, acompanhado de pessoas outras, dirigiu-se de automóvel à Praia de Atalaia Velha, no município da Capital, a ver se dentre os naufragos encontrava um viajante de nome Fonseca, conhecido de Josefina Matos, sua companheira de viagem.

Às dez horas mais ou menos, de volta da Barra de São Cristóvão, nas proximidades do lugar onde está assentada a torre da “Itatig”, Nelson de Rubina desce do carro, e, puxando para a praia o cadáver de uma mulher alva, muito inchada e semi-nua, já agora identificado como sendo o da excelentíssima senhora D. Virgínia Auto de Andrade (documento de folha 53), dele subtraiu três anéis, furtando-os assim, cientemente, aos herdeiros de uma das vítimas das muitas atrocidades hitleristas, vilipendiando mais o cadáver a que deveria antes honrar e respeitar, em sinal de educação e de acendrado patriotismo, porque nele se refletia, naquele instante como ainda hoje, a mais torpe e ignominiosa afronta lançada contra a soberania nacional.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Entrevista de Salvelina Santos de Moraes realizada em Aracaju-SE, 19 de julho de 2006.

<sup>28</sup> Arquivo do Judiciário de Sergipe. *Apelação Criminal*. Documento. 17 de dezembro de 1942. 2ª Vara da Comarca de Aracaju. 1942.

Os corpos dos naufragos foram duplamente agredidos. No mar, pelos submarinos alemães. Em terra, pela avareza fraticida de homens como Nelson de Rubina. As circunstâncias dos torpedeamentos evidenciaram como os navios afundados alegraram os submarinistas (que foram condecorados na Europa pelo sucesso da missão na costa do Brasil) e alguns sergipanos (ávidos pelo enriquecimento fácil). Os salvados dos navios foram recolhidos pelos militares e enviados para a Capitania dos Portos. As autoridades sergipanas, quando conseguiam identificar os mortos, notificavam aos seus parentes e recebiam respostas telegrafadas. “Em resposta ao telegrama de vossência. Referência de um anel roubado de um cadáver. Era de minha inditosa senhora. Foi apreendido pela Polícia de Aracaju”. E conclui: “Solicito a vossência que queira entregar referida jóia à Agente Panair nessa Capital para ser remetida com valor de seguro: vinte mil cruzeiros para pagamento. Consignado meu nome”.<sup>29</sup>

Diante dos assaltos aos corpos e da cultura dos malafogados, a tensão entre militares e civis aumentou na região praiana de Sergipe. Para conter os atritos, a vigilância costeira foi ampliada, quando tropas de outras guarnições chegaram à Aracaju. De imediato, o litoral sergipano se transformou em zona de segurança nacional, os civis estavam temporariamente proibidos de circular pelas praias. Entretanto, José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) recordou que os aracajuanos jamais deixariam os malafogados escaparem de suas mãos. O ato indisciplinar da população irritava o Capitão dos Portos de Sergipe, Gentil Homem de Menezes, que não escondia a sua vontade de arrancar à força, os civis das praias.

Quem quisesse pegar, pegava. Ia lá pro oceano, a costa era cheia de mercadorias. O povo ia catando, mas quando a Capitania via proibia. O Capitão dos Portos era homem valente, mas tinha caso que ele afrouxava. Quando ele via o povo na praia dizia:

---

<sup>29</sup> Telegrama recebido pela Chefatura de Polícia. *Diário Oficial de Sergipe*. Aracaju-SE, 4 de novembro de 1942.

'Bandido! Ladrão! O que vocês estão fazendo aqui? Vão embora porque é proibido tá na praia!' Quando o camarada o enfrentava, ele afrouxava.<sup>30</sup>

Pela posse dos malafogados, os indivíduos enfrentaram a vigilância costeira, a concorrência entre seus iguais e a valentia das autoridades sergipanas. Normalmente, eles conseguiam o “afrouxamento” das normas praianas, essa conquista evidenciava traços marcantes da cordialidade brasileira. Quando homens e mulheres se utilizavam dessa prática como uma necessidade, uma peça de resistência ou uma máscara social. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, “armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo”.<sup>31</sup> Essa presença soberana da população carente nas praias locais demonstrava que o aracajuano resistia à padronização comportamental do tempo da guerra marítima e não temia a valentia das autoridades constituídas.

Dois mundos marginais se encontravam nas praias sergipanas. Do lado do mar, “o salvado” que se desprendia do navio soçobrado e boiava até encontrar alguma mão oportunista. Do outro lado, o mundo social de Aracaju, quem recolhia o malafogado se encarnava dele, pois era um código socialmente compartilhado. Nas ruas aracajuanas, chamavam-no de “Maria Malafogada” ou “Zé Malafogado”. A cordialidade emergiu mais como “oportunidade”, “jeitinho” ou “fresta” em meio à tensão de um naufrágio. Ainda segundo Sérgio Buarque de Holanda:

No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz

<sup>30</sup> Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju-SE, 07 de abril de 2004.

<sup>31</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. O homem cordial. In: *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 147.

o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros.<sup>32</sup>

O Capitão de Corveta Gentil Homem de Menezes e outros representantes da Marinha do Brasil foram muito exigidos no tempo dos torpedeamentos dos navios mercantes. Dentre os homens da marinha, coube a Teodoro José dos Santos a tarefa de recolher os cadáveres. Sua filha, Salvelina, rememorou que ele cumpriu o seu dever patriótico. “Ele foi muito elogiado pela Marinha lá do Rio de Janeiro. Ele recebeu até uma medalha muito bonita aqui na Capitania dos Portos. Ninguém queria fazer o serviço que ele fez. Agora ele não fazia sozinho não, fazia com o esquadrão”.<sup>33</sup> Os marinheiros sabiam da magnitude das ocorrências bélicas em sua costa. Em 6 de outubro de 1942, o secretário da Capitania dos Portos de Sergipe, José Augusto Diniz de Aguiar Dantas, apresentou um edital com uma série de proibições, normas e posturas que obrigatoriamente deveriam ser seguidas pelos sergipanos naquele tempo de guerra submarina.

(...) recomenda a proibição do corte de lenha de mangue por quem não esteja para isso legalmente habilitado, bem como a sua compra e venda fora de tais condições; a proibição de detenção em poder de particulares de quaisquer salvados de naufragos ou qualquer objeto ou embarcação que dê à praia; a obrigação que é imposta a quem quer que encontre objetos, salvados ou embarcações em tais condições, de promover a sua guarda e comunicar o encontro a esta Capitania com maior brevidade; que na forma das disposições do decreto 4557 de 10 de agosto último, todo movimento dos portos e águas interiores bem como a sua fiscalização e vigilância além da orla marítima, são a cargo desta Capitania e das entidades federais e estaduais que

---

<sup>32</sup> Idem. 1995, p. 147.

<sup>33</sup> Entrevista de Salvelina Santos de Moraes realizada em Aracaju-SE, 19 de julho de 2006.

com ela colaborem, com o fim comum; que pelo cumprimento de disposições análogas às presentes e anteriormente tornadas públicas têm sido aplicadas às sanções regulamentares e multas a grande número de contraventores. Esta Capitania em benefício de serviço público e no cumprimento de suas atribuições não pode deixar de ser rigorosa com os infratores nem estes podem alegar ignorância das disposições legais.<sup>34</sup>

O olhar de proteção das autoridades marítimas se voltou para o bom andamento do sistema de defesa passivo. Para tanto, os aracaajuanos tinham ordens estritas de não cortarem os extensos manguezais que rodeavam o município de Aracaju. Esse documento da Marinha mais parecia uma postura ambiental, mas se constituía em uma medida defensiva. Era importante manter as barreiras naturais (terrenos pantanosos, áreas alagadiças, mangues denso e mata fechada) para dificultar o acesso à capital sergipana, caso tropas inimigas desembarcassem nas praias locais.

A leitura desse edital também nos permitiu perceber como a Capitania dos Portos de Sergipe se tornou o centro das decisões militares, e dela se emanavam as orientações gerais de segurança antissubmarina. Diante do racionamento do querosene, as normas da Capitania não surtiram efeitos porque a madeira era um dos gêneros de primeira necessidade nos lares mais humildes em Aracaju. Entretanto, o ponto mais agressivo do edital, sem dúvidas, foi a proibição dos civis se apropriarem dos salvados. O material recolhido pelos militares foi destinado para Capitania dos Portos ou para o 28º Batalhão dos Caçadores.

Em Sergipe, o mar aberto sempre trazia alguma novidade. Baleeiras estrangeiras sempre apareciam na costa, trazidas pela correnteza marinha. Normalmente quando elas eram encontradas, logo eram levadas pelos práticos à “garagem” da Capitania dos Portos na praia de Formosa. Nesse tempo, o adolescente José Martins Ribeiro Nunes (Zé

---

<sup>34</sup> Edital de Normas organizado por José Augusto Diniz de Aguiar Dantas. Capitania dos Portos do Estado de Sergipe, Aracaju-SE, 6 de outubro de 1942.

Peixe) acompanhava tudo de perto e revelou com um “ar traquino” o que encontrava dentro das baleeiras.

Eu comi tanto chocolate que vinha dentro da baleeira para os náufragos. Um chocolate daquele valia uma xícara de café com tantos pães. Pela vitamina que tinha dentro, alimento forte. O senhor comia um chocolate daquele e ficava sem querer comer. Tinha água, a água era para ser bebida como passarinho. A água doce o senhor pegava um copinho de nada. Era apertado que era pra não ter [que falar]. Você tava náufrago numa baleeira daquela não podia chegar e pegar um copo e beber um copo d'água, nem nada. Ali o senhor pegava aquele copinho pequeno ia tomando, controlado, pra aquele povo que tava ali, pra dá aquela água pra todo mundo. Biscoito, comi muito biscoito e chocolate. O alimento era chocolate e biscoito que vinha dentro. Se você fosse comer chocolate não ia ter sede não, aquilo é algum mistério dele no preparo. É um alimento forte, um chocolate daquele valia quase um prato de feijão, com osso e pedaço de carne. Cada coisa daquela era uma vitamina forte. Se eu comia, não precisava mais comer.<sup>35</sup>

Em suas lembranças sobre o tempo dos torpedeamentos, o velho prático escolheu momentos que lhe tocaram de perto: a visão da baleeira, o sabor do chocolate e a água para ser bebida como passarinho. Mais do que pensar o mundo marginal praiano da Batalha do Atlântico, as palavras de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) evocam a riqueza do detalhe, do pequeno, do micro. Seus olhos curiosos “engoliram” esse mundo desconhecido. As histórias navais da Segunda Guerra Mundial nem sempre tiveram uma conotação trágica, a experiência da adolescência contada pelo prático é um bom exemplo disso.

Estudar os malafogados foi um caminho para se entender as

---

<sup>35</sup> Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju-SE, 07 de abril de 2004.



representações simbólicas criadas pela população costeira, ou seja, perceber o “significado da história por dentro da história”. Através dos malafogados, uma das palavras que emergiu da memória coletiva, foi possível perceber como as informações da tragédia se entrelaçaram à identidade local.

A memória é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História Oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo.<sup>36</sup>

Os dados que afloram da memória coletiva revelaram várias palavras antigas em desuso. De acordo com Garrido, “a palavra (a recolhida pelos informantes) ilumina o escrito, enriquecendo-o e dando a ele um contexto humano”. E justifica o porque: “a) traz elementos subjetivos e literário; b) tem uma influência desmistificadora; c) rompe o isolamento elitista dos arquivos; e d) faz-se necessária porque uma história social que quer ser majoritária não pode excluir ninguém”.<sup>37</sup>

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XX e no limiar do XXI, as principais universidades brasileiras estimularam graduandos, mestrandos e doutorandos a desenvolver, em diferentes áreas das Ciências Humanas, pesquisas históricas sobre a realidade do Brasil no tempo da Segunda Guerra Mundial. Desde

<sup>36</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.), op. cit, p. 167.

<sup>37</sup> GARRIDO. Op. Cit., p. 40.

então, estudos inovadores surgiram e com eles, mudanças ocorreram na maneira de entender temáticas variadas do tempo da Era Vargas.<sup>38</sup> Diante do esmaecer da História total, enfim da perspectiva globalizante, Michel de Certeau convida ao historiador a vir para as “margens” e assumir uma posição de “erradio”. “O historiador não é mais um homem capaz de construir um império. Nem visa mais o paraíso de uma história global. Ele chega a circular em torno das racionalizações conquistadas. Ele trabalha nas margens. Sob esse aspecto, ele se torna um erradio”.<sup>39</sup>

Nesse contexto – o de ser erradio – faz-se um convite à reflexão micro-histórica, que penetra nos arquivos, ouvi depoimentos, escarafuncha vestígios da cultura material ou simbólica, decifra impressos ou audiovisuais em busca das experiências coletivas dos anos de 1940. Enfim, nutre um olhar escalar do micro ao macro, mas sempre sensível aos detalhes. Esse tipo de abordagem enriquece a análise social tornando suas variáveis mais móveis, numerosas e complexas. Para José D’Assunção Barros:

A micro-história não se relaciona necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido, embora isto possa até acontecer. O que a micro-história pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade mas estuda através da pequena comunidade.<sup>40</sup>

Com essas e outras reformulações, o campo de atuação do historiador se ampliou. Assim, áreas marginais ganharão destaques nesta pesquisa. A praia é por definição “areia às margens do mar”, “orla da

---

<sup>38</sup> É preciso muito cuidado ao se referir à Era Vargas como um período homogêneo ou único, pois o historiador republicano logo se depara com o problema de englobar numa mesma conceituação experiências tão distintas como a de 1930-1937, 1937-1945 e 1950-1954.

<sup>39</sup> CERTEAU, Michel de. Apud BOUTIER, Jean & JÚLIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, p. 28.

<sup>40</sup> BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 153.

terra”, “parte da costa”, “borda do atlântico”, “beira do mundo”..., mas neste artigo a praia não é vista como um lugar marginal ou uma linha limítrofe entre a terra e o mar. As vivências sociais na praia ocuparam um papel de destaque nestes estudos históricos. É necessário por nexos entre o “mundo atlântico em guerra” e o “mundo social dos aracajuanos em guerra pelos malafogados”, subtraindo deles diálogos, respostas, conflitos, estranhamentos, interseções, medos, barbárie, interesses, etc. Portanto, o homem costeiro documentou várias memórias dramáticas. Mesmo em lugares paradisíacos, como as praias nordestinas, podem-se localizar na história do lugar, várias situações de conflito.

Há uma diversidade de documentos produzidos nos anos de 1940, tanto em Sergipe quanto no Brasil de Vargas. Na capital sergipana é possível localizá-los nos acervos do Arquivo do Judiciário de Sergipe, Arquivo Público do Estado de Sergipe, Arquivo Municipal de Aracaju, Biblioteca Pública Epifânio Dória, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e arquivos particulares. De acordo com Roger Chartier, “os documentos não são mais considerados somente pelas informações que fornecem, mas são também estudados em si mesmos, em sua organização discursiva e material, suas condições de produção, suas utilizações estratégicas”.<sup>41</sup>

Um documento importante é a fonte oral. Trabalhar com elas implica o respeito a uma série de regras metodológicas que garantam o ajuste do trabalho realizado às normas básicas do rigor científico e metodológico: confrontar documentos escritos e orais; atentar que não há verdadeira história oral; não é uma soma de entrevistas independentes entre si, mas um conjunto orgânico e coerente de entrevistas; atentar para a seletividade da memória, seus ditos e não ditos; enfim, o uso das fontes orais requer uma aproximação crítica. Para Garrido,

O uso de fontes orais nos permite, por um lado, um aprofundamento na história de grupos sociais que, por razões diversas,

<sup>41</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

estiveram marginalizados ou quase ausentes das fontes documentais escritas, de outro lado, nos permite penetrar na percepção do processo histórico feita por indivíduos ou grupos concretos.<sup>42</sup>

Com a incorporação das fontes orais como uma fonte documental a mais, ampliar-se-á o olhar escalar da micro-história sobre a prática dos malafogados entre os aracajuanos no tempo da Segunda Guerra Mundial. Quanto às questões de caráter metodológico, o pesquisador que as utilizar tem que ter, antes de iniciar o trabalho de campo, toda uma série de elementos: “o universo da amostra, a própria amostra, o tipo de entrevista que se deve usar em cada caso, a atitude do entrevistador, o lugar onde eventualmente pode-se fazer a entrevista e, finalmente, o tratamento – estatístico ou de análise de conteúdo – que vai dar à informação obtida”.<sup>43</sup>

Ao promover a construção da memória contemporânea, a “História oral temática” apresenta uma importante contribuição em perceber que na história vivida se apoia a memória coletiva. O sociólogo francês Maurice Halbwachs alerta que são os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que são “memoráveis”, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo. “Lembram” muito do que não viveram diretamente.<sup>44</sup>

As lembranças dos aracajuanos apontam para evidências singulares que ajudam a preencher as lacunas da história tradicional e contribui para a renovação do olhar historiográfico sobre o papel do Brasil na Segunda Guerra Mundial e, por fim, que ajude a conscientizar as novas gerações das sequelas geradas pela Batalha do Atlântico nas vidas dos brasileiros.

Artigo recebido em 31 de março de 2013.

Aprovado em 17 de maio de 2013.

---

<sup>42</sup> GARRIDO, Op. Cit., p. 43.

<sup>43</sup> GARRIDO, Op. Cit., p. 41.

<sup>44</sup> HABWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003, p. 12.

# DESPROPORÇÃO DA REDE: da escala nacional ao subsistema urbano de Aracaju

DISPROPORTION OF THE  
NETWORK: national scale the  
urban subsystem Aracaju

Márcia Maria Santos Santiago\*

## RESUMO

A rede caracteriza-se pela interatividade das relações que se processam em tempos e espaços diferenciados, fator que proporciona a articulação/fragmentação entre sujeitos e lugares nas distintas escalas geográficas. Essa dialética entre sujeitos e objetos delinea as distinções espaciais que perpassam todas as escalas. No Brasil, desde a formação do seu território esses elementos passaram por nuances que possibilitaram maior articulação, porém não aboliram as desigualdades. Essa interatividade dia-

lética é verificada nas escalas menores. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o descompasso da rede urbana no Brasil, junto ao subsistema urbano de Aracaju. Para isto, foi necessário realizar a revisão da literatura, pautada em estudiosos que se dedicam à pesquisa sobre a temática urbana. A partir desses pressupostos teóricos conclui-se a lógica centralizadora da rede urbana no Brasil que subordina a maioria das cidades aos centros primazes detentores das especificidades urbanas.

**Palavras-chave:** redes, interatividade das relações, escala geográfica.

\* Doutoranda em Geografia pelo NPGE/UFS, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Alves França. Mestre em Geografia – UFS/NPGE. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Campus Nossa Senhora da Glória. Email: mmsantiago@yahoo.com.br

## ABSTRACT

The network is characterized by interactivity of relations that take place in different times and spaces, a factor that provides the joint / fragmentation between subjects and places in different geographical scales. This dialectic between subject and object outlines the distinctions that pervade all spatial scales. In Brazil, since the formation of its territory by these elements have nuances that enabled greater coordination, but not abolish inequality. This dialectic

interaction is verified in smaller scales. This study aims to analyze the mismatch of the urban network in Brazil, near the city of Aracaju subsystem. For this it was necessary to conduct the literature review, guided by researchers engaged in research on urban themes. From these theoretical presuppositions it follows the logic of centralization of the urban network in Brazil that makes the most of the cities the primate centers keepers of the specific urban.

**Keywords:** network, interactive of relations, geographical scale

## INTRODUÇÃO

As relações espaciais se processam cotidianamente de modo articulado em tempos e espaços diferenciados, mas dialeticamente con-substanciados. Esses arranjos socioespaciais são geridos por diferentes agentes modeladores do espaço geográfico que determinam os vetores do emaranhado conjunto de objetos e ações. Porém, a dinâmica dos lugares, das regiões e das escalas geográficas mais abrangentes se distingue diante da lógica do sistema vigente e do papel exercido individual e conjuntamente na totalidade espacial.

Os ritmos diferenciados de cada localidade na espacialidade reticular explicitam as desigualdades, tanto entre os sujeitos, quanto entre os lugares. Na esfera nacional, esse descompasso torna-se uma constante desde a formação do território brasileiro. Mesmo com o aumento da intensidade das articulações em distintas escalas, ainda são recorrentes as desigualdades. A desproporção ocasiona as hierarquias entre os lugares e reforça a centralização de funções urbanas nos “lugares luminosos”, enquanto os “lugares opacos” tornam-se subservientes aos agentes e cidades macrocéfalas que determinam as diretrizes da rede.

Essas distinções são verificadas nas escalas menores, a exemplo do subsistema urbano de Aracaju, caracterizado pela primazia da capital estadual que subordina as demais cidades de Sergipe, além do

alcance espacial sobre algumas cidades dos estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco.

As interações espaciais perpassam escalas e se articulam à totalidade reticular seguindo a mesma tendência de centralização/subordinação que sustentam o sistema. A partir dessa lógica, as análises mais detalhadas entre essas interações devem estar na pauta das pesquisas urbanas para auxiliar no desvendamento das articulações interescolares. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar o descompasso da rede urbana no Brasil, junto ao sistema suburbano de Aracaju.

Os resultados dessa análise foram obtidos a partir da revisão da Literatura, pautada em estudiosos que se dedicam sobre a temática urbana, como Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, além de estudos locais e regionais sobre o subsistema urbano de Aracaju. Essa análise é parte da conclusão Dissertação de Mestrado intitulada *Areia Branca: espacialidades e interações na rede urbana de Sergipe* defendida no NPGEO/UFS, em 2012.<sup>1</sup>

## FORMAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA

O desenvolvimento de estudos sobre rede urbana no Brasil ocorreu a partir de meados do século XX. Dentre os precursores pode-se salientar Michel Rochefort,<sup>2</sup> influenciando com as suas teorias e metodologias de pesquisa. A partir desse momento, crescem os estudos urbanos no âmbito regional no país. Entre outros pesquisadores que contribuíram para a dissipação teórica sobre a rede urbana no Brasil, pode-se citar Geiger,<sup>3</sup>

<sup>1</sup> SANTIAGO, Márcia Maria Santos. *Areia Branca: espacialidades e interações na Rede Urbana de Sergipe*. São Cristóvão, 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFS, NPGED, 2011.

<sup>2</sup> ROCHEFORT Michel. *Méthodes d'étude des réseaux urbains. Intérêt de l'analyse du secteur tertiaire de la population active*. In: *Annales de Géographie*. 1957, t. 66, n°354. pp. 125-143. Disponível em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo\\_0003-4010\\_1957\\_num\\_66\\_354\\_18262](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1957_num_66_354_18262) Acesso em 13 de janeiro de 2010.

<sup>3</sup> GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da Rede Urbana do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisa Educacionais, MEC, 1963.

com o seu estudo sobre evolução da rede urbana brasileira; Santos, através de seus estudos sobre a Bahia e Corrêa com as suas análises sobre os estudos pioneiros e desenvolvimento de novas contribuições teóricas, através de “Os estudos de redes urbanas no Brasil”.<sup>4</sup>

Tanto para Corrêa<sup>5</sup> como para Santos,<sup>6</sup> no Brasil não havia uma integração nacional, ou seja, uma verdadeira rede urbana. Isso se evidencia devido a dois fatores que são interdependentes: o primeiro é que, no Brasil, até meados do século XX, predominava a economia agrária exportadora. Logo, a prioridade era o abastecimento de matéria-prima para Coroa portuguesa e, posteriormente, para outros países. Os diversos ciclos econômicos que o Brasil teve evidenciam o descaso pelas atividades urbanas e, sobretudo, pela integração entre os núcleos econômicos do país. O segundo fator remonta à herança colonial na formação dos primeiros núcleos urbanos, pois estes, em sua maioria localizavam-se no litoral, sobressaindo a função de defesa e a administrativa. A conexão das cidades brasileiras era irrisória, predominando a comunicação com o exterior para o escoamento da produção agrícola e a entrada dos produtos manufaturados.

Esses elementos explicam o vazio demográfico do país nas áreas interioranas até meados do século XX. A ocupação e interligação dessas áreas foram impulsionadas pelo Estado, alegando a descentralização econômica do país. Porém, atualmente, ainda há fragilidade nas interações socioespaciais e econômicas entre os núcleos urbanos interioranos, sobretudo nas regiões Nordeste, Norte e centro-oeste do país.

Segundo Santos,<sup>7</sup> a rede urbana nos países subdesenvolvidos se caracteriza pela debilidade e pela fraca complexidade das relações de troca, além das grandes disparidades regionais. Dentro desse contexto,

<sup>4</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de redes urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n.4. 1967, p. 93-116.

<sup>5</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de redes urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n.4. 1967, p. 93-116.

<sup>6</sup> SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 29, n.4, 1967, p. 78-92.

<sup>7</sup> SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 29, n.4, 1967, p. 78-92.



o autor classifica as redes em três tipologias: as redes pouco desenvolvidas, caracterizadas pelo traçado simples, estrutura de modo linear; redes heterogêneas, evidenciadas por apresentarem diferentes estruturas nas conexões entre si; redes vulneráveis, em decorrência das sucessivas mutações que sofrem constantemente.

A coexistência dessas tipologias de redes demonstra os contrastes de um território, a exemplo do Brasil que apresenta extremos demográficos, contendo espaços caracterizados pela macrocefalia urbana e espaços subpovoados, vazios. Essas individualidades contribuem para as falhas e discrepâncias existentes na rede.

Além disso, a categoria de subdesenvolvimento condiciona a aderir os pacotes prontos veiculados pelos países de tecnologia de ponta, ocasionando a submissão e a desorganização socioespacial. Diante disso, Santos exemplifica através dos meios de transportes rápidos que alteram a dinâmica econômica e espacial de uma determinada localidade, organizando a estrutura espacial de modo distinto de outrora e, conseqüentemente, ocasionando a vulnerabilidade.<sup>8</sup>

Essa realidade da organização urbana brasileira começou a ser alterada em meados da década de 1940. Para Santos, os fatores da transformação devem-se ao aumento populacional, à indução do desenvolvimento industrial mundial e o conseqüente desenvolvimento industrial do Brasil. O crescimento populacional deve ser analisado em sua totalidade, através do crescimento vegetativo e, sobretudo ao êxodo rural que acelerou a urbanização no Brasil. Esse movimento populacional está atrelado à industrialização dos maiores centros urbanos do país, sobressaindo-se, São Paulo que se tornou a metrópole brasileira. Assim, “foi alterado a orientação e o sentido da urbanização, seja por uma nova distribuição espacial das cidades, seja pela renovação de suas funções e do tipo das relações que elas mantêm entre si e com as regiões respectivas”.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 29, n.4, 1967, p. 78-92.

<sup>9</sup> SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 29, n.4, 1967, p. 84.

Segundo Giudice e Toledo Junior “[...] a estruturação das redes no Brasil teve particular incentivo da geopolítica, que, por sua vez, se utilizou delas para garantir a soberania do território, em período no qual este fator era preponderante na expressão do poder”.<sup>10</sup> Esse período referendado por esses autores é o período militar, no qual as ações governistas estavam voltadas para proporcionar o crescimento da economia do país, viabilizando a inserção do Brasil no cenário econômico mundial como um país emergente.

A participação do Estado como agente modelador do espaço é vigente na constituição e ampliação das áreas de adensamento do território brasileiro, delineando a rede e a hierarquia urbana do país. Constata-se que mesmo o Estado sendo Neoliberal não impede a sua ação de regulador da economia, contribuindo tanto para a centralização, quanto para a descentralização dos núcleos econômicos. Diante do exposto, “a leitura da rede urbana implica em reconhecer que, embora o capitalismo opere com forças de dispersão e concentração, destacam-se os espaços metropolitanos, resultantes desse segundo processo, até porque deles procedem comandos sobre os demais”.<sup>11</sup>

A rede urbana foi ampliada com o aceleração da urbanização que se deu através dos movimentos migratórios oriundos das áreas rurais. Esse êxodo rural se intensificou a partir de meados do século XX, resultantes da mecanização do campo, expropriação do camponês e concentração fundiária, evidenciando a penetração do capital também na área rural. Neste sentido, verifica-se a interdependência entre campo e cidade, não apenas no que tange ao abastecimento de mercadorias, mas a partir de uma sinergia maior que envolve o capital social e o movimento da força de trabalho em busca da inserção nesse sistema expropriador e excludente.

---

<sup>10</sup> GIUDICE, Dante Severo; TOLEDO JUNIOR, Rubens. A importância das redes na geopolítica brasileira. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*. v. 01, n. 11. 2007, p. 21.

<sup>11</sup> ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 406-407.

A trajetória da urbanização brasileira também é destacada por Singer ao evidenciar que toda área onde se originam fluxos migratórios ocorreram transformações socioeconômicas, incidindo na migração para outras localidades a fim de buscar melhores condições para a reprodução familiar.

Portanto:

Os mecanismos de mercado, que no capitalismo, orientam os fluxos de investimentos às cidades e ao mesmo tempo criam os incentivos econômicos às migrações do campo à cidade, não fariam mais que exprimir racionalidade macro econômica do progresso técnico que constituiria a essência da industrialização.<sup>12</sup>

A aceleração da urbanização resultou no aumento da infra-estrutura de ligação entre os lugares, priorizando as rodovias, permitindo a inserção das cidades na rede urbana. Fresca (2009) classifica as redes em duas categorias: “as das localidades centrais e outra menos frequente, que insere os núcleos em redes nacionais e globais, manifestando elementos econômicos e sociais bastantes distintos”.<sup>13</sup> Esses elementos são as funções especializadas dos grandes centros urbanos, ressalta-se que esses não são grandes apenas no contingente populacional, mas no nível de técnicas estruturadas no espaço que permitem a fluidez de suas relações, tanto internas, quanto além de seus limites territoriais.

Nesse novo enfoque da organização espacial e econômica brasileira, alteram-se também as necessidades de infraestrutura viária criando-se rodovias para a integração nacional a fim de viabilizar a circulação e distribuição de mercadorias para a população. Porém, deve-se ressaltar que junto à industrialização e à conexão nacional, aumentam-se as disparidades regionais.

---

<sup>12</sup> SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 2ª Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 31-32.

<sup>13</sup> FRESCA, Tânia Maria. Rede urbana, níveis de centralidade e produção industrial: perspectivas para um debate. In: *Encuentro de Geógrafos de America Latina*, 2009, Montevideo. Encuentro de Geógrafos de America Latina, 2009.

O aumento da fluidez no território brasileiro foi possibilitado com a implantação de uma infraestrutura ligando os diferentes pontos (lugares) do território, o que gerou conexão econômica e, conseqüentemente, social. Isso só foi viabilizado através da instalação de vias de transportes ligando os principais centros econômicos, como aborda Dias:

A história da constituição da rede urbana brasileira é marcada pela associação entre processo de urbanização e processo de integração do mercado internacional. A eliminação de barreiras de todas as ordens constituía a condição primordial para integrar o mercado interno, pois esta integração pressupunha a elevação do grau de complementaridade econômica entre as diferentes regiões brasileiras. À presença inicial das ferrovias e das rodovias, que irrigavam o país em matérias-primas e mão-de-obra, se superpõem, na atualidade, os fluxos de informação – eixos invisíveis e imateriais certo -, mas que se tornaram uma condição a todo movimento de elementos materiais entre as cidades que eles solidarizavam.<sup>14</sup>

Entretanto, essa integração territorial do Brasil não é sinônimo de equidade, pois, ainda hoje, tanto há disparidades numa escala mais ampla, quanto na microescala. Evidenciando que a técnica não resulta na similaridade entre os lugares, mas que ela é designada para dar sustentabilidade a um grupo hegemônico que manipula os demais agentes sociais, permitindo ou não o acesso aos bens e serviços disponibilizados no espaço para os grupos sociais.

Neste sentido, constata-se que as cidades formadoras da rede urbana brasileira são reflexos de contextos econômicos e momentos históricos diferenciados que formam um conjunto de centros funcionalmente articulados, resultantes de complexos e mutáveis processos espaciais.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> DIAS, Leila Christina. *Redes: Emergência e Organização*. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. da C. e CORRÊA, Roberto .L. *Geografia Conceitos e Temas*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 150.

<sup>15</sup> ENDLICH, Angela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo: UNESP, 2009.

A atual tessitura urbana brasileira é representada por uma teia de adensamentos contrastando com vazios demográficos. Além dos estudos abordados pelos teóricos supracitados neste trabalho verifica-se a ação veemente do IBGE na análise conjuntural da rede urbana brasileira. Neste sentido, desde a década de 1960, esse órgão realiza estudos sobre a hierarquia urbana nacional.

A metodologia adotada pelo IBGE considera a hierarquia definida para os centros urbanos brasileiros classificando as cidades em cinco níveis: o primeiro são as metrópoles, subdivididas em: grande metrópole de São Paulo; metrópole nacional, composta por Rio de Janeiro e Brasília; metrópole constituída por Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.<sup>16</sup>

O segundo nível é composto pelas setenta capitais regionais, subdivididas em três sub-níveis: capital regional A, capital regional B e capital regional C. O terceiro nível é formado por 169 centros sub-regional, dividindo em duas subclasses. O quarto é o centro de zona, formado por 556 cidades, subdividido em dois níveis. O quinto é o centro local formado por 4.473 cidades. O atual estudo do IBGE aponta que:

os centros que comandam as 12 redes urbanas identificadas no trabalho se destacam pelas relações de controle e comando sobre centros de nível inferior, ao propagar decisões, determinar relações e destinar investimentos, especialmente pelas ligações da gestão federal e empresarial. Ao mesmo tempo, os centros articulam-se também em relações horizontais, que se estruturam sobre ligações de interação, em padrão particularmente no topo da hierarquia.<sup>17</sup>

Outra relevância desse estudo é a constatação de pouca alteração nos estratos da rede urbana nacional, sobretudo, nos níveis mais elevados. “As principais mudanças no período devem-se ao adensamento, ou mesmo à emergência, de redes em territórios de

<sup>16</sup> IBGE. *Regiões de influências das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

<sup>17</sup> IBGE. *Regiões de influências das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p. 15.

ocupação anteriormente rarefeita e ao fortalecimento do papel das capitais estaduais” .<sup>18</sup>

Assim, compreende-se que embora nas últimas décadas haja uma política de descentralização das funções urbanas das cidades do país, isso não repercute na alteração dos estratos da rede. Essas medidas contribuíram para emergência de cidades médias amparadas pelos incentivos fiscais de seus governantes para atrair empresas renomadas nacionalmente e até mesmo internacionais.

Muitas cidades que pertenciam aos estratos inferiores da rede urbana no país passaram a desenvolver papéis intermediários na rede nacional. Porém, o crescimento vertiginoso da maioria desses centros urbanos não foi acompanhado de uma política de planejamento urbano adequada para evitar os mesmos problemas que afligem a população dos grandes centros urbanos.

### SUBSISTEMA URBANO DE ARACAJU

Em Sergipe, a cidade de maior hierarquia da rede urbana é a capital, Aracaju, que expandiu a sua influência em uma escala interestadual, tendo como alcance espacial alguns municípios da Bahia, de Alagoas e de Pernambuco. Porém, ressalta-se que por ser uma cidade jovem, fundada em meados do século XIX (1855), teve vários entraves para estender a sua influência, sobretudo, por estar localizada entre os dois maiores centros econômicos do nordeste, Salvador e Recife.

Os estudos pioneiros sobre a rede urbana sergipana na esfera regional se concretizaram, a partir de meados do século XX, através de Roberto Lobato Corrêa<sup>19</sup>, Alexandre Diniz<sup>20</sup> e Aloísio C. Duarte.<sup>21</sup> Esses

<sup>18</sup> IBGE. *Regiões de influências das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p. 17.

<sup>19</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de redes urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n 4, 1967, p. 93-116.

<sup>20</sup> DINIZ, José Alexandre Felizola. A zona de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n 3, 1969, p. 103-150.

<sup>21</sup> DUARTE, Aluísio Capdeville. Aracaju e sua região. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano 30, n 220, 1971, p. 3-129.

estudos analisaram a zona de influência de Aracaju, tanto na escala estadual, quanto na interestadual. Em todos os estudos, constatou-se a primazia exercida por Aracaju, como afirma Corrêa: “suas diversas funções, político-administrativa, comercial e de prestação de serviços e uma modesta função industrial fazem da capital sergipana o principal centro de uma ampla hinterlândia”.<sup>22</sup> Ressaltando-se que o elemento fomentador para transformar Aracaju na capital sergipana foi a função portuária que serviria para o escoamento da produção canavieira alojada no vale do Cotinguiba, base econômica do estado.

Desde então, a proeminência aracajuana se estendeu, ampliando-se as funções e conseqüentemente as disparidades entre as demais cidades sergipanas. À medida que o raio de penetração se expandia, as cidades que se constituíam pólos econômicos do estado perderam a concorrência, passando a uma posição secundária. Esses elementos instigaram o aumento populacional de Aracaju, atraindo fluxos migratórios de todo o estado e, por conseguinte, a especialização de novas funções. Nessa conjuntura, constata-se a conjugação de vários fatores no seu ciclo de desenvolvimento.

Os investimentos em comunicação ampliaram-se com a capital através, das ferrovias e rodovias que se intensificaram a partir da década de 1940, acentuando a primazia de Aracaju, como afirma Diniz: “Todas as linhas-tronco do Estado foram construídas a partir de Aracaju, para sudoeste, oeste, noroeste e norte. Assim, a capital se tornou o ponto central de uma rede quase radial de estradas de rodagem, logo que as linhas principais foram interligadas por linhas secundárias”.<sup>23</sup>

Com a difusão da comunicação entre Aracaju e as demais cidades sergipanas surgiram “novos centros relais”, ou seja, os centros de zonas, tornando-se intermediários, entre os centros locais de suas respectivas áreas de influência e a capital. Diniz aponta como novos centros emer-

<sup>22</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. Contribuição ao estudo da área de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. V. 27, n. 2. Rio de Janeiro, 1965, p. 48.

<sup>23</sup> DINIZ, José Alexandre Felizola. A zona de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n 3,1969, p. 109.

gentes: Nossa Senhora da Glória e Tobias Barreto, além das cidades de Propriá, Estância, Simão Dias, Itabaiana e Lagarto. Porém, a influência exercida pelos centros de zona sobre os centros locais não dependia do equipamento urbano, mas da precariedade dos transportes, da distância em relação a Aracaju e do subdesenvolvimento da área.<sup>24</sup>

A conexão das redes urbanas é baseada em uma hierarquia, a partir de uma cidade de maior porte, cidade dominante, que exerce influência sobre as demais. No caso sergipano, a centralidade é exercida por Aracaju que atrai fluxos de mercadorias, serviços, informações e pessoas de todo o estado. Segundo Diniz “Aracaju é o centro de comando e de difusão de informações”.<sup>25</sup> Concentra as funções econômica, social e cultural do estado, evidenciando a sua posição hierárquica como centro de Segunda Ordem, ou Grande Centro Regional, na rede urbana nordestina.<sup>26</sup>

Com a melhoria do sistema rodoviário, muitos centros locais intensificam suas relações diretamente com Aracaju, não estando subordinado a um centro de zona de sua área de abrangência. Para Diniz, isso é decorrência da incapacidade que os centros de zona tiveram para organizar sua região, devido ao tempo limitado e também porque todas as cidades com alguma centralidade têm os mesmos tipos de funções diferenciando-se dos centros de zonas locais apenas pelo quantitativo, limitando a sua ação sobre o espaço.<sup>27</sup>

A maior proeminência dos centros de zona é exercida nos dias da feira, cenário comum no Nordeste brasileiro e em alguns países subdesenvolvidos. Os mercados periódicos ocorrem semanalmente ou até duas vezes por semana, dependendo da dinâmica econômica de cada

---

<sup>24</sup> DINIZ, José Alexandre Felizola. A zona de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n 3, 1969, p. 103-150.

<sup>25</sup> DINIZ, José Alexandre Felizola. *O subsistema Urbano regional de Aracaju*. Recife: SUDENE, 1987. p. 56.

<sup>26</sup> DUARTE, Aluizio Capdeville. Aracaju e sua região. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano 30, n 220, 1971, p. 4.

<sup>27</sup> DINIZ, José Alexandre Felizola. A zona de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n 3, 1969, p. 103-150.



centro urbano e de sua região de entorno. Porém, deve-se atentar que os centros locais também exercem sua centralidade nos dias da feira, ressaltando-se que a sua área de influência envolve um perímetro menor, às vezes, correspondendo apenas ao próprio município ou povoados de outros municípios que se situam mais próximo.

Isso comprova que os fluxos não se direcionam somente para a cidade primaz dentro de uma zona de influência, ocorrendo a permuta desse movimento migratório entre os demais centros. Todavia, a intensidade não é a mesma, pois os fluxos que se direcionam para cidade primaz são em maior quantidade e também os serviços que buscam nessas cidades são mais especializados. A diferença do direcionamento dos fluxos se concretiza pelo número e, sobretudo, pelas especificidades das funções existentes.

No contexto sergipano verifica-se que Aracaju é uma cidade macrocéfala, tanto a partir do contingente demográfico, quanto pela especialização das funções urbanas, assim como pela capacidade de tomada de decisões, em decorrência da centralização das funções administrativas.

As disparidades demográficas entre Aracaju e as demais cidades do estado são muito grandes. Apenas duas cidades, em Sergipe, têm população superior a 100.00 habitantes: Aracaju, com 570.937 habitantes e Nossa Senhora do Socorro com 160.836, o que corresponde a 36,5% da população estadual, sendo que as mesmas formam uma aglomeração em formação metropolitana.

Essas distinções, segundo Santos, também estão presentes no contexto nacional em decorrência de dois elementos importantes: tanto em virtude da ausência de uma burguesia empreendedora nos centros intermediários, quanto à ação centralizadora do Estado, que não se preocupa em repartir geograficamente os investimentos.<sup>28</sup>

Neste sentido, é válido também recorrer ao contexto histórico do país, desde os primórdios da ocupação portuguesa, quando a ação

---

<sup>28</sup> SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 29, n.4, 1967, p. 78-92.

governante preocupava-se em centralizar os serviços administrativos, judiciais e econômicos nas capitais das províncias. Assim,

Durante o período colonial, a administração centralizada e a concentração do comércio de exportação-importação fizeram da capital o único organismo urbano dotado de serviços; porém a economia internacional continua determinando sozinha a evolução da cidade, tal ponto que a rede interior de transportes é quase inexistente. Como a população circula mais facilmente que as mercadorias, a capital conhece um rápido crescimento demográfico.<sup>29</sup>

O resultado dessa investidura governamental é verificado em amplas escalas de análise. Diante do exposto, vale mencionar que tais ações em Sergipe não ocorreram de modo diferente da realidade nacional. Assim, é evidente a discrepância do quantitativo demográfico e das funções urbanas entre Aracaju e as demais cidades do estado. A atual realidade justifica a ação centralizadora dos investimentos na capital.

O Estudo das Regiões de Influências das Cidades elaborado pelo IBGE (2008) ratifica a primazia exercida por Aracaju, extrapolando o limite estadual. Aracaju é classificada como Capital Regional tem capacidade de gestão no nível imediatamente inferior aos das metrópoles. Além da categoria capital regional, este subsistema urbano conta com o centro subregional A, formado por Paulo Afonso (BA) e com o Centro subregional B, representado por Itabaiana que alcança um novo patamar na rede (Figura 01).<sup>30</sup> Os centros de Zona A são Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá. Os centros de Zona B são constituídos por Canindé de São Francisco, Neópolis e Nossa Senhora das Dores, Cícero Dantas (BA).

<sup>29</sup> SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 167.

<sup>30</sup> IBGE. *Regiões de influências das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.



Figura 01: Aracaju - Região de influência, 2007.  
Fonte: Regiões de Influências das Cidades 2007, 2008.

As demais cidades sergipanas estão classificadas como centros locais, sendo inexistente a presença de cidades intermediárias que possam quebrar ou reduzir a centralidade que Aracaju exerce. Esses dados são indicadores da fragilidade da rede urbana de Sergipe debatida pelos estudos em âmbito estadual que ensejam corroborar com as análises teóricas sobre essa temática. Assim, verifica-se a drenagem da renda estadual em direção à capital, proporcionando a dependência dos demais centros citadinos em torno da capital. Neste enfoque, verifica-se a baixa expressão das ligações dos centros de zona em relação as suas respectivas hinterlândias

A maioria das cidades sergipanas está sob influência direta de Aracaju. Essa circunstância ratifica a macrocefalia da cidade, evidenciando a discrepância da hierarquia urbana estadual, concernente aos níveis hierárquicos. A primazia Aracaju, no âmbito estadual, se insere nessa dinâmica mundial e “tende a fortalecer-se e consolidar-se, fragilizando os centros interioranos, cada vez mais dependentes”.<sup>31</sup> Na região de influência de Aracaju constata-se a ausência dos níveis hierárquicos capital regional B e capital regional C, condição que contribui para a fragilização da rede urbana estadual, diferente do que ocorre nos demais estados nordestinos. Este fato pode ser atribuído ao tamanho do território e à rede rodoviária que facilitam os deslocamentos fortalecendo a centralidade de Aracaju e fragilizando os demais centros.

Ao verificar a região de influência das capitais administrativas não metropolitanas do Nordeste brasileiro, percebe-se uma melhor distribuição de cidades intermediárias, a exemplo da rede urbana comandada por Maceió na qual Arapiraca encontra-se como Capital Regional C e os subsequentes centros subregionais A e B.

O subsistema urbano de João Pessoa apresenta Campina Grande como Capital Regional B. Não há o nível hierárquico de Capital Regional C, mas há uma ampla de distribuição de centros subregional A e B. A região de influência de Natal apresenta sob o seu comando Mossoró, Capital regional C, além dos centros subregional A e B.

---

<sup>31</sup> FRANÇA, Vera Lucia Alves França. *Aracaju: Estado e Metropolização*. Aracaju: UFS, 1999, p. 35.

A capital Regional São Luís tem Imperatriz como Capital Regional C, e posteriormente os demais níveis abaixo. Teresina, semelhante a Aracaju, tem como maior nível hierárquico no seu comando o centro Subregional A, fator que remete à fragilização da rede. Dessa forma, a rede se manifesta pela capacidade de polarização que uma ou mais localidades centrais exerce em razão da organização e da localização da população e das atividades que concentram e do desempenho externo que confere uma função.<sup>32</sup> São essas distinções assimétricas da rede que favorecem o seu fortalecimento e ampliação das cidades primazes sobre as hinterlândias.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações espaciais se concretizam a partir da gestão dos agentes modeladores do espaço que direcionam as suas ações de modo multifário afim do fortalecimento e amplitude do sistema vigente. Assim, o espaço torna-se reticular e interdependente do conjunto de ações e objetos proporcionando articulações em todos os níveis que perpassam os subespaços à escala mais ampla.

Na escala nacional, as complexidades se expandem além dos limites territoriais e são impressas perante as inovações proporcionadas pelo meio técnico-científico que intensificam a fluidez e ampliam os vetores das relações espaciais. Assim, diferentes lugares tornam-se interdependentes mesmo sem considerar a distância física entre si. Nessa articulação vigente, as relações hierarquizadas se concretizam, pois, diante da nova lógica se estabelece a complementaridade entre os lugares.

Ao contextualizar as tessituras das relações regionais com as escalas geográficas mais amplas, percebe-se que a lógica da sustentação reticular do espaço é a mesma, alterando-se apenas o poder de abrangência. Assim, é constatado que a trama que move os sujeitos e os objetos materiais e imateriais é constituída da mesma lógica centralizadora que

---

<sup>32</sup> SOUZA, Fernando Antonio Santos de. *Formação, movimento e descompasso da rede urbana de Sergipe*. Tese (Doutorado em Geografia) – UFS, São Cristóvão, 2008.

tem como sentido único a drenagem de capital até os centros maiores.

Neste sentido, constatam-se as contradições das interações espaciais, pois estas ocorrem de modo multifário, mas seus vetores de geração de riqueza não possuem múltiplas direções equitativas, pois, há necessidade de manutenção das diferenciações socioeconômicas para a conservação da retroalimentação reticular.

A teia regional que Aracaju atua redimensiona a sua complexidade polarizando todo o estado de Sergipe além da expansão por algumas cidades da Bahia e Alagoas e Pernambuco. A sua força intervencionista se apropria da influência nas interações espaciais dos centros intermediários sobre as respectivas hinterlândias.

O fortalecimento da rede urbana se concretiza em decorrência das desigualdades espaciais e entre os sujeitos. Cada indivíduo tece a rede, porém, as disparidades socioeconômicas não permitem o equilíbrio dos resultados, mas reforçam as diferenças, pois se manifestam através da canalização da drenagem de riquezas para os detentores de poder, estabelecidos nos maiores centros.

Artigo recebido em 14 de março de 2013.

Aprovado em 17 de maio de 2013.

## Resenha





GUERRA DE  
CANUDOS:  
georeferenciando  
trilhas\*

CANUDOS WAR:  
georeference of the  
trails

José Thiago da Silva Filho\*\*

A obra “Canudos: novas trilhas” foi lançada no auditório do Instituto e Geográfico de Sergipe, dentro da programação do X Encontro de História, em maio de 2011. O kit (livro, CD e DVD) é resultado do projeto “Cenários e Caminhos Históricos da Guerra de Canudos: Novas Trilhas” coordenado pelo professor Roberto Dantas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com o patrocínio da Petrobrás. Por uma feliz coincidência veio da Bahia, Estado adotado por José Calasans Brandão da Silva, aracajuano falecido em 28 de maio de 2001, um dos mais competentes pesquisadores da Guerra de Canudos. Na década de 1950, ele revolucionou a interpretação do conflito ocorrido no sertão baiano em 1896/1897, propondo sua releitura a partir do folclore, da oralidade dos sobreviventes e de outras fontes alternativas a obra euclidiana, *Os Sertões*, de 1902. Assim, no decênio da morte de José Calasans, assistimos a estréia de uma perspectiva inovadora na cartografia da maior guerra civil da História do Brasil. Do que estamos falando?

\* DANTAS, Roberto Nunes (Org) *Canudos: novas trilhas*. Salvador: Origem Comunicação & Cultura/Petrobrás, 2011. 95p.

\*\* Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e Diretor do Museu Histórico de Sergipe (SECULT/MHS). E-mail: thiagofragata@gmail.com

A obra desvela o trajeto das quatro expedições militares que marcharam para destruir o Arraial do Belo Monte, em Canudos. Em resumo: Primeira Expedição, comandada pelo tenente Manoel da Silva Pires Ferreira, reuniu efetivo de 110 homens e partiu de Juazeiro; Segunda Expedição, comandada pelo major Febrônio de Brito, reuniu efetivo de 561 homens e partiu de Monte Santo; Terceira Expedição, coordenada pelo comandante Moreira Cesar, com efetivo de 1200 homens, partiu das bases de Queimadas e Monte Santo; Quarta Expedição, teve o comando do General Artur Oscar de Andrade Guimarães e reuniu batalhões de 16 estados, quase 10.000 homens, seguindo para Canudos em duas colunas, uma saindo de Monte Santo, outra de Aracaju, Sergipe.

O mérito do projeto vertido em livro foi mapear trilhas e lugares de bivaque, estada das tropas, a partir dos documentos e obras de referência. Mas o trabalho não foi realizado somente no Arquivo do Exército, Biblioteca Nacional, Núcleo Sertão/UFBA, CEEC (Centro de Estudos Euclides da Cunha/UNEB) dentre outros; a equipe foi a campo e, ao passo que produzia aos registros imagéticos (áudios-visuais e fotográficos) empreendeu o georeferenciamento dos antigos caminhos, desbravando a caatinga, enfrentando alagados, cercas, cancelas, entrevistando e cooptando guias. Dessa forma, visando cumprir seus intentos, o projeto incorporou o geoprocessamento, ou seja, a área do conhecimento que surgiu em meados do século XX e utiliza técnicas matemáticas e computacionais para tratamento da informação geográfica. E assim, combinando dados do Sistema de Informação Geográfica (GIS) e do receptor GPS (Sistema Global de posicionamento), chegou ao produto ora resenhado.

A execução do projeto permitiu ratificar o que dizem as fontes documentais e cartográficas do século XIX; retificar lugares a partir do georeferenciamento e dos testemunhos coletados e, ainda, suscitar temas atinentes ao assunto. Sobre último ponto, oportuno tratar da passagem por Sergipe da chamada Coluna Savaget.

A partir do dia 27 de abril de 1897, a Coluna Savaget reuniu em Aracaju seis batalhões (12º, 26º, 32º, 33º, 34º e 35º), iniciando a marcha no dia 22 de maio. Na capital sergipana os batalhões se ar-

rancharam no mercado, no quartel de 1º Linha e no 26º Batalhão. Em São Cristóvão uma parte aquartelou-se no Convento São Francisco, a outra, na Colônia de Patrimônio. A principal polêmica em debate foi quanto à localização da Colônia de Patrimônio. Alguns autores afirmam que o antigo Engenho Patrimônio, onde foi implantada a dita colônia, funcionou no atual Centro de Ensino Técnico Federal de São Cristóvão (IFES). Outros asseveram que a Colônia de Patrimônio funcionou na Tebaída, mais precisamente na fazenda onde religiosos fundaram a Escola Salesiana, em 1902.<sup>1</sup> Mesmo oferecendo as duas opções para análise dos pesquisadores, a última probabilidade agiganta-se diante de nossos estudos e reflexões.

Na mesma cidade não foi possível identificar o sobrado do Capitão Antônio Miguel do Prado. Sabemos que nele o general Savaget, juntamente com Serra Martins e “*todo o Estado-Maior*” ficaram hospedados<sup>2</sup>. Quanto ao alojamento das tropas no Convento São Francisco, um incêndio ficou registrado num dos livros paroquiais. Consta que o acidente ocorreu por descuido de um soldado aquartelado e não fosse o socorro da comunidade o acidente ganharia dimensão catastrófica.<sup>3</sup>

Não se deixe enganar, leitor, com o subtítulo “novas trilhas”. A novidade do trabalho se acha no equipamento utilizado para acender as antigas trilhas que conduziram as tropas a Canudos. O projeto revelou a impossibilidade de fazer das trilhas de Canudos um roteiro turístico, como propôs José Calasans em 1996, na conferência ministrada no Encontro de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Cercas e cancelas foram transpostas pela equipe visando efetivar a missão. Por uma questão interdisciplinar e salutar para sustentabilidade da ação de

<sup>1</sup> Consultar: FONTES, Nilton de Araújo; BRAVO, Maria Auxiliadora Fonseca. *O algodão em Sergipe: apogeu e crises*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe/Secretaria de Estado da Cultura e Educação, 1984; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe*. Maceió: edições Catavento, 2004.

<sup>2</sup> General Savaget em S. Christovam. *A Notícia*. Ano II, N. 352, Aracaju, 24/5/1897, p. 1.

<sup>3</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Plano Urbanístico de São Cristóvão: análise do meio físico e social – vol. 2. Salvador: UFBA, 1980, p. 157.

extensão universitária, Fernanda Groba e Débora Menezes propuseram então o Roteiro Turístico Sertanejo que terá na cidade de Monte Santo, Bahia, uma base de explorações.

O texto de parágrafos longos, coesos e rebuscados constitui um item positivo. Apenas um esclarecimento deve servir para sua reedição: no trecho “*exagerado numerário do efetivo*” (p. 46); dicionário explica que numerário é “*moeda, respeitante a dinheiro*”.<sup>4</sup>

Georeferenciado os caminhos e lugares que demandaram o antigo Arraial do Belo Monte; definido e planejado o piloto do Roteiro Turístico Sertanejo, sediado em Monte Santo, a obra encerra o projeto cultural. Rodrigo Moate observa que “*geograficamente, a Guerra de Canudos foi um dos conflitos de grande dimensão territorial*”<sup>5</sup>aproveito para sugerir, na órbita da cartografia canudense, o georeferenciamento do rastro do beato Antônio Conselheiro enquanto etapa a vencer num próximo esforço. O Conselheiro peregrinou pelos sertões do Ceará, Sergipe e Bahia, tendo arrebanhado fiéis por onde passou. Então? Vida longa ao projeto Caminhos e Cenários da Guerra de Canudos: novas trilhas!

Resenha recebida em 30 de janeiro de 2013

Aprovada em 20 de março de 2013

---

<sup>4</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. *Novo Aurélio*: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1422.

<sup>5</sup> DANTAS, Roberto (Org) *Canudos: novas trilhas*. Salvador: Origem Comunicação & Cultura/Petrobrás, 2011, p. 62.